

STRICTO SENSU | MESTRADO
EDUCAÇÃO

LETÍCIA MARIA REBELATTO

RESISTÊNCIAS E SILENCIAMENTOS DOCENTES: “QUEM NÃO MARCHAR
DIREITO VAI PRESO NO QUARTEL”?

Chapecó/SC, 2023.



Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação
Curso de Mestrado
Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)
Área de Ciências Humanas e Jurídicas
Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

Letícia Maria Rebelatto

Resistências e silenciamentos docentes: “Quem não marchar direito vai preso no quartel”?

Chapecó

2023

Letícia Maria Rebelatto

Resistências e silenciamentos docentes: “Quem não marchar direito vai preso no quartel”?

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação, da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó) para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Marilandi Maria Mascarello Vieira

Coorientador: Prof. Dr. Diego Orgel Dal Bosco Almeida

Chapecó

2023



**RESISTÊNCIAS E SILENCIAMENTOS DOCENTES: “QUEM NÃO MARCHAR
DIREITO VAI PRESO NO QUARTEL”?**

LETÍCIA MARIA REBELATTO

Esta dissertação foi avaliada pela banca examinadora e julgada adequada para obtenção do grau de Mestre em Educação, tendo sido APROVADA em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó.

Banca examinadora:

Orientador: Prof^ª. Marilandi Maria Mascarello Vieira
Dr^ª. em Educação nas Ciências (UNOCHAPECÓ)

Coorientador: Prof. Diego Orgel Dal Bosco Almeida
Dr. em História - Pós-Doutorado em Educação (UNOCHAPECÓ)

Membro: Prof. Fernando de Araujo Penna
Dr. em Educação (UFF)

Membro: Prof. Odilon Luiz Poli
Dr. em Educação (UNOCHAPECÓ)

Prof^ª. Dra. Marilandi Maria Mascarello Vieira
Orientadora

Prof^ª. Dra. Tania Mara Zancanaro Pieczkowski
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação

Chapecó – SC, 08 de agosto de 2023

Ficha catalográfica

R289r Rebelatto, Leticia Maria
Resistências e silenciamentos docentes: “Quem não marchar direito vai preso no quartel”? [recurso eletrônico] / Leticia Maria Rebelatto. -- Chapecó, SC: 2023.
236 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Marilandi Maria Mascarello Vieira
Coorientador: Prof. Dr. Diego Orgel Dal Bosco Almeida
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNO Chapecó, 2023.
Inclui bibliografias

1. Movimentos neoconservadores. 2. Escola sem partido. 3. Ideologia de gênero. 4. Homeschooling. 5. Escolas cívico-militares. 6. Perseguição de professores. I. Vieira, Marilandi Maria Mascarello. II. Almeida, Diego Orgel Dal Bosco. III. Título.

CDD: Ed. 23 – 370.7

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Nádia Kunzler CRB 14/1785

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus orientadores, a professora Marilandi que me acompanha desde a graduação, por quem reservo um carinho especial e ao professor Diego, um grato presente neste mestrado, os mais metódicos que conheço e os melhores também.

A minha família, meu companheiro Maicon, que divide comigo minhas alegrias e frustrações, minhas filhas Lary e Bela, que são meus alicerces nessa caminhada, a minha mãe Jandira, pela sua força, por sempre acreditar na educação.

Aos meus colegas de mestrado, Genilse, nossa fada sensata, Iuri, Ana e Marina, meus confidentes, ouvintes de Assuntos Clandestinos.

Aos meus colegas de trabalho que acompanharam minha caminhada e minhas lástimas e alegrias da inscrição, do estado do conhecimento, da qualificação até aqui.

Mas acima de tudo a todas as mulheres, que me antecederam, que garantiram esse espaço de fala privilegiado sobre esse tema tão caro para mim.

Epígrafe

PRIMAVERA FEMINISTA

Uma manhã, eu acordei

E ecoava: ele não, ele não, não, não

Uma manhã, eu acordei

E lutei contra um opressor

Somos mulheres, a resistência

De um Brasil sem fascismo e sem horror

Vamos à luta, pra derrotar

O ódio e pregar o amor

RESUMO

A pesquisa debateu as influências dos movimentos conservadores e neoconservadores no cenário político, social e educacional levando em consideração o contexto mundial e teve por **objetivo geral** caracterizar as influências dos projetos neoconservadores educacionais na atuação pedagógica dos professores. Assim, foi orientada pela seguinte questão: Como os projetos educacionais neoconservadores que emergiram na última década se caracterizam e influenciam a educação brasileira? Elencou-se como **objetivos específicos**: a) Contextualizar a origem das ideias neoconservadoras na educação brasileira; b) Identificar as características e intencionalidades comuns dos projetos educacionais neoconservadores; c) Compreender como as ideias neoconservadoras têm influenciado o trabalho docente nas instituições de Educação Básica. O **referencial teórico** traça as origens e os conceitos dos movimentos conservadores e neoconservadores, identifica sua presença no cenário mundial, analisa suas influências na educação brasileira, apresenta o estado do conhecimento do tema e as características dos movimentos conservadores como Escola sem Partido, *homeschooling*, Escolas Cívico-Militares e as implicações das discussões sobre ideologia de gênero na elaboração da Base Nacional Comum Curricular. Nos **resultados** percebe-se que os professores respondentes são na sua maioria mulheres, brancas, com mais de vinte anos de profissão e professoras das ciências humanas; que existem temas sensíveis de serem trabalhados como política, gênero, sexualidade e religião; os professores respondentes, na sua maioria já evitaram algum conteúdo ou alteraram sua metodologia por receio; os constrangimentos acontecem principalmente por pressão dos familiares e dos alunos, frequentemente resolvem-se internamente na escola, através de atas ou conversas; as principais rede de apoio dos professores também estão na escola, através dos colegas, da direção e dos alunos; cerca de metade dos professores já pensaram em desistir do magistério, após passarem por situações de constrangimento, os professores participantes dizem sentir vergonha, desmotivação, injustiça, tristeza e indignação. Nas **conclusões** se percebe que os professores resistem de diferentes maneiras, seja silenciando de forma estratégica, ou seguindo com seu trabalho dos temas sensíveis por exemplo, com receio ou não de serem coagidos, permanecendo no magistério e nas suas lutas sindicais, sociais ou partidárias apesar das adversidades.

Palavras-chave: Movimentos neoconservadores; Escola sem Partido; Ideologia de Gênero; *Homeschooling*; Escolas Cívico-Militares; Perseguição aos professores.

ABSTRACT

The research argued about the influence of conservative and neoconservative movements, in the political, social and educational scenario, considering the global context, and has a **general objective** of characterizing the influences of the educational neoconservative projects in the teachers pedagogical performance. So, it is guided by the following question: How the neoconservative educational project emerged in the last decade, did they characterize and influence the Brazilian education? The following **specific objectives** were listed: a) Contextualize the origin of neoconservative ideas in Brazilian education; b) Identify the common characteristics and intentions of neoconservative educational projects; c) Understand how neoconservative ideas has been influencing the teaching work in Basic Education institutions. The **theoretical reference** traces the origins and concepts of conservative and neoconservative movements, identifies their presence on the world stage, analyzes their influences on Brazilian education, presents the state of knowledge on the subject and the characteristics of conservative movements such as Escola sem Partido, homeschooling, Escolas Civic-Military and the implications of discussions on gender ideology in the elaboration of the National Common Curricular Base. In the **results** we noticed that the responding teachers are mostly women, white, with more than twenty years of profession and human sciences teachers; that there are sensitive themes to be worked on, such as politics, gender, sexuality and religion; most of the responding teachers have already avoided some content or changed their methodology out of fear; constraints occur mainly due to pressure from family members and students, often resolved internally at school, through minutes or conversations; the teachers' main support network is also at school, through colleagues, management and students; about half of the teachers have already thought about giving up teaching, after going through situations of embarrassment, the participating teachers say they feel ashamed, demotivated, unfair, sad and indignant. In the **conclusions**, we realized that teachers resist in different ways, either by silencing strategically, or continuing with their work on sensitive issues, for example, afraid or not of being coerced, remaining in the teaching profession and in their union, social or party struggles despite the adversities.

Keywords: Neoconservative movements; School without Party; Gender Ideology; *Homeschooling*; Civic-Military Schools; Persecution of teachers.

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 - Trabalhos localizados sobre o tema - período de 2011 a 2021
- Quadro 2 - Relação dos trabalhos selecionados sobre o tema - período de 2011 a 2021
- Quadro 3 - Temáticas abordadas nos trabalhos localizados sobre o tema - período de 2011 a 2021
- Quadro 4 - Número de participantes da pesquisa por região e município
- Quadro 5 - Categorias de análises de dados
- Quadro 6 - Habilitação dos participantes
- Quadro 7 - Disciplinas ministradas ou etapas de atuação na EB
- Quadro 8 - Temas sensíveis citados pelos participantes
- Quadro 9 - Outros temas sensíveis
- Quadro 10 - Detalhamento de temas sensíveis
- Quadro 11 - Receio do trabalho com temas sensíveis
- Quadro 12 - Formas de constrangimento
- Quadro 13 - Relatos de constrangimentos: questionário
- Quadro 14 - Constrangimentos, coação ou perseguições a colegas de trabalho
- Quadro 15 - Coação ou censura por tema ou conteúdo abordado em sala de aula
- Quadro 16 - Medidas adotadas contra os professores: entrevistas
- Quadro 17 - Atuação do sindicato
- Quadro 18 - Apoio aos professores
- Quadro 19 - Trabalho com conteúdo mesmo com receio
- Quadro 20 - Abandono do magistério
- Quadro 21 - Sentimentos dos professores ao serem constrangidos

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ABNT Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ACT Admitido em Caráter Temporário
- ADIN Ação Direta de Inconstitucionalidade
- AI5 Ato Institucional nº 5
- ALESC Assembleia Legislativa de Santa Catarina
- ANED Associação Nacional de Educação Domiciliar
- BBB Bala, Boi e Bíblia
- BNCC Base Nacional Comum Curricular
- BDTD Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
- CIA *Central Intelligence Agency*
- CNE Conselho Nacional de Educação
- CNV Comissão Nacional da Verdade
- CONSED Conselho Nacional dos Secretários de Educação
- ECA Estatuto da Criança e do Adolescente
- EPL Estudantes pela Liberdade
- ERA sigla em inglês que significa Emenda de Direitos Iguais
- ESP Escola Sem Partido
- EUA Estados Unidos da América
- EJA Educação de Jovens e Adultos
- FHC Fernando Henrique Cardoso
- FMI Fundo Monetário Internacional
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IBICT Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
- IEE Instituto de Estudos Empresariais
- IFHC Instituto Fernando Henrique Cardoso
- IL Instituto Liberal
- ILB Instituto Liberal de Brasília
- IMB Instituto Ludwig von Mises Brasil
- INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- IURD Igreja Universal do Reino de Deus

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

LGBT Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais

LGBTIS+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgênerxs, Intersexos, Simpatizantes

LGBTI Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Intersexuais

LGBTQIA+ significa: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais, assexuais, sendo que o símbolo “+” abarca as demais orientações sexuais e de gênero, representando pluralidade.

LGBTQI+ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Queer, com um sinal “+” para reconhecer as orientações sexuais ilimitadas e identidades de gênero usadas pelos membros dessa comunidade.

MBL Movimento Brasil Livre

MEC Ministério da Educação

MESP Movimento Escola Sem Partido

MPF Ministério Público Federal

MST Movimento dos trabalhadores Sem Terra

NRB *National Religious Broadcasters*

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG Organização Não Governamental

PECIM Programa Nacional de Escola Cívico-Militares

PGE Procuradoria Geral do Estado

PESP Projeto Escola sem Partido

PL Projeto de Lei

PL Partido Liberal

PNE Plano Nacional da Educação

PPGE Programa de Pós Graduação em Educação

PSL Partido Social Liberal

PT Partido dos Trabalhadores

SBT Sistema Brasileiro de Televisão

SINTE Sindicato dos Trabalhadores em Educação

STF Supremo Tribunal Federal

STJ Supremo Tribunal de Justiça

TJSC Tribunal de Justiça de Santa Catarina

Undime União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CONTEXTO E O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	18
1.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	18
1.2 CONTEXTO E SUJEITOS PARTICIPANTES	20
1.3 PROCESSOS DA INVESTIGAÇÃO E INSTRUMENTOS UTILIZADOS	21
1.4 FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	22
2 MOVIMENTOS NEOCONSERVADORES: ORIGEM, CONCEITOS E REPERCUSSÕES NO CENÁRIO OCIDENTAL	26
2.1 ORIGENS E CONCEITOS	26
2.1.1 Origens	26
2.1.2 Conceitos	30
2.1.3 As relações entre neoconservadorismo e neoliberalismo	38
2.2 OS IDEAIS NEOCONSERVADORES NO OCIDENTE	50
2.2.1 Neoconservadorismo nos Estados Unidos da América	50
2.2.2 Neoconservadorismo no continente europeu	59
2.2.3 Neoconservadorismo na América Latina	63
2.2.4 Neoconservadorismo no Brasil	73
3 INFLUÊNCIAS DOS MOVIMENTOS NEOCONSERVADORES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	89
3.1 ESTADO DO CONHECIMENTO ACERCA DA TEMÁTICA	89
3.1.1 Descrição dos procedimentos de busca	89
3.1.2 Resultados e conclusões	91
3.2 OS MOVIMENTOS CONSERVADORES E NEOCONSERVADORES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA	96
3.2.1 O Movimento Escola Sem Partido e as discussões sobre as questões de gênero	100
3.2.2 “Meus filhos, minhas regras”: homeschooling, a segregação de crianças e a negação da convivência com a diversidade	115
3.2.3 O pensamento neoconservador e a implantação de escolas cívico-militares na educação pública brasileira	128
3.2.4 Influências do neoconservadorismo na Base Nacional Comum Curricular	135
4. RESISTÊNCIAS E SILENCIAMENTOS... “QUEM NÃO MARCHAR DIREITO VAI PRESO NO QUARTEL”?	148
4.1 TRAJETÓRIA DE PRODUÇÃO DOS DADOS	148
4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	151
4.2.1 Caracterização dos participantes da pesquisa	152
4.2.2 Temas sensíveis abordados em sala de aula	157

4.2.3 Constrangimentos, coações e perseguições aos docentes	166
4.2.4 Rede de apoio aos docentes	189
APÊNDICE A	225
APÊNDICE B	227
APÊNDICE C	228
ANEXO A	233

INTRODUÇÃO

A educação pública brasileira, no atual contexto, conflagrado do ponto de vista político, tem assistido à emergência de discussões de vários projetos neoconservadores propostos no legislativo brasileiro, em seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal), por bancadas políticas autodenominadas cristãs e conservadoras. Esses projetos que têm sido interpretados por pesquisadores/as da área da Educação e do campo de estudos das políticas educativas como retrocesso para o futuro da educação pública, visto que integram um conjunto de discursos alicerçados em políticas neoliberais e conservadoras (LIMA; HYPOLITO, 2019). Entre essas políticas estão o Escola Sem Partido (ESP), o projeto do *homeschooling*; a implementação das escolas cívico-militares que afetaram diretamente o trabalho dos professores, o currículo escolar e a visão das famílias em relação à educação escolar de seus filhos.

O interesse pelo tema decorre de várias razões profissionais, pessoais e acadêmicas. Há razões profissionais, por ser docente da Educação Básica e conviver cotidianamente com o que identifico como sendo discursos de ódio dirigidos a professores e professoras, principalmente por meio das redes sociais. Um fenômeno que tem sido identificado por diversas pesquisas, a exemplo das que se dedicaram a compreender a atuação do Escola Sem Partido (ESP), como expressa Ramos (2017, p. 75):

Além de se manifestarem de forma arrogante, sem nenhuma ética nem respeito com os educadores e a sociedade em geral, emitem uma mensagem de certeza e proposição de ideias supostamente neutras, mas que escondem, na verdade, um teor fortemente persecutório, repressor e violento.

A escolha por essa temática advém também de motivos pessoais, entre eles de minha trajetória histórica. Filha de mãe “solo” e, convivi em muitas situações com a participação dela em movimentos grevistas de apoio aos meus professores e de movimentos sindicais da sua profissão, empregada doméstica. Nunca se curvou aos padrões e sempre valorizou a educação como prioridade em nossa família. A escolha pela docência ocorreu também por influência dela, que conseguiu emprego para mim em uma escola particular onde trabalhava e nela convivi com professoras que ainda cursavam Pedagogia, o que determinou minha escolha profissional.

Após a conclusão do curso ingressei na rede estadual de ensino de Santa Catarina e me filiei ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação - SINTE. Participei de movimentos sindicais como a greve de 2011, em defesa do Piso salarial do Magistério Nacional, bem como, de movimentos sociais nacionais, como o #Elenão em 2018. Por isso, a escolha por essa temática advém, além da minha trajetória histórica, também da sindical e social.

Do ponto de vista profissional, a opção deriva do fato de já ter sido alvo, no exercício da docência, de ameaças e denúncias feitas à escola por familiares, baseadas em notícias falsas, disseminadas nas mídias sociais, especificamente em relação à participação na entidade sindical que, apesar de recorrentemente ter sofrido ataques, continua travando lutas em defesa da escola pública e do trabalho docente orientado por uma perspectiva democrática.

Na opção pela temática, há, também, razões de ordem acadêmica e científica. Entendo que esses projetos, no âmbito do legislativo nos diferentes níveis, têm suscitado não apenas debates públicos, mas – e principalmente - se constituído em objeto de pesquisa em percursos investigativos, dos quais tem resultado diversas produções acadêmicas: e-books¹, artigos, dissertações e teses.

Também compreendo que, por advir da classe trabalhadora operária e sendo a primeira da minha família a cursar mestrado, ter ascendido socialmente em virtude de políticas públicas, tenho o compromisso de devolver à sociedade um estudo que valorize a educação pública, a diversidade de pensamento etnocultural, de gênero e social, que fez a diferença em minha vida e deve continuar fazendo na vida de muitos brasileirinhos que tem apenas o sonho de uma vida melhor.

Michael Apple (2022) cita nossa responsabilidade em dizer a verdade sobre o que está ocorrendo na sociedade e de sermos porta-vozes dos colegas professores que lutam por uma educação mais democrática. Isso também me move em busca de pesquisar este tema. Ouvir, mas também, contribuir para o debate em defesa da escola pública gratuita e de qualidade.

A proposta de pesquisa foi orientada pelo seguinte problema: *Como os projetos educacionais neoconservadores que emergiram na última década, se caracterizam e influenciam a educação brasileira?* Para responder esta indagação esta dissertação tem como objetivo geral identificar as características e as influências dos projetos educacionais neoconservadores na atuação pedagógica dos professores. Para atingir tal propósito

¹ Como, por exemplo: FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola sem partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017; DOURADO, Luiz Fernando (Org). **PNE, políticas e gestão da educação**: novas formas de organização e privatização. (Meio Eletrônico), Brasília: Anpae, 2020.

elencam-se os seguintes objetivos específicos: a) Contextualizar a origem das ideias neoconservadoras na educação brasileira; b) Identificar as características e intencionalidades dos projetos educacionais neoconservadores; c) Compreender como as ideias neoconservadoras têm influenciado o trabalho docente nas instituições de Educação Básica.

Esta dissertação é composta por quatro capítulos: no primeiro consta o contexto e percurso metodológico da pesquisa, a descrição dos procedimentos metodológicos, onde se procura classificar de acordo com diferentes critérios (abordagem, natureza, objetivos), a descrição dos procedimentos técnicos, instrumento de produção de dados, composição da amostragem, técnica de análise dos dados e os aspectos éticos da pesquisa.

No segundo capítulo, aborda-se a trajetória histórica dos movimentos conservadores e neoconservadores, onde enfoque é dado às suas origens, a diferenciação dos termos/conceitos e a situação atual desses movimentos no cenário mundial, iniciando pelos Estados Unidos da América, Continente Europeu, América Latina e principalmente no Brasil. Embora não seja um trabalho de história da educação, a remissão à trajetória desse pensamento e desses movimentos guarda relação com um princípio que é importante na História, enquanto produção de conhecimento: as relações entre presente e passado.

Nóvoa (2005), ao explicar o porquê de tratar sobre a história na educação, elenca alguns motivos: primeiro recai sobre *cultivar um ceticismo saudável*, pois muitas vezes acreditamos em “novidades” ou reformas que levam ao mesmo lugar; *para compreender a lógica das identidades múltiplas*, porque através dela se definem “[...] memórias e tradições, pertencças e filiações, crenças e solidariedades” (NÓVOA, 2005, p. 10-11. Grifos do autor), ajudando as pessoas ou as comunidades a darem sentido ao seu trabalho pedagógico; *para pensar os indivíduos como sujeitos produtores de história*, em que se concebem os sujeitos como criadores da história, e não apenas criaturas, pois a história não se restringe a “descrever o passado”, mas se colocar diante dele, das ideias, experiências e projetos, e assim ressignificar “quem fomos” e “quem somos”; e *para explicar que não existe mudança sem história*, com as políticas neoconservadoras travestidas de “tradicionais e inovadoras”, precisam anular a história, com excesso, ou seja, a nostalgia do passado, ou o engano com valores antigos, mas também, pelo defeito a repetição exaustiva do anúncio de um futuro transformado em prospectivo e tecnológico. Por essa razão não se pode iludir com ilusões “sem raízes e sem história”.

É preciso ver os fenômenos do viés histórico, segundo Nóvoa (2005), pois vivemos um momento de retraimento da memória coletiva da escola, que resulta em um transbordamento da memória, se estabelecem nas memórias individuais, as experiências e vivências da sua infância e adolescência. De acordo com o autor, vivemos uma memória construída, onde repetimos diagnósticos e replicamos antigas soluções com cara de inovação. Como se cada geração olhasse apenas a partir das suas memórias, desconsiderando uma compreensão histórica dos processos educativos. Espanta muito o excesso de memória, mas o excesso de esquecimento também.

O terceiro capítulo se destina a analisar as influências dos movimentos neoconservadores na educação brasileira e nele consta o levantamento do estado do conhecimento acerca do tema e dos movimentos neoconservadores Escola Sem Partido, *homeschooling* e Escolas Cívico-Militares, bem como, “ideologia de gênero”, já que essa é uma ideia central que permeia os projetos neoconservadores. Neste capítulo se analisa também as diferentes relações estabelecidas entre o projeto ESP e as discussões de gênero, o *homeschooling* em diferentes partes do mundo e seus caminhos jurídicos e políticos no Brasil, o pensamento neoconservador na implementação das escolas Cívico-Militares na educação pública brasileira e as influências neoconservadoras na BNCC.

No quarto capítulo, apresentam-se os resultados da pesquisa sobre a influência dos projetos neoconservadores no trabalho docente dos professores em Santa Catarina e como isso vem afetando os professores, seja na sua opção por conteúdos e metodologias, ou sua atuação político, partidária ou sindical, como silenciam ou resistem à onda neoconservadora que também abrangeu a educação pública brasileira.

1 CONTEXTO E O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Pesquisar é um caminho que necessita organização, método e técnicas e, para isso, é preciso estabelecer os meandros metodológicos para chegar aos objetivos almejados, para responder a pergunta que direciona a investigação, pois como afirmam Prodanov e Freitas (2013, p. 72):

Quando os estudantes procuram a Universidade para buscar o “saber”, precisamos entender que Metodologia Científica nada mais é do que a disciplina que “estuda os caminhos desse saber”, se entendermos que “método” quer dizer caminho, que “logia” quer dizer estudo e “ciência”, que se refere ao próprio saber.

Assim, esta pesquisa busca caracterizar os movimentos neoconservadores e como os discursos de tais movimentos relacionam-se com influências no trabalho dos professores e, para tanto, opta-se por procedimentos metodológicos que permitirão responder às indagações referentes ao tema. Neste capítulo, portanto, apresenta-se o caminho percorrido para o desenvolvimento da pesquisa, abordando a sua classificação, o contexto e os sujeitos participantes, a descrição dos processos de investigação e os instrumentos utilizados, a forma de apresentação dos resultados e as questões éticas da pesquisa.

1.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa desenvolvida, segundo a sua abordagem, classifica-se como quanti-qualitativa, pois busca aliar os dados numéricos, através do uso de questionários, mas também priorizando a qualidade dos dados coletados por meio de entrevistas. Segundo Knechtel (2014, p. 106) a abordagem quantitativo-qualitativa é aquela que “[...] interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)”.

A abordagem qualitativa auxilia na busca de respostas para o problema investigado, pois, segundo Richardson (2017, p. 80):

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de

profundidade, o entendimento das particularidades dos comportamentos dos indivíduos.

No que se refere à pesquisa qualitativa, Câmara (2013, p. 190) afirma que “[...] deve haver maior preocupação com o processo em detrimento dos resultados ou produtos. Os pesquisadores procuram verificar como determinado fenômeno se manifesta nas atividades, procedimentos e interações diárias”.

Tanto métodos quantitativos quanto os qualitativos ou mistos devem estar de acordo com os objetivos do pesquisador e da pesquisa, priorizando aquele que melhor contribuir para resolução da problemática do estudo, pois assim compreende o delineamento metodológico do estudo empírico, deve ser a preocupação fundamental do pesquisador que almeja atingir seus objetivos científicos (CÂMARA, 2013).

A pesquisa quantitativa leva em consideração tudo que pode ser mensurável, transformando em números opiniões e informações, classificando e analisando. Para isso usa de recursos estatísticos como porcentagens.

Essa forma de abordagem é empregada em vários tipos de pesquisas, inclusive nas descritivas, principalmente quando buscam a relação causa-efeito entre os fenômenos e também pela facilidade de poder descrever a complexidade de determinada hipótese ou de um problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos experimentados por grupos sociais, apresentar contribuições no processo de mudança, criação ou formação de opiniões de determinado grupo e permitir, em maior grau de profundidade, a interpretação das particularidades dos comportamentos ou das atitudes dos indivíduos (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

Tendo em vista seus objetivos, trata-se de pesquisa descritiva, pois busca compreender como as ideias neoconservadoras têm influenciado o trabalho docente nas instituições de Educação Básica. Prodanov e Freitas (2013, p. 70) assim caracterizam esse tipo de pesquisa:

Os dados coletados nessas pesquisas são descritivos, retratando o maior número possível de elementos existentes na realidade estudada. Preocupa-se muito mais com o processo do que com o produto. Na análise dos dados coletados, não há preocupação em comprovar hipóteses previamente estabelecidas, porém estas não eliminam a existência de um quadro teórico que direcione a coleta, a análise e a interpretação dos dados.

Quanto aos procedimentos técnicos, constata-se a necessidade da pesquisa bibliográfica para responder o primeiro e o segundo objetivos, que foi o de contextualizar a origem das ideias neoconservadoras na educação brasileira.

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 54) a pesquisa é bibliográfica:

[...] quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Em relação aos dados coletados na internet, devemos atentar à confiabilidade e fidelidade das fontes consultadas eletronicamente.

Já para atingir o terceiro objetivo, que é o de relacionar os discursos dos movimentos neoconservadores na educação com o trabalho docente dos professores, a pesquisa de campo foi considerada adequada, a qual é geralmente utilizada com o objetivo de obter informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura respostas, ou descobrir novos fenômenos, ou as relações entre eles. De acordo com Silveira e Córdova (2009), nesse tipo de pesquisa os dados são coletados com as pessoas, por isso os participantes desta investigação foram os professores da educação básica.

1.2 CONTEXTO E SUJEITOS PARTICIPANTES

A pesquisa foi desenvolvida na rede estadual de ensino do Estado de Santa Catarina, situada na região sul do Brasil, com 295 municípios e que conta com aproximadamente 6.500 escolas vinculadas à rede estadual². Quanto à formação profissional dos professores da referida rede, os dados são os seguintes:

No ensino fundamental, atuam 45.682 professores, sendo que 27.304 atuam nos anos iniciais e 25.569 atuam nos anos finais. Do total de docentes que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, 92,0% têm nível superior completo (86,1% em grau acadêmico de licenciatura e 5,9% bacharelado) e 2,8% têm ensino médio normal/magistério. Foram identificados ainda 5,3% com nível médio ou inferior. (MARTINS, 2020, s/p).

Os professores possuem diferentes tipos de vínculo empregatício, mas na rede estadual

² Governo de SC nomeia mais de 1,3 mil professores efetivos. G1 SC, 10/01/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/01/10/governo-de-sc-nomeia-novos-professores-para-ano-letivo-de-2020.ghml>

de ensino sobressaem-se os efetivos e Admitidos em Caráter Temporário (ACTs), que foram incluídos na amostragem, sem distinção.

Os participantes do estudo foram definidos conforme os seguintes critérios de inclusão: professores da rede estadual de ensino de Santa Catarina, que atuam em todas as áreas do conhecimento e que estejam em efetivo exercício profissional. Já os critérios de exclusão foram os professores aposentados ou que atuam em outras redes de ensino (municipais e particulares) e fora da área de abrangência da pesquisa (Santa Catarina).

Participaram da pesquisa 77 professores na primeira etapa - aplicação de questionário (Apêndice A) - e com seis deles foram realizadas entrevistas (Apêndice B). A pesquisa contou com a parceria do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTE), entidade fundada em 1988 e que representa e defende os direitos dos professores do estado e que conta com 26.622 filiados (SINTE-SC, 2022). Foram analisadas no banco de dados do seu setor jurídico as reclamações ou denúncias de perseguições políticas, ideológicas ou religiosas formuladas pelos professores, para que se possa compreender a influências dos projetos neoconservadores nas práticas docentes do magistério catarinense. O sindicato da categoria contribuiu inicialmente disponibilizando os contatos dos coordenadores regionais e municipais, bem como, o compartilhamento nos grupos de mensagens e, posteriormente, o contato com o setor jurídico da entidade, que compartilhou alguns casos com a pesquisadora e alguns dados como o perfil dos professores, as formas de coações, perseguições e constrangimentos e, os impactos disso na profissão e na vida destes profissionais.

1.3 PROCESSOS DA INVESTIGAÇÃO E INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Na primeira etapa elaboramos um questionário do *google forms* que ficou disponível durante o mês de novembro de 2022 (Apêndice A) e cujo link foi encaminhado aos professores que ministram aulas em diferentes regiões do estado de Santa Catarina. Essa busca dos participantes foi realizada em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina - SINTE, que inicialmente entrou em contato com os seus coordenadores regionais e municipais e encaminhou o questionário por meio de grupos de mensagens. Do total de professores que receberam o questionário, 77 responderam, levando em consideração que o envio deveria ser feito pelos coordenadores regionais e municipais do Sinte e que nem todos os filiados a entidades estão nos grupos de mensagens. Da totalidade

dos respondentes, 36, ou seja, quase a metade da amostra, se disponibilizou a participar da segunda etapa, a realização de entrevistas. Depois de coletadas, as respostas do questionário foram analisadas para a definição dos entrevistados, tendo sido selecionados 6 professores, sendo 2 pedagogas e um professor das áreas de educação física, matemática, sociologia e biologia. Três entrevistas (Apêndice B) foram realizadas de forma remota (pelo *google meet*) e 3 de forma presencial. Todas foram gravadas e transcritas da maneira mais literal possível. As entrevistas ocorreram de forma tranquila e algumas perguntas precisaram ser reelaboradas ou, solicitado detalhamentos. Uma das entrevistas presenciais foi extremamente emocionante, pois a participante chorou ao lembrar e relatar o acontecimento, ao constrangimento a que foi exposta.

1.4 FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Segundo Silveira e Córdova (2009, p. 81), a análise dos dados tem como “[...] objetivo organizar os dados de forma que fique possível o fornecimento de respostas para o problema proposto”.

No que se refere aos dados quantitativos, a análise pode se dar através do estabelecimento de categorias; codificação e tabulação; análise estatística dos dados; e o estabelecimento de categorias. Para analisar adequadamente as informações é preciso organizá-las, agrupando-as por categorias. A categorização é uma tarefa simples no caso de instrumentos padronizados, pois é preciso que as categorias incluam todas as respostas e que uma resposta não se encaixe em mais de uma categoria. No que se refere à codificação e tabulação dos dados, Silveira e Córdova (2009, p. 81), explicam:

Codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados em símbolos que possam ser tabulados. Isso pode ocorrer antes ou após a coleta. [...] A tabulação é o processo que consiste em agrupar e contar os casos que estão nas várias categorias de análise; ou seja, a tabulação simples consiste na simples contagem das frequências das categorias de cada conjunto.

A análise dos dados necessita do processamento através da geração, apresentação e interpretação. Descrever as variáveis é imprescindível para uma adequada interpretação dos resultados da pesquisa, de acordo com o objeto estudado e suas características, entendido como algo que pode ser transformado em números (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009).

Quanto aos dados qualitativos, a análise dos dados foi realizada a partir da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), identificando como projetos neoconservadores aproximam-se no discurso e nas intencionalidades, principalmente nas entrevistas com professores e aqueles utilizados em leis, projetos de leis e pareceres.

A análise de conteúdos, segundo Minayo (2001), é um conjunto de técnicas que surgiu no início do século passado nos EUA, inicialmente voltada para a comunicação em massa e seu predomínio era em pesquisas quantitativas até os anos de 1950, na contagem e frequência de conteúdos em mensagens disseminadas. Atualmente, destacam-se duas funções: a verificação de hipóteses ou questões, onde se pode ou não confirmar afirmações feitas antes da pesquisa através da análise de conteúdos e a descoberta do que está escondido nos conteúdos expressos, ultrapassando o que está aparente na comunicação. Ambas as funções podem complementar-se e serem aplicadas tanto em pesquisas qualitativas quanto nas quantitativas.

É possível optar por unidades de registro ao analisar o conteúdo das mensagens:

Essas unidades se referem aos elementos obtidos através da decomposição do conjunto da mensagem. Podemos utilizar a palavra como uma unidade, trabalhando com todas as palavras de um texto ou com apenas algumas que são destacadas de acordo com a finalidade do estudo. A frase ou a oração também são outros exemplos de unidade de registro. Outra unidade é o tema que se refere a uma unidade maior em torno da qual tiramos uma conclusão. Esse tipo de unidade é uma das modalidades mais utilizadas por aqueles que empregam a análise de conteúdos (MINAYO, 2011, p. 75).

Também é preciso definir as unidades de contexto, ou seja, contextualizar a mensagem de forma mais ampla. Depois disso, a técnica mais comum é a elaboração das categorias.

Câmara (2013) identifica três fases fundamentais na análise de conteúdo de Bardin: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência e a interpretação, que foram também consideradas na análise dos dados da pesquisa em questão.

A pré-análise, considerada uma fase de organização, com procedimentos bem definidos, envolve uma leitura flutuante, um contato inicial com os documentos selecionados. Depois da escolha dos documentos que serão analisados e no caso dessa pesquisa também as entrevistas transcritas.

Para Minayo (2001) é nesta fase que definimos as unidades de registro, unidades de contexto, trechos significativos e categorias e, após leitura do material, descobrimos as orientações para a análise e registramos impressões sobre as mensagens.

Na segunda fase, exploração do material, foram selecionadas as unidades de codificação, de acordo com os seguintes procedimentos (recorte, enumeração, classificação e agregação), classificação (temas) e categorização (esquemática). Após definida a codificação a próxima etapa foi a classificação em categorias que confirmam ou não os referenciais teóricos. Esse movimento constante entre teoria e dados, torna as categorias mais evidentes na pesquisa (CÂMARA, 2013).

Minayo (2001) considera a segunda fase a mais longa, pois é hora de aplicarmos o que foi definido na fase anterior, e isso exige várias leituras do material.

Bardin (2016) reitera que para classificar elementos é preciso investigação do que este tem em comum com os demais, permitindo seu agrupamento. “A categorização é um processo de tipo estruturalista e comporta duas etapas: o inventário: isolar elementos; a classificação: repartir os elementos e, portanto procurar impor certa organização nas mensagens” (p. 148). Para a autora, classificar é de suma importância para qualquer atividade científica.

Para Câmara (2013), os temas devem ser agrupados nas categorias em quadros matriciais e após as sínteses, chegar a construção da definição das categorias, que pode estar de acordo com o conceito já definido no referencial teórico ou nas verbalizações referentes aos temas ou em ambos, e estão definidos nos quadros matriciais. Câmara (2013) acrescenta que, para Bardin, as categorias podem ser elaboradas *a priori* ou *a posteriori*, ou seja, a partir da teoria ou depois da coleta de dados. Nesta pesquisa as categorias foram elaboradas *a posteriori*: temas sensíveis, constrangimentos, coações e perseguições, apoio aos docentes, resistências e silenciamentos, e, sentimentos e reações docentes.

Na terceira fase do processo de análise do conteúdo ocorre o tratamento dos resultados (inferência e interpretação), quando, com base nos resultados brutos, o pesquisador os torna significativos e válidos. A interpretação deve ir além do conteúdo aparente nos documentos, o que interessa ao pesquisador é o conteúdo potencial, o sentido que está nas entrelinhas (CÂMARA, 2013). Para Minayo (2001), essa fase ocorre a partir dos princípios de um tratamento quantitativo. No que se refere à análise qualitativa é preciso revelar o conteúdo oculto, sem omitir informações estatísticas, mas é preciso priorizar as ideologias, as tendências e as características do fenômeno em estudo.

Para Bardin (2016, p. 45), o analista é semelhante a um arqueólogo que procura vestígios e documentos [...] ”Mas os vestígios são a manifestação dos estados, dados ou fenômenos”. O analista aproveita-se do tratamento das mensagens para inferir conhecimentos do emissor e seu meio. Ainda o compara a um detetive, que lida com os índices em evidência por metodologias complexas ou não. A descrição (enumeração) é a primeira etapa, a interpretação é a última, a inferência é a intermediária, abre caminho de uma para outra.

Na interpretação de conceitos e proposições, os conceitos são uma referência, traduzem uma imagem significativa. Os conceitos procedem da cultura em questão, da linguagem dos sujeitos pesquisados, e não de uma designação científica. Ao encontrar um tema nos dados, é necessário um conceito que unifique, através da comparação de enunciados e ações entre si. Ao identificar temas diferentes é preciso encontrar semelhanças comuns (CÂMARA, 2013).

Câmara (2013) menciona que na interpretação de dados é necessário levar em consideração os marcos teóricos, relevantes na investigação, pois são eles que dão direcionamento e sentido à pesquisa. As interpretações conduzidas pelas inferências foram no sentido de encontrar o que não está aparente na superfície, qual o verdadeiro discurso expresso, o que realmente está escondido nas afirmações visíveis.

As pesquisas na área das ciências sociais devem ser rigorosamente planejadas levando em consideração principalmente a ética do pesquisador e por isso na produção de dados é preciso cuidado redobrado nas opiniões dos participantes, pautados pela ética e rigor científico (CÂMARA, 2013) e, para tanto, a pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em outubro de 2022, com o CAAE: 64057822.2.0000.0116, conforme Parecer Consubstanciado do CEP (Anexo A). Sendo assim foram disponibilizados aos sujeitos, antes de suas participações, os termos de consentimentos que foram assinados de forma digital, no caso do questionário e das entrevistas por *google meet*, e impressa, quando a entrevista ocorreu de forma presencial. Assim, a pesquisa garantiu o anonimato dos sujeitos, cumprindo todas as exigências do Comitê de Ética para pesquisas com seres humanos no sentido de proteger os dados dos professores que participaram de forma voluntária.

2 MOVIMENTOS NEOCONSERVADORES: ORIGEM, CONCEITOS E REPERCUSSÕES NO CENÁRIO OCIDENTAL

Para caracterizar os movimentos neoconservadores, torna-se necessário estabelecer uma espécie de trajetória histórica desse pensamento, de seus movimentos e de suas outras manifestações. Para isso, realizamos a análise de um conjunto de referenciais bibliográficos que fazem uma remissão histórica com o objetivo de diferenciar certos termos, expressões e conceitos. Além dessa caracterização no plano conceitual e histórico, pudemos entender que o pensamento e os movimentos neoconservador(es) não se limitam às fronteiras nacionais. Mesmo que com características diferenciadas em cada região, estão presentes na Europa, Estados Unidos e outros países da América Latina, além do Brasil.

2.1 ORIGENS E CONCEITOS

Tendo em vista que o tema central desta pesquisa são os movimentos neoconservadores e sua influência na educação brasileira, considera-se necessário entender quais seriam, afinal, as suas origens e, para isso, será apresentado um breve histórico sobre o conservadorismo e seus conceitos. É importante ressaltar que em muitos trabalhos os termos conservadorismo e o neoconservadorismo serão tratados como sinônimos, visto que não há consenso entre as pesquisas sobre a sua diferenciação do ponto de vista conceitual.

2.1.1 Origens

Castro (2021), analisa como o conservadorismo e o capitalismo se aproximam, revelando que o segundo não chegaria ao estágio que se está sem o uso de muita violência e métodos bárbaros. Afirma que o “marco zero” seria a Revolução Francesa: uma ruptura violenta para a tomada de poder e para a imposição de uma nova estrutura social em decorrência da crise do Feudalismo e das instituições, especialmente do Estado absolutista da Igreja que, naquela altura, buscava não perder sua hegemonia na explicação da estrutura e da ordem social, negando o papel desempenhado pela razão e pela ciência, em franco desenvolvimento em fins do século XVIII.

Na passagem do Feudalismo para o Capitalismo, consoante ao que afirma Castro (2021), foi necessário que uma classe sintetizasse a mudança. A burguesia apresentava-se como a oposição à nobreza, mas necessitava de uma concepção que confrontasse a dominante e cativasse as demais classes para sua revolução. A ciência e a razão foram, então, conclamadas como uma concepção de mundo que tinha como centro o ser humano e que se opunha, afinal, ao determinismo pregado pela religião que justificava a ordem social aristocrática, que se apresentava como progressista. Ainda segundo Castro (2021, p. 35) a “[...] ideologia burguesa tinha como principal viés almejar uma libertação da humanidade por meio da Razão, uma razão universal que constituiria uma nova ordem social capaz de promover progressos sociais”.

Outro fator importante trazido pela Revolução Francesa foi a separação entre Estado e Igreja, pois o chefe do Estado seria o enviado de Deus e governaria de acordo com a sua religião, marginalizando as demais. Portanto, era preciso um novo conceito, que, naquele cenário, ainda se apresentava em construção: a laicidade, a separação entre o Estado e a Igreja. Entender que a ideia de laicidade foi um pilar importante da Revolução Francesa e da sustentação de uma sociedade democrática que emergiu do movimento revolucionário, implica entender também que “laicidade” trata-se, ainda hoje, de um “conceito em processo”, como explicitam Sepúlveda e Sepúlveda:

Na base de sustentação da sociedade democrática que emerge após a Revolução Francesa, a laicidade era um dos pilares mais importantes. Todavia, assim como o próprio conceito de democracia, o conceito de laicidade do Estado é um conceito em processo. Por séculos, os Estados, especialmente os europeus, estruturaram sua legitimidade por determinação do sagrado, de modo que o chefe de Estado era considerado um representante de Deus na terra. O estadista reinava por direito divino, ou seja, em tese ele recebia o poder político da própria divindade. Por isso, o poder do governante era considerado sagrado, tirando daí sua legitimidade, que se espraiava por todo o Estado. Com essa base religiosa, o Estado privilegiava uma religião em detrimento de outras (2019, p. 876).

Segundo Castro (2021), mesmo que as classes trabalhadoras e pequenos burgueses tenham aderido à revolução, a nova organização social ainda era baseada na exploração e, à frente dela, uma nova classe dominante despontava: a burguesia. Mesmo que os episódios ligados à Revolução Francesa tenham tido, segundo Castro (2021), avanços importantes, é preciso considerar que, para conter os desejos revolucionários da classe trabalhadora, a

burguesia passaria a realizar acordos e concessões com a nobreza e com a Igreja, segmentos que, na época, ainda eram considerados centrais na manutenção da ordem e da coesão social.

A burguesia, que até então era progressista, passou a ser reacionária, pois precisou criar mecanismos de contrapeso às demandas revolucionárias, já que o progresso prometido não seria para todos. A visão de mundo progressista baseada na ciência cedia espaço, então, a concepções transcendentais, no caso a religião, como forma de explicar a realidade. Segundo Castro (2021, p. 36):

[...] ao abdicar da perspectiva revolucionária, torna-se necessário para burguesia e para a sustentação/justificação da materialidade da nova ordem social em vigor uma nova concepção de mundo que conseguisse articular no âmbito moral e ético-político uma nova perspectiva conservadora que buscasse impedir a veiculação de ideias radicais de transformação social, com uma ideia de desenvolvimento científico desde que esse circunscrevesse ao aumento da produtividade material e a legitimação da ordem societária capitalista.

Sepúlveda e Sepúlveda (2019) ressaltam que nem toda mudança se revela progressista. Como exemplo, podem-se citar as atuais reformas trabalhistas, que, em sua essência, atacam os direitos dos trabalhadores, utilizando-se de argumentos como a modernização do trabalho ou dos sistemas financeiros. Portanto, é digno que o trabalhador reaja, pois nesse caso o progresso representa retrocesso.

Na transição do Feudalismo para o Capitalismo, a “ideologia liberal-iluminista”, que se ajustou ao capitalismo com uma nova base teórico-política e com cunho pseudocientífico, de acordo com Castro (2021), buscou a estabilidade social então desejada pela burguesia. Dessa ideologia iluminista é que veio a concepção científico-filosófica do Positivismo que:

[...] tem como principal desdobramento: a determinação da manipulação como o método científico por excelência e fim de toda atividade. Desta maneira, o saber científico, independente do sistema utilizado, se converte em mecanismo de manipulação, ao mesmo tempo que há a imposição de uma impossibilidade de apreensão do ser-em-si, isto é, não é possível compreender a realidade de modo científico, mas apenas manipular os seus aspectos fenomênicos (perceptíveis aos sentidos físicos) do modo mais pragmático o possível para satisfazer interesses imediatos (CASTRO, 2021, p. 37).

O Positivismo configurou-se em uma “arma ideológica” a serviço da burguesia com caráter extremamente conservador. Conforme Castro (2021), conservadorismo e subjetivismo revelavam-se aí como faces de uma mesma moeda que embasa e justifica o capitalismo.

Conforme Castro (2021), para a reprodução da ordem capitalista foi necessária a cosmovisão conservadora/reacionária: “[...] em tempos de crise, com a agudização das contradições do próprio capitalismo, a insatisfação da classe trabalhadora se amplifica e é necessário estabelecer novas formas de obtenção do consenso social, para além é claro do uso da repressão aberta e violenta” (CASTRO, 2021, p. 37). Assim, as conquistas da classe trabalhadora são limitadas pela razão, pois são necessários elementos irracionais para manter os sujeitos passivos, mas fiéis à ordem capitalista.

Castro (2021, p. 38) chama a atenção para a fase do capitalismo em que se vive, o neoliberalismo, que tem como objetivo principal “[...] acelerar em um grau nunca antes visto o processo produção/rotação/acumulação de capital”. Foi preciso fomentar um discurso que respondesse à crise da “fase fordista” de acumulação:

[...] reestruturação produtiva com uma permanente revolução tecnológica e com novas formas de organização/gerenciamento do trabalho de modo a acelerar indefinidamente a circulação de capital (a uberização, por exemplo); desregulamentação total dos mercados financeiros; apropriação quase que total do fundo público dos Estados pelo capital, em especial por mecanismos da dívida pública; privatização total dos serviços do Estado, com exceção das forças de segurança e do poder judiciário que devem garantir o controle dos conflitos entre a burguesia e classe trabalhadora, além dos conflitos intraburgueses; retirada máxima dos direitos trabalhistas de modo a reduzir ao mínimo possível o custo da força de trabalho e ampliar as taxas de lucro; aumento do papel repressor do Estado, com a redução dos mecanismos de participação popular e gestão democrática, e ampliação do poder bélico de seus agentes de repressão.

Foi necessária uma nova racionalidade em que o sujeito não apenas acomoda-se diante da realidade, mas também participa ativamente. Diante de um mundo tão incerto, com condições de trabalho cada vez mais precárias “[...] relações introduzidas pelas necessidades de acumulação ampliada de capital” (CASTRO, 2021, p. 39), é preciso imprimir nos sujeitos que essa situação de mudanças constantes e a falta de estabilidade são normais. Para isso é preciso valorizar o presente, sem pretensões futuras, apenas adaptadas às condições irracionais do capital e, para tanto, “Generaliza-se o medo do desemprego e com ele a necessidade de adaptação diante dos problemas da sociedade, pois, a prioridade é garantir a própria sobrevivência, afastando os sujeitos de quaisquer perspectivas mais amplas e significativas de ação e inserção social” (CASTRO, 2021, p. 39).

Há a existência de aspectos da realidade deslocados do seu contexto, permitindo as mais diferentes interpretações para fortalecer interesses particulares e imediatistas, desconsiderando ações coletivas sociais, amplas, como a solidariedade da classe trabalhadora.

A absolutização da lógica de mercado como sentido para a vida, que sempre ao passo que as necessidades de acumulação de capital também aumentam, promove a subsunção do sujeito ao papel social de consumidor com outro elemento fundante desta nova racionalidade. A subsunção da vida ao consumo ocorre a partir da lógica da soberania do consumidor em relação ao mercado, e gera na pessoa a sensação de um falso poder de pautar a produção social. Porém, quando esta ilusão se choca com a realidade concreta o sujeito se vê cada vez mais fragilizado e impotente diante do poder totalizante do capital. Absorvido pela lógica do consumo o sujeito tende a conceber que seu prestígio social assim como a própria percepção desse (autoestima), depende de sua atuação consumidor, ou seja, é definido por aquilo que ele se torna capaz de ter/consumir em detrimento de suas relações reais, de modo que suas relações as demais pessoas, se tornam apenas meios para cumprir seus objetivos mais imediatos e particulares (CASTRO, 2021, p. 39).

Ainda consoante a Castro (2021), nesta lógica o sujeito se torna aquilo que consome e isso o fragiliza, bem como, suas relações coletivas diante de uma sociedade que o oprime, o torna cada vez mais egoísta, pois ele deve resolver sozinho seus problemas e suas esperanças e sonhos ficam submetidos às prioridades desse sistema empobrecedor e imediatista, deixando-o insensível às questões sociais.

2.1.2 Conceitos

Ser conservador nem sempre é visto de forma pejorativa e pode ser elogioso, depende como o termo é empregado. O conservador, segundo Henriques (2021) é aquele que quer manter, conservar tudo como está, portanto, seria alguém adverso à mudança, alguém que a combate.

Sobre as origens ideológicas do conservadorismo, transcrevem-se as palavras de dois autores que tratam do tema:

A crítica conservadora à mudança pela mudança encontra origem em Edmund Burke (1729-1797), filósofo irlandês radicado na Inglaterra. Seus ideais foram revisitados ao longo do tempo e, ainda hoje, influenciam a ideologia conservadora. Ao lançar um longo manifesto contra a Revolução Francesa (1789-1799), Burke aponta que a revolução insurrecional derrubou abrupta e violentamente um modo de vida estabelecido (HENRIQUES, 2021, p.27).

A matriz ideológica do conservadorismo tem, reconhecidamente, a gênese no pensamento e na tradição fundada por Edmund Burke, cujas ideias conferem conteúdo às várias expressões do conservadorismo no cotidiano. Paralelamente às formulações de Edmund Burke (1729-1797), situam-se Joseph de Maistre (1753-1821), Klemens Von Metternich (1773-1859), Benjamim Disraeli (1804-1881) e Alexis de Tocqueville (1805-1859), considerados fundadores do conservadorismo clássico (ALVES, 2020, p. 40).

A influência de Burke, segundo Alves (2020), chega ao mundo contemporâneo através de diferentes grupos religiosos, como católicos, protestantes pentecostais ou neopentecostais, ocupando cargos políticos e tornando-se sujeitos religiosos e políticos. Assim, o conservadorismo produz conhecimento e agentes políticos. Há muito tempo, observa-se a existência de partidos políticos conservadores, tanto para o desenvolvimento econômico quanto tecnológico. Por isso, segundo Sepúlveda e Sepúlveda (2019), é necessário compreender o conservadorismo no campo do debate político, secundarizando a questão moral e o comportamento humano. A expansão do conservadorismo também é possível observar nas publicações relacionadas a Edmund Burke:

Recentemente, verificou-se um crescimento expressivo de publicações (que têm atingido repercussão nacional e internacional) de autores ligados organicamente ao conservadorismo formulado por Edmund Burke. Tal posição costuma estar associada, também, à adesão ideológica do mercado capitalista, que envolve desde a defesa da mercantilização até o combate ao avanço dos direitos humanos. Por outro lado, nas instituições de produção de conhecimento, principalmente na educação pública, ora toma-se o neoliberalismo como amortizador do conservadorismo, ora ambos são tomados como sinônimos. Não obstante, tal como o neoliberalismo, entre outras tradições de pensamento fundadas pela modernidade, o conservadorismo tem 40 uma trajetória histórica com proposta teórico-política própria adquirindo variados aspectos e características particulares de acordo com a formação social da qual emerge (ALVES, 2020, p. 39).

Para Sepúlveda e Sepúlveda (2019, p. 874), o conservadorismo é “[...] uma das múltiplas e poderosas narrativas, retóricas e discursos que compõem o universo da cultura”. Essa narrativa está infiltrada nos diferentes setores sociais e almeja contar a sua versão da história. Os autores debatem o conceito de cultura e como ela seguiu novos caminhos com a Revolução Industrial, em que se sobressaem conceitos como “[...] indústria, democracia, classe, arte e cultura” (p. 874).

Os movimentos conservadores estão em constante mudança, moldando seus discursos. Observa-se que também é um movimento histórico e cultural, tradicionalmente marcado pelas lutas de classes.

Na disputa por poder que ocorre no campo da cultura, o conservadorismo é um importante elemento na construção dos interesses de classe e da própria consciência de classe. Em tal processo, não estão em disputa somente as condições materiais de sobrevivência, o estão também as condições simbólicas, compostas por diversas argumentações, de diferentes naturezas (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2019, p. 872).

Os movimentos conservadores politicamente colocam-se à direita, pois se opõem a políticas igualitárias coletivistas e colocam “[...] a ênfase moral, sobretudo religiosa, nas questões sexuais e reprodutivas” (HENRIQUES, 2021, p. 36).

De acordo com Sepúlveda e Sepúlveda (2019) qualquer mudança social, segundo os conservadores, produziria “[...] um abalo na tradicional e estática concepção de mundo herdada da Idade Média. A perspectiva cristã, oficial no mundo ocidental, relacionava diretamente as atitudes humanas e, conseqüentemente, a atitude política a uma espécie de providência divina” (p. 871). Ainda segundo os autores, os conservadores estão sempre em oposição aos ganhos ou direitos sociais, baseiam-se na anti-intelectualidade, na irracionalidade e atuam contra qualquer revolução e a democracia “[...] tornando-se uma forte narrativa em disputa no campo da cultura” (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2019, p. 875).

Alves (2020) apresenta conceito semelhante e caracteriza o conservadorismo como a predileção pela tradição e o controle social opondo-se à liberdade de expressão e ao pensamento crítico:

[...] preservação da tradição como única depositária da verdade e dos valores morais, pela defesa da ordem social vigente em relação à estratificação social, pelo controle moral da sociedade e, em consequência, pela condenação de toda forma de liberdade de expressão contrária a ele, e pelo desencorajamento do pensamento crítico (p. 38).

Nesse mesmo sentido se posiciona Barroco (2015), que identifica o caráter ideológico do conservadorismo porque reproduz um modelo de sociedade baseado em valores preservados pela tradição e pelos costumes difundidos pela reificação e pelo irracionalismo, “[...] que dissemina o pessimismo, o anti-humanismo, o individualismo e desvaloriza a verdade objetiva, dissimulando as contradições sociais e naturalizando suas consequências” (BARROCO, 2015, p. 624).

Sepúlveda e Sepúlveda (2019, p. 872), classificam como conservador, portanto, todo e qualquer argumento contrário à transformação social ou alguma melhoria da classe trabalhadora ou alguma minoria:

Não é possível entender o conservadorismo desvinculando-o dos interesses de classe, mas não é só isso. O conservadorismo é reproduzido como argumento de uma retórica que ultrapassa as questões de classe, encontrando os motes abstratos de sobrevivência que estão em disputa no campo da cultura, em especial nas diferentes demandas dos grupos minoritários: mulheres, lésbicas, gays, negras etc. Isso não quer dizer que a luta de classes desapareça. Ela simplesmente se torna mais complexa, com mais variantes ocorrendo em diversos espaços sociais.

O conservadorismo ou neoconservadorismo compreendem diversas conjunturas, tentando impor sua forma de pensar e agir em diferentes contextos e grupos, principalmente no que se refere às minorias. Sepúlveda e Sepúlveda (2019) fazem referência à cultura na Revolução Industrial, momento em que este conceito é atravessado pela luta de classes e que, muitas vezes, é usado para normalizar e facilitar a aceitação das desigualdades sociais:

Portanto, o conceito de cultura se desenvolveu no mesmo período em que a retórica conservadora se manifestou com força. Todavia, entendemos o conceito de cultura como um locus de disputa atravessado pela luta de classes, onde são desenvolvidas múltiplas narrativas e explicações sobre o homem, a sociedade e o mundo. O conservadorismo é somente uma dessas narrativas, que se organiza para naturalizar as desigualdades sociais. Por isso, tal narrativa vai para além da questão de classe; ela se manifesta também naturalizando a desigualdade de raças, gêneros, sexualidades e religiões (p.875).

Além disso, a religião é utilizada pelos movimentos conservadores como meio de passividade social frente às injustiças sociais, visto que os conservadores desejam manter a ordem societária, onde ocupam lugar de poder e de lá não querem sair e nem dividi-lo.

Segundo Castro (2021), a reprodução da ordem capitalista exige uma concepção de mundo conservador e até reacionário, pois em tempos de crise e das contradições do capitalismo, as classes trabalhadoras mostram suas insatisfações e se tornam necessárias novas estratégias de consenso social, para além do uso da repressão ou da violência.

A conquista da classe trabalhadora só pode, então, passar pela limitação do alcance da razão e da ciência como uma das formas de compreender o mundo (restringindo o alcance e papel social da ciência propriamente dita), isto é, introduzir elementos racionalistas, mesmo no espectro científico; enquanto em um nível moral, no campo da ética, é fundamental a assunção de um horizonte conservador, de forma a manter os sujeitos não apenas em uma situação passiva, mas de adesão ativa à ordem capitalista (CASTRO, 2021, p. 37).

Barroco (2015) distingue conservadorismo e neoconservadorismo e situa essa passagem historicamente no contexto da crise mundial do capitalismo dos anos de 1970,

quando, para enfrentar ideologicamente as tensões sociais decorrentes da ofensiva neoliberal, houve uma reatualização do conservadorismo, que incorporou os princípios econômicos do neoliberalismo, sem abrir mão do seu ideário e do seu modo específico de compreender a realidade. Essa “nova versão” do conservadorismo Barroco (2015, p. 625), identifica como neoconservadorismo:

O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais.

Essa associação entre ideias conservadores e o neoliberalismo também é apontada por Moll (2015, p. 55): “Os neoconservadores e o neoconservadorismo partiam do mesmo princípio dos neoliberais. Inspirados no liberalismo clássico acreditavam que a interferência do governo na economia e os programas sociais geravam inflação, endividamento e prejuízos à produtividade”. O autor afirma que o termo neoconservadorismo foi cunhado pelo socialista Michael Harrington para se referir a este novo tipo de conservadorismo.

Vaggione (2022) também faz referência a essa pluralidade de termos e indica que, com o aumento dos estudos sobre esse tema, busca-se a compreensão desse fenômeno, que ainda está em construção, visto as várias nomenclaturas utilizadas como “[...] conservadurismo, antiderechos, derecha religiosa, derecha cultural y fundamentalismo” (VAGGIONE, 2022, p. 52). Também é possível encontrá-los no plural para demonstrar sua diversidade, ou com o uso de prefixos para demonstrar a sua atualização, por exemplo, neoconservadorismo. Mesmo parecendo serem diferentes, todos buscam a defesa dos valores tradicionais, em uma realidade de diversidades sexuais e autonomias religiosas.

Baseada em O'Sullivan, Henriques (2021, p. 29) destaca quatro escolas do pensamento conservador: “1) Reacionária; 2) Radical; 3) Moderada; 4) Nova Direita. Apesar de apresentarem proximidades, cada uma demonstra especificidades que devem ser mais bem elaboradas”.

Segundo Henriques (2021) a escola reacionária apresenta uma aliança entre as instituições políticas, os valores morais e religiosos como basilares na sociedade. Este movimento garantiria um equilíbrio social:

Assim, se o controle religioso diminui – como em sociedades seculares e/ou laicas – o controle político passa a crescer, abrindo caminho para tiranos, que crescem no vazio espiritual. Tal evento criado pela crença na habilidade do ser humano de abandonar a religião e seguir a felicidade através da ação política criativa, erodiria as estruturas sociais, levando ao caos (HENRIQUES, 2021, p. 29).

Ainda segundo a autora, baseada em O’Sullivan, esta é uma escola que tem caráter “esnobe” em relação à política e a utopia de uma “sociedade hierárquica perfeita e harmoniosa”, com tendências antissemitas. Seus defensores, que se dizem suprapartidários, lançam mão “[...] de expedientes extraconstitucionais na tentativa de derrubada da ordem social estabelecida, seja por via revolucionária, ou pela adoção de um conceito carismático de liderança que possa unificar o povo diante de uma representação democrática dividida” (HENRIQUES, 2021, p. 30). Essas são características que se assemelham muito com as propagandas de alguns partidos políticos no Brasil e as mídias, inclusive da TV aberta, que demonizam a política e o funcionalismo público e, por outro lado, enaltecem grandes empresários, trabalho voluntário e a iniciativa privada.

A escola radical está no outro extremo, uma mistura de nacionalismo e socialismo que exige a participação política de toda a população. Assim, enquanto a escola reacionária se apresenta de “cima para baixo”, esta deve acontecer “debaixo para cima”. O conservadorismo anda junto com a modernidade democrática. A população, seguindo líderes carismáticos, deveria enfrentar unidas as divisões sociais e as lutas de classes. Quanto às origens, essa escola de pensamento teve forte identificação com o nazismo e seus adeptos buscam mudanças para que se tornem mais aceitáveis no pós-guerra. Assim explica Henriques (2021, p. 30):

Seus primeiros proponentes foram pensadores do período entreguerras, críticos da República de Weimar e ficaram fortemente identificados com o Nazismo, como Carl Schmitt. Seus defensores tentaram torná-la uma escola mais respeitável no período pós-Segunda Guerra. Três estratégias intelectuais foram adotadas: rejeição do princípio do líder em sua forma individualizada; rejeição de uma doutrina nacionalista em favor de um ideal supranacional de unidade europeia como a principal salvaguarda contra a dominação dos EUA; rejeição de métodos políticos extraconstitucionais em favor de um programa gradualista de educação política em massa, afastando-se do totalitarismo fascista.

Henriques (2021) tece três críticas ao conservadorismo radical na sua origem: a fé absoluta em um único líder, praticamente uma irresponsabilidade; a utopia do envolvimento político em massa na sociedade moderna, visto que apenas as elites envolvem-se, enquanto a

maioria mantém-se desinteressada; e a repulsa a grupos que se opõe ao seu líder, desconsiderando a diversidade do pensamento político.

É possível relacionar essa escola de pensamento à situação política brasileira, em que estes grupos conservadores viram em Jair Bolsonaro³ um representante capaz de unir o povo brasileiro. No entanto, desconsideram e demonizam todos que se opõem a ele, inclusive com ataques e a volta de anúncios do tempo da ditadura militar, expressas em *slogans* como “Brasil, ame-o ou deixe-o!”, veiculados na TV aberta⁴. Percebe-se a tentativa de unificação do pensamento político, de ideias, o que em uma sociedade democrática é impossível.

A terceira escola de pensamento conservador descrita por Henriques é a moderada, que apresenta as seguintes características:

[...] comprometimento com um ideal de Estado limitado e regido pela lei; existência de instituições representativas e de uma constituição que controle o poder executivo. Apesar de apresentar interseções com a ideologia liberal, os conservadores rejeitam os conceitos racionalistas abstratos. No espectro conservador, encontra-se entre a apatia social defendida pelos reacionários e a mobilização ativa das massas desejada pelos radicais (HENRIQUES, 2021, p. 30-31).

Esse movimento, na Europa do século XX, originou uma “economia social de mercado” aliada à religião, combinando a simpatia por políticas socialistas, a refutação da cultura humanista e a exaltação conservadora tradicional como família e igreja “[...] característico de partidos democrata cristãos da Alemanha, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo na era do pós-guerra” (HENRIQUES, 2021, p.31).

A quarta escola de pensamento proposta por O’Sullivan, descrita por Henriques (2021, p. 32) é a Nova Direita, que surgiu como resultado após o “[...] desenvolvimento alcançado pela economia social de mercado anteriormente descrita. Ao ganhar influência sobre o pensamento conservador na Europa e nos Estados Unidos no período pós Segunda Guerra”.

³ Jair Messias Bolsonaro, em 2018, despontou como político da extrema-direita e da bancada BBB (boi, bala e Bíblia), com representantes do agronegócio, militares e religiosos. Ganhou muitos simpatizantes que o nomearam de “Mito”, por suas manifestações preconceituosas contra mulheres, negros, indígenas e LGBTQIA+. Conquistou eleitores com seu discurso anticorrupção e a defesa de projetos como Escola sem Partido, com a criminalização de movimentos sociais e defendendo o armamento civil. Eleito presidente do Brasil no mandato de 2019-2022. Tornou-se conhecido mundialmente por discurso e práticas anti-intelectuais e negacionista da ciência, com a difusão de declarações falsas e distorcidas, especialmente sobre a pandemia de Covid-19, deixando perplexos profissionais da saúde, cientistas e parte da população (ALVES; REIS, 2021).

⁴ No ano de 2018, último ano do governo Temer, o canal aberto Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), veiculou, imagens do Brasil com a mensagem “Brasil: Ame-o ou deixe-o”, slogan da ditadura militar. Disponível em: <https://observatoriodatv.uol.com.br/critica-de-tv/sbt-e-governo-slogan-da-ditadura-e-so-mais-um-capitulo-dessa-historia>.

Nos anos de 1970, no Reino Unido, os conservadores temiam que a constituição parlamentar fosse modificada por um sistema de governo corporativista e acreditavam que as barganhas privadas entre governos, grandes indústrias e movimentos sindicais, com os problemas econômicos como inflação e questões sociais, aumentaria a dependência de programas de bem-estar e a perda da identidade conservadora do país. Para isso foram propostas duas soluções: “reformulação da posição orgânica” e “livre mercado” (HENRIQUES, 2021, p. 32). A primeira solução foi desacreditada pelo nacionalismo fascista:

A reformulação da posição orgânica encontra em Roger Scruton seu principal defensor. Para o filósofo, a restauração da centralidade política ao sentimento nacional era necessária e urgente. Tal sentimento teria sido desacreditado pelo nacionalismo fascista na Segunda Guerra Mundial, e, depois, rechaçado pelo favorecimento pós-guerra de interesses supranacionais. Scruton via os Estados europeus modernos como entidades sociais distintas, “sociedades de estranhos” que não compartilham um genuíno senso de “nós”, e que, portanto, não desenvolveram uma identidade nacional (HENRIQUES, 2021, p. 32).

O filósofo conservador Roger Scruton acreditava que só o desenvolvimento de uma lealdade nacional comum conseguiria unir os diferentes em unidade. Henriques (2021) ainda destaca o pensamento de Scruton, em que difere lealdade nacional e “nacionalismo beligerante”. A primeira quer o consenso do modo de vida e o segundo usa os símbolos nacionais para recrutamento para guerras. Essa perspectiva de uma religião e cultura como um contrato social burkiano. “[...], ou seja, de um modo de vida e de ação política que leve em consideração os mortos (antepassados), os vivos e os não nascidos (as gerações futuras)” (HENRIQUES, 2021, p. 33).

No que se refere à defesa do livre mercado, Henriques (2021) traz os argumentos de Frederich Hayek (1899-1992), pensador austríaco e radicado no Reino Unido que, apesar de criticar o conservadorismo, “[...] por sua hostilidade ao desenvolvimento do conhecimento do qual depende o progresso das civilizações”, inspirou políticos da Nova Direita, pois criticava atitudes coletivistas e de vias do meio, acreditando no planejamento da economia e da ordem social e por não se definir a justiça social. No entanto, acreditava que apenas o mercado pode conjugar o pensamento prático, efetuando e destinando recurso de maneira eficiente, por isso o foco deveria ser “na produção e não na distribuição”. O filósofo “[...] não propunha oferta universal de serviços sociais de bem-estar baseada no recolhimento de impostos, mas sim na forma de seguros sem monopólio estatal” (HENRIQUES, 2021, p. 33). Suas críticas

advinham de uma visão equivocada de social-democracia e ainda foi acusado de não perceber que a economia de mercado promove a perda de valores morais.

De acordo com Henriques (2021), nos EUA, os intelectuais da Nova Direita, começaram a criticar o consenso coletivista, nas décadas de 1950 e 1960, insatisfeitos com New Deal (um novo acordo, medidas políticas econômicas dos EUA, de 1933 a 1940, sob o comando do presidente Franklin Roosevelt para uma recuperação da Grande Depressão), e o Great Society (grande sociedade, conjunto de medidas de erradicação da pobreza e desigualdade social, sob o comando de Lyndon Johnson, na década de 60). Desta forma o conservadorismo norte-americano ficou marcado por dois extremos:

i) a defesa libertarianista de Estado mínimo, por pensadores como Robert Nozick, e, ii) a tentativa de aplicação do conservadorismo europeu aos EUA, como proposto por Russell Kirk. De um ponto de vista prático, destacam-se Milton Friedman – o mais proeminente nome da Escola de Chicago – que compartilhava a defesa do livre mercado com Hayek e James Buchanan que também criticava o planejamento estatal (HENRIQUES, 2021, p. 33-34).

Paralelo a isso, o neoconservadorismo surge como reação ao Estado de Bem-Estar Social. Conforme Henriques (2021) havia uma crença que o Great Society acabou com a responsabilidade individual das pessoas, pois estas políticas não distinguiam o pobre “merecedor” do pobre “indigno” e que essas ações estatais haviam criado uma subclasse, famílias monoparentais e dependentes do Estado, por isso os neoconservadores “[...] defendiam o retorno ao conceito tradicional de autonomia” (HENRIQUES, 2021, p. 35).

Estabelecida a distinção entre os conceitos de conservadorismo e neoconservadorismo, na próxima seção, apresenta-se as relações entre neoconservadorismo e neoliberalismo.

2.1.3 As relações entre neoconservadorismo e neoliberalismo

Nesta seção, busca-se explicitar as relações existentes entre neoconservadorismo e neoliberalismo e, desta forma, procurar conceituar os termos situando-os num breve histórico e compreender essa relação nos âmbitos social e político.

Neoliberalismo, de acordo com Lacerda (2018), é uma teoria política da economia, onde o bem estar humano será tão grande quanto sua liberdade de empreender, uma estrutura institucional para forte proteção ao direito à propriedade privada e ao livre mercado. Um

Estado de intervenção mínimo, mas forte para proteger o capital e repressivo no que se refere à defesa policial e militar para defender a propriedade. Procura monetizar todas as ações humanas.

De acordo com Freitas (2018), é preciso entender o esgotamento do liberalismo e seus contra ataques à democracia. O autor destaca três filosofias sociais dos séculos XIX e XX: o conservadorismo, o socialismo e o liberalismo. Segundo o autor, o neoliberalismo vem sendo gestado desde a crise do liberalismo clássico da década de 1920, uma reação ao abandono de suas teses, que ganharam espaço na crise do estado de bem-estar social que foi até 1970. O neoliberalismo é a tentativa de reavivar o liberalismo clássico, revendo inclusive a adesão dos liberais à democracia liberal representativa.

Freitas (2018) observa que o surgimento do neoliberalismo se dá antes da crise do estado de bem-estar social, na revolução de 1917, na Rússia, acompanhada de maneira cautelosa pela Europa. Mesmo Lenin acreditando que seria o estopim e levaria os outros estados no mesmo sentido, mas a Europa sabia das consequências da revolução russa.

A contraposição ao modelo econômico russo foi planejada pela escola austríaca (FREITAS, 2018, p. 911): “Ludwig von Mises reagirá à proposta de uma economia planificada feita pela revolução russa, enquanto os canhões ainda estão fumegantes no interior da guerra civil russa que se seguiu à tomada do poder em 1917 e que duraria os quatro anos seguintes”.

É preciso ressaltar que o fim da primeira fase do liberalismo clássico em 1929, teve como acontecimento importante a Revolução Socialista Russa de 1917, mesmo com a primeira guerra mundial (1914), que também contribuiu para a queda do liberalismo clássico. Agora com uma motivação ideológica, pois o medo da revolução socialista russa e da planificação da economia, estampadas nas publicações políticas de 1922, reacende o retorno ao liberalismo clássico (FREITAS, 2018).

Mises escreveu o livro “Liberalismo”, em 1927, na crise do liberalismo clássico que pioraria com a crise de 29, dando espaço para o estado de bem-estar social, para tristeza dos liberais. Prevendo as complicações com o nazismo com a Áustria e com a Segunda Guerra Mundial, Mises muda-se para os Estados Unidos em 1940, seguindo carreira acadêmica:

Na fase europeia, seu aluno mais brilhante foi Friedrich August von Hayek, que também deixou este país em direção à Inglaterra antes da segunda guerra mundial. Mises naturalizou-se na América; Hayek naturalizou-se na Inglaterra. Ambos

trabalharam intensamente na montagem de um grupo internacional que se reunia nos Alpes Suíços com o nome de MontPélerin destinado a difundir suas teses. Hayek também esteve nos Estados Unidos onde tanto ele como Mises, tiveram seu salário pago pela Fundação Volker durante 10 anos (FREITAS, 2018, p. 912).

Conforme Freitas (2018), com inspiração nesses líderes e na retomada do liberalismo, um neoliberalismo repaginado, de acordo com sua natureza e livre da socialdemocracia e do socialismo, dois seguidores deram prosseguimento: Milton Friedman (Universidade de Chicago) e James Buchanan (Universidade George Mason, em Virgínia), este financiado pelos irmãos Koch da indústria petroquímica americana. Gonzalez e Costa (2018, p. 554), explicitam a influência destes economistas:

Esse discurso ganha notoriedade a partir de economistas como Friedrich Hayek (Escola Austríaca) e Milton Friedman (Escola de Chicago), ganhadores do Prêmio Nobel de Economia de 1974 e 1976, respectivamente. No campo político, são marcos da virada neoliberal, o governo de Margareth Thatcher como primeira-ministra da Grã - Bretanha a partir de 1979 e a ditadura liderada por Augusto Pinochet no Chile entre 1973 e 1990.

Friedman era técnico, acreditava que a ciência deveria zelar pelos preceitos morais. Já Buchanan era político radical, que via o Estado cercado de funcionários mal intencionados, que objetivavam destruir o liberalismo por apoio popular. Os dois almejavam acabar com o Estado. Buchanan foi incumbido de criar uma agenda econômica liberal radical, conhecida como neoliberalismo. Assim inicia-se um segundo ciclo:

Como se vê, o esgotamento do primeiro ciclo liberal, o liberalismo clássico, tenta ser recuperado, agora de forma radical, num segundo ciclo. Os problemas econômicos que motivaram a queda do liberalismo clássico são atribuídos pelos refundadores deste novo liberalismo à deturpação de suas teses e à falta de investimento no aprofundamento destas e não aos problemas econômicos e sociais que elas geraram (FREITAS, 2018. p. 912).

Freitas (2018) adverte que a lógica da agenda de Buchanan, baseada na liberdade pessoal e social, seria equivalente ao capitalismo sem restrições, com governos que se comprometem com a população menos favorecida economicamente. Para o autor, o entendimento dos liberais é que só existe liberdade pessoal e social se há liberdade econômica. Assim, a liberdade pessoal é produto da liberdade econômica e não da democracia, que só vale se garantir o direito de acumulação privada, onde a redistribuição de renda, através de financiamento do bem comum ou a promoção de justiça social, acabam

tomando o fruto do trabalho individual e que aqueles que não guardam dinheiro são considerados inferiores, por Buchanan.

Ainda segundo Freitas (2018), Buchanan acredita que todo mal advém da união de indivíduos em movimentos para influenciar o governo a trabalhar por eles, essa maioria, chamada por ele de fracassadas, entenda-se como desfavorecidas economicamente, impõe a minoria suas vontades, uma violação à liberdade individual daqueles que trabalham e pagam honestamente seus impostos. Para Buchanan as regras de livre mercado deveriam constar nas constituições nacionais e, desta forma, serem irrevogáveis, mesmo que fosse necessário romper com a liberal democracia, pois o que está em risco é a liberdade pessoal e social e barrar a economia planificada que viria do esquerdismo e do comunismo. Assim, o liberalismo econômico radical seria uma prevenção proativa ao risco iminente da social-democracia, o esquerdismo e o comunismo, mesmo que não sejam ameaças reais.

Assim esgota-se o liberalismo clássico que tinha como pilares “[...] direitos sociais que permitissem ao cidadão participar das decisões democraticamente e o respeito ao diferente, ao oponente” (FREITAS, 2018, p. 914), e dá lugar ao liberalismo autoritário baseado na ausência do Estado tanto na vida do cidadão como no livre mercado, onde o limite é o mérito e o método é o “anarquismo criador”, um Estado mínimo, mas forte na garantia do livre mercado autoritário, do viés político e autoritário.

Desta forma o liberalismo clássico se contrapõe ao liberalismo radical, principalmente no que diz respeito a democracia liberal representativa:

[...] presciente dos riscos de seu fracasso no âmbito desta, pois as pressões das massas, motivadas pelas contradições sociais e econômicas geradas pelo capitalismo, ao se tornarem insuportáveis em um regime democrático representativo, levam tais massas de insatisfeitos (cada vez maiores) a pressionar seus representantes a agir contra o livre mercado (FREITAS, 2018, p. 914).

Por isso a ameaça da revolução russa ao liberalismo europeu é vista pelos neoliberais como um risco iminente que deve ser neutralizado. Freitas (2018) adverte que, para Hayek a democracia é um meio, não um fim, que a democracia é esperada para o liberalismo, mas não é um pré-requisito.

Já Lacerda (2018), acrescenta que após a Segunda Guerra Mundial, EUA, Japão e outros países priorizaram o emprego e a expansão econômica e o bem-estar social, ainda que

precisassem intervir no livre mercado, conhecido de liberalismo encapsulado, onde o mercado e as empresas seriam cercados por restrições sociais e políticas, aumentando o desenvolvimento econômico em países do terceiro mundo nas décadas de 1950 e 1960. A autora ainda explica que esse liberalismo encapsulado nos EUA foi caracterizado pelo Great Society, resultado das organizações trabalhistas e progressistas do Partido Democrata, que promoveram um conjunto de reformas nos anos 60. Destaca também o movimento negro na luta por direitos civis no norte, abrangendo as rebeliões Negras em Nova York, Filadélfia e Los Angeles, de 64 e 65, por igualdade política e bem-estar econômico. O presidente Lindon Johnson ampliou os direitos civis e políticos e as políticas sociais. Essas reformas do Great Society abrangiam saúde, segurança alimentar, aumento de benefícios previdenciários, fortalecendo a proteção ambiental e do consumidor. As medidas acabaram aumentando o gasto social e a regulação do mercado, diminuindo os lucros de grandes corporações.

Segunda Lacerda (2018) nos EUA é possível observar a aliança entre neoliberais e neoconservadores principalmente no sul do país, capitalistas de direita (trabalhadores politicamente atomizados), a classe média conservadora extrema, grupos sob forte influência pentecostal e opostos ao Great Society. A crítica desta direita aos programas Great Society se dava porque as políticas de bem-estar social não diferenciavam o pobre merecedor do pobre indigno, ajudando a todos sem distinções (LACERDA, 2018).

Ainda segundo a autora, apesar das diferenças marcantes entre neoliberalismo e neoconservadorismo, essa aliança entre o liberalismo na economia e o tradicionalismo é incongruente. O neoliberalismo em defesa da liberdade individual admite o multiculturalismo com movimentos de liberdade artística e diversidade de estilos de vida. Na lógica neoliberal é preciso criar necessidades para fomentar o mercado, indo contra a lógica neoconservadora que orienta a coibição dos desejos. O neoliberalismo lida com o futuro, onde não há fronteiras para o capital, já o neoconservadorismo visa o nacionalismo.

Lacerda (2018) identifica a primeira tentativa de implantação do neoliberalismo, no contexto mundial, no Chile, sob o comando de Pinochet, depois do golpe de setembro de 1973 quando um grupo de 61 economistas, conhecidos como *Chicago boys*, foi chamado para reconstruir a economia do país. Eram discípulos das teorias liberais de Friedman, então professor da Universidade de Chicago, e a escolha acontece na formação da coligação conservadora onde os EUA incentivam políticas de enfrentamento a governos de esquerda na América Latina no período da Guerra Fria. Com o apoio do FMI e dos *Chicago Boys*,

Pinochet desfaz as nacionalizações e volta a privatizar os bens públicos e previdência social, incentivando a iniciativa privada na exploração de recursos naturais, como madeira, favorecendo assim o capital estrangeiro.

Em visita ao Chile, Hayek não percebeu diferenças em relação à liberdade nos governos de Pinochet e de Allende (presidente deposto pelo sanguinário golpe militar de Pinochet). Enquanto Friedman, que auxiliou o governo chileno no combate à inflação, mas manteve-se à distância, foi criticado abertamente, Buchanan e Hayek apoiaram abertamente a ditadura chilena e saíram intactos. Friedman inclusive contribuiu para a escritura da constituição chilena registrando assim os princípios do livre mercado (FREITAS, 2018).

O liberalismo encapsulado começa a desmoronar no fim dos anos de 1960, por uma acumulação do capital. Conforme Lacerda (2018, p. 59-60):

As propostas socialistas e comunistas, no sentido de se aumentar a regulação e o controle estatal, seriam uma possível solução para a crise; outra resposta seria o neoliberalismo, que saiu vitorioso. A santificação da nova ortodoxia deu-se no Consenso de Washington, em 1990. O arranjo pós-guerra implicara em poder econômico restrito às classes altas e em a classe trabalhadora ter um pedaço maior do bolo para si. O avanço de partidos e de forças sociais de esquerda representavam um risco às elites de países como Itália, França, Espanha e Portugal, e também como Chile, México e Argentina. O neoliberalismo, assim, se efetivou para restabelecer o poder das elites econômicas.

O Estado passou a ser o causador da crise econômica mundial nos anos 60, pois era ele que regulava as políticas econômicas, privatizações, comércio e a ajuda ao desenvolvimento econômico do setor privado, reforçados pelos economistas Hayek e Friedman e influenciaram os governos da Inglaterra e Chile.

O neoliberalismo, conforme Freitas (2018), influenciou Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos, na década de 1980, sistema que também entrou em crise financeira em 2008, juntamente com a crise política do Brexit, na Inglaterra em 2016 e selada pela eleição de Donald Trump nos EUA. Lacerda (2018), também exemplifica que o neoliberalismo chega em diferentes países, inclusive da ex-União Soviética, e em democracias de bem-estar social, como Nova Zelândia, a partir de 1979. No final dos anos de 1980 e 1990 a ideologia neoliberal chega a países da América Latina: no Peru com Alberto Fujimori, na Argentina com Carlos Menem e no Brasil com Fernando Henrique Cardoso.

Lacerda (2018) explica que o neoliberalismo na América do Norte refere-se a políticas que priorizam o capitalismo, agindo na privatização de estatais e acabando com o Estado de

bem-estar social. Na América do Sul o neoliberalismo busca acabar com as soberanias democráticas. Das duas maneiras, aumenta as desigualdades (LACERDA, 2018).

Segundo Gonzalez e Costa (2018), a hegemonia neoliberal, composta nos anos de 1970 e fortificada nos anos de 1980, 1990 e 2000, afeta, de diferentes formas, a vida social e apresenta-se como pensamento único nos meios políticos e acadêmicos. Entre seus principais fundamentos está o de que o Estado, obsoleto e inapto, não deve se intrometer em diferentes áreas, como os direitos sociais, que seriam auto regulado pela livre iniciativa, dando espaço ao setor privado eficaz e avançado, o que não significa o fim do Estado, que apesar de mínimo, deve ser forte para legitimar os valores do mercado nas relações sociais.

Freitas (2018) adverte a importância de conhecer o inimigo e não subestimá-lo, diferenciando o inimigo do adversário. Caracteriza o primeiro como o que quer eliminar aqueles que se colocam contrários, diferentemente dos adversários que se opõem, mas se respeitam; natural em democracias liberais. No atual cenário, social-democratas, socialistas e progressistas são vistos como inimigos e assim devemos encarar nosso oponente. O autor cita como exemplos as mortes de líderes do Movimento dos trabalhadores Sem Terra - MST e acrescenta-se aqui, a execução do tesoureiro do PT, Marcelo Aloizio de Arruda, em sua festa de aniversário, levando a morte para quem estava comemorando a vida, pois tinha como tema de sua festa o PT e o atual presidente Lula⁵.

Gonzalez e Costa (2018) chamam atenção que, juntamente com os princípios econômicos, outro conjunto de pressupostos vem se solidificando no meio político e social: o neoconservadorismo. Neoliberais e neoconservadores concordam em suas atuações políticas, pois assumem um posicionamento de classe comum, dominante e capitalista, constituem inimigos comuns: às pautas contra a esquerda, unem-se no campo político, usando da mídia como aliados na sua consolidação.

Lacerda (2018) acrescenta que, a partir de Wendy Brown, neoconservadorismo e neoliberalismo colaboram para a irresponsabilidade nas decisões do governo, ambos lutam contra a liberdade política e a igualdade entre os cidadãos, pois o primeiro incentiva o poder do Estado para fins moralizantes e o segundo subestima os cidadãos em favor do mercado:

⁵ Tesoureiro do PT de Foz do Iguaçu é assassinado na própria festa de aniversário; polícia investiga se o crime teve motivação política. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/07/10/tesoureiro-do-pt-de-foz-do-iguacu-e-assassinado-na-propria-festa-de-aniversario-policia-investiga-se-o-crime-teve-motivacao-politica.ghtml>.

O neoliberalismo transforma, para ela, problemas coletivos em problemas individuais com soluções de mercado e defende o estatismo no modelo de empresa, em que normas democráticas são substituídas por critérios de eficiência e lucro. O neoconservadorismo, em compensação, prepara o terreno para as características autoritárias da governança neoliberal, porque o discurso político religioso permite, para ela, mobilizar uma cidadania submissa (LACERDA, 2018, p.62).

Para Lacerda (2018), inspirada em Brown, o neoconservadorismo atua como uma resposta à degradação moral do capitalismo, ocupando um lugar vago, com valores morais inflexíveis, que se opõe ao comunismo e à distribuição de renda. O conservadorismo apresenta-se como o lado autoritário do neoliberalismo, que é contrário à solidariedade, pois essa ameaça à competitividade e acumulação de capital. Assim, a solidariedade deve ser transformada em ação individual, da propriedade privada e responsabilidade pessoal e abrange as políticas públicas, justificando privatizações e cortes. “Disso resulta uma desagregação, que é preenchida por valores morais rígidos, pela família e pela religião. Os princípios morais são um contrapeso ao caos a que o neoliberalismo leva” (LACERDA, 2018, p. 63).

Segundo Lacerda (2018), as mulheres acabam por sofrerem os maiores ataques, pois como tem renda menor e menos patrimônio, ainda são comparadas, caracterizadas por sua situação - divorciadas, abandonadas, viúvas com filhos e dependentes de políticas de bem-estar - acabam sendo o maior grupo das políticas de assistência social, quando aumentam a riqueza e cortam impostos que pagariam programas assistenciais. Na defesa neoliberal pela redução do Estado é preciso fortalecer a família tradicional, pois mulheres sozinhas tornam-se vulneráveis socialmente e economicamente, deixando de beneficiar as elites econômicas. Essa narrativa de defesa da família dificulta ações coletivas, pois as pessoas identificam-se como membros da família e não mais como trabalhadores ou militantes de movimentos sociais, cidadãos, faces dessa relação neoconservadora, antifeministas e contra o Estado de bem-estar, tendo como elemento fundamental a “[...] ideologia privatista, que inclui o poder privado do livre mercado e o poder privado do patriarcado” (LACERDA, 2018, p. 64).

Freitas (2018), afirma que hoje vemos o desgaste da democracia liberal e da política:

Afinal, o que significa o liberalismo ter se voltado contra a própria democracia liberal patrocinando golpes, praticando “lawfare” no judiciário, associando-se ao conservadorismo reacionário para voltar ao poder? Seria sinal de autoconfiança do liberalismo, motivado pelo fracasso do socialismo real? Ou seria presciência de seu próprio esgotamento? (p. 906-7).

De acordo com Freitas (2018) há uma crise do próprio liberalismo e suas influências no conservadorismo e no socialismo. A crise brasileira de 2013 colocou o país na crise do mundo contemporâneo. Então, o que chegou aqui foi um neoliberalismo tardio pelo temor da economia planificada, dos anos de 1920, que também não deu conta de promover o desenvolvimento sustentado, quando chegou a lugar de destaque nos anos 70.

Na história recente, a tentativa de afastar do poder o Partido dos Trabalhadores, o conservadorismo e o liberalismo se une contra um suposto socialismo, ainda que embrionário, a social-democracia. Já a esquerda aliando-se ao liberalismo, na busca de recuperar um socialismo democrático, acabou saindo atravessada, com o fim da coligação de partidos aliados ao PT. A coalizão, ou seja, a aliança de partidos de direita, que se unem para garantir mais cargos políticos:

O desfecho da coalizão do Partido dos Trabalhadores no Brasil é um resultado desastroso principalmente para aqueles que acreditaram, na década de 90, que poderiam “recuperar” o socialismo real incorporando a ele uma maior dose de liberalismo, ou seja, propondo um “socialismo democrático” que na prática nunca passou de uma social democracia de esquerda. Aqui, mais liberalismo resultou em mais veneno para o próprio socialismo (FREITAS, 2018, p. 908).

Desta forma, Freitas (2018, p. 909) percebe três núcleos no governo do ex-presidente Bolsonaro: “[...] um núcleo conservador (onde figura o próprio Bolsonaro); um núcleo liberal (onde figura Paulo Guedes) e um terceiro núcleo que se superpõe aos dois anteriores, responsável pela implementação do autoritarismo social (onde figuram Moro e Mourão)”. O autor acredita que, mesmo com as influências destes três núcleos nas políticas públicas, os dois últimos foram mais relevantes que o primeiro.

Freitas (2018) aponta para a contradição na montagem do governo Bolsonaro: o confronto das teses do conservadorismo e liberalismo, mas também a contradição entre autoritarismo e liberalismo, onde esse último se camuflou como democracia liberal representativa para chegar ao poder e aprovar seu projeto histórico capitalista. Temos então um embate entre liberais autoritários e liberais democráticos.

Freitas (2018) explica como ocorreu, a nível mundial, o endurecimento do liberalismo, baseado em Wallerstein. Ele afirma que a queda do muro de Berlim e o fim da URSS representam o fim do marxismo e a vitória do liberalismo, no entanto esses acontecimentos

foram interpretados de maneira equivocada, demonstrando, na verdade, a ruína do liberalismo. Aponta a principal contradição desta filosofia:

[...] há uma contradição inerente na ideologia liberal e que não tem como ser resolvida. É a contradição entre a proclamação de que os seres humanos gozam dos mesmos direitos, por um lado, e por outro, a existência de uma prática em que os resultados alcançados pela economia internacional capitalista atestam a produção da desigualdade e da exclusão social, colocando o liberalismo em uma crise de legitimidade (FREITAS, 2018, p. 910).

O autor se refere à crise do liberalismo clássico e do liberalismo econômico radical, ou seja, o neoliberalismo e suas formas de precarização do trabalho. Por essa razão, chama atenção para essa variante que chegou ao Brasil, mais explícita do que no período do governo de Fernando Henrique Cardoso, que prometeu desenvolvimento social e econômico.

Esta crise no liberalismo deu espaço para o conservadorismo, mas também para movimentos contestatórios. No Brasil, segundo Freitas (2018), mesmo sobre o predomínio da esquerda social democrata, nos governos de Lula e Dilma, conseguiram propagar a ofensiva liberal-conservadora até 2014. No governo de Bolsonaro enfrentamos o neoliberalismo mais duro, fracassado em muitos países como Estados Unidos, Chile e do leste europeu.

A partir dos anos de 1990, nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, a introdução neoliberal privatizou estatais e realizou reformas políticas, isentando o Estado dos direitos sociais, onde as políticas públicas ficam em segundo plano, do campo social para o político, ligado ao mercado (GONZALEZ; COSTA, 2018).

Segundo Freitas (2018, p. 917) é mérito do Partido dos Trabalhadores ter atrasado a ascensão desta política tentada por Fernando Henrique Cardoso no Brasil:

Estas ideias neoliberais rondaram a ditadura militar na figura de Roberto Campos, mas não encontraram terreno fértil para seu pleno desenvolvimento. Depois retornaram com Collor, mas novamente foram interrompidas, reaparecendo com mais vigor com Fernando Henrique Cardoso. Mas, mesmo com este último, elas foram amenizadas pela presença no governo dos sociais democratas – Bresser Pereira à frente – que criaram um ambiente híbrido misturando - se aos neoliberais. Como Bresser- Pereira saiu do governo Fernando Henrique Cardoso, penso que os neoliberais que ficaram poderiam ter avançado caso não tivessem perdido as eleições para a coalizão do PT em 2002.

As dificuldades enfrentadas pelo PT, nos anos 2000, resultados econômicos insuficientes e a crise internacional, estão relacionadas aos fenômenos socioeconômicos dos últimos 20 anos: de um lado os neodesenvolvimentismo junto com o empresariado nacional preocupados com as reformas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso, aliados a Lula; do outro lado o neodesenvolvimentismo ainda ligados a FHC, de natureza entreguista e subserviente ao capital internacional. Freitas (2018, p. 917), explica que: “A partir de 2014, pressionada pelos poucos resultados econômicos e pela crise internacional, as classes empresariais nacionais desfazem esta aliança com os neodesenvolvimentistas e retomam a articulação com os neoliberais, rompida na era FHC”.

Nesse cenário político, a ênfase no mercado e na concorrência reflete nos aspectos da vida, onde direitos sociais tornam-se serviços a serem adquiridos, assim cada um é vendedor de si num livre mercado, um individualismo selvagem, chamado de empreendedorismo e a juventude acaba por ser lançada numa luta pela sobrevivência. O neoliberalismo acaba com a proteção social do Estado com o trabalhador, que perde os direitos de acesso à saúde, educação e previdência social. Com essa narrativa, o indivíduo é colocado no mercado, competindo com seus, lutando por um sucesso que agora só depende dele. Com as reformas trabalhistas, vê no empreendedorismo a única saída para ser bem sucedido, livre do Estado e dos sindicatos. Sem a proteção do Estado, o trabalhador se vê obrigado a aceitar as leis do mercado (FREITAS, 2018). O autor adverte que o liberalismo clássico traz o liberalismo econômico radical como uma atitude de desespero, deixando de lado alguns de seus princípios: “Isso inclui atacar a democracia liberal por dentro, usando o espaço democrático para estabelecer o livre mercado como determinação constitucional e fora do alcance das pressões dos movimentos sociais, seguindo J. Buchanan” (FREITAS, 2018, p. 918).

Pode-se observar, por exemplo, o ex-presidente Bolsonaro, que em várias ocasiões compactuou com atos antidemocráticos pelo Brasil. Em 2018, durante as eleições brasileiras e o temor da vitória de Bolsonaro, no Chile já se noticiava manchetes como “Alarme liberal contra Bolsonaro!”⁶, temendo que o poder ficasse na mão de quem desconhece os princípios do liberalismo, como igualdade perante a lei, respeito, tolerância, democracia e direitos humanos. Um alerta do liberalismo chileno ao liberalismo brasileiro (FREITAS, 2018).

⁶ Alarme liberal contra Bolsonaro. Jornal La Segunda. 19 out. 2018. Disponível em: <http://imprensa.lasegunda.com/2018/10/19/A>.

Segundo Freitas (2018), o que nos impacta é a associação entre o liberalismo econômico autoritário e o conservadorismo, de forma organizada e militante com uma frente jurídica, parlamentar e midiática em sua defesa com o uso de ferramentas jurídicas ilícitas, lawfare, contra quem considera seus inimigos, bem como outras medidas. Ele afirma:

Além do “lawfare”, a atuação destas forças inclui: limitar ou dificultar o voto do cidadão, ou pelo seu oposto, facilitar para que o cidadão não se manifeste nas eleições (voto não obrigatório, por exemplo); impedir os processos de organização social dos mais desfavorecidos; não transferir impostos para os menos favorecidos e barrar os processos de redistribuição de renda; destruir a organização dos trabalhadores, a atuação dos sindicatos e confederações; destruir a atuação e organização dos movimentos que lutam pelos direitos humanos; atuar contra os imigrantes e contra ações de preservação do meio ambiente; desregular a atuação das corporações; privatizar tudo que for possível; propor formas de proteção constitucional quase que irrevogáveis, que evitem o impacto de eventuais decisões contrárias ao livre mercado, entre outras (p. 919).

Para Freitas (2018), os liberais brasileiros acabaram “dando um tiro no pé” ao apoiar o golpe contra a presidenta eleita democraticamente em 2016, elegendo e fortalecendo o ex-presidente Bolsonaro, que derrotou não apenas a esquerda, mas também a direita liberal clássica, dando prioridade ao liberalismo econômico autoritário associado ao conservadorismo. O autor alerta para a contradição entre o liberalismo: clássicos e os neoliberais.

Segundo Freitas (2018), a traição liberal à democracia é a primeira medida para que o capitalismo se perpetue com bases ditatoriais e fascistas, o que não traz estabilidade, mas prorroga o fim do liberalismo. Inspirado em Wallerstein, observa que a construção deste projeto deve ser interpretada como uma luta de classes entre a esquerda global, a maioria e a direita global, a minoria. A única saída é um sistema histórico, igualitário e democrático. O autor ainda acredita que é necessário um novo ciclo do socialismo livre do liberalismo, aproveitando experiências de construção e lutas dos últimos dois séculos. Ressalta a importância da resistência, mas é preciso ver além da democracia liberal representativa. Por um lado, sem ela prevalecerá silenciamentos e massacres, mas por outro lado apenas ela será insuficiente, como mostra seu passado, apenas esperando as futuras crises.

Freitas (2018), afirma que é necessário defender a democracia liberal, pois ela é um estágio básico para a civilidade, mas é preciso avançar para uma democracia socialista, dos trabalhadores. Esse esgotamento do liberalismo fragilizou a democracia liberal, dando espaço

à construção de um novo sistema histórico, que pode ser bom ou não, dependerá da nossa resistência propositiva.

Se estamos em plena luta pelo desenvolvimento de um novo sistema histórico, então devemos radicalizar nossas concepções de sociedade durante o período de resistência que se abre, tornando-o propositivo até para que seu resultado não seja um sistema histórico ainda pior do que o próprio liberalismo que já se vai. O futuro está em aberto. Vamos devolver ao baú da História estas velharias que as elites brasileiras atrasadas querem apresentar como inovações promissoras de desenvolvimento social e econômico e criar uma democracia de tipo superior (FREITAS, 2018, p. 923).

Nesse contexto marcado pela relação entre neoliberais e conservadores, através do uso ideológico das mídias com discursos de ódio, a sociedade é conquistada com a narrativa de inovação e modernidade, articuladas com ordem e progresso. São utilizados argumentos que desresponsabilizam o Estado, defendem a desregulamentação e flexibilização da força de trabalho e sugerem reformas educacionais, gerencialistas, utilitaristas e individualistas, instrumentalizando a escola. No que se refere à técnica garantiria a produtividade e eficiência, colocando de forma prioritária as questões políticas, como defende o movimento Escola Sem Partido.

2.2 OS IDEAIS NEOCONSERVADORES NO OCIDENTE

Entende-se que o neoconservadorismo pode ser visto como um movimento ou conjunto de movimentos que, sob essa mesma expressão-chave, “neoconservador”, ou “neoconservadorismo”, apareceu em diversos países, sobretudo, ao longo do século XX. Na comparação, assume algumas diferenças entre as formas pelas quais se deu sua ascensão nos Estados Unidos e na América Latina, guardando especificidades também no Brasil, o foco desta pesquisa. Observa-se, assim, que não se trata de um fenômeno endêmico em um país ou continente, mas que tem amplitude mundial e praticamente simultânea.

2.2.1 Neoconservadorismo nos Estados Unidos da América

O neoconservadorismo, como explica Lacerda (2018), refere-se tanto ao movimento intelectual, um modo de pensamento, quanto a um movimento político, sendo que o primeiro

precede o segundo. O intelectual, surgido nos anos de 1950, advém da produção acadêmica, defensores do liberalismo econômico e anticomunistas, enquanto o político iniciou-se em 1980, com a aliança neoconservadora que possibilitou a eleição de Ronald Reagan para presidente dos Estados Unidos da América.

Vários autores, como Barroco (2015), Moll (2015), Lacerda (2018), Lima e Hipólito (2019) situam a origem do neoconservadorismo no período após a Segunda Guerra Mundial nos Estados Unidos da América, onde, segundo Barroco (2015), se destacou um grupo de intelectuais como Irving Kristol, Daniel Bell, Russell Kirk, entre outros, que se manifestaram contrários aos movimentos de contracultura e de defesa de direitos das minorias. Posteriormente, este grupo neoconservador se alinha às políticas neoliberais, especialmente a partir do governo Reagan, incluindo em sua pauta a defesa “[...] do neoliberalismo, do militarismo e dos valores tradicionais familiares e religiosos” (BARROCO, 2015, p. 624).

Os intelectuais neoconservadores se organizam a partir do começo da Guerra Fria para construir um movimento calcado no libertarismo econômico, na tradição da moralidade e no anticomunismo. Conforme Lacerda (2018), até 1970 neoconservadores acreditavam serem liberais, por serem contrários à intervenção do Estado na economia. A partir de 1960 o liberalismo foi mudando, incorporando as demandas da “nova esquerda”. Os intelectuais neoconservadores começam a se afastar mais à direita em uma posição conservadora. Passaram a se opor ao liberalismo alterado que desafiava o *status quo* em apoio a Great Society, programas do presidente democrata Lyndon Johnson:

[...] pela eliminação da pobreza e a desigualdade racial, fundado nas reivindicações dos movimentos pelos direitos civis, contra a Guerra do Vietnã, pela libertação da mulher e por cotas e por ações afirmativas. A ascensão estudantil *Black Power* criou a preocupação com o fato de que as exigências por maior igualdade poderiam sair do controle (LACERDA, 2018, p.32).

Neoconservadores mostram assim, o seu lado mais conservador, pois apostam na ameaça em uma visão pessimista sobre a economia e a transformação social (LACERDA, 2018). Assim, neoconservadores e neoliberais querem menos intervenção do Estado no setor econômico e nas questões morais, visto que, segundo eles, o Estado de bem-estar social privilegia uma minoria, causando degeneração social. Segundo Lima e Hypolito (2019, p. 4):

Neoconservadores criticavam, dessa forma, as intervenções estatais na vida das pessoas, ao afirmar que a presença do Estado representava um perigo em termos morais e econômicos, pois menosprezava o que sempre foi visto como um dos grandes valores americanos: a liberdade individual.

Intelectuais neoconservadores ligados ao Partido Democrata o abandonam e juntam-se à direita secular do Partido Republicano e da Direita Cristã. O combate aos movimentos reivindicatórios favoreceu a aliança dos neoconservadores, também nomeada de Nova Direita. Corporificada na eleição de Reagan em 1981 e comandando o Senado Norte Americano, pela primeira vez desde 1952, o movimento neoconservador mostra-se como movimento político (LACERDA, 2018).

Na constituição do movimento neoconservador, Lima e Hypolito (2019), tomando como referência os estudos de Apple (2000), identificam a presença de quatro grupos com objetivos diferentes:

[...] os neoliberais, os neoconservadores, os populistas autoritários e a nova classe média profissional. Os **neoliberais** constituem a liderança da Nova Direita e representam o grupo que se preocupa com a orientação político-econômica atrelada à noção de mercado. Os **neoconservadores** são aqueles que definem os valores do passado como melhores que os atuais e lutam pelas tradições culturais. Os **populistas autoritários** são, em geral, grupos de classe média e de classe trabalhadora que desconfiam do Estado e se preocupam com a segurança, a família, o conhecimento e os valores tradicionais. [...] Por fim, o grupo constituído pela **nova classe média profissional** está preocupado com a mobilidade social e tal segmento “pode não concordar totalmente com esses outros grupos, mas [...] [seus] interesses profissionais e progresso dependem da expansão de sistemas de prestação de contas, da busca da eficiência e de procedimentos gerenciais” (APPLE, 2000 apud LIMA; HYPOLITO, 2019, p. 4).

Michael Apple (2022)⁷, intitulou de guarda-chuva o bloco hegemônico formado por esses quatro grupos que utilizam a educação de diferentes maneiras para transformarem a sociedade, a economia, a vida das pessoas, os pensamentos e o senso comum, que se movimenta para a direita.

Os **neoliberais** são considerados por Apple (2022) o grupo com maior influência no Brasil e EUA, que priorizam o privado em detrimento do público e buscam mercantilizar tudo, inclusive a educação, incentivam a competição entre os professores através das avaliações em larga escala e torna a educação uma mercadoria. Desejam um Estado fraco, no

⁷ Palestra: Democratic Education (Educação Democrática) proferida no Congresso Internacional Movimentos Docentes, evento promovido pela Rede Internacional Movimentos Docentes e realizado em 14 de out. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1DKz07sQFLs>

que se refere às políticas públicas e na interferência no mercado financeiro, mas forte na exploração do capital e na repressão em favelas, por exemplo.

Os **neoconservadores** são aqueles que desejam um Estado forte sobre o conhecimento e os valores que serão repassados às gerações futuras no currículo nacional, que no Brasil constituem o Movimento Escola Sem Partido, procurando definir o que deve ser ensinado ou excluído do currículo escolar. Segundo Apple (2022) nos EUA, 21 estados penalizam professores que ensinaram sobre temas como a história africana, raça, corrupção, sexualidade e sobre o corpo e identifica esse como um fenômeno internacional.

Os **populistas autoritários** constituem movimentos fortes no Brasil, EUA e Hungria, e defendem princípios religiosos conservadores porque entendem que eles fortalecem a democracia, enquanto que a **nova classe média profissional**, uma pequena burguesia burocrática é “[...] formada por gerentes e profissionais qualificados, assumiu um poder maior ainda nos rumos das políticas sociais e educacionais” (APPLE, 2003), e tem a necessidade de medir tudo que move e na educação, destacam-se os testes padronizados, não importando sobre as relações estabelecidas em sala de aula com um currículo mais democrático.

Henriques (2021, p. 35), comenta que Lacerda (2019) identifica a coalizão de diversos grupos que constituíram o movimento neoconservador a partir de 1970: “De um lado grandes representantes da elite econômica preocupados em reestabelecer seu poderio de classe, e do outro, uma considerável parcela da classe trabalhadora alinhada a um forte tradicionalismo moral. Sobre essa última, o pentecostalismo religioso teria grande influência”.

Lacerda (2018, p. 40), com base em Wendy Brown, cita que os movimentos neoconservadores são uma "aliança profana", resultado da união de pautas comuns de “cristãos evangélicos, judeus straussianos, promotores da Guerra Fria, defensores da família tradicional, intelectuais e liberais convertidos, como Irving Kristol”; de forma semelhante, Lacerda (2018) cita Brand High que chama de “trilogia profana” ou “coalizão republicana” as três forças políticas que inspiram Bush Jr: o cristianismo evangélico de direita, o setor empresarial e os neoconservadores intelectuais. Lacerda apoia-se em Grandin (2006, p. 166-67) chama “[...] ‘de coalizão tripartite’ entre o idealismo punitivo, absolutismo do livre mercado e a mobilização da direita cristã” (LACERDA, 2018), que deu a Reagan o consentimento para perseguir ideais comunistas, recuperar a moral e estreitar o Estado de bem-estar.

No campo econômico, os neoconservadores discordavam das políticas implementadas pelo Estado de bem-estar social, pois, segundo eles, promovia a dependência, visto que buscava garantir a segurança econômica e “[...] retirava-se da família, da igreja e da comunidade a responsabilidade pelo bem-estar social, pois para os neoconservadores esses segmentos sociais devem ser os verdadeiros responsáveis pela harmonia social” (LIMA; HYPOLITO, 2019, p. 5-6). Além disso, segundo os mesmos autores, nas décadas de 1960 e 1970 os EUA enfrentavam muitos conflitos internos devido às derrotas nas guerras da Coreia e do Vietnã, nas quais lutavam contra o comunismo, e que deixaram sequelas e acirraram o enfrentamento entre pacifistas/movimentos de contracultura e as forças nacionalistas conservadoras. Era preciso recuperar o nacionalismo - que mais tarde foi expresso por Trump no bordão de “*America great again*” (América grande novamente) – e assim, foram eleitos novos inimigos: “A necessidade de um outro, oponente, inimigo, faz-se crucial para alimentar o sentimento neoconservador. Se não há mais o comunismo há os *chicanos*, latinos, islâmicos, novos imigrantes africanos (LIMA; HYPOLITO, 2019, p. 6).

A partir da década de 1980, os EUA foi governado por Ronald Reagan que se baseou numa política neoliberal, militar, com valores tradicionais familiares e religiosos. Henriques (2021, p. 37) acrescenta que aquele governo tinha como frentes de atuação neoconservadora:

[...] a defesa da família patriarcal, o neoliberalismo como política econômica, o punitivismo como garantia da ordem interna, o militarismo como garantia da ordem na política externa e, por último, a defesa do Estado de Israel como costura ideológica e religiosa simbólica na política internacional.

Lacerda (2018), também aponta a existência de agenda comum entre três grupos: a nova direita secular cristã, que defende os valores morais tradicionais; os intelectuais neoconservadores, cuja pauta baseia-se no combate ao comunismo, Israel e a política externa; e a Nova Aliança, que defende a diminuição da intervenção estatal na economia.

A nova direita secular cristã nos EUA, especialmente a evangélica, iniciou seu engajamento em meados da década de 1950 e militava por valores religiosos na conjuntura da Guerra Fria, ou seja, havia um “consenso nacional anticomunista” e divulgavam teses pró-capitalismo para seus fiéis. Lacerda (2018, p. 41), cita como exemplo na *Christian Economics*, principal publicação evangélica, que defendia que o desejo pela “[...] redistribuição da riqueza não passava de cobiça anticristã e ignorância econômica”. Foi a

partir de 1970, com algumas TVs evangélicas, clérigos e eleitores dispersos, a direita cristã avançou e organizou sua estrutura e poder de massa. Essa participação evangélica decorre de dois motivos principais: o primeiro é o avanço das pautas femininas e homossexuais; o segundo fator foi a intencionalidade de unir a direita cristã secular da nova direita, junto a outros setores “[...] para integrar o tecido coalizão neoconservador, selado em 1980” (LACERDA, 2018, p. 41).

Ainda segundo Lacerda (2018), os evangélicos da nova direita secular tiveram uma participação importante na eleição de Reagan e parte do Partido Republicano no Congresso, impulsionado pela filosofia de Leo Strauss. Inspirada em Gago, Lacerda observa que, entre 1983 e 1988, o tema da “religião civil”, expressão de cunho ideológico do viés republicano religioso nos EUA, em que pessoas comuns trabalham muito, seguem a Bíblia, frequentam a igreja, obedecem às leis e lutam nas guerras, são substituídos pelo nacionalismo americano e a religião nesse acaso, a Nação Cristã.

A Nação Cristã comunica que é a maioria moral - mesmo os evangélicos sendo a minoria -, uma expressão ideológica para legitimar suas pautas: a oposição a políticas de distribuição de poder a mulheres e homossexuais e defesa de “comportamentos tradicionais de gênero” (LACERDA, 2018). Com esse argumento é nesse contexto que a direita cristã se mostrou mais organizada na década de 1980 nos EUA, com a ascensão neoconservadora, responsável pela articulação entre política e religião.

Os avanços feministas e homossexuais impulsionaram a reação da direita secular cristã e o engajamento dos evangélicos na política. Para esses grupos a legalização do aborto e a permissividade sexual afastou a América de Deus, se tornando mais plural, indo contra suas origens “uma nação fundada em princípios bíblicos” (LACERDA, 2018).

De acordo com Lacerda (2018) o primeiro episódio significativo da direita cristã foi o combate a ERA (sigla em inglês que significa Emenda de Direitos Iguais), aprovada pelo Congresso dos EUA em 1972, apoiada por Richard Nixon, então presidente do país, que garantia igualdade de direitos às mulheres. O movimento contrário à Emenda de Direitos Iguais foi liderado por evangélicos, que entendiam que tal proposta incentivaria o divórcio e impulsionaria o trabalho da mulher fora de casa, causando degeneração nos papéis sociais masculinos e femininos, pois o patriarcado seria benéfico às mulheres; garantindo segurança, proteção, paz e maridos que as sustentassem afetivamente e materialmente. Para isso,

utilizaram os símbolos nacionais tradicionais para impulsionar seus interesses, consoante afirma Lacerda (2018, p.43):

Tanto que a oposição a ERA usou símbolos tradicionais da dona-de-casa norte-americana em suas manifestações, como pães, geléias e doces caseiros, com slogan "eu defendo a mamãe e a torta de maçã". Os métodos de campanha estabeleceram um padrão de atuação da nova direita, que, além de protestos, incluíam mobilização nos estados e coletas de assinaturas para pressão aos congressistas. Assim, ainda que não fossem a maioria da população, o movimento teve sucesso em seu objetivo.

Lacerda (2018) ainda destaca a permissão ao aborto, em 1973, pela Suprema Corte dos EUA e vários estados começaram a subvencionar a interrupção da gravidez. Os movimentos contrários, chamados inicialmente de “pró-vida” e posteriormente de “pró-família”, foram iniciados pela Igreja Católica, mas impulsionados pelos evangélicos e aliança neoconservadora que criaram várias organizações com esse viés (LACERDA, 2018). Em 1976, esses movimentos conseguiram aprovar a Emenda Hyde, uma medida contraofensiva que proibiu o uso de recursos públicos na realização de abortos permitidos por lei. A causa do aborto trouxe novo fôlego para a direita, visto que era um tema em ascensão e justificável.

Ainda se observa que as pautas homossexuais também foram viscerais, na agenda pró-família. Apenas em 1962 as relações homossexuais foram descriminalizadas nos EUA, o movimento avançou e, em 1970, ocorreu a primeira Parada de Orgulho Gay em Nova Iorque. Naquele mesmo ano o Condado de Miami-Dade incluiu homossexuais na lei local contra o preconceito. Mas os movimentos contrários atuaram para reverter tal situação.

Um dos pilares da contra-ofensiva foi a proposta de ato de Proteção da Família, apresentada em 1979 pelo Senador Paul Laxalt, porta-voz da maioria moral do congresso e colaborador de Reagan. O projeto, além de restringir o aborto, promover as discriminações entre os sexos e incentivar com os benefícios financeiros famílias tradicionais cujas esposas ficassem em casa, restringe o direito dos homossexuais (LACERDA, 2018, p. 44).

Lacerda (2018), com base nas ideias de Rosalind Petchesky (1981), observa que a intenção da nova direita norte americana era a de restabelecer a família heterossexual como autoridade moral sobre todas as coisas, tendo o homem como “cabeça” da família.

No que se refere à educação, com o Ato de Proteção da Família se pretendia proibir materiais e programas que viessem inverter ou negar os diferentes papéis entre os sexos,

historicamente nos EUA. A proposta do Ato eliminaria programas feministas e homossexuais, financiados com recursos federais, restaurando agências familiares e privadas como a igreja. Também retiraria o poder do Estado de supervisionar programas escolares religiosos.

O Ato de Proteção da Família não passou nem pelas comissões parlamentares, segundo Lacerda (2018, p. 45): “A derrota da direita cristã deve-se à articulação do Partido Democrata, mas também ao fato de Reagan, apesar da retórica pró-família, ter priorizado frente ao Congresso, a pauta econômica e militar”. Apesar da frustração no legislativo, a direita cristã contribuiu para o combate ao comunismo na América Latina.

Ainda segundo Lacerda (2018), com o fim da Guerra Fria, em 1990, houve estagnação do neoconservadorismo. Em 1992 chegou à presidência dos EUA Bill Clinton e a direita cristã passou de força externa a força interna no Partido Republicano. Mesmo constituindo apenas 10% do eleitorado, os evangélicos conseguiram representar 30% dele, participação inusitada que demonstrou força política inesperada, com pautas contra o aborto, o homossexualismo e o combate à promoção da homossexualidade na escola.

A direita cristã novamente conseguiu eleger George W. Bush no ano de 2000 e, consoante Lacerda (2018), o movimento neoconservador ganhou destaque nesse governo, principalmente após os ataques de 11 de setembro de 2001, no World Trade Center. Em 2008 Barack Obama venceu as eleições num período em que o Partido Republicano se mostrava desacreditado. Surge o *Tea Party*, uma nova roupagem do neoconservadorismo, como adverte Lacerda (2018, p. 68): “Isso porque os membros do *Tea Party* são contra programas sociais federais, como *Affordable act* e o *Medicare*, programas vistos como esmolas governamentais para ‘grupos indignos’, cuja definição permanece fortemente influenciada por estereótipos raciais e étnicos”. A autora ainda exemplifica o uso por uma de suas líderes, Sarah Palin, que se auto afirma feminista, integrante de um grupo chamado ‘Feministas pela vida’ que ‘se recusam a escolher’ e se auto intitulam como feministas conservadoras. O movimento feminista, no entanto, afirma que apenas reforçam os estereótipos de gênero e que a política acaba apropriando do discurso do movimento para inverter os objetivos (LACERDA, 2018).

Atualmente o grande representante da extrema-direita é Donald Trump, ex-presidente dos EUA, com discurso machista, racista e homofóbico, apoiado por grupos supremacistas, com a Ku Klux Klan, que tinha um discurso de intervenção na economia e geração de empregos, combinado ao protecionismo da economia nacional, mas não ao fortalecimento do Estado, mas à elite burguesa norte-americana (CASTRO, 2021). Conforme Lacerda (2018)

discutia-se se Trump seria conservador, visto que era contra a Guerra do Iraque, manifestou pela retirada do envolvimento americano no exterior e mostrava-se próximo ao presidente russo, mas Castro adverte que ele é neoconservador também na política externa, pois apesar desse elemento, há outros fatores que indicam isso.

Lacerda (2018) explica que isso acontece porque a URSS não existe há mais de 30 anos. Mesmo Trump não deixar claro sobre a intervenção no Oriente Médio, defendeu a intervenção americana na Venezuela bolivariana, demonstrando seu militarismo anticomunista no século XXI, adotando uma política externa mais próxima de Reagan do que Bush. Apesar de ser católico, é muito próximo aos evangélicos e a mudança da embaixada americana para Jerusalém foi uma medida para agradar aliados da direita cristã. Trump se mostra um neoliberal, antifeminista e a favor do casamento tradicional.

Nos Estados Unidos se evidencia um movimento com vistas a denunciar e combater o comunismo nas escolas e há a defesa de que nelas as questões sociais deveriam ser substituídas por valores cristãos. Populistas-autoritários passaram a fazer pressão contra a produção e divulgação de materiais didáticos com ideias distintas das por eles defendidas posicionando-se, através da autoridade bíblica, para impor a moral cristã, papéis de gênero e da família, legitimando ou não o que deve ser ensinado pela escola (LIMA; HYPOLITO, 2019; ALVES, 2020). Assim, justificam também a responsabilidade pela educação em casa pelos pais e talvez aí resida a origem do ensino domiciliar, pois, segundo Lima e Hypolito (2019, p. 8), ele se baseia na premissa de que “[...] a interferência do Estado na vida da família representa um perigo. Está relacionado com o medo do multiculturalismo, que, na perspectiva dos populistas autoritários, representa outro perigo, já que seus filhos são obrigados a conviver com o diferente e, muitas vezes, imoral”.

Segundo Michael Apple (2022) é possível constatar que os movimentos neoconservadores têm força social e política nos EUA, ou seja, em questões sociais, políticas e educacionais. Mesmo com um presidente considerado progressista, como Barack Obama e não Trump, o salário dos professores, em 48 dos 50 estados, dependem dos resultados de avaliações em larga escala, uma medida conservadora e em favor do mercado. Lembra o autor que a maioria dos professores são mulheres e isso interfere diretamente na renda destas famílias e acrescenta que medidas como essas acabam interferindo também no currículo, pois ao invés dos professores se preocuparem com currículos mais democráticos, concentram-se em atingir notas e índices numéricos.

É preciso lembrar que os EUA influenciam os demais países do mundo impondo pautas morais, principalmente cristãs/conservadoras e, na próxima seção, busca-se perscrutar as influências neoconservadoras no continente europeu, identificando suas pautas ligadas à família, às questões de gênero, ao combate ao comunismo e na privatização da educação.

2.2.2 Neoconservadorismo no continente europeu

Conforme mencionado na seção anterior, o movimento conservador surgiu na Europa no século XVIII e, de acordo com Alves (2020), influenciou intelectuais, políticos e extratos sociais em geral em diferentes partes do mundo. Neubauer e Méndez-Núñez (2022) afirmam que a nova extrema direita do velho continente, passou por diferentes etapas até sua consolidação. Na primeira, a partir de 1980, tinham cargos secundários com 10% a 15% dos votos no legislativo, pois era um momento em que parlamentares relutavam em demonstrar apoio ou concordância com tais movimentos por se mostrarem excludentes. Já na segunda etapa, a partir da década de 1990, observa-se um avanço e progressivo aumento eleitoral e a estabilidade de seus sistemas políticos. Os autores observam esse aumento em alguns países como Espanha, França, Itália e Áustria:

Hemos de remarcar que, en este segundo período, el Estado español pareció permanecer al margen de esta tendencia. Sin embargo, en torno al año 2002 se produce un punto de inflexión en otros países europeos cercanos: el acceso del Frente Nacional a la segunda vuelta de las elecciones presidenciales francesas y la entrada en sus respectivos gobiernos nacionales de partidos como la Liga Norte italiana, el Partido de la Libertad austriaco o el Partido Popular Danés (NEUBAUER; MÉNDEZ-NÚÑEZ, 2022, p. 5).

Neubauer e Méndez-Núñez (2022) ainda destacam uma terceira etapa de consolidação da nova extrema direita, que se inicia a partir da crise de 2008 e acreditam que a falta de confiança das pessoas nas instituições explica a sua vitória nas eleições europeias em 2014.

[...] la conocida incursión del declarado partido neonazi Amanecer Dorado en Grecia (con el 9,3% de los votos) o la decisiva victoria del Frente Nacional francés en las elecciones europeas de mayo de 2014 (con un 25,4% de los votos). Aunque la expansión y consolidación de la mayoría de los partidos políticos de extrema derecha se produjo con anterioridad a la crisis económica, social y política de 2008, resulta innegable que esta se presentó como una ventana de oportunidad a acontecimientos hasta entonces inimaginables (NEUBAUER; MÉNDEZ-NÚÑEZ, 2022, p. 4).

É assustador perceber que um partido neonazista consiga praticamente 10% dos votos em um país ou que um quarto da população vote em partidos de extrema direita após a crise de 2008. De acordo com os autores, foi uma janela de oportunidade para ideologias excludentes em muitos países da Europa.

Neubauer e Méndez-Núñez (2022) mencionam que atualmente há um crescimento da extrema direita na Europa, tanto na representação do parlamento europeu quanto em instâncias nacionais partidárias, e têm como objeto de estudo “[...] programas eleitorais da Alternativa para a Alemanha (Alemanha), Grupo Nacional (França), Liga Norte” (Itália) e VOX (Espanha) (NEUBAUER; MENDEZ-NÚÑEZ, 2022, p. 2). Os autores observam em seus resultados alguns pontos comuns como:

(i) os quatro partidos convergem ao apontar que o sistema educacional deve perpetuar e legitimar a cultura hegemônica e reforçar a identidade nacional de seus cidadãos; (ii) através da neutralização do discurso, porém, oculta-se um marcado caráter anti-imigrante - especificamente anti-muçulmano -, valendo-se da defesa da segurança nacional, da família tradicional e das liberdades nacionais. Com base nesses resultados, pode-se concluir que existe uma agenda política comum na educação entre os partidos da “nova extrema direita” na Europa, que representa uma grave ameaça a setores historicamente vulneráveis, bem como à população imigrante (NEUBAUER; MENDEZ-NÚÑEZ, 2022, p. 2).

Segundo os autores, esse crescimento da nova direita não os surpreende, mas é preciso considerar o aumento gradual de sua representatividade no parlamento a cada eleição. Para isso, entendem ser necessário compreender a extrema direita na Europa na conjuntura histórica atual e observar a composição parlamentar europeia após as eleições de 2019, já que ela está presente em 17 dos 28 parlamentares de diferentes países da União Europeia, representando 20% do parlamento europeu e, segundo os autores, essa situação revela um cenário perigoso. Neubauer e Méndez-Núñez (2022) advertem sobre os muitos temores que permeiam o imaginário social, na Europa, sobre a extrema direita e propõem desmascarar ao invés de desconsiderar esse “complexo ideológico e programático” destes partidos políticos.

De acordo com Neubauer e Méndez-Núñez (2022, p. 3), esse cenário político encontra-se em ascensão para a extrema direita na Europa:

Encontramos países donde la extrema derecha se encuentra actualmente formando parte del gobierno nacional, como en los casos de Polonia - donde el partido Ley y Justicia fue primera fuerza política en 2015 con un 37,6% de los votos - y Hungría -

donde la Unión Cívica Húngara de Viktor Orbán y el partido Jobbik, el movimiento para una Hungría mejor, lograron el 49,27% y el 19,06% de los votos, respectivamente. Además, nos topamos con casos como: Suiza, donde el Partido del Pueblo Suizo es primera fuerza en el Consejo Nacional con el 29,4% de los votos; Austria, donde el Partido Liberal de Austria, con el 26,6% de los votos, es tercera fuerza política y se encuentra actualmente dentro del gobierno; Dinamarca, donde el Partido Popular Danés apoya el gobierno nacional como segunda fuerza, con el 21,1% de los votos; Suecia, donde los Demócratas Suecos son tercera fuerza política nacional con el 17,6% de los votos; o Alemania, con el partido Alternativa para Alemania (AfD) como tercera fuerza política con el 12,6% de los votos.

A extrema direita está representada de forma desigual, mas em ascensão nos países que compõem a União Europeia, em alguns casos fazendo parte do governo nacional, chegando como segundo ou terceiro lugar nas eleições da Itália e da França:

Por supuesto, más que conocidos son los casos de Italia y Francia. De un lado, encontramos a la francesa Marine Le Pen al mando de la Agrupación Nacional (RN) - antiguo Frente Nacional—, organización de extrema derecha que en las últimas elecciones presidenciales de 2017 logró ser la segunda fuerza más votada de Francia con un 21,3% de los votos. Por su parte, Italia cuenta con el partido Liga Norte, donde hasta septiembre de 2019 Matteo Salvini ejercía como vicepresidente y Ministro de Interior del gobierno italiano, situada como segunda fuerza política más votada, con un porcentaje del 17,4%. Asimismo, no menos preocupante es el caso de la extrema derecha española, donde VOX ha irrumpido en el parlamento nacional como tercera fuerza política, con un 15,1% de los votos (NEUBAUER; MENDEZ-NÚÑEZ, 2022, p. 3).

Neubauer e Méndez-Núñez (2022) comentam sobre a representatividade da extrema direita em instituições europeias e relatam a situação após a eleição de 2019, em que 21 partidos de extrema direita por país têm assento no Parlamento Europeu, consolidando a direita nessa composição. Um total de 139 deputados, dentre os 705 que compõem a Câmara, são ligados aos partidos da nova extrema direita e ultraconservadores.

[...] atendiendo a la recomposición del Parlamento Europeo tras la salida de Reino Unido de la Unión Europea, agrupados en torno a dos grupos políticos: Identidad y Democracia, con 76 miembros y con partidos como Agrupación Nacional, Alternativa para Alemania o Liga Norte; y Conservadores y Reformistas Europeos, con 61 miembros, con partidos como VOX o Ley y Justicia (NEUBAUER; MENDEZ-NÚÑEZ, 2022, p. 4).

Sendo assim, passou de 15% para 20% a representação desse grupo no parlamento europeu, aumentando cinco pontos entre 2014 a 2019, consolidando-se a extrema direita nas instituições europeias tanto em nível nacional quanto europeu.

Neubauer e Méndez-Núñez (2022) destacam ainda a ascensão de partidos de extrema direita com postura militarista no Brasil e na Bolívia e também o caso de Trump com discurso xenófobo e imperialista, que tem contato com partidos da nova extrema direita europeus, como VOX e com Marie Le Pen, Grupo Nacional, através de Steve Bannon, chefe da Casa Branca de Donald Trump e chamam atenção para as afinidades de partido políticos de extrema direita além do nível europeu, mas também internacional. Para os autores, são evidentes as conexões históricas e ideológicas da nova extrema direita e da direita tradicional, que ainda estão ligadas aos movimentos fascistas e o ponto discordante é a democracia, mesmo opondo-se a valores fundamentais das democracias liberais.

Neubauer e Méndez-Núñez (2022) ainda identificam a ligação entre crises do capitalismo e a ascensão de grupos da extrema direita ou fascistas europeus, uma união entre o neoliberalismo, no setor econômico, com autoritarismo social e reacionismo moral. Citam o exemplo do ex-presidente Jair Bolsonaro e do partido espanhol VOX, então preocupados com a possível vitória de Lula para a presidência do Brasil, reunindo-se com o ex-ministro Ernesto Araújo em Bogotá, no I Encontro Regional Pela Democracia e as Liberdades, em 18 e 19 de fevereiro de 2022, organizado em Bogotá pelo Foro Madri, ligado ao partido espanhol Vox.⁸ Ainda destacam a essência xenófoba e racista destes grupos, que evidenciam uma cultura nacionalista e em alguns casos revelam partidos ultranacionalistas, contrários à imigração, pois essa colocaria em risco a identidade cultural e a política nacional, ressaltando o “nativismo”, em que apenas nativos deveriam compor os Estados, onde os imigrantes são vistos como ameaçadores desse Estado-nação homogêneo, exibindo assim um racismo velado “nós” contra o “outro” (NEUBAUER; MÉNDEZ-NÚÑEZ, 2022).

Os autores analisam as propostas de educação da nova extrema direita para compreender os rumos ideológicos dos projetos nacionais e europeus, pois deles brotam seus valores emaranhados na sua proposta ideológica, pois a educação é um instrumento político para responder aos interesses de governos nacionais que querem impor a sua visão de mundo.

Segundo Alves (2020, p. 38), vive-se um novo processo ideológico conservador, nacional e internacional. “Podemos citar como exemplos a aprovação do Brexit na Inglaterra, os governos de traços conservadores na França, Alemanha, Áustria, Turquia, Hungria, e

⁸ **Todos estavam preocupadíssimos com possível vitória de Lula', diz Ernesto Araújo sobre encontro da direita em Bogotá:**
<https://oglobo.globo.com/mundo/todos-estavam-preocupadissimos-com-possivel-vitoria-de-lula-diz-ernesto-araujo-sobre-encontro-da-direita-em-bogota-25405948>

Tchecoslováquia e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e de Bolsonaro, no Brasil”. No continente europeu, pode-se destacar o carácter xenófobo desta nova direita ascendente, inclusive com partidos neonazistas. Há ainda a fração religiosa, cujo crescimento é visível principalmente no meio político, pois obtém votações significativas por parte de partidos conservadores, demonstrando assim as representações da população.

2.2.3 Neoconservadorismo na América Latina

Nesta seção, traça-se um panorama histórico sobre os movimentos neoconservadores na América Latina, enfocando suas pautas de interesse, identificando que este não é um fenômeno isolado, mas influenciado principalmente pelos EUA, tanto nos setores políticos e sociais quanto educacionais. Se esse fenômeno não pode ser considerado endêmico, como visto, em cada uma das regiões do globo (pelo menos nas localizadas em produções acadêmicas), ganha contornos específicos que não deixam de manter relação com o todo. Na América Latina, especialmente, constata-se que as ideias neoconservadoras e suas manifestações estão ligadas à ascensão das igrejas evangélicas a partir de fins dos anos 1970. Essas igrejas cristãs, orientadas pelo contexto da Guerra Fria (1945-1989) competiram com os movimentos sociais que se formavam concomitantemente nesses países.

O movimento neoconservador, especialmente os evangélicos, tem papel de destaque a partir de 1970 na política internacional com apoio a direita nacionalista, opondo-se, por exemplo, às políticas de desarmamento e apoiaram a aliança com Israel. De acordo com Grandin apud Lacerda (2018), o grande destaque se dá no campo internacional nos países da América Latina, incentivados por Ronald Reagan. Lacerda (2018, p. 45) descreve esse movimento em alguns países da América Latina:

Reagan e a direita cristã atuaram no contexto da Guerra Fria, em enfrentamento ao efeito de ideologias mais à esquerda: a Teologia da Libertação - surgida no seio da Igreja católica na década de 1960 e presente, sobretudo em El Salvador, México, Equador, Peru, Brasil e Uruguai -, em Revoluções da Guatemala (1944-1954) e na Nicarágua (1979-1990); e nos governos progressistas na Argentina, no Brasil, no Peru, no Uruguai, no Chile, na República Dominicana.

Com o apoio da Casa Branca, conforme explica Lacerda (2018), esses cristãos, através de suas missões, fomentaram a agenda norte-americana, tentavam desaconselhar as pessoas a

entrarem em movimentos sociais. Acreditam que seu trabalho na América Latina era uma missão bíblica que tinha por objetivo conquistar o mundo para o cristianismo e buscar a homogeneidade norte-americana.

Lacerda (2018) apresenta as ressalvas de Stoll: apesar de que a religião não deve ser reduzida a disputas políticas e que as pessoas convertem-se as religiões evangélicas por vontades próprias e espirituais, no entanto, ela foi subserviente com interesse políticos e imperialistas, especialmente na América Central e essa ofensiva de Reagan serviu de “ensaio geral para o que aconteceu no século XXI no Oriente Médio” (LACERDA, 2018, p. 46).

Essa confluência de neoconservadores seculares que apoiavam a intervenção externa e a direita cristã, não foi ao acaso à ofensiva de Ronald Reagan, mas uma aliança de visões, de acordo com Lacerda (2018), onde a palavra de Cristo e o capitalismo do livre mercado deveriam ser os válidos. Para estes, o sistema capitalista é ético, um presente de Deus, baseado no livre arbítrio. Essa visão se confirma na posição da presidente de uma organização evangélica pró-família, Beverly LaHaye que, na introdução de seu livro, afirma que as mulheres devem unir-se para derrotar o comunismo e utiliza, como exemplo, a derrota de João Goulart no Brasil, em 1964, sem deixar claro que o que houve aqui foi um golpe militar. Entretanto, salientam que homens de negócios se uniram para deter o totalitarismo no Brasil.

Ainda em conformidade com Lacerda (2018), o conservadorismo interno pró-família foi um elo para o apoio militar anticomunista. Personalidades evangélicas como Billy Graham e teólogos como John Price e Jerry Falwell acreditam que a derrota no Vietnã é um alerta sobre a decadência dos EUA por avançar em temas como aborto, homossexualidade e direitos iguais e defendem que, por função de questões internas e externas, os americanos e os EUA deveriam envolver-se nesses temas.

Lacerda (2018) comenta sobre informações de Stoll e Diamond que afirmam que o escândalo do Irã-Contra, em 1984, revelou ao público que o suporte de armamento dado ao Irã e aos Contra da Nicarágua tinham financiamentos privados, mas organizados pela CIA e pelo Conselho de Segurança Nacional e, apesar desse financiamento armado, a principal ofensiva de Reagan era o *soft power*, na América Central e do Sul, com a influência e mobilização da direita cristã missionária.

Stoll e Grandin (apud Lacerda, 2018) afirmam que para dar suporte às operações na América Central, organizações da direita cristã, com a Maioria Moral e o Comitê de Ação Pró-Vida, pertencentes a redes carismáticas e neopentecostais, abrangendo a Assembleia de

Deus, atuavam arrecadando dinheiro, bíblias, suprimentos médicos e alimentos para missionários que organizavam escolas clínicas e missões religiosas. Essas organizações atuavam em operações em conflitos de baixa intensidade, a direita cristã em especial na “guerra espiritual”, um confronto religioso com o mal. O uso ideológico não era restrito aos cultos e seus fiéis e nem à América Central. Os meios de comunicação com maior visibilidade eram os programas televisivos que ofertavam uma combinação equilibrada de patriotismo, anticomunismo e capitalismo. Lacerda (2018), cita o exemplo do pastor da Assembleia de Deus, Jimmy Swaggart, que tinha seus programas em mais de 140 países e 3 mil estações, abrangendo meio bilhão de ouvintes. No Brasil, era transmitido pela Rede Bandeirantes aos sábados de manhã. Segundo Diamond e Stoll (apud Lacerda, 2018), havia também uma rede de radiodifusão evangélica, *National Religious Broadcasters* - NRB, com diversas filiais na América Latina, uma das mais representativas estava no Brasil. Na década de 1980 subsidiou a NRB, que financiou a construção de estações de rádios cristãs, bem como escolas técnicas para radiodifusores cristãos e transmissores de ondas.

As editoras eram outra força na publicação da direita cristã norte-americana. No Brasil na década de 1960, ligavam o comunismo ao satanismo num dualismo entre o bem e o mal. Chesnut (apud Lacerda, 2018) cita como fato importante o apoio da Assembleia de Deus ao regime militar, inspirado na guerra fria em que pastores faziam uso de mensagem apocalíptica aos seus fiéis da besta monstruosa e comunista. Esse ataque evangélico na formação da opinião pública tinha como objetivo opor-se à Teologia da Libertação e construir uma ideologia moral de livre mercado. Lacerda (2018) adverte que, de um lado, havia a reivindicação católica na redistribuição das riquezas, do outro a direita cristã que acreditava, isso estimularia a culpa, a inveja e o conflito, que o reino de Deus não se daria pela luta de classes e sim pela luta entre o bem e o mal.

Lacerda (2018), baseada em Stoll (1990), explica que a Teologia da Libertação gerou preocupações na época e chegou a ser investigada pelo senado norte-americano em uma subcomissão ligada ao terrorismo. O colegiado indicou que a corrente católica se caracterizava como uma “estratégia cubano-soviética para subverter o hemisfério”. As reuniões desta comissão demonstraram como o então presidente Ronald Reagan usou a religião, em especial o cristianismo, para justificar tanto o sistema capitalista quanto a perseguição aos opositores religiosos, identificados como subversivos.

Essa dualidade entre a direita cristã e a Teologia da Libertação estava de acordo com a nova direita. Se não existe luta de classes, se o que há é recompensa pelo bom trabalho e punitivismo ao mal, a soberania norte-americana sobre o mundo, em especial a América Latina, seria uma vontade divina. Lacerda (2018) demonstra tal pensamento na fala de David Chilton do *Institute for Christian Economics*, em que define a pobreza como a vontade de Deus sobre culturas pagãs que devem passar tanto tempo tentando sobreviver que não sobrá tempo para dominar a terra.

A direita cristã investiu na organização e no espraiamento das pautas neoconservadoras na América Latina, formada tanto por evangélicos como a renovação carismática em torno de bandeiras neoconservadoras, mobilizando sobre valores cristãos conquistando assim uma validação moral, podendo agir sobre duas frentes, de acordo com Henriques (2021), baseada em Lacerda (2019), afirma:

i) perseguindo todo e qualquer indivíduo que ousasse transgredir os tradicionais papéis de gênero e ii) financiando o enfrentamento de ideologias (como a Teologia da Libertação) e governos mais progressistas em países como Argentina, Brasil, Chile, Peru e Uruguai na década de 1960 (HENRIQUES, 2021, p. 36).

A expansão do neopentecostalismo na América Latina é analisada por Alves (2020, p. 29) que concentra grande contingente de adeptos de tal corrente religiosa:

[...] a expansão do pentecostalismo constitui um fenômeno de amplitude mundial, uma vez que esse ramo do cristianismo vem crescendo aceleradamente no Pacífico Sul, na África e no leste e sudeste da Ásia, em um autêntico processo de globalização ou transnacionalização. Nenhum continente supera a América Latina nesse quesito e, conforme o autor, “em números absolutos, o Brasil, figura como o maior país protestante da América Latina, abrigando pouco menos da metade dos cerca de 50 milhões de evangélicos estimados atualmente no continente”.

Vaggione (2022) observa como a defesa de novas e velhas linguagens da moral em relação a uma concepção de reprodução e do casamento reaparece na América Latina e começa a difundir em uma conjuntura de incerteza e muita desconfiança e negação política. Esse reconhecimento crescente dos direitos sexuais e reprodutivos não resolveu as principais pautas feministas e LGBTQIA+⁹, mas as empoderou de diferentes maneiras e intensidades. “El conservadurismo moral renueva sus estrategias y argumentos en reacción al avance de

⁹ Sabendo que há variações, optou por uniformizar no texto LGBTQIA+, mantendo a grafia original nas citações.

derechos vinculados a la educación sexual, las parejas del mismo sexo, la identidad de género o el aborto” (p.52). Provocou, assim, uma politização reativa, conservadora, uma nova etapa provocando as crenças e instituições religiosas tendo como baluarte a moral universal que está sob a ameaça da pluralidade étnica. Essa politização conservadora, no entanto, não é apenas reativa com o objetivo de acabar com as discussões, mas uma reação articulada com propósito de reconstrução moral.

Vaggione (2022), admite que nenhum conceito é isento e, utiliza-se do termo neoconservadorismo porque acredita que, mesmo que haja a defesa de uma moral sexual conservadora que transpassa a história da América Latina, é preciso considerar seu ressurgimento na contemporaneidade e perceber suas múltiplas adaptações e transformações.

El neoconservadurismo es más que la conformación de una política moral en defensa de valores tradicionales como la vida desde la concepción o la familia heteronormativa, es también un proyecto de estatalidad y de ciudadanía que es apropiado e instrumentalizado por distintos sectores. Precisamente, estas instrumentalizaciones se vinculan al carácter dinámico y cambiante del neoconservadurismo (VAGGIONE, 2022, p. 52).

O neoconservadorismo vai além de uma formação moral pela defesa dos valores tradicionais em defesa da vida desde a concepção¹⁰ até família heterossexual. É um projeto de Estado e cidadania, um aparelhamento de diferentes setores. Vaggione (2022, p. 53) chama atenção para a quantidade de estudos acerca deste fenômeno nos últimos anos:

[...] las publicaciones que buscan desentrañar esta reemergencia conservadora no solo a través de artículos dispersos sino también de compilaciones y eventos específicos (Facchini y Sívori, 2017; Carranza, 2020; Sales y Ricardo, 2019; Vigoya y Rondón, 2017; Biroli y Caminotti, 2020; Corrêa y Kalil, 2020; Almeida y Toniol, 2018). Estas publicaciones han sofisticado la comprensión del fenómeno y, desde diferentes enmarques teóricos, iluminan aristas del conservadurismo moral como fenómeno político contemporáneo.

Vaggione (2022) identifica três abordagens do conservadorismo moral como fenômeno político. A primeira refere-se às questões de gênero e sexualidade, a segunda aos estudos da religião e a terceira baseia-se na moral conservadora (a nova direita):

En primer lugar, los estudios sobre el género y la sexualidad, de algún modo pioneros en la temática, enfatizan la agenda heteropatriarcal en esta resurgencia

¹⁰ Esses grupos auto intitulam-se Pró-Vida e Pró-Família, colocam-se contra a legalização do aborto e as diferentes concepções de famílias existentes.

conservadora. Los solapamientos y articulaciones entre academia y activismo (incluso muchas veces la indistinción entre ambos campos) favorecieron que organizaciones feministas y LGBTQI impulsaran gran parte de las primeras investigaciones sobre la temática. Una serie de estudios, a veces presentados como mapeos regionales, identificaron los actores que, en general, motivados por sus creencias religiosas se movilizan en defensa de la vida desde la concepción y de la familia heteronormativa. Sin desconocer a las jerarquías eclesiales, estos trabajos dan cuenta, entre otros aspectos, de la conformación de un activismo autodenominado *provida* o *profamilia* como un pilar constitutivo del neoconservadurismo (VAGGIONE, 2022, p. 53).

Em relação à primeira abordagem - às questões de gênero e sexualidade - percebe-se que os movimentos conservadores e neoconservadores buscam a defesa, não de diferentes configurações familiares, mas de um padrão pré-determinado. Esse processo, apesar de levar em consideração as peculiaridades de cada país, representa avanço do conservadorismo. Vaggione (2022) explica que essa reatividade também se intensifica nos estereótipos e fobias em relação à crescente pluralidade de práticas e identidades sexuais e de gênero. Instala-se, assim, uma espécie de “pânico moral” que se reflete nos campos político e social. Um fenômeno que também é conhecido como antigênero.

Vaggione (2022) destaca que a segunda abordagem abarca os estudos sobre a religião, especialmente a sua relação com o foco político. É preciso considerar o aumento significativo de igrejas evangélicas, principalmente pentecostais e neopentecostais, concomitante à expansão de um discurso que busca moralizar a política a partir de temas como a família e a sexualidade. Outra questão desta abordagem é a laicidade como forma de entender as ações públicas religiosas na defesa da moral tradicional. Mesmo reconhecendo que a laicidade não significa a negação da religião, existe uma propensão da politização da mesma, um perigo às democracias da região. “La laicidad funciona, entonces, como un instrumental analítico y normativo para comprender la politización religiosa conservadora como parte de una arremetida a la necesaria separación entre el Estado y la iglesia” (VAGGIONE, 2022, p. 53).

Observa-se a importância da laicidade na separação de Estado e Igreja, para que as democracias sejam garantidas, bem como os direitos já conquistados por grupos minoritários, que ficam muitas vezes à margem de políticas públicas, por exemplo, e muitas vezes são alvos de preconceitos velados ou não, sejam sujeitos de direitos.

O Estado, segundo Sepúlveda e Sepúlveda (2019), se torna laico ao tornar-se imparcial sobre as religiões, mas também não é neutro, pois deve garantir a crença e as não-crenças:

Primeiramente, ressaltamos que o Estado laico é imparcial em matéria de religião, ou seja, ele não interfere nos conflitos ou nas alianças entre as organizações religiosas ou mesmo na atuação das não crentes. O Estado laico respeita, então, todas as crenças religiosas, desde que não atentem contra a ordem pública; assim como respeita a não crença religiosa. Dessa forma, o Estado laico não é neutro, pois atua na defesa dos indivíduos e na garantia da liberdade de crença e não crença, fazendo uso dos mecanismos necessários e legais para efetivar tal garantia (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2019, p.876).

A moral é questão coletiva, deixa de ser sagrada, definida então pela “soberania popular” em que leis éticas e morais devem ser detidas por pessoas crentes e não crentes. Por isso, as leis não podem ser aclamadas ou modificadas por valores ou instituições religiosas, mas advindas das demandas sociais: “O Estado laico não pode admitir imposições de instituições religiosas para que tal ou qual lei seja aprovada ou vetada, nem que alguma política pública seja mudada por causa de valores religiosos” (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2019, p. 876).

Como terceira abordagem, Vaggione (2022) percebe a ascensão da nova direita ou populismo, direita radical, entre outros termos, que caracteriza a reação da moral conservadora. Esse viés tem se identificado na defesa da família tradicional, portanto não surpreendem as suas novas manifestações contrárias à legalização do aborto e a aceitação social dos direitos das pessoas LGBTQIA+, bem como a implantação da educação sexual escolar. A defesa destas pautas também chegou às propostas eleitorais de diversos partidos e candidatos políticos onde a defesa de valores tradicionais seria uma compensação às reformas neoliberais em que a família é o principal alicerce da educação, saúde e cuidado, mantendo o Estado em suas funções sociais. Como afirma Vaggione (2022, p. 54), “En el plano normativo, este abordaje considera que en la articulación entre racionalidades neoconservadoras y neoliberales residen los procesos de desdemocratización por el que atraviesan distintas sociedades contemporáneas”. Assim, observa-se que neoliberais e neoconservadores se aliam em pontos comuns, neste caso em defesa dos valores e da família tradicional, com um Estado cada vez menor.

Vaggione (2022) acrescenta que esta abordagem também considera a influência religiosa nestas novas configurações da direita. O catolicismo da América Latina fez que a direita abraçasse a defesa da moral cristã como respaldo político, o que reforçou esta nova direita também fomentada pela politização de igrejas evangélicas conservadoras. Há um vínculo histórico dos representantes desta direita e do catolicismo, acrescentam-se outros

elementos, com novos recursos e outras simbologias, com a interrupção do monopólio da Igreja Católica. Percebe-se afinidade entre a Teologia da Prosperidade de linhas evangélicas e do neoliberalismo. Essas novas espiritualidades também são chamadas de direita-cristã, para identificar as novas manifestações na região.

Vaggione (2022, p. 54), sintetiza as aproximações das abordagens como a questão da religião em relação ao conservadorismo:

Más allá de sus énfasis, los tres abordajes coinciden, como puede observarse, en la centralidad que tiene lo religioso en la rearticulación del conservadurismo moral. Lo religioso ha mantenido su influencia en la regulación del cuerpo sexuado más allá de los procesos de secularización social y política, por ello no es sorprendente que el neoconservadurismo sea, en gran medida, el producto de la politización de las jerarquías eclesiales y de la movilización de las creencias religiosas. Si bien no es una dinámica novedosa adquiere, como lo señalan los abordajes, nuevas modulaciones frente al cambio de época impulsado por los movimientos feministas y LGBTQI. En una región como América Latina, la politización conservadora es un fenómeno entrelazado (incluso indistinguible) de la politización de lo religioso.

A religião se mantém no seu domínio sobre o corpo, adquirindo outros enfoques como os movimentos feministas e LGBTQIA+. Na América Latina a política neoconservadora acaba politizando a religião.

Vaggione (2022) afirma que o neoconservadorismo supera o fenômeno religioso. Este ajustamento temporal aos movimentos feministas e LGBTQIA+, na defesa dos valores tradicionais, transformaram-no em fenômeno político. O autor ainda admite o neoconservadorismo também como fenômeno laico, no entanto a redução de seus atores, argumentos ou valores num campo ou outro é sempre incompleta. O autor percebe como a religião e a política conservadora, aliam-se no combate e em respostas às novas demandas sociais dos movimentos feministas e LGBTQIA+. Como mencionado anteriormente, esses grupos Pró-Vida e Pró-Família tem papel de destaque nas pautas neoconservadoras, como o uso, por exemplo, de argumentos científicos, legais ou bioéticos em defesa pública de sua doutrina. Assim, esses atores religiosos se utilizam de uma laicidade estratégica.

Apesar do neoconservadorismo não estar tão somente restrito a atores, agendas e linguagens ligadas ao mundo religioso, com apelo de maioria cristã, são centrais, “[...] em diversos espaços, uma perspectiva moral que serviria de base para a regulação da vida social e reprodutiva de toda a população” (VAGGIONE; MACHADO; BIROLI, 2020, p. 13).

O chamado ativismo “pró-vida” em articulação com a Igreja Católica, disseminou o termo “ideologia de gênero” na América Latina, conforme afirma Vaggione (2022, p. 56):

En el año 1998, la Conferencia Episcopal de Perú publicó un folleto donde advierte sobre la existencia de una ideología detrás del concepto de género y afirma que, por su impacto, “toda la moral queda librada a la decisión del individuo y desaparece la diferencia entre lo permitido y lo prohibido”. Este documento también hace referencia a un proceso de infiltración ya que “los proponentes de esta ideología usan sistemáticamente un lenguaje equívoco para poder infiltrarse más fácilmente en el ambiente, mientras habitúan a las personas a pensar como ellos.

A noção de “ideologia de gênero” teve sua origem nos anos de 1990 como reação de grupos religiosos conservadores às pautas de igualdade de gênero e diversidade sexual, na agenda internacional dos direitos humanos da ONU. Essa reação se ampliou no início do século no Judiciário, no Legislativo e em protestos em “defesa da família” e “contrários ao gênero”. Nesse percurso, tornou-se estratégia política e uniu diferentes personagens conservadores garantindo recursos para sua mobilização e ações (VAGGIONE; MACHADO; BIROLI, 2020).

Vaggione (2022) explicita que esses grupos pró-vida promoveram uma instrumentalização da ideologia de gênero, seja na participação de eventos nacionais e regionais ou publicações fomentando o medo acerca do termo e em defesa da vida e da família. Destaca um de seus precursores:

Un pionero fue Jorge Scala, abogado y activista antiaborto ligado al Opus Dei, quien comenzó a publicar sobre la temática en los primeros años del siglo xxi. Para este autor, la ideología de género “niega por principio, la naturaleza de las cosas y de las personas” y utiliza “una táctica de ‘lavado de cerebro’”. Si bien publicados en Argentina, sus trabajos han tenido distribución e impacto regional (siendo incluso alguno de ellos traducidos al portugués). Al igual que otros activistas, Scala considera que de triunfar esta ideología no existirían el matrimonio, la familia o la diferencia entre varón y mujer, lo que generaría un “colapso de la misma sociedad”. Como toda ideología, no busca la verdad sino la conquista de voluntades para utilizarlas con un fin espurio (VAGGIONE, 2022, p. 56).

Observam-se assim, como esses grupos neoconservadores atuam de forma interligada transnacionalmente, que há grande articulação para disseminação de discursos de ódio, com a negação da diversidade, onde apenas a sua verdade é válida e se utilizam de argumentos científicos como, por exemplo, a natureza das coisas. Vaggione, Machado e Biroli (2020, p.

23), demonstram como esta articulação entre esses grupos conservadores tem abrangência na América Latina na última década:

Na América Latina, as políticas para a educação integral, incluídas em planos de educacionais em legislações específicas em vários países a partir de 2010 e o reconhecimento do casamento igualitário por meio de leis específicas (Argentina, 2009; Uruguai, 2013) ou de decisões das cortes constitucionais (Brasil, 2011; Colômbia, 2016; Equador, 2019) também dispararam manifestações [...] Entre elas, estão a Marcha de la Familia, na Colômbia que levou milhares às ruas em 10 de agosto de 2016; a marcha organizada pela Frente internacional por la Familia, no México um mês depois; e, em novembro do mesmo ano, o lançamento da campanha #ComMisHijosNoTeMetas no Peru que anteciparia marchas nocivas naquele país a partir de março de 2017.

Vaggione (2022), ainda atribui a massificação do termo “ideologia de gênero” aos segmentos evangélicos conservadores que, apesar da diversidade, são os campos mais restritivos na moral sexual e usam como diagnóstico da ameaça a ordem social. Isso se dá pela ampliação das igrejas pentecostais e neopentecostais, que a princípio não interviam na política, mas passaram a atuar ativamente na vida pública expandindo o neoconservadorismo, principalmente no que se refere ao combate dos direitos sexuais e reprodutivos, pois os caracterizam como inimigos da família.

Essa articulação entre católicos e evangélicos conservadores era impensável algumas décadas atrás, mas seu inimigo comum, a ideologia de gênero, proporcionou tal luta. Consoante ao que afirma Vaggione (2022, p. 56):

Así, la ideología de género permite desplazar la defensa de los valores católicos a valores universales e inalterables y da lugar a articulaciones que tienen en común la defensa de la vida desde la concepción y la familia tradicional. Como ha sido propuesto, el giro ideología de género funciona como un significativo vacío (Mayer y Sauer, 2017) a través del cual se agrupan actores que posponen sus diferencias frente a una amenaza compartida.

Desenha-se, assim, uma identidade comum deste inimigo antagônico. Deixam de lado suas diferenças para combater esta ameaça comunitária, a ideologia de gênero. Vaggione (2022) aponta que essa homogeneidade é aparente, existem tensões e diferenças. A hierarquia do Vaticano considera o neoliberalismo como responsável pela disseminação dessa ideologia:

[...] al menos en América Latina, considera al marxismo como la principal explicación. Si bien en uno de los primeros documentos se menciona al “resurgir de nuevas expresiones de un socialismo de inspiración marxista” (Consejo Pontificio

para la Familia, 1999), el Vaticano vincula la expansión de la ideología de género con la profundización de la defensa de la libertad individual y, explícitamente, con el neoliberalismo.

Vaggione (2022) aponta que há discordâncias acerca da associação entre neoliberalismo e ideologia de gênero, pois os movimentos pró-vida buscam relacionar a ideologia de gênero ao marxismo. O autor apresenta a afirmação de Scala (2001), que estabelece que tal ideologia tem como objetivo conquistar diferentes privilégios por marxista, feministas e homossexuais.

Os movimentos neoconservadores são fenômenos que se disseminaram pelo mundo chegando à América Latina e, como veremos na próxima seção, no Brasil, influenciando no campo político, educacional, moral, social e cultural. Portanto, essa onda neoconservadora atinge diretamente as nossas relações sociais, familiares, nos currículos escolares, inclusive. Com pautas excludentes de minorias, tentam impor seu padrão masculino, hétero, branco e rico, conseguem convencer parte da sociedade que as desigualdades são normais, pois inflamam discursos como da meritocracia.

2.2.4 Neoconservadorismo no Brasil

Nesta seção, apresenta-se a trajetória histórica da constituição do neoconservadorismo no Brasil. De acordo com leituras sobre o tema, observa-se que o neoconservadorismo no país, embora tenha sofrido influências diversas, teve forte implicação na atuação dos EUA. Atualmente, nota-se ainda, a aliança entre conservadores e liberais, que, por muito tempo, disputavam o meio político, social e educacional, mas que estão aliados, tendo como objetivo aprovar pautas sociais, políticas e educacionais, além de investidas no sentido de controlar as narrativas e discussões, sejam elas passadas ou presentes.

No Brasil, a ligação entre política, religião e educação é muito tênue, visto sua história. Exemplifica-se com o caso da disciplina de Ensino Religioso, que é objeto de disputa desde o período colonial até a elaboração da Base Nacional Comum Curricular. Percebe-se, portanto, há a necessidade de um olhar sobre alguns movimentos religiosos e Alves (2020) analisa esses movimentos a partir de 1910, em específico os pentecostais, separando-os em duas primeiras ondas: clássica e deuteropentecostal:

As duas primeiras ondas, o pentecostalismo clássico e o deuteropentecostalismo, por vezes, são reunidas em um só movimento. Segundo Mariano (2014), a principal diferença entre elas consiste em como o Espírito Santo atua. Para o pentecostalismo clássico, ele é responsável pelo dom das línguas, e para os neopentecostais, pela cura. Separadas por quatro décadas, são próximas em teologia e distintas no trabalho evangelístico: as clássicas, a princípio alheias a meios de comunicação mundanos – rádios –, utilizavam folhetos para comunicar suas ideias e realizavam a evangelização itinerante; já as neopentecostais voltavam seus esforços para a massificação da evangelização e, assim, adentraram as redes de rádio (ALVES, 2020, p. 82).

O Brasil, diferentemente de outros países, não estabeleceu o Estado de bem-estar no pós-guerra, demorando assim para implantar políticas de assistência em longo prazo, já que o capitalismo foi instalando-se tardiamente e dependente de outros países centrais. A educação demorou muito para ser reconhecida como política pública, segundo afirma Moraes (2021, p. 488): “Foi somente a partir dos anos de 1930 que se instaurou o Ministério da Educação, naquele momento vinculado à Saúde Pública, e algo próximo do que poderíamos finalmente chamar de política pública educacional”.

Moraes (2021) comenta que o direito de ensinar teve seu sentido deturpado ao longo do tempo. Ele faz referência à proposta dos Pioneiros da Educação Nova – no Manifesto de 1932 - de criação de uma escola única, sem distinções sociais, raciais, de gênero e em que todos teriam as mesmas oportunidades, os mesmos conteúdos e laica, o que seria um grande avanço para sociedade brasileira desigual, elitista e excludente. Nesse sentido, afirma Moraes (2021, p. 488):

[...] a escola única era vista como instituição capaz de iniciar um processo de diminuição do abismo historicamente existente entre as diferentes classes, pois as colocaria para conviver em um mesmo espaço – a escola pública. Igual para todos, com o mesmo conteúdo, laica, tal instituição seria capaz de colocar todos os alunos em situação de equidade, rompendo com a perspectiva de educação como vantagem de uns sobre os outros, alçando-a à categoria de direito. Mesmo distanciado dos valores socialistas e caracterizado pelo ideal liberal, o referido documento se constituiu em avanço para a realidade elitista e excludente brasileira. Todavia, a palavra liberdade ganhou um sentido diferenciado ao ser apropriada por grupos contrários à escola única, passando a ser atribuída à liberdade das famílias. A liberdade consistiria, sob essa visão, na possibilidade de escolha privada.

Hoje, assim como naquele período, o termo liberdade foi interpretado de maneiras diferentes e o que era para ser o fim de um abismo social, a educação como direito para todos, tornou-se a liberdade de escolha das famílias sobre uma educação privada, acrescentaria ainda o direito ao *homeschooling*.

Anísio Teixeira, um liberal que defendia a escola pública e gratuita para todos, foi considerado defensor de elementos agnósticos e “cripto comunistas”, segundo Moraes (2021, p. 489)

Cabe lembrar que Anísio, assim como muitos Pioneiros, era liberal, mas a defesa da escola pública era tida, pelos privatistas e religiosos, como estatização compulsória do ensino. Disputas acirradas retardaram a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 4.024/1961), levando a formulações que colocavam a liberdade de ensino contra o monopólio estatal, defendendo-se “[...] o direito paterno de promover, com prioridade absoluta, a educação dos filhos; e dos particulares, de comunicarem a outros seus conhecimentos”.

Mesmo em 1960, no movimento de defesa da escola pública e na Assembleia Nacional Constituinte - ANC de 1987 e 1988 -, esses movimentos se perpetuaram com representantes constituintes e a defesa dessa liberdade se manteve e ampliou as reivindicações, pois nele se inseriram novos atores, como o setor evangélico, então em ascensão no país, e os representantes de escola não confessionais, principalmente no ensino superior, que ganharam espaço no período da ditadura empresarial-militar (MORAES, 2021). Segundo Alves (2020, p. 38): “[...] organismos sociais coletivos privados e relativamente autônomos, articulados dialeticamente com entidades associativas empresariais, interferiram diretamente nos trabalhos constituintes; algumas dessas entidades perduram até nossos dias, de maneira direta ou indireta”.

Ainda segundo Alves (2020), esses grupos uniram-se à burguesia capitalista em uma guerra contra qualquer conquista popular, em especial na educação, ciência e pesquisa:

Esse doutrinamento, a difusão de diferentes matrizes do pensamento liberal e o recrutamento de intelectuais orgânicos, quando operam direta e pragmaticamente dentro da estrutura do Estado, têm um papel específico na organização da ideologia dominante. Assim, quase sempre, na trajetória histórica, a finalidade educativa brasileira é usada como ferramenta para consolidação de ações coercitivas, impondo aquilo que o consenso não conseguir garantir (ALVES, 2020, p. 38).

Para compreender como ocorreu essa onda conservadora no país, Alves (2020, p.120), faz referência a Mézáros que destaca duas causas: o ressurgimento, na década de 1960, dos movimentos pentecostais e neopentecostais no Brasil que atualmente representam uma forte política fundamentalista e o “[...] processo de guinada para a direita de intelectuais atuantes

em universidades e o transformismo de partidos políticos e sindicatos que deixaram de ser combativos e passaram a agir de forma propositiva”.

Na década de 1990, de acordo com Alves (2020, p. 31), com o progresso do capitalismo destaca-se o surgimento e fortalecimento de “[...] organizações não governamentais, as fundações privadas, as associações sem fins lucrativos e as fintechs sociais”, na consolidação da hegemonia burguesa para uma doutrinação ideológica liberal e conservadora. Como exemplo, Alves (2020, p. 31) cita o “[...] Instituto Liberal (IL), o Instituto de Estudos Empresariais (IEE), o Instituto Ludwig von Mises Brasil (IMB), o Estudantes pela Liberdade (EPL), o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Instituto Fernando Henrique Cardoso (IFHC).

Segundo Castro (2021), esse fenômeno está ligado à crise sistêmica do capitalismo, já que foi perceptível o reaparecimento da extrema direita após a crise estrutural do capitalismo de 2008. Segundo o autor, “Os discursos que se sintetizam e se personificam nos representantes da extrema-direita, vinculados a partidos ou não, são sempre modalizados de acordo com a correlação de forças e com a inserção do país na ordem capitalista mundial (p.43)”. Assim, a irracionalidade do conservadorismo é de abrangência mundial e, mesmo tendo relações locais, destaca-se a congruência com as lutas de classe. O que se mostra comum na extrema-direita inserida um contexto mundial é o discurso nacionalista, antiglobalista e xenofóbico - no caso contra imigrantes oriundos de países pobres -, moralista, religioso e anticomunista.

Sepúlveda e Mendonça (2022) explicitam que movimentos como Escola Sem Partido e Movimento Brasil Livre trouxeram de volta ao cenário brasileiro movimentos que estavam adormecidos, como o Integralismo e outros de extrema direita que atuaram como oposição ao Partido dos Trabalhadores, mas que ainda em 2010, lideranças religiosas dividiam-se nas candidaturas, o que acaba mudando:

Para analisarmos esse período, também é importante resgatarmos como lideranças religiosas se comportaram diante dos governos petistas. Em 2010, setores evangélicos e suas principais figuras públicas se dividiram no apoio às candidaturas. No que concerne as pautas do aborto e da população LGBT, assuntos polêmicos para o segmento evangélico, essas não configuraram impedimento para que representantes públicos desse setor apoiassem a candidata petista (SEPÚLVEDA; MEDONÇA, 2022, p. 386).

Demonstrando insatisfação com o governo Dilma Rousseff, os setores evangélicos lançam candidatura própria. Segundo Sepúlveda e Mendonça (2022), adotou-se a concepção vigente até meados do século XX: “crente vota em crente”, que na época era representada pelo pastor Everaldo.

No Brasil, os movimentos neoconservadores ganharam força a partir de 2010. Conforme Miguel (2016), para justificar a sua defesa pela naturalização da desigualdade social, esses movimentos utilizam-se de termos como a meritocracia. Alves (2020), apoiando-se em Miguel (2016), observa o avanço da inserção desses discursos abertamente conservadores no debate público nos últimos anos e sua abrangência entre grupos evangélicos e católicos:

[...] é equivocado, quando se trata dessa corrente, falar apenas em “bancada evangélica, pois a expressão não apenas ignora diferenças entre as denominações protestantes como deixa de lado a importante presença do setor conservador da Igreja Católica” (2016, p. 593). De acordo com o autor, o fundamentalismo pressupõe que há uma verdade revelada, o que anula qualquer possibilidade de debate (ALVES, 2020, p. 41).

Lima e Hypólito (2019) destacam três grupos neoconservadores no Brasil: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o anticomunismo. “[...] o libertarianismo defende o menor Estado possível e entende que qualquer situação que tenha origem em mecanismos de mercado é justa por si, por mais desigual que pareça” (LIMA; HYPOLITO, 2019, p. 9). Essa posição é defendida pelo setor privado como o Instituto Millenium, o principal *think tank* da direita no Brasil, com financiamentos tanto nacionais quanto internacionais, com apoio da imprensa brasileira, tendo como seu defensor o jornalista Rodrigo Constantino.

O fundamentalismo religioso no Brasil não está restrito à bancada evangélica, levando em consideração que a Igreja Católica, segundo Lima e Hypólito (2019), também possui um setor contrário ao debate sobre o aborto, a inclusão de diferentes entidades familiares, as políticas de combate ao preconceito e a homofobia. Esses grupos fundamentalistas aliam-se com diferentes setores como latifundiários e a chamada “bancada da bala¹¹”.

O terceiro grupo citado por Lima e Hipólito (2019) são os anticomunistas. Esse movimento, na América Latina e no Brasil, foi reformulado e o perigo agora é o

¹¹ Bancada do legislativo que defende o armamento para a população.

bolivarianismo e o Foro de São Paulo: “[...] doutrina do falecido presidente venezuelano Hugo Chávez – e o Foro de São Paulo, conferência de partidos latino-americanos e caribenhos de centro-esquerda e de esquerda” (LIMA; HIPÓLITO, 2019, p. 10).

Com o cenário político polarizado, houve a associação das teses de esquerda, especialmente do Partido dos Trabalhadores, como a encarnação da ameaça comunista e, por isso, anticomunismo e antipetismo tornaram-se sinônimos, tendo como porta-voz o guru do ex-presidente da República, Olavo de Carvalho, que participou de entrevista em um documentário produzido pelo grupo Brasil Paralelo acerca desta temática (1964, entre armas e livros), sobre golpe militar de 1964, nele apresentando justificativas para o fenômeno.

Sepúlveda e Mendonça (2022) contextualizam o fundamentalismo, diferenciando-o do conservadorismo, em que os crentes devem se deter aos fundamentos da fé cristã, ou seja, a Bíblia e as suas narrativas, bem como, explicam que não são os únicos culpados pela atual situação do Brasil:

Sua origem, portanto, remonta ao século XIX e à reafirmação de dogmas contra o chamado liberalismo cristão e o Iluminismo em geral. Entretanto, isso não implica, necessariamente, na rejeição total de crenças e comportamentos diferentes. O uso da expressão para fazer alusão a comportamentos extremistas, aliada à ação e ao posicionamento de alguns segmentos do campo religioso, contribuiu para a consolidação de um rótulo negativo aos fundamentalistas, colocando-os como os grandes e únicos responsáveis pelos retrocessos em curso na sociedade brasileira (SEPÚLVEDA; MENDONÇA, 2022, p. 385).

Os autores citados também diferenciam fundamentalistas de extremistas: nem sempre os primeiros são contrários às mudanças, enquanto os extremistas se utilizam de medidas radicais para chegar a seus objetivos políticos, tentando impor seus valores:

Na busca por concretizar essas práticas, agentes extremistas buscam se movimentar em diferentes campos, mas predominantemente no político. São reativos a percepções diferentes de modelo social e, por isso, observamos aqui no Brasil um movimento desses grupos no sentido de se instituírem enquanto maioria, de modo a conseguirem fazer predominar seus princípios morais (SEPÚLVEDA; MENDONÇA, 2022, p. 385).

A ascensão política dos grupos de religiosos evangélicos que se utilizam dos meios de comunicação para disseminar suas ideias é um fenômeno perceptível no Brasil, pois líderes religiosos adquirem canais de televisão (Edir Macedo - Record) ou compram espaços televisivos (Romildo Ribeiro Soares, conhecido como RR Soares, e o Pastor Valdomiro). De

acordo com Alves (2020, p. 100), expandem sua influência através de canais abertos de rádio e televisão.

Outro aspecto relevante sobre esse segmento religioso é sua marcante presença no campo midiático, sobretudo, por possuírem trânsito permanente em canais abertos de rádio e televisão, e, ainda, no caso específico da IURD, por possuírem os controles financeiro, estratégico e institucional de uma das mais influentes redes de televisão do país. Em outras palavras, por meio da Rede Record, imprimem sua *weltanschauung* à trama dos eventos políticos e dos eventos simbólico culturais da vida cotidiana, expandindo, assim, sua força e capacidade de influência para uma tessitura social e institucional ampla, incluídos aí o mercado e o Estado.

A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) é referência no movimento neopentecostal por sua organização institucional e multinacional, visto que esse megaempreendimento brasileiro foi à busca de novos mercados em outros países. Segundo Alves (2020, p.46):

Neste contexto, a IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) possui vários traços que sugerem que ela constitui uma nova expressão do neopentecostalismo, caracterizada por uma notável continuidade de religiosidades populares presentes no catolicismo popular, inclusive adotando práticas de cultos afro-brasileiros, do kardecismo, e de certas expressões do protestantismo tradicional.

Naquela igreja adquire-se uma nova fórmula, um empreendedorismo dinâmico e flexível, assim como o capitalismo liberal à espera de operadores de um grande mercado de bens religiosos, para arrecadar fundos monetários, seja através de dízimos, ofertas ou campanhas, em que vinculasse a ideia de quanto mais se dá a Deus maior será a graça, ou de quem nega o pagamento do dízimo rouba de Deus. A IURD despertou uma acirrada competição por fiéis, com uso intenso da mídia, patrocinadas pelo sucesso de caixa das contribuições, aliadas com “[...] projetos da instituição, as necessidades e desejos das camadas sociais empobrecidas e dos indivíduos sem perspectiva de ascensão social” (ALVES, 2020, p. 46). Aliando ao discurso empreendedor capitalista a Teologia da Prosperidade surge como um guia para seus adeptos em busca de sucesso, para ascensão e superação, através de um processo em que o fiel anuncia a posse da benção desejada.

A Teologia da Prosperidade tem servido aos neopentecostais como um manual de instruções religioso, que guia o fiel a uma vida de sucesso a partir do espírito empreendedor, incentivando-os e desafiando-os a investir no “Reino de Deus”, sobretudo, financeiramente. É nas facetas desse discurso que se apoia a

territorialidade do neopentecostalismo. O sucesso desse movimento religioso não reside somente na mercantilização do sagrado, mas também no contexto social em que foram fertilizadas as sementes de tal discurso, no caso, a realidade brasileira (ALVES, 2020, p. 47).

Com modelos inovadores, novas estratégias evangelizadoras, tendências no mundo religioso, os neopentecostais redefinem tanto o simbólico quanto o sagrado nos diferentes ambientes secularizados da sociedade atual. Essa mentalidade empreendedora dos pastores fez surgir um novo modelo de igreja, pensado para atender as demandas espirituais no mundo capitalista. “A compra de emissoras de TV e redes de rádio para desenvolver o evangelismo em massa tornaram-se o foco dessas instituições, o que consiste no maior empreendimento religioso do país na última década” (ALVES, 2020, p. 47). Esse ensino doutrinário atua nas transformações socioeconômicas brasileiras, visto que este evangelho da prosperidade abraça o novo movimento religioso, prometendo um futuro de sucesso socioeconômico. Cria novas formas de doutrinação religiosa e, segundo Alves (2020, p. 47), “[...] o novo pentecostalismo estrategicamente flexibilizou seus ritos litúrgicos, abrindo-se para uma aculturação religiosa, expressa no sincretismo que une e repele elementos da cultura secular”.

A proliferação, tanto de igrejas neopentecostais quanto as do Evangelho da Prosperidade, segundo Alves (2020, p.47) tem como uma característica marcante da doutrina a chave para a prosperidade material e a promessas de superação da “[...] bruxaria, as forças demoníacas e os espíritos malignos através do poder do Espírito Santo”. A sua ampla difusão se dá também pelo fato de oferecerem esperança existencial para o presente e não apenas para o plano celestial. A proliferação de igrejas neopentecostais se dá principalmente entre os mais pobres, pois pregam que estes se “[...] afirmem como sujeitos dignos da prosperidade prometida” (2020, p. 47-48). Essa prosperidade viria da riqueza, saúde, proteção divina, sucesso educacional, empregos, lucros e oportunidades de vida melhor.

Sua atuação não envolve apenas a religião e o estabelecimento de uma bússola moral para a sociedade, mas a condução de um plano cultural e identitário, que ainda promete a mobilidade social e compartilha interesses com as instituições neoliberais capitalistas que, ao mesmo tempo, legitimam-no, empoderam-no e se valem dele (ALVES, 2020, p.48).

Essa classificação utilizada por Lima e Hipólito (2019): o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o anticomunismo, são apenas para favorecer a compreensão sobre o tema, pois existem representantes em mais de uma das vertentes neoconservadoras,

como é o caso de Olavo de Carvalho que, além de ter sido católico fundamentalista, também disseminou ideias anticomunistas e esteve ligado ao movimento Escola Sem Partido, que demonstra nitidamente o anticomunismo/antipetismo.

O movimento neoconservador tomou força quando a direita brasileira perdeu o pleito eleitoral em 2014 e não aceitou a decisão democrática dos brasileiros e retomou o programa do então vice-presidente Michel Temer, com o apoio do parlamento.

A ofensiva ultraconservadora tomou curso na realidade brasileira, conjugando os três vieses apresentados. Combinou a eleição de um parlamento extremamente conservador em 2014, que não aceitou o resultado das eleições e promoveu, desde então, o desgaste do governo recém-eleito que redundou no impeachment da presidenta Dilma. Como consequência, promoveu-se a implantação do projeto Uma ponte para o futuro, derrotado anteriormente nas urnas e reanimado pelo vice-presidente golpista Michel Temer, em 2016 (MORAES, 2021, p. 492).

A conjuntura de polarização política ganhou força, principalmente após 2013, a partir de reivindicações contra o aumento de vinte centavos na passagem do transporte público que instalaram um sentimento de mudança e indignação com o sistema político e contra a corrupção. Neste contexto emergiram diferentes manifestações com pautas conservadoras como o retorno da ditadura militar, o endurecimento da lei penal e redução da maioria penal. Após as eleições de 2014 a fragmentação partidária é evidente: “Liberais, lideranças religiosas, agentes ligados à segurança pública e ao armamento populacional, bem como outras categorias e instituições descontentes, compõem aquilo que se convencionou chamar de ‘onda conservadora brasileira’” (HENRIQUES, 2021, p. 16), resultando no impeachment (2016) da presidenta eleita democraticamente Dilma Rousseff¹².

Sepúlveda e Mendonça (2022), explicam que nas eleições municipais de 2016 lideranças evangélicas buscam se consolidar como força política no Brasil. Pela primeira vez houve uma organização nacional com candidaturas protestantes, pentecostais e neopentecostais na eleição, acompanhadas pela Confederação dos Conselhos de Pastores do Brasil (CONCEPAB). No entanto, a candidatura de Dilma Rousseff afrontava tais grupos, pela significação que representava, dificultando a aliança entre progressistas e religiosos.

Todavia, o problema central desses grupos não era somente o apoio do governo às pautas feministas e LGBTs, mas sim as vitórias progressistas da sociedade, que, de

¹² **Tribunal extingue ação popular contra Dilma por pedaladas** - 28/03/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/03/28/tribunal-extingue-acao-popular-contra-dilma-por-pedaladas.htm?msclkid=3c0406afb9f711ec915fe5ce391bb2f3>

certa forma, colocava em xeque a profunda desigualdade social no Brasil. A própria eleição de Dilma Rousseff era uma afronta: uma mulher ex-guerrilheira na luta contra a ditadura no Brasil (1964-1985). Além disso, o apoio aos governos do PT, apesar de permitir um crescimento político a esses grupos mais conservadores, impedia-os, em certa medida, a implementar seus projetos políticos por inteiro, dificultando, assim, a consolidação do exercício do poder por esses grupos (SEPÚLVEDA; MENDONÇA, 2022, p. 386).

Os autores destacam que, mesmo que os governos do PT não tenham resolvido os grandes problemas estruturais, como as desigualdades sociais, a taxaço de grandes fortunas, o poder quase ilimitado das instituições financeiras e avanços na garantia de uma organização social mais justa, houve muitos ganhos pelas minorias políticas, tanto nos direitos sociais e reprodutivos, quanto no enfrentamento na discussão de gênero. Mas as alianças políticas pela governabilidade se tornaram paradoxos durante a gestão, como explicitam Sepúlveda e Mendonça (2022, p. 38-387):

Contudo, mesmo nesses campos, os encaminhamentos realizados envolveram uma série de contradições. Esse cenário se deu em função da ambiguidade presente nas ações do Executivo Federal, composto por governos petistas, bem como por uma maioria de parlamentares vinculados à bancada cristã. O PT havia assumido compromissos de campanha que envolviam pautas das mulheres e da população LGBT+, mas sua composição enquanto governo, assim como a formação da sua base aliada, que lhe garantia governabilidade e incluía, necessariamente, setores conservadores e a gestão petista e os conflitos inerentes a eles.

O PT, por exemplo, mantém uma resolução que favorecia a legalização do aborto e a defesa de pautas LGBTQIA+ e, desta forma, parlamentares apoiavam o governo em questões econômicas e de assistência social, mas divergiam total e abertamente contra os direitos sexuais e reprodutivos ou do movimento LGBTQIA+ (SEPÚLVEDA; MENDONÇA, 2022).

A expansão neoliberal capitaneada por Michel Temer e a ascensão de Jair Bolsonaro estão alinhadas a vários interesses de diferentes grupos unidos por alguns ideais como “Liberal na economia e conservador nos costumes” ou “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, slogans que deixam clara a defesa da moral e mínima intervenção do Estado em questões econômicas (HENRIQUES, 2021).

O ex-presidente Jair Bolsonaro, segundo Castro (2021), atuava como serviçal de Trump, tendo um discurso igualmente preconceituoso e reacionário, mas atrelado a situação de dependência da economia brasileira, com um discurso ultraliberal, inspirado em Paulo Guedes, Ministro da Economia, e como primeira medida obteve a aprovação da Reforma de

Previdência, retirando e dificultando o acesso aos direitos sociais, principalmente da camada mais pobre da população, bem como continuou o desmonte do Estado iniciado por Temer.

Castro (2021) ainda destaca a importância das mídias, que agiram como partido da ordem do capital, destacando uma rede “global”, para o sucesso do discurso bolsonarista, seja pela atenção dada às suas falas ou pelo processo neoliberal de propaganda ou pela criminalização da esquerda. Mesmo com todas as polêmicas causadas por Bolsonaro, isso foi relativizado pelas grandes mídias, visto que o que importa é a acumulação do capital, garantida por Paulo Guedes. Bolsonaro então encampou o processo de liberalização da economia, tendo como discurso de liberdade o empreendedorismo, aquele que gera riquezas no país, e que o trabalhador deveria escolher entre “mais direitos e menos emprego, ou menos direitos e mais emprego”¹³, atribuindo ao trabalhador a responsabilidade de sua sobrevivência, da crise sistêmica do capitalismo e da ampliação do desemprego estrutural. Elevando o ego de que o empreendedorismo seria proatividade, uma parte da racionalidade neoliberal, a burguesia transfigurada em Bolsonaro, fez com que o trabalhador aceite cada vez condições mais precárias do trabalho, conforme afirma Castro (2021, p. 45):

Dessa maneira, cada vez mais a subjetividade da classe trabalhadora que deve buscar a sua sobrevivência vai se amoldando/ajustando aos imperativos da acumulação da ordem do capital, o que implica em naturalizar até onde for possível estes novos imperativos. À medida que os sujeitos internalizam esses valores, torna-se cada vez mais difícil promover uma organização da classe trabalhadora e a sua mobilização para os embates, embora também a precarização da sua vida possa atingir limites concretos de sobrevivência ao ponto que sua revolta incite para a mobilização e a ação de crítica social - é o espaço de contradição social do capitalismo.

A pauta moralista adotada por Bolsonaro foi fundamental para a volta da extrema-direita ao poder e, de acordo com Castro (2021, p. 45), o “neoliberalismo é um sistema moralista”, pois aponta o Estado e os serviços públicos como ineficientes e corruptos, e como a moralidade está sempre em evidência ela é a causa, mas também a solução dos problemas do capitalismo. Mesmo que a luta contra corrupção seja de todos os partidos, a pauta anticorrupção tem sido usada por conservadores, principalmente.

A chapa vencedora do pleito eleitoral de 2018, liderada por Bolsonaro, combinou duas filosofias sociais: conservadorismo e liberalismo. Os conservadores são caracterizados como

¹³ **Bolsonaro: Trabalhador terá de escolher entre mais direitos ou emprego:** Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/12/04/bolsonaro-trabalhador-tera-de-escolher-entre-mais-direitos-ou-emprego.g.html>

autoritários, no que se refere à forma de governo, mas os liberais têm se mostrado aparentemente pela defesa da democracia liberal. Mas o que se pode observar é que os liberais também mostraram seu lado autoritário, pois se uniram aos conservadores. Temos então liberais e conservadores autoritários no comando, e seu ponto de partida foi o golpe contra a presidenta eleita Dilma Rousseff (FREITAS, 2018).

O ex-presidente Bolsonaro se utilizava do moralismo, principalmente religioso, em especial entre grupos mais conservadores do cristianismo, segundo Castro (2021, p. 46): “[...] a transcendência religiosa é pilar fundamental do pensamento conservador a partir do moralismo”. Bolsonaro conquistou eleitores com discursos inflamados contra a esquerda, trabalhadores, sindicalistas, mulheres, imigrantes, pobres e negros, com base em falas preconceituosas¹⁴ arrebanhou seu eleitorado, mostrando a todos não só a sua própria face como a de muitos que o apoiam. Castro (2021, p. 46) assim caracteriza a pauta conservadora do ex-presidente do Brasil:

Eleito a partir da moralidade conservadora com um discurso conspiratório, repleto de mentiras com o famigerado "kit gay", e mamadeiras de forma "fálica", referindo a si mesmo como enviado de Deus, utilizando-se até mesmo da alcunha religiosa de "Messias", Bolsonaro consegue sintetizar em torno de sua figura uma série de instituições sistêmicas que por serem difusas e espontâneas, são facilmente canalizadas contra esquerda, o sindicalismo e demais movimentos da classe trabalhadora.

É importante lembrar que a aproximação de Bolsonaro com os evangélicos neoconservadores se dá por sua posição contrária e agressiva em relação a homossexualidade e a ampliação dos direitos da comunidade LGBTQIA+. Machado (2020, p.100), explica como o uso de um material didático que pretendia o combate à homofobia transformou-se no trampolim eleitoral de Bolsonaro.

O ex-capitão Bolsonaro foi um dos personagens chaves na controvérsia estabelecida em 2011 em torno do programa Escola sem Homofobia, denominado o material educacional a ser distribuído entre os estudantes de "kit gay" e disseminando nos meios de comunicação informações falsas acerca da faixa etária que seria contemplada com o material. Integrante do “baixo clero”, como a maioria dos legisladores evangélicos na Câmara Federal, Bolsonaro via ampliar suas chances de

¹⁴ Citamos como exemplo: **"Pode ser que contratem menos mulheres", diz Bolsonaro:** Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=184714263479263>. E ainda: **"Bolsonaro volta a dizer que negro é pesado em arrobos e ironiza sua condenação:** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/bolsonaro-volta-dizer-que-negro-e-pesado-em-arrobos-e-ironiza-sua-condenacao.shtml>

sucesso em fazer oposição ao PT no embate em questão com a atuação conjunta com os cristãos. Com a difusão de formulações contestatórias as perspectivas de gênero na Câmara Federal educação sexual de crianças e adolescentes no debate público parlamentar incorporando o sintagma da ideologia de gênero em seu discurso político.

Usando as igrejas como “palanque eleitoral”, Bolsonaro discursou contra as minorias, principalmente sexuais, e fez sua propaganda eleitoral, influenciando as decisões dos fiéis. De acordo com Castro (2021), a irracionalidade é um ponto fundamental nesta coesão religiosa, pois por mais absurdas que sejam as notícias, com a desvalorização da ciência ou colocação dela em equidade com crenças, as pessoas ficam suscetíveis a toda e qualquer mentira ou ataque à ciência. Mesmo durante a pandemia de COVID-19 se proliferam discursos terraplanistas, surgiram movimentos antivacina e teorias da conspiração que fazem o sentido para parte do seu eleitorado. Alves (2020, p. 116) assim descreve esse cenário:

A oposição discursiva entre religião e ciência se desdobra em outros antagonismos sociais. Independentemente das razões dessa divisão de opiniões, há uma polarização entre progressistas e conservadores na sociedade brasileira que recrudescerá substancialmente no período pós-impeachment da presidenta Dilma Rousseff, demonstrando que a política brasileira vem assumindo um caráter claramente antidemocrático, antiliberal e conservador.

Os grupos neoconservadores, segundo Lima e Hypolito (2019), ampliaram sua representação no Congresso Nacional, que aglutina representantes da bancada BBB (da bala, do boi e da Bíblia) ¹⁵. Segundo Alves (2020, p. 120), “Estes, por atuarem conjuntamente na defesa de ideias conservadoras, são identificados como uma única bancada ou frente parlamentar, mesmo não constituindo uma oficialmente”. Com muita influência religiosa, esses grupos pautam o campo político e moral, opondo-se às pesquisas com células-tronco, demarcação de terras dos povos originários, ao casamento civil homoafetivo, entre outros. Inclusive, foram protagonistas no primeiro golpe jurídico-parlamentar contra a presidenta eleita Dilma Rousseff, em 2016, deixando claro a aliança entre neoliberais e conservadores, que seria uma nova direita brasileira, demonstradas nas reformas apresentadas pelo golpista Michel Temer (GONZALEZ; COSTA, 2018).

¹⁵ Bancada que atua no Congresso Nacional que uniu representantes em defesa do armamento da população (fascistas), do agronegócio (ruralistas) e católicos e evangélicos (religiosos), com pautas comuns como a defesa da família tradicional brasileira, por exemplo.

A aliança entre ruralistas, religiosos e fascistas busca interferir em diferentes setores, como o social, cultural e educacional, provocando muitos retrocessos e, manifesta-se principalmente por falas, desde a campanha até os dias atuais, do ex-presidente da República.

Nos discursos desses parlamentares, a consolidada proteção aos direitos humanos é vista como uma concessão indevida de suporte a pessoas com comportamentos antissociais. O então candidato e agora presidente da República propõe um século de retrocesso ao defender a união entre Estado e religião. “Deus acima de tudo. Não tem essa historinha (sic) de estado laico não. O estado é cristão e a minoria que for contra que se mude. As minorias têm que se curvar para as majorias”, afirmou Jair Bolsonaro à Revista IstoÉ (n. 2633). Mas, a despeito da retórica que afirma querer “salvar” os alunos e a educação, utiliza-se de uma arenga moralista, abstrata, idealista, virulenta e a-histórica, cujo resultado prático não é outro senão o aprofundamento da ignorância e da violência. Sem dúvida, o posicionamento do presidente e de seus ministros ligados à religião constitui certo direcionamento aos educadores em relação às finalidades educativas religiosas (ALVES, 2020, p. 120).

Aliando isso, há o discurso negacionista, que se mostra fundamental para mobilização e radicalização na base dos grupos bolsonaristas. Castro (2021) classifica a relação desses integrantes do referido grupo com Bolsonaro como relação psíquico-afetiva, visto que se sentem como participantes de uma causa, que origina a sensação de pertencimento social a uma sociedade. Mesmo que não faça sentido, que ameace sua vida, sua integridade, no pertencimento há o sentimento de lutar por uma causa, por uma divindade, transfigurada neste caso em Bolsonaro, e essa base psíquico-afetiva lhe confere validade e assume-se o risco.

Castro (2021) admite que a base de apoio ao ex-presidente seja muito maior que uma questão de racionalidade, visto que suas declarações são contraditórias; é marcada por desejos e afetos e, sobretudo, uma revolta confusa da ordem social, sempre mobilizadas por campanhas mentirosas nas redes sociais e chamamento as lutas a favor de seu líder. Castro (2021, p. 47) alerta que a superação do bolsonarismo não é simples, é preciso pensar outra lógica:

Isto faz com que a superação do bolsonarismo como forma de concepção de mundo e de práxis política não possa ocorrer pela defesa das instituições decrépitas de um capitalismo em crise estrutural, como advogada a "esquerda institucionalizada", totalmente cooptada aos valores de ordem em vigor cuja objetivo se limita a administrar o capitalismo, e não romper com este. Se o bolsonarismo é justamente a síntese da revolta difusa da população, estabelecida como uma forma de reação do capital a esta crise, defender essas instituições é manter e aprofundar a crise do capitalismo e incorrer no fortalecimento daquilo que se pretendia negar.

Para Sepúlveda e Sepúlveda (2019) o problema do discurso conservador é seu poder de persuasão, por vir do tradicionalismo, pelo seu forte significado social e identitário, em que parte da população facilmente se identifica. Eles afirmam que “Isso potencializa a já mencionada carga emotiva do termo. E tal potencialização impulsiona a organização de grupos proativos em defesa da “moral e dos bons costumes”, muito em voga atualmente no país e no mundo” (p.873).

Superar o discurso conservador e suas consequências na sociedade atual requer, segundo Castro (2021), derrotar o capitalismo e o fascismo e, para isso, é preciso mudar a concepção de mundo, que se oponha ao sistema de crise, que se revolte ao todo e não a fragmentos, que dê sentido à vida das pessoas, caso contrário continuar-se-á perdendo o debate. Castro lembra ainda que o fascismo está sempre à espreita e é preciso estar vigilantes sempre.

A crítica ontológica radical é o que permite ir além do campo da aparência, do fragmento para exercer uma atuação no cerne dos problemas ponto defender "as instituições" que são, na verdade, uma das causas dos problemas que vivenciamos e nos afligem, é mais uma das ilusões da adesão ideológica à ordem burguesa, e, mesmo que contribua para a derrota do bolsonarismo hoje, não significa o seu fim, já que a, ele, como nazismo também foi, uma forma de reação ao capital as suas crises. Como diz Brecht, "a cadela do fascismo está sempre no cio", e isso ocorre porque, enquanto não superarmos o capital em todas as suas formas vírgulas as reações de retomada do controle sociometabólico de uma sociedade fundada em uma estrutura e racional deverá ser também fundada no irracionalismo e no conservadorismo. A derrota definitiva do fascismo só poderá ocorrer com a derrota definitiva do capital (CASTRO, 2021, p. 48).

Alves (2020, p. 121) nos convida a refletir sobre os agentes conservadores no Brasil, pois os valores, as visões de mundo, os símbolos e os mitos são parte da história brasileira sociocultural e indicadores para explicar a realidade.

Os desdobramentos disso são significativos, pois a linguagem religiosa conservadora pode não ser falaciosa, mas abrange significados, por vezes, absurdos. Como já foi dito, as expressões religiosas possuem uma direção dupla, ou seja, caminham do campo sociocultural para o enunciado, e do enunciado para a cosmovisão pessoal.

Esse discurso neoconservador que tomou conta tanto da sociedade quanto da política recebeu apoio de neoliberais, traduzindo-se inclusive nas falas do então presidente da República: “conservador nos costumes, liberal na economia”¹⁶.

Assim, no próximo capítulo, aborda-se como esse discurso se concretizou por meio de ações fomentadas por tais grupos que se estendeu para o campo educacional, tanto na tentativa de censura e silenciamento de alguns temas identificados como políticos/partidários (Escola Sem Partido), aos estudos de gêneros (combate a suposta “ideologia de gênero”), a criação das Escolas Cívico-Militares, a privatização da escola pública e o *homeschooling* como solução para substituir a instituição escolar como principal espaço de educação formal.

Apple (2022) destaca que essa não é uma guerra de manobra, mas de posição, pois na transformação social tudo conta; tanto os currículos, quanto a vida dos professores. É por essas razões que se observam as investidas ativas de grupos neoconservadores no desmonte da escola, instituição tão importante para a sociedade brasileira e, portanto, a relevância social deste debate para fortalecer os argumentos em defesa da escola pública brasileira.

¹⁶ Slogan da campanha de Jair Bolsonaro, um deputado de baixo clero por cerca de 30 anos, que chegou à presidência, um representante da nova direita, por seus fundamentos intelectuais e teóricos, tendo como principal intelectual Olavo de Carvalho. Um arranjo político liberal-conservador (SILVA, 2021).

3 INFLUÊNCIAS DOS MOVIMENTOS NEOCONSERVADORES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O enfoque deste capítulo recai sobre a influência dos movimentos neoconservadores na educação brasileira. Inicialmente apresenta-se o estado de conhecimento acerca do tema, destacando-se a “ideologia de gênero”, o Projeto Escola Sem Partido, o *homeschooling* e as Escolas Cívico-Militares. A partir do estabelecimento desta visão panorâmica, busca-se compreender como tem sido avaliada, compreendida e contextualizada, no campo da produção científica, a influência do ideário neoconservador na educação brasileira.

3.1 ESTADO DO CONHECIMENTO ACERCA DA TEMÁTICA

Nesta seção, o enfoque principal se localiza na apresentação de um panorama geral sobre o que foi produzido nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras acerca da influência dos movimentos neoconservadores na educação. A tarefa foi necessária para reconhecer esse campo emergente de estudos e para apontar eventuais lacunas temáticas que merecem atenção.

O estado do conhecimento será apresentado em duas partes: inicialmente, descreve-se os caminhos percorridos para localizar os trabalhos acadêmicos e, na segunda parte, apresenta-se a análise destes trabalhos, apontando as suas características, bem como sua classificação quanto aos recortes temáticos neles contidos.

3.1.1 Descrição dos procedimentos de busca

A busca pelo tema de pesquisa deu-se no segundo semestre de 2021 nas seguintes bases de dados bibliográficos: Catálogo de Teses e Dissertações da Capes; Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Google Acadêmico e Revista Pedagógica vinculada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (PPGE/Unochapecó). As bases foram escolhidas por serem as que dispõem de maior quantidade de dados da área educacional. Em relação à Revista Pedagógica, a escolha se deu por integrar o Programa no qual se desenvolve o estudo.

Para iniciar a busca, foram selecionados como descritores termos relacionados aos principais movimentos neoconservadores da educação em destaque nos últimos anos, visto que esse é o tema central da dissertação. Posteriormente, o descritor “movimentos neoconservadores” foi combinado aos descritores “escola sem partido”, “homeschooling”, “escolas cívico-militares” e “ideologia de gênero, considerado, também, suas variações para ampliar as opções. Assim, as buscas se deram a partir de cinco descritores:

Descritor 1: movimentos neoconservadores;

Descritor 2: Escola sem Partido ou Projeto Escola Sem Partido;

Descritor 3: homeschooling ou educação/ensino domiciliar;

Descritor 4: escolas cívico-militares ou militarização das escolas;

Descritor 5: educação de gênero ou ideologia de gênero.

Os descritores foram colocados entre aspas para limitar as palavras-chaves da pesquisa. Percebe-se também, a importância de delinear as buscas nos campos e áreas da educação, garantindo assim o foco do estado do conhecimento.

Quanto ao recorte temporal, delimitou-se o período de 2011 a 2021, pois se constatou que foi nessa década que os movimentos neoconservadores emergiram ou, pelo menos, tornaram-se públicos, conforme se apresenta posteriormente.

Para a seleção dos trabalhos a análise se deu pela leitura dos títulos, percebendo-se que estavam de acordo com os descritores em questão; então foram lidos os resumos e selecionados os que apresentavam o histórico do surgimento dos movimentos e sua caracterização. Como em alguns resumos as informações não estavam suficientemente claras, foi necessário consultar o sumário e nas teses/dissertações a introdução e, no caso dos artigos, em alguns, a análise foi feita na íntegra.

Os critérios de exclusão de trabalhos elencados foram: estar fora do período temporal, apresentar recorte local muito específico ou limitar-se a uma etapa da educação básica. Os resultados dessa busca constam no quadro 1.

Quadro 1 - Trabalhos localizados sobre o tema - período de 2011 a 2021

Palavras- Chave	Base De Dados	Material (A/Tc/D/T)	Total de Trabalhos Pesquisados	Trabalhos Selecionados	Total de Excluídos
Descritor 1: movimentos neoconservadores	IBICT	Teses e Dissertações	10	02	08

	Revista Pedagógica	Artigos	01	0	01
	Capes	Teses e Dissertações	31	04	27
	Google Acadêmico	Artigos	14	09	05
Descritor 2: escola sem partido	IBICT	Teses e Dissertações	06	0	06
	Revista Pedagógica	Artigos	07	0	07
	Capes	Teses e Dissertações	21	01	20
	Google Acadêmico	Artigos	04	03	01
Descritor 3: <i>homeschooling</i> ou educação domiciliar	IBICT	Teses e Dissertações	01	0	01
	Revista Pedagógica	Artigos	07	0	07
	Capes	Teses e Dissertações	13	01	12
	Google Acadêmico	Artigos	20	05	15
Descritor 4: escolas cívico militares ou escolas militarizadas	IBICT	Teses e Dissertações	03	02	01
	Revista Pedagógica	Artigos	01	0	01
	Capes	Teses e Dissertações	31	0	31
	Google Acadêmico	Artigos	15	03	11
Descritor 5: ideologia de gênero ou educação de gênero	IBICT	Teses e Dissertações	02	0	02
	Revista Pedagógica	Artigos	22	01	21
	Capes	Teses e Dissertações	21	02	19
	Google Acadêmico	Artigos	04	01	03
Total			234	34	199

Fonte: elaborado pela autora com base nos bancos de dados da pesquisa (2021).

Como se apresenta no quadro, dos 233 trabalhos localizados, 34 foram selecionados, sendo 23 artigos, 8 dissertações e 3 teses e agrupados em temáticas, conforme consta a seguir.

3.1.2 Resultados e conclusões

Após a análise do conteúdo abordado os trabalhos foram agrupados em cinco temáticas: a) Movimentos neoconservadores; b) Escola Sem Partido ou Projeto Escola sem Partido; c) Homeschooling ou educação/ensino domiciliar; e) Escolas Cívico-Militares ou militarização das escolas; f) Educação de gênero ou ideologia de gênero.

As principais informações acerca dessa classificação constam no quadro 2 (Apêndice C). A organização dos trabalhos por temática consta no quadro 3, ressaltando que há produções que, por abordarem mais de uma delas, foram inseridas em duas categorias.

Quadro 3 - Temáticas abordadas nos trabalhos localizados sobre o tema - período de 2011 a 2021

Temáticas	Trabalhos	Total
a) Movimentos neoconservadores	2, 8, 9, 11, 12, 15, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 32	17
b) Projeto escola sem partido	1, 26, 27, 28, 31	5
c) <i>Homeschooling</i>	3, 4, 15, 17, 34	5
d) Escolas cívico-militares	5, 6, 7, 19, 20, 30	6
e) Ideologia de gênero	10, 14, 21, 25, 33	5

Fonte: elaborado pela autora com base nos bancos de dados da pesquisa (2021).

Ao verificar nos resumos, introdução e em algumas situações no interior dos trabalhos, observou-se o uso de alguns termos como conservadorismo, neoconservadorismo, ultraconservadorismo, além dos termos liberalismo, neoliberalismo e ultraliberalismo.

Dos 34 trabalhos analisados, 12 utilizam os termos conservadorismo e neoconservadorismo, ora diferenciando-os, ora como sinônimos, e 4 utilizam o termo ultraconservadorismo. No que se refere ao liberalismo, 15 exploram o tema e desses, 12 aliam ou o diferenciam de neoliberalismo, enquanto 10 fazem uso do termo ultraliberalismo. A grande produção acerca destes termos demonstra o quanto os movimentos conservadores e/ou neoconservadores, liberais e /ou neoliberais influenciam na educação brasileira.

Também chama a atenção que 5 trabalhos não usam nenhum destes termos, dois referem-se ao *homeschooling* e 3 estão na temática das escolas cívico-militares. Ressalta-se também a importância do uso destes termos nesta pesquisa, para deixar explícita a natureza de tais projetos e suas intenções de influências na educação brasileira.

Analisando os dados que constam nos quadros 2 e 3 foi possível perceber que, quanto ao período de realização, se concentram especialmente entre 2017 a 2021, com maior incidência neste último ano. Conclui-se que projetos neoconservadores ganharam impulso após o golpe de 2016, que destituiu a então presidenta Dilma Rousseff da Presidência da

República, especialmente o Projeto Escola Sem Partido - PESP, conforme aponta Moraes (2021, p. 488):

Entendemos que algumas concepções que atravessaram a ANC, representadas pelo posicionamento de deputados constituintes em seus argumentos, assim como nas suas vinculações com órgãos, sindicatos e/ou associações, foram amplificadas nos últimos anos, tendo em vista todo o processo social vivido no período que desencadeou o impeachment, em 2016, assim como permitiu a eleição de um presidente com características protofascistas, em 2018. Destacamos, neste contexto, o espaço alcançado pelo projeto Escola Sem Partido (ESP), bem como pelas propostas de educação domiciliar, ou *homeschooling*, como comumente é conhecida a proposta das famílias educarem seus filhos fora do aparelho escolar, domesticamente.

Há grande produção acerca do Projeto Escola Sem Partido, que inicialmente foi divulgado por meio de ebooks¹⁷ e depois em forma de artigos. A essa busca inicial foram incorporadas na análise as dissertações/teses de Moura (2016), Colombo (2018), Paiva (2021) e Salles (2019), sugeridas pelos membros da banca de qualificação do projeto de dissertação.

Segundo os trabalhos analisados, depois de muitas tentativas de aprovação dos projetos relativos à Escola Sem Partido nas casas legislativas de diferentes estados brasileiros, após ser considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, o foco dos movimentos neoconservadores passou a ser outro, ou seja, a educação domiciliar e as escolas Cívico-Militares, projetos que buscam desqualificar e privatizar a escola pública, conforme aponta Moraes (2021, p. 488):

Percebemos que ambas são estratégias de desqualificação do trabalho da escola pública, que contribuem para a intensificação de um antigo discurso que acompanha a política educacional brasileira: a transferência de recursos públicos para instituições privadas de ensino, como forma de viabilizar a liberdade de escolha das famílias – a tão propagada voucherização do ensino.

Percebe-se que os trabalhos mais recentes estão focados especialmente no *homeschooling*, tema emergente na sociedade e pautado por casas do legislativo e, representantes do Poder Executivo, inclusive em Santa Catarina, onde um projeto foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina - ALESC e sancionado pelo Governador do Estado e em Chapecó - SC, a Câmara de Vereadores aprovou o ensino domiciliar. Entretanto, essas legislações estão em debate, já que receberam decisões negativas

¹⁷ É importante ressaltar que foram analisados 2 ebooks sobre o Projeto Escola sem Partido, mas optamos por não incluí-los nesta busca, priorizando artigos, dissertações e teses.

do Poder Judiciário. Em 19 de junho de 2022, o projeto homeschooling foi aprovado na Câmara de Deputados, e segue para debate no Senado¹⁸, e sem previsão de votação até o momento. Em SC, o homeschooling, em 3 de novembro de 2021, foi considerado inconstitucional pelo Ministério Público. No entanto, o atual governador, através da Procuradoria Geral do Estado, apresentou no dia 2 de março de 2023, um recurso contra a decisão do TJSC (Tribunal de Justiça de Santa Catarina) que considera a Lei Complementar nº 775/21, o ensino domiciliar inconstitucional¹⁹.

A maioria dos trabalhos se mostram contrários aos projetos conservadores na educação. Foram encontrados apenas dois que se posicionavam a favor, sendo uma dissertação (T34) referente ao projeto de educação domiciliar/homeschooling, que busca compreender quais caminhos podem tomar as famílias que clamam pela educação domiciliar e T14, que defende a possibilidade de aplicação do ensino domiciliar em casos específicos.

Esse debate abrange várias áreas do conhecimento, mas é possível observar o enfoque religioso usado por esses grupos que visam convencer a maior parte das pessoas, que mostram uma visão protecionista sobre as crianças acerca de temas como política, religião, sexualidade e moral, restringindo-o às famílias, como demonstram Cecchetti e Tedesco (2020, p. 1):

Não por acaso, movimentos como o Escola sem Partido e contrários à “ideologia de gênero” também defendem o homeschooling como modelo ideal de educação, já que ambos se fundamentam no mesmo princípio, qual seja: de que a formação dada pela escola não deve interferir nos princípios e nos valores adotados pela família. Trata-se de um embate histórico, acerca de quem deve imprimir as finalidades sobre a educação dos menores: a Religião ou o Estado. Para os setores fundamentalistas e neoconservadores, a educação escolar não deve tratar de temas religiosos, políticos, sexuais e morais, e, caso insista em fazê-lo, a “solução” é educar os filhos em casa.

É possível perceber que, mesmo com a intensa pesquisa sobre estas temáticas, não foram localizados estudos com o recorte proposto nesta dissertação, ou seja, que além de contextualizar a origem de tais movimentos, apontassem as características e relacionassem a influências no trabalho docente.

¹⁸ **Câmara aprova projeto que permite a educação dos filhos em casa; proposta vai ao Senado.** Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/877647-camara-aprova-projeto-que-permite-a-educacao-dos-filhos-em-casa-proposta-vai-ao-senado/>

¹⁹ **Recurso tenta voltar com constitucionalidade de ensino domiciliar em SC.** Disponível em: <https://ndmais.com.br/educacao/recurso-tenta-voltar-com-constitucionalidade-de-ensino-domiciliar-em-sc-entenda/>

Este é um tema que ameaça a escola, principalmente a pública, de desmonte, vigilância, controle e loteamento pelos mais diversos institutos e corporações, que desqualificam e querem a privatização desta escola pública. É preciso estar alerta e preparado para o debate, com argumentos sólidos para o enfrentamento e defesa da instituição mais importante da nossa sociedade. Sem falsa modéstia, é pela escola pública que passa a maioria da população brasileira, por quase 14 anos da vida de cada cidadão, é preciso qualificá-la e não destruí-la.

Quanto aos procedimentos metodológicos, somente dois trabalhos se apresentam como de abordagem mista (quanti-qualitativa). A maioria dos trabalhos opta pela pesquisa bibliográfica (21), documental (22) e treze trabalhos utilizam ambos. Apenas três utilizam a entrevista como instrumento de pesquisa, o que demonstra como ainda é preciso ouvir a comunidade escolar a respeito dos projetos neoconservadores. No que se refere à técnica de análise de dados, 7 trabalhos se debruçam sobre a análise de discursos, um sobre análise de conteúdo e as demais não identificam a técnica utilizada. É importante ressaltar que nenhum dos trabalhos consultados realizou articulação com os sindicatos ou entidades representativas do magistério para seus estudos, demonstrando assim um ponto exclusivo nesta pesquisa, e poucas debruçaram-se sobre os impactos nos professores dos movimentos neoconservadores. Desta forma observamos a falta de um mapeamento nacional deste fenômeno, inclusive para a proposição de políticas públicas de incentivo a permanência e valorização do magistério.

Assim, percebe-se que apesar da intensa produção acerca do tema, ainda é preciso ampliar o debate a respeito dos movimentos neoconservadores, e como este vem influenciando nas decisões didáticas e pedagógicas dos professores das escolas públicas brasileiras. Esta é uma preocupação legítima, visto que os silenciamentos também devem ser considerados, pois demonstram a sua força de censura sobre temas potentes e relevantes aos estudantes brasileiros.

Ao perceber a grande quantidade de produções sobre os movimentos conservadores e o Escola Sem Partido, observa-se o quanto intrigaram os pesquisadores, e atualmente, sobre o homeschooling e os estudos de gênero, demonstram o quanto estes temas ainda são latentes tanto no meio científico quanto escolar. Não menos importante temos o projeto das Escolas Cívico-Militares que está em debate e merece maior entendimento para que o enfrentamento

seja feito de maneira efetiva, coesa e coerente²⁰. Visto que já não é uma prioridade para o atual governo o grande número de escolas Cívico-Militares chama atenção, especialmente no sul do Brasil.

Assim, na próxima seção, busca-se compreender as influências dos movimentos neoconservadores na educação brasileira, analisando tanto sua trajetória histórica até os dias atuais e as pautas que movem tais grupos no cenário educacional brasileiro.

3.2 OS MOVIMENTOS CONSERVADORES E NEOCONSERVADORES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Os movimentos neoconservadores exerceram forte influência na educação brasileira nos últimos anos por meio das tentativas de criação de projetos legislativos, como o Escola Sem Partido, as escolas Cívico-Militares e o homeschooling, bem como, nas disputas por ocasião da definição do currículo escolar, seja no âmbito nacional, estadual ou municipal. Analisa-se, portanto, como tais movimentos se articulam e buscam espaços de poder na educação e como marcam território através dos mecanismos legislativos e curriculares.

A defesa de tais projetos coloca todos que se opõem a eles como uma esquerda internacional com discurso envenenado, um inimigo perigoso a ser combatido, presente em diferentes instituições com discursos subversivos para afrontar a família tradicional. Usa a base teórica o discurso da conspiração comunista do golpe militar de 1964, inflamando a sociedade contra o velho inimigo vermelho, que ameaça crianças (PENNA, 2018).

A educação brasileira sempre foi um espaço de disputas entre duas forças que veem a sociedade e o ser humano de maneiras muito diferentes e com a redemocratização do país após o regime militar essas diferenças emergiram. Assim, Moraes (2021, p. 498) afirma que o discurso neoconservador é apenas um:

[...] nova roupagem do discurso apresentado desde os anos de 1940, passando pela ANC de 1987, no qual os parlamentares vinculados às alas mais conservadoras, reivindicavam a liberdade de ensino como a possibilidade de as famílias escolherem a melhor forma de educar seus filhos.

²⁰ **Estados investem em escolas cívico-militares de Bolsonaro e contrariam orientação do MEC.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/06/na-contramao-do-mec-estados-investem-em-escolas-civico-militares.ghtml>.

A interferência de grupos na educação foi identificada na elaboração da Constituição de 1988, já que a bancada conservadora procurou atender às demandas de grupos religiosos. Nesse sentido, Moraes (2021, p. 499) afirma que:

Ao longo de nossa recente história democrática, com ênfase no processo constituinte de 1987, grupos se destacaram na defesa do direito à educação em uma linha mais democrática e progressista, e outros em uma posição radicalmente distinta, ou seja, por um viés conservador e, por vezes, autoritário.

A primeira carta da Assembleia Nacional Constituinte se mostrou, segundo Moraes (2021), menos progressista que a primeira versão feita com a participação da sociedade civil organizada, mesmo atendendo às demandas de movimentos, partidos e instituições que reivindicavam a educação pública e gratuita. De acordo com Moraes (2021) o texto deixou de abordar temas fundamentais para garantir à educação o status de direito público subjetivo.

Temas circunscritos à liberdade do ensino, como a laicidade da escola pública, ficaram a desejar. Mesmo sendo o ensino religioso de matrícula facultativa, delegar à escola pública a tarefa de trazer a religião como disciplina obrigatória fere a separação entre as esferas pública e privada, tão necessária à configuração do Estado democrático, e, portanto, à liberdade individual quando em esferas coletivas, entendidas como espaço comum de convivência. A questão da influência religiosa – tanto dos grupos católicos, quanto dos evangélicos, sendo este último em franca ascensão no contexto brasileiro [...] (MORAES, 2021, p. 490).

A laicidade repercute na destinação de recursos públicos para a educação pública, pois escolas privadas confessionais, que se definem como filantrópicas, passam a ter parte em tais recursos. Esses grupos, de acordo com Moraes (2021), conseguiram manter o ensino religioso na escola pública, desconsiderando que esta é uma prática individual, relativa à vida privada em uma instituição tão diversa como a escola pública em uma sociedade democrática, tema que será abordado posteriormente quando será tratada a elaboração da BNCC, onde o ensino religioso torna-se uma área do conhecimento.

Como já exposto no capítulo anterior, os grupos conservadores foram influenciados por projetos oriundos na América do Norte a partir de 1970, elaborados por grupos de origens distintas com objetivos diferentes que se uniram para combater o Estado de bem-estar social e com o objetivo de intervir “[...] sobre as políticas educacionais, currículos e práticas de ensino à direita” (HENRIQUES, 2021, p. 19) através de um projeto de modernização conservadora da educação. Com influências nas políticas sociais e culturais de diferentes países que é

identificado como ascensão neoconservadora. De acordo com Alves (2020, p. 37), a ação dos grupos neoconservadores:

No campo da educação, promove a subordinação das finalidades escolares aos interesses do mercado, introduzindo drásticas intervenções nas instituições públicas de ensino, como privatização ou terceirização de escolas públicas, facilitando o acesso a financiamento público para as escolas privadas enquanto diminui os recursos para as instituições públicas e incentivando a gestão empresarial nas escolas. A operacionalização dos princípios do neoliberalismo, no caso da educação, esteve a cargo de organismos internacionais, sobretudo, da OCDE, do Banco Mundial e da Unesco [...].

Alves (2020, p. 121), destaca que não se pode negar a existência destas forças conservadoras e tradicionais na escola, e isso se mostra de diferentes maneiras:

É evidente que existem forças conservadoras e tradicionais que movem as finalidades escolares por meio de sistemas de valores religiosos e ideológicos, de interesses particulares e de distintos grupos sociais. Isso se manifesta no desmanche da esfera pública e do trabalhador público, no conservadorismo social incorporado à escola por meio do autoritarismo e do conservadorismo religioso, traduzido em fundamentalismo religioso em denominações neopentecostais – vendilhões dos templos, mercados da “teologia” da prosperidade.

Sepúlveda e Sepúlveda (2019) chamam atenção para as questões culturais que também permeiam a educação, com a emergência de diferentes grupos que conquistaram espaço político, buscam políticas educacionais que atendam às suas conquistas e por isso é preciso que o debate também esteja presente na escola. Penna (2018) analisa a fala do vice-presidente da Associação Escola Sem Partido, que não compreende as questões educacionais, políticas e sociais que ocorrem na escola, desconsiderando totalmente os processos que acontecem nela e na comunidade, como o simples fato de sentar e conversar sobre o projeto político pedagógico:

O legislador cria a escola, dá a ela uma função específica. A escola não é uma mini república por isso não pode ser tomada como um grande parlamento. A escola não é uma mini república e o professor não é um constituinte, investido com o poder de fazer com a escola o que bem entender. Essa expressão meio-novíngua “projeto político pedagógico da escola”, ela às vezes é interpretada como se “vamos nos sentar [representa uma roda com as mãos] na escola e decidir para que essa escola vai existir”. Não, a constituição diz para que as escolas devem existir. Isso limita bastante a tarefa do educador. Ele tem que cumprir essa agenda. Portanto, eu acho

que a divergência não é pequena entre a explicitação ou não dos valores (MATTOS, 2017)²¹.

Penna (2018), alerta para a necessidade de encarar com seriedade a ameaça dos discursos e os projetos de lei, que acabam por absorver seus ideais, mesmo que seja algo ilegal, do ponto de vista educacional. Para o autor o enfrentamento, em 2004, do discurso do ESP não foi realizado de maneira adequada, pois por mais absurdo e contrário à legislação educacional brasileira, espalhou-se com muita rapidez na internet:

Esse discurso utiliza-se de uma linguagem próxima a do senso comum, recorrendo a dicotomias simplistas que reduzem questões complexas a falsas alternativas e valendo-se de polarizações já existentes no campo político para introduzi-las e reforçá-las no campo educacional. Os memes, imagens acompanhadas de breves dizeres, têm uma grande importância nesse discurso simplista (PENNA, 2017, p. 35).

O discurso transformou-se em projetos de lei, com os ideais neoconservadores, que foram apresentados nacionalmente e em diferentes estados da federação, constituindo-se em verdadeira ameaça à educação brasileira.

A escola deve ser vista do ponto de vista histórico, como um espaço de disputas de poder. Essa característica se tornou ainda mais evidente após as manifestações de 2013, na reeleição conturbada da então presidenta Dilma Rousseff em 2014, em 2016 com o golpe do impeachment e em 2018 na eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro. Nesses eventos a educação tornou-se assunto de debate público, tanto de ataques quanto de defesa da escola pública. Muitos outros assuntos figuraram em evidência, principalmente nas redes sociais, de certa maneira “acompanhando” o discurso de ataque à educação escolar pública, impulsionados por notícias falsas ligadas ao Escola Sem Partido, educação de gênero traduzida por “ideologia de gênero”, a militarização das escolas e o homeschooling. A concomitância de discursos que se interligam ocorreu em um contexto de crise política:

As fake news foram um mecanismo que auxiliou na sedimentação do terreno da campanha eleitoral de 2018. Promovido por empresas que compraram pacotes de disparos em massa de mensagens via mídias sociais, cimentaram as condições para a emergência do bolsonarismo, que angariou espaço entre amplos setores da população, com destaque para os grupos mais pobres e vinculados às igrejas neopentecostais. Usamos o conceito profascista para definir este governo, por

²¹**Audiência na Câmara debate apensado ao Escola Sem Partido.** Disponível em: <https://sinasefe.org.br/memoria/2017/02/08/audiencia-na-camara-debate-apensado-ao-escola-sem-partido/>

compreendermos que o bolsonarismo se originou como reação do próprio capital aos rumos tomados pelo capitalismo no Brasil (MORAES, 2021, p.493).

Apple (2022) chama atenção do que se pode aprender com a direita, que considera a educação tão importante, e defende que se deve fazer uma análise relacional, pois a educação não é independente, não está isolada da sociedade. Ele considera as escolas como locais cruciais de lutas e questiona porque a direita estaria tão nervosa com as escolas, atacando os professores e seus salários se não reconhecesse a sua importância. Acredita que a direita já entendeu que, para transformar a forma como as pessoas pensam, é necessário começar cedo, na infância e as escolas são centrais para a transformação social que almejam. Para isso vão atacar e se mobilizar em todos os setores da sociedade.

Os assuntos então evidenciados não se restringiram às redes sociais e chegaram ao debate de documentos oficiais da educação, como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, especialmente em relação a uma suposta “ideologia de gênero” e a inclusão ou não do Ensino Religioso, elaboração de projetos de leis (como homeschooling), programas que foram implementados, como o Programa Nacional de Escola Cívico-Militares - PECIM e movimentos organizados politicamente, como o Movimento Escola Sem Partido. São esses programas, projetos e movimentos que serão analisados nas próximas seções.

3.2.1 O Movimento Escola Sem Partido e as discussões sobre as questões de gênero

Nesta seção serão abordados temas como a origem do Movimento Escola Sem Partido, principais personagens envolvidos e como seus ideais chegaram às esferas legislativas, executivas e judiciárias do país. Também serão apresentadas as tentativas de influenciar na elaboração de documentos oficiais da educação, com destaque para a BNCC. Este movimento se espalhou pelo Brasil, impulsionado pelas redes sociais, com o objetivo inicialmente de combater a doutrinação ideológica e, posteriormente, abraçou outras pautas para ficar ativo, como a suposta ideologia de gênero, que será também explicitada neste texto. O Movimento Escola Sem Partido foi um importante instrumento para os grupos neoconservadores e por isso entende-se a necessidade de compreender sua origem e ideias.

De acordo com Sepúlveda e Sepúlveda (2019), esse movimento surgiu em 2004 e não mereceu muita atenção no meio acadêmico, pois soava como “piada” ante o inusitado de suas

proposições. Para Moura e Salles (2018, p. 140), um monstro de duas cabeças (movimento e projeto de lei) adormecido por quase 10 anos, marcado por três momentos:

O primeiro, em 2007, por ocasião da polêmica gerada pela coluna no Jornal O Globo, do jornalista Ali Kamel, onde este fez duras críticas à coleção de livros didáticos Nova História Crítica, de Mario Schmidt; o segundo momento foi em 2011, com a querela gerada em torno do material produzido pelo Ministério da Educação de Combate à Homofobia, chamado pela mídia de “Kit Gay”, [...] O terceiro momento de expansão do MESP iniciou-se em 2014, por ocasião da crise política e da polarização da sociedade em torno das campanhas presidenciais da então presidenta Dilma Rousseff e do senador Aécio Neves, e se estende até o atual momento. Desde o início do processo de impeachment contra a presidenta, no final de 2015, o MESP parece ter alcançado ainda mais destaque, seja pela reprodução do discurso anticomunista entranhado na cultura política brasileira desde os governos Getúlio Vargas, em especial na Ditadura Militar, recentemente convertido em antipetismo (MIGUEL, 2016), seja por causa das denúncias de professores à ruptura da ordem democrática, que era respondida pelo movimento como abuso da liberdade de ensinar e doutrinação política e ideológica.

Nele, há um componente político de combate a um suposto “comunismo” que estaria presente nas escolas e Alves (2020, p. 42) comenta que o movimento é definido por seu fundador, Miguel Nagib, como:

[...] uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis, do ensino básico ao superior. É uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária.

No entanto, de acordo com Freitas (2016), a iniciativa deste movimento é individual, do próprio Miguel Nagib, que discorda da fala de um professor de sua filha que comparou Che Guevara a São Francisco de Assis que, segundo ele, tentava santificar um guerrilheiro (MOURA; SALLES, 2018), mas não obteve apoio dos estudantes ou da escola. Sobre a atuação de Nagib no episódio, Freitas (2016, p. 104) esclarece:

[...] insatisfação com a atitude de um professor da escola de sua filha, a quem escreveu uma carta. Em seguida, distribuiu a carta na escola e a resposta que obteve não foi a esperada: “(foi) um bafafá e a direção me chamou, falou que não era nada daquilo que tinha acontecido. Recebi mensagens de estudantes me xingando. Fizeram passeata em apoio ao professor e nenhum pai me ligou.”

Nesse clima de autoritarismo e golpismo, o movimento Escola Sem Partido em 2015 foi transformado em Organização Não Governamental - ONG, conquistando simpatizantes

com a narrativa de proteger as crianças da doutrinação dos professores. Apesar do título, o que se pode concluir é que este movimento tem sim partido. Miguel Nagib, líder do movimento, é advogado e presidente do Instituto Millenium, organização sem fins lucrativos, constituída por intelectuais e empresários como:

Beatriz Kicis (cunhada de Miguel Nagib e membro do grupo Revoltados Online; foi recebida em companhia do ator pornô Alexandre Frota pelo então ministro da educação José Mendonça Bezerra Filho - DEM), Olavo de Carvalho (que se autodenomina filósofo e ganhou fama por vídeos no YouTube nos quais vocifera contra o que ele denomina marxismo cultural) e Rodrigo Constantino (do Instituto Liberal, membro-fundador do Instituto Millenium (IMIL), ex-colunista da revista Veja e autor do livro (Privatize Já!) (GONZALEZ; COSTA, 2018, p. 559).

Há nele engajados outros políticos reconhecidos por representarem os princípios liberais na economia e pautas conservadoras no meio político e que entendem a educação como mercadoria e defendem a neutralidade no trabalho docente. De acordo com Colombo (2018), é preciso ressaltar que o surgimento do movimento acontece no interior de organizações liberais-ultraconservadoras, onde Nagib, articulado com Olavo de Carvalho, reconhecido como intelectual de organizações ultraliberais na criação do ESP, com apoio do Instituto Liberal de Brasília (ILB). “Desde 2002, Nelson Lehmann da Silva (autor de diversos artigos vinculados na página oficial do ESP), Bráulio Porto de Mattos (coordenador do movimento) e os próprios Olavo de Carvalho e Miguel Nagib estavam articulados” (COLOMBO, 2018, p. 138). Os artigos de Lehmann, publicados na página ILB antes de 2004, sobre doutrinação ideológica e propagandas comunistas nos livros didáticos, influenciaram Miguel Nagib na fundação do MESP²².

Neoliberais e neoconservadores acreditam em projetos de sociedade e levantam políticas públicas educacionais, no currículo, no trabalho docente e até mesmo nos sistemas de avaliação dos alunos. Conforme Gonzalez e Costa (2018, p. 556):

Nesse sentido, a educação passa por um processo de reconfiguração conceitual, novas propostas são apresentadas como aliadas ao progresso fazendo que o direito à educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada passe por um esvaziamento, priorizando a educação-mercadoria de acordo com o ideário neoliberal e neoconservador.

²² Neste estudo serão utilizadas as siglas PESP (Projeto Escola sem Partido) e MESP (Movimento Escola sem Partido), de acordo com o contexto.

No que se refere à educação, Freitas (2018) analisa que inicialmente houve a tentativa de Bolsonaro de colocar como ministro da educação Mozart Ramos, no entanto a disputa foi vencida por Vélz Rodriguez, pois os conservadores não confiavam nos liberais para disciplinar os costumes e a moral dos jovens brasileiros.

A questão da educação como mercadoria fica evidente, por exemplo, quando seu fundador Nagib diz inspirar-se no Código de Defesa do Consumidor. Neste caso o aluno, a parte mais frágil, deveria ser protegido e os professores seriam os fornecedores. Desta forma a educação deixa de ser um direito, torna-se uma mercadoria (GONZALEZ; COSTA, 2018).

Freitas (2018) também cita que o movimento Escola Sem Partido deve ser diluído para que haja a reforma empresarial da educação, com os vouchers e charters, e cita alguns pontos levantados por Kunz em um artigo do jornal O Estado de São Paulo, que deveriam ser prioridades ao invés do Escola Sem Partido, pois estas sim são pautas liberais:

1) Os alunos precisam melhorar no PISA; 2) O ensino (fundamental e médio) está em más condições; 3) É preciso adaptar o ensino “[...] às condições impostas (sim, impostas) pela chamada revolução 4.0”; 4) Os professores devem ser preparados para formar alunos capazes de “[...] atuar com sucesso na economia do século 21”; e 5) É preciso verificar como as “[...] experiências bem-sucedidas no exterior poderiam proporcionar elementos a um programa de modernização educacional (FREITAS, 2018, p. 920).

Segundo Freitas (2018), é natural que em uma sociedade aprisionada a escola seja refém do liberalismo econômico de Paulo Guedes. Com a privatização a ideologização já não será um risco, pois estará sob a responsabilidade do empresariado. Para Gonzalez e Costa (2018), com o discurso de que professor não é educador, privilegia-se a técnica e incorpora uma ideia do senso comum que educação vem de casa e a escola deveria restringir-se a transmitir conteúdos que não fossem contra as convicções religiosas e morais da família. É preciso ressaltar que a educação não é apenas responsabilidade da família, mas também do Estado com a ajuda da sociedade, de acordo com o artigo 205 da Constituição Federal.

Para Gonzalez e Costa (2018), o Movimento Escola Sem Partido parece ser uma reivindicação imediata, é apenas uma amostra da pretensão de manter e expandir o desenvolvimento do capitalismo. Os autores sugerem que é necessária uma pauta contra-hegemônica, demonstrando os interesses neoliberais e neoconservadores em uma neutralidade da prática docente, em que se prioriza a técnica em relação à política. Para isso é

preciso formação sólida dos professores que permita o seu compromisso com a classe trabalhadora, acabando com a diferenciação de educação política e técnica.

Para Freitas (2018), o que importa para a direita liberal é a economia e Paulo Guedes, que não devem ser atrapalhados por fanfarronices do conservadorismo autoritário. O autor afirma que é preciso preocupar-se, especialmente com a privatização da escola pública, que deve ser a pauta principal de resistência, além do Escola Sem Partido. “A questão, agora, não é apenas o que se fará dentro da escola pública, mas se teremos escola pública no futuro” (FREITAS, 2018, p. 920).

O neoliberalismo abraçou a educação através da reforma empresarial da educação, seguindo a lógica do livre mercado, em que a qualidade só viria com a diminuição do Estado, onde professores, escolas e alunos concorrem entre si, contribuindo para o alcance da qualidade da educação. Desta forma a escola deixa de ser uma instituição social e passa a ser uma empresa organizada nesta lógica, conforme afirma Freitas (2018, p. 921):

O neoliberalismo sabe que a estrutura e a organização do trabalho escolar – não só o trabalho na sala de aula – ensina. Quer a escola à imagem e semelhança de uma empresa: padronizada e ensinando competências e habilidades predeterminadas, responsabilizando-se pelos resultados.

Gonzalez e Costa (2018) observam que os movimentos neoliberais apresentam um discurso de que a educação deve preparar os alunos para o desenvolvimento e avanço social. Desta forma o trabalho docente deve transmitir conhecimentos no cenário tecnológico, onde o pensamento precisa ser dinâmico em uma sociedade com rápida mutabilidade. Nesse sentido, o conhecimento como patrimônio histórico-cultural é trocado por conhecimentos efêmeros. Em outras palavras, a escola deve ensinar os alunos a trabalhar com informações e assim adquirir um pensamento prático, reflexivo, para resolver as demandas da economia global, antagonica e provisória.

Essa retirada da escola do poder estatal e entregando o controle político e ideológico aos empresários da educação acaba por afastar delas os movimentos sociais, das contradições sociais, pois estas levam as lutas (FREITAS, 2018). A educação assume um caráter individual onde prevalecem os conteúdos que estejam de acordo com a vontade da família, uma percepção rasa da realidade (GONZALEZ; COSTA, 2018).

Para se perpetuar o liberalismo precisa aprisionar a democracia e agora também as escolas, pois este é um espaço de transformação social de liberdade. Deve-se prestar ao papel de produzir e legitimar méritos com o auxílio dos conservadores, desde que esteja em conformidade com a revolução 4.0, fundamental para o neoliberalismo e a manutenção do acúmulo de capital. Assim, esperam-se desta reforma empresarial na educação, um aumento da segregação social e escolar e graves sequelas para a formação dos jovens brasileiros (FREITAS, 2018). Nesse sentido, observam-se como os neoliberais e neoconservadores se unem no que se refere à lógica de mercado, acaba excluindo a classe trabalhadora e dando espaço a discursos moralistas/conservadores:

Nessa lógica, o desenvolvimento das competências cognitivas e culturais coincidem com o que se espera na esfera da produção e discursos que fomentam o adestramento para o trabalho vão formatando a organização educacional em nome da reestruturação econômica, em detrimento do caráter público e democrático da escola. A educação, ao ser usurpada do processo de emancipação da classe trabalhadora, abre espaço para que discursos moralistas, conservadores e “civilizadores” sejam incorporados em nome de uma suposta democracia (GONZALEZ; COSTA, 2018, p. 557).

Segundo os autores, neoliberais e neoconservadores distorcem o sentido social da escola, que teria o papel de ensinar os bons e velhos valores da família. Utilizando-se dessa distorção sugerem reformas educacionais com argumentos baseados na defesa de um país melhor e com mais oportunidades, camuflando o fim da diversidade cultural e as desigualdades sociais causadas pelo neoliberalismo e neoconservadorismo.

Freitas (2018), ainda adverte sobre a importância de libertar a escola além do conservadorismo, mas também impedir seu aprisionamento pelo livre mercado, com a capacitação de jovens empreendedores e violentos, interessados apenas no sucesso pessoal, tendo uma lógica meritocrática, um darwinismo social que recompensa os sobreviventes.

[...] base para um projeto histórico neofascista que disputará a hegemonia no vácuo deixado pela frustração do liberalismo. As classes médias, frustradas com o fracasso das promessas liberais (e adjacentes) que agora são capturadas pelo governo Bolsonaro, serão presas fáceis desse projeto e arrastarão outras, quando ele também naufragar (FREITAS, 2018, p. 922).

Essa divergência entre a escolarização, a criação de empregos e um país mais justo, são importantes para manter o status da universalização e democratização da escola, coloca

em risco o poder e a hegemonia dominante. Assim, observa-se a ligação entre educação numa lógica capitalista, defendida por neoliberais e neoconservadores, a vigilância na formação de alunos, para que assimilem essa forma de produção. Para isso é preciso convencer a sociedade por uma intensa midiaticização e a utilização das pautas dos trabalhadores a serviço da classe dominante, como o projeto Escola Sem Partido (GONZALEZ; COSTA, 2018).

De acordo com os princípios explícitos no seu site, o Movimento Escola Sem Partido identifica-se com um *Thinks Tanks*²³ que defende a liberdade individual, direito à propriedade privada, a economia de mercado e limitação do Estado. Percebe-se a sua relação com os ideais neoliberais e também neoconservadores. Como esses grupos se colocam ao lado das classes dominantes sob forte influência dos EUA, o mesmo ocorre com o Escola Sem Partido, que se inspira no movimento No Indoctrination que, segundo Miguel Nagib, é uma experiência bem-sucedida, informal, independente, sem fins lucrativos, livre de ideais políticos, ideológico e partidários. Surge também da indignação de um pai, Luann Wright, com o professor de literatura do seu filho que indicava a leitura de textos sobre racismo, semelhante a Miguel Nagib, que denunciava que sua filha estava sendo doutrinação por um professor que equiparava Che Guevara a São Francisco de Assis (GONZALEZ; COSTA, 2018).

Apple (2022) destaca que nos EUA ser professor tornou-se difícil, pois pesquisas mostram que 50% dos profissionais estão cansados e deprimidos e pensam em abandonar a profissão, pois esse movimento no país quer o controle para que nenhum currículo criticamente democrático esteja presente e isso afeta inclusive as universidades. O autor cita exemplos nos EUA, Hungria, EUA e países da América Latina nos quais os professores devem apresentar seus resumos de aulas e programas para um órgão oficial do governo, para serem verificados se estão ensinando o que os grupos dominantes querem. Segundo o autor, a volta da censura foi tão poderosa no Brasil quanto em outras nações. O autor cita novamente o exemplo do Brasil, onde os professores estão sob ameaça, referindo-se ao Movimento Escola Sem Partido que vê a escola como local de ideologização, ao mesmo tempo em que são eles que a estão ideologizando.

Para Gonzalez e Costa (2018), esses silenciamentos remetem ao período da ditadura civil-militar que impedia o debate político e priorizava a técnica, controlando o trabalho pedagógico para que não houvesse senso crítico. Os professores discutiriam sobre a relação

²³ O termo *Thinks Tanks* vem da área militar e se refere a um local para discussões de estratégias que ganham espaço no final da Segunda Guerra Mundial, interferindo nas eleições dos EUA.

entre educação e política e os conservadores indagam sobre onde ficaria a técnica neste contexto, ou seja, o que seria mais importante para o professor: a competência de ensinar conteúdos tradicionais ou o compromisso político para uma sociedade democrática? A volta a este debate demonstra o retrocesso das ideias pedagógicas, do autoritarismo e da censura.

Mesmo que seus simpatizantes proclamem que tem como objetivo defender o direito das famílias na educação dos filhos de acordo com a moral e os bons costumes, na verdade o que desejam é o controle sobre o trabalho docente. Assim, Gonzalez e Costa (2018, p. 562), defendem que é preciso: “[...] professores com uma boa formação técnica, mas também com liberdade de ensinar e pesquisar no sentido da realização do compromisso político ao lado das camadas populares”.

O Escola Sem Partido, portanto, tinha por objetivo barrar “[...] um exército organizado de militantes travestidos de professores [que] prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo” (LIMA; HYPOLITO, 2019, p. 10). E essa estratégia, de “sem partido”, coloca quem a ela se opõe, como se houvesse um movimento de uma escola com partido e, conforme afirma Penna (2018), ela incita o “ódio aos professores”, atribuindo à esquerda tudo que ocorre de ruim na sociedade e na educação brasileira. Acreditam que há uma conspiração marxista cultural, que utilizaria como instrumento a educação, conforme Sepúlveda e Sepúlveda (2019).

A narrativa do Escola sem Partido se estrutura a partir da premissa de que xs professorxs das escolas são doutrinadorxs que impõem uma visão única de mundo – que seria a comunista. Tal retórica é resultado de um projeto conservador que culpabiliza a esquerda brasileira por tudo que consideram negativo na sociedade brasileira, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), alegando que tal partido se baseia e propaga o que eles denominam marxismo cultural. Este seria a efetivação das propostas teóricas do autor marxista italiano Antonio Gramsci, que, segundo o Escola sem Partido, defendia a ocupação cultural da sociedade, via preenchimento de cargos na administração pública, principalmente na área da educação (p. 883).

Esse debate também foi alvo da campanha para eleição do ex-presidente Jair Bolsonaro que afirmava que a doutrinação, seja ela ideológica/marxista ou de gênero, era uma estratégia de subversão dos governos de esquerda, especialmente o PT, nos governos de Lula e Dilma (HENRIQUES, 2021). De acordo com Sepúlveda e Sepúlveda (2019), em 2014, a família Bolsonaro, mais especificamente o Deputado Estadual (RJ) Flávio Bolsonaro (MOURA; SALLES, 2018), encomendou ao procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, um modelo de projeto de lei inspirado no Movimento Escola Sem Partido, para ser

apresentado aos políticos e incentivando-os a replicar em todos os estados, que se espalhou pelo Brasil. No entanto, segundo Moura e Salles (2018), mais preocupante que os projetos de lei foi a capacidade de ramificação social, visto que o ESP e os movimentos religiosos conservadores cristãos, com destaque para os neopentecostais e de Renovação Carismática Católica, se auto alimentam.

Defensores desse projeto iniciaram uma campanha contra escolas e universidades, pois os professores, segundo o que defendia o movimento, atuariam como doutrinadores, ameaçando-os através do medo. O Projeto Escola Sem Partido tinha como pauta a neutralidade política dos professores, mas também o poder de decisão dos pais sobre o que deveria ou não ser ensinado aos seus filhos, conforme Machado (2020, p. 101):

O escola sem partido tinha entre seus objetivos a luta "pela descontaminação e desmonopolização política ideológica das escolas"; "pelo respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes"; e "pelo respeito ao direito dos pais de dar aos filhos a educação moral que esteja de acordo com as suas próprias convicções". Foi justamente este último ponto garantindo a supremacia dos valores da família em relação aos conteúdos escolares que permite a articulação com atores políticos conservadores e/ou religiosos.

Nesse contexto, até mesmo ao patrono da educação brasileira, Paulo Freire, é imputada a responsabilidade sobre os problemas da educação. É válido lembrar que a educação pública se tornou um direito universal a partir da Constituição de 1988 (MOSE, 2018). Antes disso, grande parte da população em idade escolar estava fora da escola, inclusive crianças com deficiências. Hoje as crianças estão na escola, resolve-se o acesso e tem-se outro desafio, que é a qualidade. Esse saudosismo da escola de "antigamente", especialmente a escola militar, mostra o quanto ainda existem grupos que defendem uma escola excludente, pois para os filhos da classe trabalhadora restaria o trabalho infantil.

De acordo com Silva et al (2023), existem três projetos de lei em análise desde de 2009, no Congresso Nacional que buscam revogar a Lei nº 12.612 de 2012, que considera Paulo Freire o Patrono da educação brasileira: PL nº 1.930/19 (Heitor Freire), PL nº 2.589/19 (Caroline De Toni) e PL nº 3.033/19 (Carlos Jordy). Os autores não possuem vínculo de formação com a educação, consideram-se liberais e conservadores e estavam nos seus primeiros meses de mandatos de deputados pelo PSL (Partido Social Liberal), partido em que Bolsonaro foi eleito. É nítida a incompreensão da realidade educacional brasileira que,

segundo os autores, revela um subjetivismo idealista, como se culpado dos problemas da educação fosse apenas uma pessoa e a retirada deste suposto mal traria algo melhor:

Se dentro da lógica formal a resposta é positiva, no campo da realidade complexa, de fato, não encontramos indicações de comprovação. Porém, o entendimento de mundo que marca o discurso neoconservador, reacionário, mecânico e idealista, impede a percepção do movimento, tornando-os indiferentes ao transcurso dialético aceitando a existência de diferenças que provocam transformações nas pessoas e na sociedade como um todo (SILVA et al., 2023, p. 14).

Os autores afirmam que o mecanicismo e o determinismo demonstram o modo de pensar e atuar, impossibilitando outras respostas possíveis a problemas reais e desconsideram o pensar contraditório. Desta forma, anula-se o outro e valida apenas as suas verdades, através de mitos ou com argumentos violentos a qualquer oposição, o que Paulo Freire caracteriza como consciência opressora. Por esses motivos, os neoconservadores negam Paulo Freire e buscam apagá-lo, bem como suas contribuições. Atuam de forma antidialética, onde é melhor controlar o outro, calar quem se coloca em posição contrária.

Cerri e Penna (2020), explicam que o ESP desconsidera as outras vivências políticas e democráticas na formação cidadã, responsabilizando apenas a escola:

Existe, dentro do campo de pesquisa da educação, todo um vasto debate sobre a ideia de uma formação cidadã: a maneira através da qual as pessoas aprendem questões vinculadas à política e à democracia. Uma concepção desta formação cidadã, vinculada a uma proposta de educação para a democracia e que atualmente é alvo de críticas, entende-a como um processo linear de preparação dos jovens que os leva de uma situação de não-ser-ainda-um-cidadão para uma cidadania-plena e promove a sua adaptação a ordens sociopolíticas pré-existent, ajudando a reproduzi-las (CERRI; PENNA, 2020, p. 11).

Ainda de acordo com os autores, essa formação pode ter três características: não-linear, que abrange as experiências positivas ou negativas com a política e democracia; recursiva, são as novas experiências de ressignificação das vivências anteriores; e acumulativa, as experiências anteriores não são excluídas, mesmo sendo ressignificadas e não há linearidade.

Segundo Henriques (2021, p. 21), projetos como Escola Sem Partido, inclusive o seu criador Miguel Nagib “[...] desinformam, distorcem (sic) e demonizam tudo aquilo que abominam”. Segundo Moraes (2021), os inimigos são os professores, as instituições de

ensino, Paulo Freire e mesmo que afirmem um discurso hegemônico e neutro, demonstram exatamente a quem servem, de que lado estão e que tipo de sociedade querem perpetuar: excludente, escravista, racista, machista e, depois da pandemia, negacionista.

Movimentos como o ESP subestimam as escolas públicas, os professores e os alunos. Em pesquisa de Cerri e Penna (2020), baseados em afirmações emanadas dos defensores do MESP, a baixa participação dos jovens nas manifestações de 2013 se dava pela doutrinação política recebida pelos professores. Os resultados do questionário aplicado a mais de dois mil jovens em idades escolares demonstraram o quanto as escolas estão, na verdade, cumprindo seu papel democrático, em que houve resultados explicitando essa diversidade de pensamento político entre eles. “Se há uma “doutrinação” claramente identificável no gráfico, no sentido de fazer com que os alunos pendam decisiva e majoritariamente para um lado, trata-se da “doutrinação” em favor da democracia” (p. 24).

O ESP cria instabilidades desnecessárias, visto que, ao contrário do que afirma, não há uma massificação de discursos à esquerda, mas multiplicidade de ideias, o que não aconteceria se temas como política e democracia não estivessem presentes na escola:

Mais do que refutar essa argumentação falaciosa específica com relação às manifestações a favor ou contra o impeachment, a discussão aqui apresentada parece indicar a impossibilidade do fenômeno massivo de doutrinação dentro das escolas públicas, seja para a esquerda ou para a direita. Essa interpretação, que não tem fundamento empírico algum, não passa de uma teoria da conspiração, uma narrativa fantasiosa utilizada para fins políticos de perseguição dos professores. O que esta proposta reacionária parece almejar é a exclusão da legitimidade de presentes nos materiais didáticos e de debates que possibilitem a crítica das diferentes formas de desigualdade que se convertem em exclusão no espaço escolar. Se uma proposta como o projeto “escola sem partido” fosse aprovada, aí sim os resultados aqui apresentados poderiam mudar. A possibilidade de aprender com a diferença seria prejudicada. A escola não poderia contribuir para o desenvolvimento do apreço à democracia. Por isso nossa defesa academicamente fundamentada da importância da educação histórica e democrática (CERRI; PENNA, 2020, p.26).

O ESP usa o fantasma da conspiração comunista para perseguir professores e acabam ameaçando uma educação democrática, que prejudicam, segundo Penna (2023), não apenas os professores, mas principalmente os alunos e a sociedade que são privados de debater e compreender assuntos e conteúdos previstos, como a Lei nº 10.639, que obriga a inserção do ensino de história e cultura afrobrasileira e africana na educação básica.

O movimento também ganhou força ao abraçar a narrativa religiosa de combate a “ideologia de gênero”, ou seja, neste contexto surgem outros inimigos, os “grupos identitários” das pautas feministas e LGBTQIA+:

Com isso, o resultado mais efetivo foi o ataque e a caça aos projetos de lei que defendessem de alguma forma as pautas de gênero. Foi essa onda de ataques que atingiu em cheio a BNCC (BRASIL, 2017), por exemplo. O clima tenso na política e na economia brasileira – 12 milhões é o número de desempregados em 2019 (Loschi, 2019) – afetaram a sociedade de tal forma que o discurso conservador passou a ocupar um lugar de destaque. A culminância disso foi a eleição de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil, em 2018. Seu discurso de que não permitiria que se fizesse “ideologia de gêneros” nas escolas, entre outras pautas conservadoras, adentrou em cheio algumas dessas instituições (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2019, p 884).

Nesse sentido, o movimento pressionou com a apresentação de sete projetos de lei no Congresso Nacional que visavam a mudança da LDB, a partir de 2014. Nas Assembleias Legislativas foram localizados mais de dez projetos (MIGUEL apud LIMA; HYPOLITO, 2019), que buscam torná-lo lei, mostrando a força das ideias neoconservadoras e do projeto que já foi considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal - STF.

Penna (2018) aponta que esse movimento transforma os professores em burocratas, cerceia o debate democrático com argumentação de uma autoridade jurídica, deturpando a legislação e, quando isso não dá bons resultados, busca-se a judicialização com processos e notificações extrajudiciais. No site do ESP constavam instruções sobre como culpabilizar os professores, oferecendo inclusive modelo de notificação extrajudicial anônima.

Aqui a judicialização assume sua faceta mais vil, que é intimidação explícita a ideia de que o professor se autocensure por medo, deixando inclusive de agir conforme sua formação profissional e as orientações do MEC por temer uma enxurrada de processos por dano moral. E, novamente, recorrendo a uma tentativa de impor uma leitura da legislação existente, no caso do artigo 12, sobre Liberdade de Crença e Consciência, da convenção americana sobre direitos humanos (CADH) - uma leitura equivocada do CADH segundo a procuradoria federal do cidadão (PFDC), a Procuradoria Geral da República PGR e o Supremo Tribunal Federal (STF), (BRASIL, 2018b), por ignorar o artigo 13, sobre o Direito à Educação, do Protocolo de São Salvador. Nesta tentativa explícita de intimidação, a dimensão antipolítica deste discurso aproxima-se de sua dimensão antidemocrática (PENNA, 2018, p. 575).

Para os conservadores, os professores deveriam ser instrutores da moral, seguindo um roteiro pré-determinado, mas para os seguidores do ESP, eles estariam atuando como

doutrinadores políticos e ideológicos. Esse movimento persegue os considerados “doutrinadores” (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2019). Instala-se, assim, o medo nas escolas públicas, situação relatada por esses autores que observaram essa realidade numa pesquisa realizada em uma escola do Rio de Janeiro desde 2015, onde, de acordo com os gestores, os alunos estavam sendo agressivos, pois usavam faixas na cabeça escritas “eu sou viado”. Mas conforme os autores, tal atitude demonstrava o interesse na sobrevivência e na mudança de atitudes e nas regras e nas relações de poder da escola:

As maneiras de fazer, os estilos de ação dos sujeitos reais obedecem a outras regras que não aquelas da produção e do consumo oficiais; eles criam um jogo mediante a estratificação de funcionamento dos diferentes e interferentes, dando origem a novas maneiras de utilizar a ordem imposta (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2019, p. 885).

Mesmo não percebendo agressividade em tal atitude, os pesquisadores solicitaram autorização para trabalhar com os estudantes e os gestores “[...] autorizaram e se mostraram bem solícitas quanto ao desenvolvimento de palestras, por pesquisadores da temática, e à apresentação de conteúdos expositivos por parte de grupos de militância LGBTIS+” (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2019, p. 884). Entretanto, quando os gestores perceberam que os pesquisadores não tinham a intenção de controlar o comportamento dos alunos, deixaram de ser tão solícitos, o que demonstra, conforme os pesquisadores, o crescimento do projeto neoconservador na sociedade brasileira. Mesmo com a resistência, os pesquisadores conseguiram desenvolver uma atividade sobre homofobia e lesbofobia. Disponibilizaram uma caixa de dúvidas no pátio da escola, onde alunos, professores e funcionários deixaram suas dúvidas ou “[...] inquietações quanto às questões de gêneros e sexualidades no ambiente escolar” (p. 886). Realizaram, então, uma roda de conversas com a comunidade escolar para que esclarecessem suas dúvidas. A próxima etapa seria levar um cartaz expondo as dúvidas respondidas e deixá-las expostas, no entanto, a direção da instituição demonstrou medo, visto que havia comentários que a direção estava promovendo atividades sobre gênero e sexualidade e achou melhor encerrar a pesquisa.

Com o objetivo de proteger os filhos da temida “doutrinação ideológica comunista” e das discussões da “ideologia de gênero”, os grupos neoconservadores utilizam-se do conceito de “liberdade” para segregar seus filhos, de acordo com Moraes (2021, p.494):

Com a radicalização político-ideológica, promovida a partir do golpe e das eleições de 2018, acirrou-se também a tensão entre o que é pertinente à esfera pública e à privada. A questão da educação domiciliar, ou homeschooling, ganhou espaço nas discussões educacionais no Brasil – embora a legislação brasileira ainda não permita este formato de escolarização – assim como a necessidade de vigilância à instituição escolar e seus profissionais, estimulada pelo Escola Sem Partido. Dentro da ideia pervertida de liberdade reafirmada nas discussões da ANC, a possibilidade de as famílias educarem seus filhos em casa, fora do espaço escolar, visa radicalizar a possibilidade de escolha dos responsáveis neste processo, retirando as crianças e adolescentes do convívio social com seus pares e com professores no espaço das escolas, livrando-as do perigo de serem contaminadas por ideais comunistas ou pertinentes à discussão de gênero e sexualidades.

Penna (2018) observa que o discurso do ESP constitui uma “exterioridade constitutiva”, onde tudo e todos que se opõem ao projeto de lei estão ligados à esquerda internacional e promovem, assim, um discurso envenenado. O outro se torna então um perigoso inimigo infiltrado em diferentes instituições, subvertendo as palavras e colocando em risco as famílias tradicionais. Conforme Penna (2018, p. 577): “[...] o mesmo discurso da conspiração comunista utilizado para legitimar o golpe militar em 1964, é reapropriado para mobilizar os mesmos medos do inimigo vermelho. Novamente, assim como na Guerra Fria, esse inimigo põe em risco as crianças”.

É preciso que se deixe claro que a defesa da família não se refere às diferentes organizações familiares, mas a branca, patriarcal, heterossexual, a “família tradicional brasileira”. Usam o discurso do direito de educar seus filhos com valores morais e religiosos, desde que estes sejam cristãos. Considerando a escola como local de doutrinação ideológica de esquerda e de gênero, os argumentos religiosos são impulsionados para defender suas teses (HENRIQUES, 2021). A escola se torna um local perigoso às crianças. Penna (2018) demonstra a crueldade do MESP ao comparar professores a estupradores, um discurso que envenena a sociedade contra os professores, pois não há argumentos com quem tenta justificar o abuso infantil.

A crescente discussão sobre a educação de gênero foi abraçada pelo ESP, tornando-se além de um debate político para o religioso fundamentalista, abrangendo temas como sexismo e combate à homofobia, segundo Miguel (2016). Esse movimento neoconservador absorve mais de uma vertente, pois assume o libertarismo, defendendo o estado mínimo na educação também, em que os filhos devem ser educados pelos pais e que o Estado não deve interferir, restringindo-se a ensinar conteúdos, tendo como lema “meus filhos, minhas regras”. Nesse contexto, observa-se o quanto esses movimentos neoconservadores podem ser perigosos,

especialmente para as crianças, que têm seu convívio escolar negado, no caso do homeschooling, sujeitas a violências domésticas, incentivadas e defendidas por materiais desses grupos²⁴. A escola é, muitas vezes, o único local de denúncia e voz das vítimas de violência doméstica.

Segundo Apple (apud Lima e Hypolito, 2019, p. 7), na educação os neoconservadores atacam o multiculturalismo, propondo políticas educacionais como “[...] currículos obrigatórios, avaliações nacionais, retorno a uma tradição ocidental, patriotismo e perspectivas conservadoras da educação moral do caráter”, tornando o trabalho docente “extremamente padronizado, racionalizado e ‘policiado”.

Movimentos como o Escola Sem Partido e homeschooling buscam desqualificar a educação pública, com o objetivo de abocanhar recursos públicos, na chamada *voucherização*, ainda se valendo do discurso de liberdade de escolha das famílias sobre a educação de seus filhos (MORAES, 2021). Culpabilizam os professores pelos baixos índices da educação brasileira em avaliações de larga escala, sejam elas nacionais ou internacionais. Alves (2020) destaca também as formas de privatização e padronização da escola e o que era um direito passa a ser um modelo social e estabelece a individualização da meritocracia.

Polli (2016) ressalta que os novos arranjos educacionais perpassam pela privatização, padronização meritocrática e negação de direitos nos contextos escolares. O descolamento das ações sociais, baseado em falsa democracia educacional, reduzida, utilitarista e apadroadada pelas instituições sociais religiosas filantrópicas, ONGs e fintechs apontam novos parâmetros norteadores das finalidades educativas e consente intencionalmente a coerções dessas instituições. O direito social passa a ser modelo social, e o sujeito, apenas replicador das diversas finalidades educacionais agregadas ao mercado humanizado, que minimizam os conteúdos curriculares e enfatizam o social, ao mesmo tempo em que valoriza o aspecto individualizado pela meritocracia egocêntrica (ALVES, 2020, p. 98-99).

O movimento capitalista reconduz conservadores, pentecostais e neopentecostais, com projetos que organizam os sentidos sociais, através de instituições filantrópicas religiosas. Essas ações simbólicas, ideológicas e mercadológicas, segundo Alves (2020), redimensionam as finalidades educativas numa perspectiva nacionalista patriótica a partir de um contexto de moral religiosa. “A concentração do neoconservadorismo regulamenta os formatos atuais de

²⁴ **Defensores do homeschooling no Brasil recomendam castigos físicos.** Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2022/07/defensores-do-homeschooling-no-brasil-recomendam-castigos-fisicos.html>

mercado educacional, oferecendo soluções pedagógicas que atendam às demandas filantrópicas e sociais por meio do novo capitalismo humano” (ALVES, 2020, p. 99).

O movimento Escola Sem Partido, apesar de já ter sido derrotado, ainda assombra professores pelo Brasil, seja por denúncias ou pelo silenciamento de práticas docentes. Por isso, a importância de manter o debate aberto, tanto para nos fortalecer como para demonstrar que estamos alertas e prontos para o embate.

Na próxima seção pode-se perceber o quão longe esses movimentos chegaram na tentativa e na efetiva influência sobre os documentos nacionais da educação, especialmente a BNCC, mas também na definição dos planos estaduais e municipais da educação.

3.2.2 “Meus filhos, minhas regras”: *homeschooling*, a segregação de crianças e a negação da convivência com a diversidade

Esta seção aborda como o projeto do *homeschooling* vem sendo engendrado em alguns países e no Brasil, e seus desdobramentos no que refere à legislação. Assim como outros projetos neoconservadores, esse também é inspirado em legislações internacionais, oriundas dos Estados Unidos, França e Austrália. Cecchetti e Tedesco (2020) baseados em Boto (2018), afirmam que nos EUA, 4% de crianças estão no regime de *homeschooling*, compostas basicamente de minorias religiosas e houve aumento de 100% entre 1999 e 2010.

Andrade (2017) resgata algumas características do *homeschooling* em diferentes países da Europa e nos EUA. O autor afirma que os norte-americanos baseiam-se na primeira e na décima quarta emenda para justificar o ensino domiciliar, nas cláusulas do livre exercício, do devido processo legal e o direito à privacidade. Marcon, Dourado e Bordignon (2022), corroboram que nenhum tribunal reconheceu em primeira instância o direito ao *homeschooling*, mas os estados americanos concedem autorização legislativa, dando maior autonomia aos *homeschoolers* por razões religiosas do que para outros casos.

Segundo Andrade (2017), nos EUA, a legislação dos estados é mais complexa em relação à União. Entre 1982 e 1988, 28 estados aprovaram o *homeschooling*, pois alegavam que a Constituição Federal era vaga ou deficitária. Desta forma se espalharam normas, com testes de competência aos pais educadores e avaliação curricular anuais, aplicadas às crianças e aos adolescentes.

Ainda segundo o autor, na Europa existem diferentes situações: na comunidade belga de língua holandesa, os pais devem informar às autoridades federais a opção pela educação domiciliar, que é supervisionada por inspeções e visitas domiciliares, com a apresentação de documentos. A presença da criança não é obrigatória, mas em caso de conclusões negativas repetidamente a criança deve ser matriculada na escola; na comunidade belga de língua francesa, os procedimentos são muito semelhantes a anterior, pois são analisados os materiais e as perguntas são feitas a criança e com dois resultados negativos e sucessivos ela deve ser matriculada na escola. As inspeções são feitas com crianças de 8 e 10 anos e os testes escolares aplicados às crianças de 12 e 14 anos. Na Dinamarca os pais devem informar ao município quem ensinará a criança, a qual deve receber uma educação comparável a educação pública, com um teste anual definido pelo Ministério da Educação e caso as crianças não atingirem as médias serão feitas inspeções em três meses e os pais poderão ser obrigados a matricular seus filhos na escola pública. Por fim, na Alemanha a educação domiciliar é mais restritiva, regulamentada no nível federal e somente é autorizada se os pais tenham profissões que se movimentam ou têm doenças muito longas, sejam imigrantes ou que estejam de passagem pelo país. O ensino pode ser feito por um professor estadual que se desloca à residência da família até três vezes por semana. O abandono escolar pode implicar na aplicação de penalidades como multas, prisão ou perda da guarda da criança.

Vasconcelos e Boto (2020) destacam que o movimento do *homeschooling* surge um movimento característico no Brasil a partir dos anos 2000, com muitos adeptos que almejam soluções alternativas, levando em consideração as novas tecnologias que permitiriam a educação fora do estabelecimento escolar, que dizem desacreditar das reformas educacionais.

Cecchetti e Tedesco (2020) lembram que é dever dos pais ou responsáveis matricular as crianças na Educação Básica a partir de quatro anos, conforme o art. 6º da LDB e também no art. 55 do ECA. No caso de descumprimento, os familiares cometem crime de abandono intelectual, previsto no Código Penal Brasileiro. No entanto, os autores ressaltam que uma minoria da população “[...] almeja assegurar o direito de não enviar seus filhos à escola e educá-los em sua própria casa. São os defensores do *homeschooling*, expressão inglesa que remete à ‘educação no lar’ ou ‘escolarização domiciliar ou doméstica’” (2020, p. 3).

Mesmo com a legislação contrária ao *homeschooling* no Brasil há uma insistência de famílias pela sua legalização (ZITKOSKI; ROSA, 2022). Vasconcelos e Boto (2020), apresentam o parecer da relatora, de 9 de junho de 2009, a deputada Bel Mesquita, que votou

pela rejeição dos PLs nº 3.518, de 2008, apensado ao nº 4.122, de 2008. A relatora entende que a educação domiciliar não tem amparo legal e levou em consideração o Mandado de Segurança nº 7.407, contra um casal de Goiás, homologou o parecer nº 34/2000 no CNE e teve seu pedido indeferido de ensino domiciliar, por seis votos a dois pelo STJ. A relatora chama atenção para a situação da educação domiciliar em outras partes do mundo:

Ademais, lembramos aqui, por oportuna, matéria publicada na imprensa nacional em 2008, na qual se demonstrava que o ensino domiciliar tem despertado polêmica até em países onde sua prática é legalmente reconhecida. É o caso de decisão judicial inédita que colocou os cerca de 200 mil pais e mães californianos praticantes do ensino domiciliar diante de uma encruzilhada: se quiserem manter os filhos dos 6 aos 18 anos longe da escola formal, terão de obter o título de professor, agora exigido por lei para a sua prática. Também na Europa, segundo a reportagem, o assunto tem ido aos tribunais: na Espanha, casais têm recorrido à Justiça para assegurar o direito de educarem seus filhos em casa. A Alemanha também não tem reconhecido a prática: em 2004, um tribunal de Frankfurt recusou por unanimidade o pedido de um casal que, por convicções religiosas, apelava pelo direito de ensinar os cinco filhos em casa (BRASIL, 2008, p. 4-5).

Desta maneira observa-se que em muitos países a educação domiciliar não é tranquila, deve ser enfrentada com a seriedade que merece, seja pela função socializadora da escola como pela importância da formação dos professores para a prática educativa.

Segundo Cecchetti e Tedesco (2017), no Brasil o homeschooling não possui amparo constitucional, apesar disso várias famílias entraram com processos na justiça reivindicando este direito. Prova disso é o Mandado de Segurança nº 7.407/2001, que foi impetrado contra o Conselho Nacional de Educação (CNE), que negou o direito à educação domiciliar a uma família goiana. Na justificativa do ministro e relator Peçanha Martins explicou:

Os filhos não são dos pais, como pensam os Autores. São pessoas com direitos e deveres, cujas personalidades se devem forjar desde a adolescência em meio a iguais, no convívio social formador da cidadania. Aos pais cabem, sim, as obrigações de manter e educar os filhos, consoante a Constituição e as leis do País, asseguradoras do direito do menor à escola[...] (BRASIL, 2005, p. 8).

No início dos anos 2000 chegou ao CNE uma consulta de pais sobre o direito de educar seus filhos em casa, pleiteando uma escola que apenas aplicasse avaliações periódicas quanto ao seu nível escolar atingido. O parecer nº 34/2000, do conselheiro Ulisses Panisset, afirma não ter conhecimento sobre o homeschooling e se diz surpreso:

Em trinta e três anos de atuação, como membro do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais agora acrescidos de cinco anos como integrante do Conselho Nacional de Educação, nunca me deparara com essa questão no Brasil. O que ocorria era o oposto, ou seja, a grita de pais que reclamavam a falta de vagas para os filhos nas escolas públicas, para que lhes fosse garantido o direito dos mesmos ao ensino fundamental, etapa da educação básica que a Constituição Federal, impõe seja assegurada a todos. Busco refletir, com a minha melhor atenção, sobre o inusitado tema. Salvo melhor juízo, não encontro na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nem na Constituição da República Federativa do Brasil, abertura para que se permita a uma família não cumprir a exigência da matrícula obrigatória na escola de ensino fundamental. “Matricular” em escola, pública ou privada, para o exclusivo fim de “avaliação do aprendizado” não tem amparo legal [...] (BRASIL, 2000, p. 1-2, 7-8).

O parecerista afirma que, para que a educação domiciliar seja permitida, é preciso de normas reguladoras, não sendo lícito aproveitar-se de brechas na legislação ou interpretações que deixam dúvidas sobre a frequência ou educação escolar ou da aplicação de testes para certificações. É preciso que haja normatizações específicas sobre o tema, como é a realidade em outros países. Frequentemente, é isso que fazem os defensores desta prática, “[...] buscam o não dito, o que está omissa ou uma lacuna na lei para tentar a sua autorização, o que sempre encontrará como oposição, o dito e o explícito, acabando por “deitar por terra”, todos os esforços anteriores” (VASCONCELOS; BOTO, 2020, p. 9).

Assim, concorda-se com os autores, visto que projetos como estes veem as crianças como propriedades das famílias e somente elas têm a responsabilidade de educá-las. Também se observa uma visão de infância que não tem a capacidade de aprendizagem de alguns conteúdos, como sexualidade, por exemplo. A família, então, faria essa proteção a uma infância negando o direito de aprender determinados temas (VALADÃO, 2023).

Vasconcelos e Boto (2020) destacam no Brasil o caso de uma família do interior de Minas Gerais que decidiu retirar os filhos da escola em 2005, depois de contato com famílias norte-americanas adeptas do homeschooling. Mesmo com projetos de lei sobre educação domiciliar, apresentados em diferentes períodos (o de nº 4.657/1994, PL nº 6.001/2001, PL nº 6.484/2002, PL nº 4.191/2004), o caso da família mineira causou alvoroço na internet e a família foi denunciada pelo Conselho Tutelar, processados pelo Ministério Público e condenados por abandono intelectual.

Gemelli e Maganhini (2019) analisaram oito projetos de lei referentes ao homeschooling em diferentes estados brasileiros²⁵ e constataram algumas justificativas comuns entre eles:

a) melhoria da qualidade do ensino; b) combate à violência, uso de drogas, bullying, sexualidade precoce e outras ameaças às quais estão expostas as crianças e jovens; c) divergência de princípios, convicções filosóficas, éticas e religiosas; d) necessidade de atendimento às particularidades do desenvolvimento de crianças e jovens; e e) direito de escolha das famílias (GEMELLI; MAGANHINI, 2019, 288).

É possível perceber que estes projetos desqualificam a educação brasileira, acreditam que as crianças pertencem aos pais e que estes são os únicos capazes de decidir o que elas devem estudar e com quem conviver, o que demonstra protecionismo exacerbado negando a convivência com as diversidades filosóficas, éticas e religiosas que constituem a sociedade.

Andrade (2017) analisou quatro projetos de leis do homeschooling, três destes já citados neste trabalho, que reconhecem a educação domiciliar como modalidade de ensino²⁶. Tais projetos obrigariam a matrícula em escolas e a inspeção por órgãos competentes, sendo esses os direitos e deveres das famílias, segundo as conclusões dos estudos do autor:

- É admitida a educação básica domiciliar, sob a responsabilidade dos pais ou tutores responsáveis pelos estudantes, observadas a articulação, a supervisão e a avaliação periódica da aprendizagem pelos órgãos próprios dos sistemas de ensino.
- Obrigatoriedade de matrícula do estudante em escola pública.
- Manutenção de registro oficial das famílias optantes pela educação domiciliar.
- Participação do estudante nos exames realizados nacionalmente e nos exames do
- Sistema estadual ou sistema municipal de avaliação da educação básica, quando houver.
- Previsão de inspeção educacional, pelo órgão competente do sistema de ensino, no ambiente em que o estudante estiver recebendo a educação domiciliar.
- Controle de frequência a cargo da escola ou pela instituição de educação pré-escolar, conforme o disposto no seu regimento e nas normas do respectivo sistema de ensino.

²⁵ Projeto de Lei 6.001/2001, de autoria do Deputado Ricardo Izar (PTB/SP); Projeto de Lei 6.484/2002, de autoria do Deputado Osório Adriano (PFL/DF); Projeto de Lei 3.518/2008, de autoria dos Deputados Henrique Afonso (PT/AC) e Miguel Martini (PHS/MG); Projeto de Lei 4.122/2008, de autoria do Deputado Walter Brito Neto (PRB/PR); Proposta de Emenda à Constituição 444/2009, de autoria do Deputado Wilson Picler (PDT/PR); Projeto de Lei 3.179/2012, de autoria do Deputado Lincoln Portela (PR/MG); Projeto de Lei 3.261/2015, de autoria do Deputado Eduardo Bolsonaro (PSC/SP); e Projeto de Lei 10185/2018, de autoria do Deputado Alan Rick (DEM/AC).

²⁶ Deputados Henrique Afonso e Miguel Martini (Projeto de Lei 3.518/2008 - rejeitado), Lincoln Portela (Projeto de Lei nº 3.179/2012), Eduardo Bolsonaro (Projeto de Lei nº 3.261/2015) e Dorinha Seabra Rezende (Projeto de Lei Substitutivo aos projetos de lei nº 3.179/2012 e 3.261/2015, altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

- O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizado como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais e, ainda assim, mediante autorização dada pelos sistemas de ensino (ANDRADE, 2017, p. 86).

Gemelli e Maganhini (2019) afirmam que em 2019 o Projeto de Lei nº 3.179, anexados aos Projetos de Lei nº 3.261/2015 e nº 10.185/2018, estava tramitando na Câmara dos Deputados, com parecer favorável exarado em 2019, pela Deputada Dorinha Seabra Rezende (DEM-T), na Comissão de Educação. O deputado Lincoln Portela, mesmo reconhecendo as derrotas das propostas anteriores (PL nº 4.657/1994, PL nº 6.001/2001, PL nº 6.484/2002, PL nº 4.191/2004), ainda clama pela liberdade de escolha das famílias na responsabilização educacional com seus filhos. Para Vasconcelos e Boto (2020), o projeto nº 3.179 tornou-se inexpressivo, que atende a minorias e tem poucas chances de aprovação, mesmo com parecer favorável da deputada professora Dorinha Seabra Rezende, pois o foco seria a agenda política, onde um PL do executivo seria uma prioridade do governo Bolsonaro.

Vasconcelos e Boto (2020, p. 12), chamam a atenção para a quantidade de Projeto de Lei nesta linha apresentados no Senado:

[...] como é o caso do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 490, de 2017, de autoria do senador Fernando Bezerra Coelho, cuja ementa: “Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, para prever a modalidade da educação domiciliar no âmbito da educação básica” (BRASIL, 2017, n.p.); e o PSL no 28, de 2018, de mesma autoria, que pretende alterar “[...] o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever que a educação domiciliar não caracteriza o crime de abandono intelectual” (BRASIL, 2018a, n.p.)

Zitkoski e Rosa (2022) afirmam que até 2022 havia cerca de quinze projetos de lei sobre a educação domiciliar e em maio de 2022 chegou ao Senado outro projeto para regulamentar o homeschooling, o PL nº 1.388/2022, aprovado em 19 de maio do mesmo ano, na Câmara dos Deputados e está na Comissão de Educação do Senado, onde há favoráveis e contrários ao homeschooling.

Os projetos de lei apresentados ao Congresso Nacional exemplificam os rumos do homeschooling no Brasil e as justificativas neles contidas explicitam o entendimento e o interesse desses políticos na sua aprovação. É importante destacar que os mesmos parlamentares que descredibilizam a educação brasileira e defendem o ensino domiciliar, não apresentam projetos de lei para a melhoria de sua qualidade e oferta ou cobram tais ações dos

poderes executivos. “[...] Certamente, os defensores da Educação Domiciliar não estão contribuindo para qualificar a educação escolar e nem superar os limites da escola pública” (MARCON; DOURADO; BORDIGNON, 2022, p. 812). A defesa do homeschooling não deve estar amparada nas condições da escola pública, pois não é preciso a destruição de sistema em virtude do outro, levando em consideração que essas duas modalidades coexistem em outros países (VASCONCELOS; BOTO, 2020).

Os autores também destacam que não seriam as camadas populares oriundas das escolas públicas adeptas do homeschooling, portanto o setor privado que sentiria os maiores impactos desta aprovação.

Em contrapartida, não parece ser essa uma realidade afeita aos alunos que frequentam a escola pública, pelo menos das metrópoles, os quais permanecerão, ainda por muito tempo, posto que autorizado e reconhecido o ensino domiciliar, usufruindo dessa mesma escola, para a qual não há PLs tão disputados e com tanto apelo de seus usuários (VASCONCELOS; BOTO, 2020, p. 13).

Para Zitkoski e Rosa (2022), o setor educacional privado possui certa liberdade, pois o poder público só pode fazer o que está na lei enquanto o privado pode fazer tudo que a lei não proíbe.

Sem êxito na regulamentação no âmbito legislativo, foi no judiciário que se iniciou um novo capítulo, pois os homeschooler, não logrando êxito na regulamentação junto ao legislativo, buscou o judiciário. Em outubro de 2013, uma família do Rio Grande do Sul ingressou no STF com um recurso extraordinário com agravo e pedido de liminar contra a Secretária Municipal de Educação. A criança estudou em uma escola pública em uma turma multisseriada, até 2012, mas estava insatisfeita com a educação recebida, requerendo o direito de estudar em casa, argumentando a existência de alunos com diferentes idades e séries na mesma sala de aula. Os argumentos da família chamam atenção em que o convívio com diferentes idades não seria um critério ideal na convivência e socialização, nos aspectos sociais, morais, religiosos e sexuais, inclusive. A defesa acrescenta ainda questões religiosas, não concordando com as imposições do ensino regular do evolucionismo e a teoria de Darwin, já que a aluna é cristã e criacionista, rejeitando que o homem originou-se do macaco. Desta forma, resguardam os filhos do mundo profano, educando-os em um mundo sagrado.

Cecchetti e Tedesco (2020) destacam também esse caso e citam o Recurso Extraordinário nº 888.815 (BRASIL, 2018), também de um mandado de segurança de uma

família gaúcha contra a Secretária Municipal de Educação de Canela/RS, passando por diferentes instâncias até chegar ao STF, em 2018. O julgamento ocorreu em setembro de 2018, com voto favorável do ministro Barroso, relator, negando o provimento do recurso extraordinário, constando o acórdão do ministro Alexandre de Moraes:

3. A Constituição Federal não veda de forma absoluta o ensino domiciliar, mas proíbe qualquer de suas espécies que não respeite o dever de solidariedade entre a família e o Estado como núcleo principal à formação educacional das crianças, jovens e adolescentes. São inconstitucionais, portanto, as espécies de *unschooling* radical (desescolarização radical), *unschooling* moderado (desescolarização moderada) e *homeschooling* puro, em qualquer de suas variações. 4. O ensino domiciliar não é um direito público subjetivo do aluno ou de sua família, porém não é vedada constitucionalmente sua criação por meio de lei federal, editada pelo Congresso Nacional, na modalidade “utilitarista” ou “por conveniência circunstancial”, desde que se cumpra a obrigatoriedade, de 4 a 17 anos, e se respeite o dever solidário Família/Estado, o núcleo básico de matérias acadêmicas, a supervisão, avaliação e fiscalização pelo Poder Público; bem como as demais previsões impostas diretamente pelo texto constitucional, inclusive no tocante às finalidades e objetivos do ensino; em especial, evitar a evasão escolar e garantir a socialização do indivíduo, por meio de ampla convivência familiar e comunitária (CF, art. 227). 5. Recurso extraordinário desprovido, com a fixação da seguinte tese (TEMA 822): “Não existe direito público subjetivo do aluno ou de sua família ao ensino domiciliar, inexistente na legislação brasileira” (BRASIL, 2018, n.p.).

Em 2010 foi fundada no Brasil uma instituição sem fins lucrativos, a Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), por meio da qual, famílias que defendem a autonomia de educar seus filhos teriam assegurado o direito de optar pela modalidade. Em 2018, a ANED acionou o STF para debater o tema, fato que se repetiu nos anos posteriores quando famílias de diferentes regiões do Brasil apresentaram requerimento. Os ministros foram praticamente unânimes ao considerar o *homeschooling* inconstitucional. Indicam sim uma co-responsabilidade entre Família e Estado na educação das crianças (ZITKOSKI; ROSA, 2022).

Cecchetti e Tedesco (2020) destacam que uso de justificativas religiosas embasam os pedidos de *homeschooling* e trazem à tona conflitos antigos entre Igreja e Estado, público e privado, ensino confessional e laico. Isso se espalhou assim que líderes religiosos fundamentalistas assumiram papéis de destaque na política brasileira. Destacam-se o ex-presidente da República Jair Messias Bolsonaro e Damara Alves, ex-ministra da Mulher dos Direitos Humanos e da Família, hoje senadora da República. Uma das medidas anunciadas por Bolsonaro no campo da educação era a regulamentação do *homeschooling*, cumprida em partes com o envio para a Câmara Federal do Projeto de Lei nº 2.401/2019,

sobre o direito de educação domiciliar. A porta-voz era a ministra Damares Alves e não o ministro da educação, a quem caberia tal assunto. Segundo Vasconcelos e Boto (2020), as confusas manifestações do poder executivo federal na época eram de que a educação domiciliar não seria uma pauta do Ministério da Educação, mas sim ligada às famílias. Na Exposição de Motivos do projeto n.º.19/2019 os ministros Alves e Weintraub iniciam suas argumentação dizendo que esta modalidade já é realidade em muitos países e reconhecida por instituições nacionais e internacionais que, além de lutar pela causa também realizam discussões no campo político do Congresso Nacional e que o ensino de crianças e adolescentes por seus pais está baseada na Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde consta que estes teriam o direito de escolher como a instrução de seus filhos seria ofertada. Assim, a liberdade de escolha é basilar e também defende a educação como gasto familiar, não como investimento (MARCON; DOURADO; BORDIGNON, 2022).

De acordo com Marcon, Dourado de Bordignon (2022), essa foi uma proposta prioritária dos primeiros 100 dias do governo Bolsonaro, mas foi só em 2022, ano eleitoral, que houve grande movimentação para aprovação do PL ° 3179/2012, proposto pela deputada Luísa Canziani (PSD-PR), adaptado pelo deputado Lincoln Portela (PL-MG), submetido à apreciação, que já foi aprovado na Câmara dos deputados em 2022, com alterações e atualmente está aguardando tramitação no Senado Federal, sem previsão para votação.

Desta forma, concorda-se com o que mencionam Cecchetti e Tedesco (2020), que a bandeira da educação domiciliar está calcada em valores religiosos fundamentalistas, com o apoio de partidos, instituições e líderes religiosos em consonâncias com o movimento neoconservador espalhado em diferentes países e que a aprovação de projetos relacionados ao *homeschooling* podem afetar “[...] o direito público subjetivo à Educação Básica, direito assegurado após décadas de luta coletiva por uma escola gratuita, obrigatória, igualitária, inclusiva e laica” (CECCHETTI; TEDESCO, 2020, p. 4).

Zitkoski e Rosa (2022) e Marcon, Dourado e Bordignon (2022) destacam também que as famílias justificam o *homeschooling* em detrimento da qualidade do ensino na escola, a violência, preconceitos e bullying, mas também se mostram contrários aos conteúdos que não vão de encontro às suas crenças e pressupostos religiosos e morais.

De acordo com os autores, constam no site da ANED pesquisas e estudos científicos de vários países sobre os benefícios da educação domiciliar como: amadurecimento, disciplina, gosto pela aprendizagem, uso de novas estratégias pedagógicas, desenvolvendo

empreendedorismo, adultos seguros e potencialmente ótimos resultados acadêmicos, e como há menos alunos em relação à escola, o atendimento é personalizado, potencializando os dons e talentos de cada indivíduo. Compreendem que o aprendizado acontece no ritmo e estilo de cada aluno, podendo trabalhar de forma interdisciplinar, com um “[...] ambiente seguro, com liberdade para acertar e errar e os pais terem maior tempo de convivência com os filhos” (ZITKOSKI; ROSA, 2022, p. 781).

Marcon, Dourado e Bordignon (2022) destacam que os movimentos defensores desta modalidade possuem no site Brasil Paralelo um apoio. Segundo os autores, o conteúdo ali postado, no entanto, deve ser analisado com um olhar científico e crítico, pois contém desinformação sobre vários temas, mas com muita influência, com pautas conservadoras da direita, defendendo abertamente o homeschooling, inclusive com materiais didáticos:

Em uma das matérias intitulada: O que é homeschooling e como funciona? 8 benefícios em relação às escolas, são listados nomes de intelectuais que receberam sua educação no espaço doméstico, entre os quais: Albert Einstein; Benjamin Franklin; Thomas Edison; Erwin Schroedinger; Willard Boyle e Soichiro Honda. Essas informações são ‘jogadas’ sem contextualizar o período histórico em que cada um deles estudou e o que explicaria o ensino domiciliar, em alguns casos, em condições anteriores ao ensino público escolar acessível para todos. Além disso, o texto divulga materiais didáticos para os pais utilizarem, junto com indicações de obras complementares, como: A Mente Bem Treinada; Homeschooling Católico, entre outras. Esses conteúdos, entre outros, circulam de forma muito forte no público que compartilha essa posição política, ilustrando as formas de comunicação e convencimento das ideias desse segmento político/ideológico (MARCON; DOURADO; BORDIGNON, 2022, p. 805-6).

Os autores ainda destacam que o site da ANED apresenta dados sobre a educação domiciliar no Brasil, sem indicar as fontes ou como foram coletados: que há 35 mil famílias que atuam nesta modalidade; em todos os estados brasileiros; com um avanço de 55% ao ano; com 77 mil homeschoolers de 4 a 17 anos. O site cita outra pesquisa, no mesmo formato da anterior, de 2017, que indica que haveria no Brasil 285 famílias em educação domiciliar e 34% destas teriam um dos responsáveis com ensino superior e 74% delas alguém já frequentou ou frequenta a Universidade.

Em maio de 2022, um movimento formado pelas universidades, sindicatos e organizações da sociedade civil publicou um Manifesto contra a Regulamentação da Educação Domiciliar e em Defesa do Investimento nas Escolas Públicas, com a assinatura de

400 entidades, colocando-se contra ao projeto de Educação Domiciliar (MARCON; DOURADO; BORDIGNON, 2022).

O ESP e os críticos à "ideologia de gênero" também atuam como defensores do homeschooling, um ideal de educação, pois acreditam que a formação escolar não deve interferir nos princípios e valores familiares. Para fundamentalistas neoconservadores a escola/Estado não deve ensinar temas religiosos, políticos, sexuais e morais e, no caso de persistência dessa condição, a "solução" seria o *homeschooling*. Marcon, Dourado e Bordignon (2022) afirmam que grupos que defendem a educação domiciliar estão em consonância com a política ideológica de grupos conservadores, reacionários da direita e extrema direita, com pautas como a ideologia de gênero e apoio a ESP, além de julgar que a escola desvirtua os jovens dos valores familiares.

Tanto no Brasil como nos EUA, os grupos fundamentalistas e neoconservadores objetivam recolonizar as instituições públicas, especialmente a escola, por sua importância na instrução das futuras gerações. ESP, contrários à ideologia de gênero e os defensores da militarização da educação atacam sistematicamente a educação pública brasileira e, caso não consigam apresentam outras alternativas, ratificam a importância do homeschooling, onde podem ensinar seus currículos próprios, construindo assim uma Nova Nação Cristã (CECCHETTI; TEDESCO, 2020). Segundo os autores, o principal argumento do homeschooling é que o Estado não tem autoridade na educação das crianças, pois não recebeu esse poder de Deus, isso seria exclusivo das famílias.

No debate acerca do Projeto de Lei que regulamenta o ensino domiciliar no Brasil, realizado em 15 de outubro de 2019, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, a representante do Ministério da Mulher, Família e dos Direitos Humanos, Ângela Martins, disse que o homeschooling devolve aos pais o "controle" sobre a educação dos filhos: "Nós vemos infelizmente uma omissão, uma delegação para a escola de o que seria, em primeiro lugar, uma tarefa familiar. Se lava as mãos e a escola educa. O que nós queremos é essa reflexão da prioridade dos pais na educação dos filhos" (CECCHETTI; TEDESCO, 2020, p. 13).

No atual contexto, escolas e universidades públicas estão em uma batalha ideológica, já que se considera que é nelas que as crianças e jovens vivenciam experiências educacionais primordiais para a sua socialização. O homeschooling é um braço do projeto moralizador, fundamentalista, religioso e neoconservador que desafia o funcionamento destas instituições, privatizando, precarizando e desacreditando o direito à Educação Básica.

Para Vasconcelos e Boto (2020), para se autorizar o ensino domiciliar é necessário um acompanhamento criterioso dos mecanismos de averiguação sobre essa família e como se dará a socialização das crianças, pois na escola se aprendem muitos outros conceitos, além dos científicos:

A escola lida com normas impessoais. Regras públicas que orientam a vida da sala de aula estabelecem pactos de convivência dos alunos entre si, e deles com professores. A criança, no âmbito dessa vida entre regras, aprenderá a lidar com sinais e com rituais que serão distintivos. Ela obterá hábitos de obediência, sim, mas criará também hábitos de convivência, concentração, atenção, perseverança, disciplina, controle de si. No limite, a escola institui, por seus ritos, por suas palavras e por seus sinais, uma cultura que lhe é própria; e que terá certamente um caráter civilizador. Pode-se dizer que a cultura escolar dialoga claramente com a codificação dos saberes. A rotina da escola, por outro lado, possibilita o convívio entre os iguais. Há cumplicidade entre crianças da mesma idade; há também rivalidades, desavenças, afeições e desafetos. Tudo isso também é educativo: um contínuo aprendizado de equações dos conflitos inerentes à sociabilidade humana (VASCONCELOS; BOTO, 2020, p.14).

Os autores ainda advertem que a família é, sem dúvida, um refúgio da criança, das ameaças e malefícios do mundo, mas é preciso considerar que a escola gradativamente aproxima a criança do mundo comum, contra ela não pode e nem deve ser protegida para sempre, é preciso emancipar a criança dos laços domésticos. Considerar que os pais, por mais que tenham boas intenções, não podem ser os únicos educadores de seus filhos, pois isso seria um ato de tirania. Sem citar os problemas psicanalíticos prováveis, como mecanismos de recalque e como os pais projetam o futuro de seus filhos.

Para Vasconcelos e Boto (2020), a escola possui três funções: a primeira é se colocar com intermediária entre família e sociedade, preparando a crianças para o mundo público; a segunda é o acesso ao mundo letrado, pois ensina a criança a trabalhar com códigos da cultura escrita; e a terceira é o aprendizado de valores e formas de comportamento em sintonia com a sociedade. Na escola aprende-se ética e civilidade. Uma criança educada em casa não estará preparada para o mundo, pois não será desafiada pela diversidade social. A família é um núcleo homogêneo, a escola é plural. É preciso estar na escola para aprender a reconhecer, respeitar e enfrentar a heterogeneidade. Para Marcon, Dourado e Bordignon (2022), a escola é como um rito de passagem da vida privada familiar para a coletiva e a escolarização envolve respeito à diversidade e a sociabilidade.

Outra questão levantada por Vasconcelos e Boto (2020), é a diversidade de matérias escolares e na escola há a presença de professores especialistas que estudaram para ensinar tais conteúdos. Como isso aconteceria em casa? Contratação de professores específicos? Os pais conseguiriam ensinar essa variedade de conhecimentos? Na escola o professor é o sujeito que media a socialização, através de regras para o convívio. Também é nela que as crianças esquivam-se da tutela dos pais, lembrando que estes são responsáveis pelos filhos, mas não são seus donos. Em cada ano letivo as crianças entram em contato com vários professores e essa diversidade também está presente na sociedade. Já os pais serão sempre os mesmos, impedindo inclusive as diferentes formas de aprender. Vasconcelos e Boto (2020, p.15), alertam ainda para que:

Além disso, os professores foram formados para ensinar: têm o ensino por sua profissão. Estarão, portanto, mais aptos a ensinar de maneira serena, sem deixar que as paixões os acometam. Têm técnica; e um 'saber-fazer'. Além disso, os professores ensinam melhor porque o fazem à vista de todos. Há muitos alunos em uma classe. Se professores não ensinarem bem, seus alunos contarão para os pais; e estes poderão reclamar na escola. A quem as crianças que estudam em casa recorrerão quando eventualmente forem constrangidas moral ou fisicamente pelos próprios pais que as ensinam? Se elas aprendem em casa, quem controla esses pais?

Segundo os autores, o *homeschooling* pode ser considerado em casos específicos, desde que sejam observadas as condições do ambiente, segundo as normas da Constituição Federal de 1988 em relação aos padrões curriculares a cada etapa escolar e avaliados periodicamente pelo poder público em uma instituição de ensino regular. Citam como exemplos as comunidades alternativas, circenses, crianças com deficiências que não se adaptaram à escola de maneira integral ou que estão há muito tempo fora da escola por causa de tratamentos médicos, estrangeiros que migram de país em país, entre outros que podem ser considerados para não ficarem à margem da lei. Ou seja, deve ser destinado às famílias que realmente precisam e com condições de ofertar educação de qualidade.

Marcon, Dourado e Bordignon (2022), analisam os processo de socialização e individualização dos sujeitos e advertem a importância da escola:

A escola tem de propiciar experiências de convivência entre diferentes, de socialização e de individualização. Nessas interações, que podem ser tensas e conflitivas, que os sujeitos constituem-se como tal. Não é isolando as crianças dos espaços sociais, privando-as dessas experiências que contribuiremos para uma sociedade plural e democrática (p. 812).

A educação domiciliar é restritiva, limitada e reducionista, pois considera a educação como acúmulo de informações e, para os autores, construir conhecimento é muito mais complexo, é preciso o confronto, as reflexões. É preciso levar em consideração que o professor, além de preparar-se para os conteúdos ministrados, precisa construir conhecimentos com eles, e essa é uma tarefa complexa. Também é preciso considerar o direito das crianças a uma educação escolar de qualidade e não aprofundar as desigualdades sociais.

3.2.3 O pensamento neoconservador e a implantação de escolas cívico-militares na educação pública brasileira

Nesta seção, coloca-se em interlocução pesquisas sobre as escolas cívico-militares, um dos projetos neoconservadores implementados pelo governo Bolsonaro. De antemão, convém comentar que as pesquisas analisadas alertam que atualmente este é mais um ataque à educação pública brasileira que vê seus professores como doutrinadores, inimigos da nação²⁷.

Um rápido olhar histórico permite situar o seu surgimento em tempos mais distantes, durante a ditadura militar (1964-1985). Alves (2022) lembra que as escolas militares foram entregues aos militares na década de 1990, durante o regime democrático.

Santos (2022), explica que na região Centro-Oeste do Brasil, esse processo se complexificou a partir de 2015, passando de 240 escolas em 2019 para 440 em 2021. Um movimento que estava concentrado na região Centro-oeste, agora está sendo nacionalizado, levando-se em consideração que apenas o Ceará não possui escolas cívico-militares. A autora chama atenção para o caso do estado do Paraná, que dobrou o número de escolas cívico-militares durante a pandemia, o que dificultou ainda mais o diálogo com as comunidades escolares, visto que o momento não permitiu a realização de reuniões para evitar aglomerações e o contágio.

Como já mencionado, percebe-se que para movimentos neoconservadores que buscam influenciar nos rumos da educação, os professores deveriam se restringir a à

²⁷ Nesta seção serão citadas falas de Catarina de Almeida Santos (UNB) e Mirian Fábila Alves (UFG/Anped), proferidas na XIV Reunião Regional Anped Sul, na mesa temática Militarização das escolas: implicações para a educação básica, evento realizado em 18. out. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=g5bUZkhMJ_0

transmissão de conteúdos, desempenhando um papel de burocrata, retomando, de algum modo, o tecnicismo educacional vigente durante o regime militar, contexto no qual se observa, além das diversas atrocidades em relação aos direitos humanos, o esvaziamento de conteúdos e o cerceamento do debate crítico, como observa Molina (2022, p. 8):

Por isso, não é anacronismo dizer que a ideologia educacional seja semelhante ao do período da ditadura civil-militar (1964 a 1985), pois em ambos processos históricos estão contempladas práticas de privatização da educação, enxugamento dos conteúdos pedagógicos e do ensino por meio de um processo de eliminação da crítica (conformismo), assim como pelo combate ao debate democrático (ao proibir questões políticas públicas) e pela transformação do professor em um burocrata secundário (“robotização”) por meio das pedagogias tecnicistas. Concomitantemente, exige-se do professor um aumento de produtividade e sobre ele se intensificam os instrumentos de controle e de repressão do trabalho docente.

O ataque às instituições educacionais não teve sua gênese no governo Bolsonaro, visto que no período da ditadura militar as universidades também sofreram com a censura da cultura da “esquerda”. Logo após o AI-5, programas semelhantes a Escola Sem Partido, o governo militar tinha como objetivo vigiar, denunciar e acabar com o debate democrático. Sobre a atuação dos militares naquele contexto, afirma Molina (2022, p. 10):

Nas universidades, forjaram as “Assessorias Especiais de Segurança e Informações” (Aesis ou ASIs) que vigiaram toda a comunidade universitária, entregando para a repressão professores e estudantes e até censurando livros e pesquisas, ao mesmo tempo em que os técnicos e militares trabalhavam para implantar os valores tradicionais da família, da nação e da cristandade.

O governo do ex-presidente Bolsonaro sempre deixou claro seu apreço pelos militares²⁸ e sua vontade de mudar a narrativa sobre a ditadura militar, promovendo uma verdadeira “reescrita da história”²⁹. Ainda de acordo com o Molina (2022), em 2018 o general Aléssio Ribeiro Souto, assessor de Bolsonaro, era membro de um grupo que queria mudanças na educação e deixou pública sua vontade de mudar os conteúdos, principalmente os livros didáticos de História que, segundo ele, não traziam a verdade sobre os fatos ocorridos em 1964 e deveriam ser extintos da educação brasileira.

²⁸ **Bolsonaro homenageia torturador em seu voto pelo impeachment. Ao votar pelo afastamento de Dilma Rousseff, deputado homenageou 'militares de 64' e o ex-chefe do DOI-Codi Ustra, conhecido torturador na ditadura.** Disponível em:

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/04/bolsonaro-homenageia-torturador-em-seu-voto-pelo-impeachment-2649/>

²⁹ **Bolsonaro autoriza a celebração do 31 de março de 1964. Uma mensagem em alusão a data será lida em quartéis.** Disponível em:

[HTTPS://AGENCIABRASIL.EBC.COM.BR/POLITICA/NOTICIA/2019-03/BOLSONARO-AUTORIZA-CELEBRACAO-DO-31-DE-MARCO-DE1964](https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-03/bolsonaro-autoriza-celebracao-do-31-de-marco-de-1964)

Assim, conforme Molina (2022, p. 13) há a aproximação do governo Bolsonaro tanto com os militares quanto ao Movimento Escola Sem Partido:

Essas políticas autoritárias da ditadura voltaram com força em tempos de Bolsonaro, quando muitos professores são demitidos por motivação política nas instituições privadas, exonerações suspeitas ocorrem no serviço público e vivenciamos a intervenção do presidente na escolha dos reitores de universidades federais, indicando os candidatos menos votados ou intervindo diretamente.

A eleição de Bolsonaro resultou na formação de um governo híbrido civil-militar e tanto as políticas educacionais por ele engendradas quanto suas declarações públicas sinalizavam para a adoção de um projeto nacional de escolas cívico-militares, sendo que um dos objetivos “[...] é o descarte da historiografia acadêmica e sua substituição pela imposição da visão oficial das forças armadas sobre o 1º de abril de 1964” (MOLINA, 2022, p. 13), com as tentativas de excluir dos conteúdos e dos materiais didáticos os temas relacionados à ditadura, como as torturas e desaparecimentos de presos políticos.

O primeiro personagem para a efetivação deste programa foi o Ministro da Educação Vélez Rodríguez, grande admirador do Escola Sem Partido, que acredita que o marxismo é responsável por demonizações e ideologia de gênero. Vélez foi professor da “Escola de Comando do Estado Maior do Exército (EMFA), órgão das Forças Armadas que elaborou e ajudou a executar todo o programa de governo da ditadura militar” (MOLINA, 2022).

Molina (2022), adverte que em tempos de crises econômica ou social, surge uma hostilidade em relação a democracia, incentiva-se assim a obediência militar, um recurso para a dominação, como por exemplo, transformar escolas públicas em escolas militarizadas, como foi o caso Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM), de 2019.

O PECIM foi criado por meio do decreto nº 10.004 e transformou as escolas públicas em centros educacionais militarizados, incentivando a obediência militar para a dominação (MOLINA, 2022). Bolsonaro, em um dos primeiros atos como presidente da República, promulgou em 2 de janeiro de 2019 a Subsecretaria de Fomento às Escolas Cívico-Militares no Ministério da Educação (MEC), contando com o apoio do Ministério da Defesa e das Forças Armadas e, segundo Dantas (2022, p. 38), “[...] pretende criar 216 escolas cívico-militares até 2026, com atuação mais preponderante no Ensino Fundamental, tendo em vista as elevadas taxas de matrícula nessa etapa da Educação Básica (quase trinta milhões)”.

Como afirma Mendonça (2019), esse grupo já contava com a reeleição de Bolsonaro e projetaram a ampliação do programa:

Com a iniciativa do Governo Federal de criação do Pecim, a proposta de colégios militares nas capitais fica alterada para seguir o modelo das iniciativas de governos estaduais, que vêm se alastrando país afora, de militarizar escolas públicas, entregando a gestão às respectivas corporações de polícias militares e, em alguns casos, também de bombeiros militares. O projeto anuncia que pretende melhorar a qualidade do ensino e promover maior vínculo entre pais, alunos, gestores e professores, havendo alocação de militares da reserva para atuação nas áreas de supervisão, administração e “atividades de aprendizado na escola”. Para o secretário de educação básica do MEC, o sistema ajudará no combate à desigualdade de oportunidade e à violência. O ministro da Educação, por sua vez, afirmou que 10% das escolas no país deverão estar no programa até o final de 2026 (MENDONÇA, 2019, p. 624).

Percebe-se a pressa que o antigo governo tinha na militarização das escolas públicas, com a justificativa de reduzir as desigualdades, buscavam inserir um programa que exclui a diversidade social e não enfrenta os reais problemas educacionais brasileiros, discutidos há anos por profissionais, entidades e universidades.

A educação sempre esteve no horizonte destes processos golpistas brasileiros, seja nas universidades, com um discurso alimentado por teorias fantasiosas internacionais ou da balbúrdia e subversão com o objetivo de monitorar e controlar alunos e professores e promovendo a “caça” daqueles sujeitos perigosos. Molina (2022, p.18), compara os dois golpes de estado brasileiros (1964 e 2016):

Vestidos de verde e amarelo, mas submissos aos interesses de Washington, os golpistas de 1964 e de 2016 produzem fortes estereótipos sobre os professores, as escolas e as universidades por meio de discursos obscurantistas e anticientíficos. Sedentos por poder e lucros, fomentam o controle ideológico do trabalho docente e discente e disseminam soluções comerciais em detrimento de direitos sociais, como são os bombardeios contra à educação pública, gratuita, laica e socialmente referenciada.

De acordo com Dantas (2022), o PECIM tem como argumento o desprezo pela escola pública, como ineficiente e de baixa qualidade e gestão, por isso a necessidade de otimizar os gastos (não investimentos) e de avaliações em larga escala, isto é, a terceirização da gestão da escola pública por militares, contrapondo-se à LDB/96 e estudos sobre a importância de uma gestão escolar democrática de acordo com o Projeto Político Pedagógico construído pela comunidade escolar.

Santos (2022), debate sobre a questão da qualidade educacional imputada às escolas cívico-militares aos fatores que levariam a essa suposta qualidade: o processo de seleção para entrada (prova), que se confronta ao princípio de igualdade de acesso; a cobrança de valores mensais, o que contraria o princípio de gratuidade da escola pública; a infraestrutura oferecida, que mantém os privilégios para poucos; a diferença do valor aluno/ano, que pode chegar a 18 mil reais, enquanto de uma escola regular é de 5 a 6 mil reais; e a exclusão de alunos “problemas” que contraria o princípio de igualdade de permanência. Santos (2022) ainda cita exclusão de alunos das periferias e outras características (cabelos coloridos, por exemplo), que infringem o princípio de respeito à diversidade. Pode-se perceber que há a violação de vários princípios da educação básica que estão elencados no art. 3º da LDB³⁰:

Alves (2022) adverte para a naturalização de que o que é gratuito não é bom e o que é pago/privado é de qualidade, causando assim uma fissura e uma diferenciação entre a escola pública e a privada, baseada num comparativo desigual e injusto.

O PECIM divide as tarefas da gestão na escola: os militares se dedicam às funções administrativas e disciplinares e os profissionais da educação desempenham as funções pedagógicas, desviando o sentido político pedagógico da escola. Alves (2022) adverte que isso é inconstitucional, pois não existe gestão disciplinar ou administrativa das escolas regulamentadas e abre precedente para privatização da escola pública, pois os defensores do Programa acredita que esta é incompetente na gestão de recursos e na disciplina dos alunos.

De acordo com Dantas (2022), o PECIM além de não cumprir a meta 19 do Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), fere o princípio da gestão escolar democrática inscrito no art. 14 da Lei nº 9.394/1996, visto que os militares são indicados politicamente

³⁰ Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021). (LDB, 1996).

para a gestão das escolas. A meta 19 refere-se a gestão democrática em 2 anos, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho, com consulta à comunidade escolar, ou seja eleição.

No entanto, o PECIM vem ganhando defensores entre os professores e famílias sob o argumento de que as escolas se tornariam mais seguras e com menos violência. Em Chapecó, por exemplo, foi implantada uma escola vinculada ao programa em uma região periférica caracterizada pelos altos índices de violência.

Santos (2022), a este respeito, questiona sobre de quem as escolas devem ser protegidas: dos alunos? dos professores? Alves (2022) questiona: uma vez que a violência está na sociedade, por que seria diferente na escola? A violência deve ser combatida na sociedade pelas forças de segurança, que são qualificadas para isso, e não para estarem na escola, pois estes profissionais não possuem formação acadêmica para atuar na educação, indo contra as diretrizes do Plano Nacional da Educação. A educação está enfrentando problemas há muito tempo, mas isso também ocorre com a segurança pública. Ambas as áreas devem contar com seus profissionais para contribuir com sua melhoria. “Precisamos ter segurança para que a educação se efetive e não o contrário” (SANTOS, 2022).

Este programa ganhou espaço na comunidade escolar através do discurso da volta da tradição e bons costumes, da autoridade e patriotismo que teriam sido perdidos pela escola pública, conforme afirma Dantas (2022), a violência dentro e fora da escola é utilizada como pretexto para militarização sendo a única saída para enfrentar a evasão escolar melhorar a qualidade educacional, desconsiderando muitos estudos e pesquisas a respeito disso.

Dantas (2022, p 40), alerta para os “[...] elementos moralizantes, constrangimento, controles simbólico e ideológico, vigilância permanente, obediência, sujeição, hierarquização, ausência de autonomia política” que identificam essas escolas. O autor ainda caracteriza as escolas cívico-militares como um sistema autoritário e semi-carcerário, onde predominam a disciplina, através de punições e incentivos, a retomada de um behaviorismo, controle comportamental imposta a jovens pobres de escolas públicas. Afirma o autor: “Em síntese, trata-se do aprofundamento do dualismo estrutural educacional no país, marcado pelas profundas desigualdades sociais e econômicas e do gigantesco preconceito contra as classes subalternas encaradas como propensas à violência.” (DANTAS, 2022, p. 40)

Molina (2022), ainda similaridades das pautas inquisitórias do o período ditatorial militar e as atuais, visto que professores estariam desviando os alunos da moral e dos bons

costumes da família tradicional brasileira. No entanto, os profissionais têm buscado formas de resistir a esses ataques, seja através do silenciamento, autocensura ou da organização social de classe, inclusive com a utilização das redes sociais, consoante o que afirma Molina (2022, p. 18):

Já os educadores parecem adotar duas posturas de proteção aos ataques dos aparatos de repressão da sociedade civil e política, a primeira é a prática individual da autocensura, já a segunda são suas organizações coletivas de luta e resistência por meio de seus sindicatos e associações como é a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) ou o movimento “Professores contra o Escola Sem Partido” que já tem mais de 100 mil seguidores nas redes sociais do Instagram, Facebook e Youtube .

Santos (2022) menciona a existência do Projeto de Nação dos militares para 2035, onde consta como o objetivo 17 destinado ao ensino básico o incentivo ao modelo de escolas cívico-militares e cita motivos como a disciplina, respeito e, aqui entende-se, obediência, higiene, claro desconhecimento dos alunos de escolas públicas periféricas, civismo e práticas pedagógicas, mesmo que muitas escolas não sejam adaptadas a esse modelo, dada a falta de contingente de policiais para abranger todas as escolas públicas. O documento coloca como impedimentos para a melhoria da qualidade educacional brasileira e os índices das avaliações em larga escala nacionais e internacionais, por exemplo, a ideologização do ensino e a ineficiência na gestão dos recursos. Ainda aquele documento, no relatório da conjuntura, projeta para 2035:

Boa parte desses resultados pode ser creditada ao aperfeiçoamento do modelo de educação, pública e privada, como será mais adiante descrito. Os currículos foram “desideologizados” e hoje são constituídos por avançados conteúdos teóricos e práticos, inclusive no campo social, reforçando valores morais, éticos e cívicos e contribuindo para o progressivo surgimento de lideranças positivas e transformadoras. O crescimento dos movimentos sociais de combate à corrupção teve frutos benéficos, pois a sociedade os apoiou e muitos atraíram as citadas lideranças transformadoras, permitindo saltos de qualidade e de eficácia no combate à corrupção. Da mesma forma, houve o enfraquecimento das correntes políticas de ideologias radicais, reduzindo a cisão social e aumentando a coesão nacional (PROJETO DE NAÇÃO, 2022, p. 12).

As escolas cívico-militares ganharam espaço com a ascensão de Bolsonaro que ataca professores, que limita o debate democrático. Um projeto que busca o apagamento das diversidades sociais, o disciplinamento hierárquico de jovens periféricos, transformação de professores e alunos em robôs, soldados que são ensinados a obedecer e não a pensar

criticamente. De acordo com Alves (2022), buscam o controle dos corpos, identidades, de alunos e professores. É preciso reafirmar que escola é local dos profissionais da educação e que os militares não podem tudo. É preciso ensinar sobre o nazismo, sobre a ditadura militar! Por isso a necessidade do debate aberto e democrático a respeito deste tema tão latente na sociedade brasileira e, porque não dizer, também chapecoense.

A sociedade brasileira ainda é escravocrata e patriarcal e acredita que os filhos da classe trabalhadora devem ser ensinados a obedecer e trabalhar. Por isso talvez essa insistência em formação profissional no ensino médio nas escolas públicas e também presente no Projeto de Nação para 2035, em que cidadão são apenas os conservadores evolucionistas e liberais que prestam caridade aos carentes, os filhos da classe trabalhadora:

Mesmo considerando-se que, em pleno Século XXI, qualquer perfil político-ideológico apresenta-se com contornos de difícil definição, no caso atual é válido afirmar que os cidadãos brasileiros, em sua maior parte, identificam-se como Conservadores evolucionistas, no campo psicossocial, e Liberais, porém, conscientes da responsabilidade social de apoiar, com políticas públicas sustentáveis, as camadas carentes da sociedade (PROJETO DE NAÇÃO, 2022, p. 15).

Com o ex-presidente Bolsonaro não havia debate sobre o tema, mas há a expectativa de que o novo governo Lula possa, através de um debate democrático, sugerir a desmilitarização da escola pública. Porém, na opinião de Santos (2022), mesmo que o PECIM venha a ser extinto, ainda teremos a lógica militar presente nas escolas e na sociedade. O governo Lula acabou com a diretoria responsável pelas escolas Cívico-Militares, e revogou o PECIM, de forma gradativa. Segundo o MEC este programa não é prioridade³¹, mesmo assim estados como Paraná continuarão o programa, mesmo sem os recursos federais previstos pelo governo anterior. É necessário avaliar os prós e contras das escolas militarizadas, se realmente cumprem o que prometem, mas também considerar escolas públicas com bons índices educacionais sem a necessidade de militarização, com respeito à diversidade e gestão democrática.

3.2.4 Influências do neoconservadorismo na Base Nacional Comum Curricular

³¹ **Governo Lula encerra programa de escolas cívico-militares criado por Bolsonaro.** Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governo-lula-encerra-programa-de-escolas-civico-militares-criado-por-bolsonaro/#:~:text=O%20governo%20federal%20vai%20encerrar,presidente%20Jair%20Bolsonaro%20\(PL\).](https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/governo-lula-encerra-programa-de-escolas-civico-militares-criado-por-bolsonaro/#:~:text=O%20governo%20federal%20vai%20encerrar,presidente%20Jair%20Bolsonaro%20(PL).)

Nesta seção será possível observar a articulação dos movimentos neoconservadores com o objetivo de colocar suas pautas principais na elaboração de um documento nacional sobre o currículo educacional, a BNCC, mas também nos planos estaduais e municipais de educação, com propostas de alteração de conteúdos científico-escolares, mas principalmente na retirada de expressões como “sexualidade” e “gênero”.

No Brasil, as ideias defendidas pelos grupos neoconservadores avançam tanto no meio político quanto educacional por meio de vários projetos de leis propostos nas esferas municipais, estadual e federal, representando as diferentes demandas desses grupos e buscando exercer influência na elaboração do currículo escolar, como demonstram Lima e Hypolito (2019, p. 13):

Além de ações localizadas, tem havido um interesse mais amplo de atuação e definição na agenda educacional, com participação insistente e intensa dos neoconservadores na elaboração e nas definições do PNE e da BNCC. O campo do currículo é um campo em disputa. As disputas em torno da BNCC deixaram clara a importância e o interesse que os grupos conservadores e neoliberais manifestaram quanto às definições curriculares e da agenda educacional do país.

A elaboração da BNCC teve uma trajetória muito conturbada e afetada por diferentes polêmicas, já que foram produzidas três versões em diferentes contextos políticos. Para entender a influência desses movimentos conservadores no documento vamos analisar a trajetória de sua formulação que levou até a terceira e última versão.

A elaboração da primeira versão da BNCC iniciou em 2013, em um seminário não governamental, chamado de “Movimento pela Base Nacional Comum” (BINELO, 2021), um percurso com muitas disputas de interesses, tanto do setor empresarial quanto de instituições e fundações filantrópicas, pois foi considerada essencial para melhorar os índices de qualidade educacionais.

No período entre 2013 a 2017 ocuparam o cargo de ministro da educação nomes como Henrique Paim, Cid Gomes e Renato Janine Ribeiro. Em junho de 2014 o Ministério da Educação “[...] recebeu oficialmente a primeira versão do documento orientador para a discussão nacional sobre a BNCC, que definia as áreas fundamentais para a formação dxs alunxs” (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2019, p. 877), que seria debatido pela comunidade escolar, para a elaboração de um currículo comum, mesmo isso não sendo inovação na

conjuntura educacional do Brasil, já que a Lei de Diretrizes e Bases Nacionais - LDBN, Lei n. 9.394/96, previa, em seu art. 26, a elaboração de uma base nacional comum

A elaboração da primeira versão da BNCC, feita pelo MEC, contou com a discussão nacional com a sociedade civil. A partir de agosto de 2014, o referido ministério abriu uma consulta aos estados, Distrito Federal e aos municípios sobre as produções dos sistemas de ensino desde 2010, objetivando assim um subsídio sobre as discussões da BNCC. Neste mesmo período foram realizadas “[...] reuniões com especialistas de universidades e professorxs da educação básica das diferentes áreas do conhecimento, para auxiliar no debate sobre a BNCC” (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2019, p.878).

Ainda em 2014, ocorreu um seminário em Porto Alegre, com intuito de construir um currículo com relevância nos conhecimentos, saberes e experiências. Foram elaborados 12 macros direitos de aprendizagem e 10 habilidades e competências. Esta primeira versão foi elaborada por 116 especialistas de 35 universidades brasileiras, com contribuições da sociedade civil, organizações e entidades científicas, disponibilizada no “portal da base” e entregue ao CNE, em setembro de 2015, com 302 páginas. Posteriormente, foram realizados seminários para qualificar o documento (BINELO, 2021), que se constituiu na base curricular para as várias etapas da educação básica:

A BNCC foi apresentada como o documento norteador sobre o que deve ser ensinado em todas as etapas da educação básica, como devem ser elaborados os currículos escolares, atendendo às especificidades de cada região, com suas particularidades sociais. Nela os direitos passam a ser objetivos de aprendizagens que auxiliam na avaliação quantificável, com clareza e objetividade, pois definem as etapas de aprendizagens e foi constituída de doze competências (BINELO, 2021, p. 52).

Essa padronização curricular, através da BNCC, de acordo com Binelo (2021), vem ao encontro de uma formação básica para o trabalho atendendo as demandas das fundações e do setor empresarial e por isso os textos foram alvos de muitas críticas pela comunidade acadêmica. Em 2015 assumiu o Ministério da Educação Aloizio Mercadante (outubro/2015 a maio/2016), em que manteve a consulta pública sobre a BNCC. No início de maio de 2016, Mercadante entrega a segunda versão, no entanto, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em maio de 2016, a referida versão foi retirada do CNE. De acordo com Binelo (2021), a comissão de elaboração da BNCC deixa de ser coordenada pelo MEC e passa a ser responsabilidade do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (CONSED) e da União

Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), que realizaram seminários estaduais para discutir o documento composto por 652 páginas.

A partir do governo de Michel Temer, até então vice-presidente, quem assumiu a pasta do MEC foi José Mendonça Bezerra Filho, que retirou a segunda versão da BNCC, alegando que o documento ainda não estaria acabado e, portanto, precisaria de maiores discussões. O documento ganhou novos contornos neste novo contexto político brasileiro. A consulta aos especialistas e o debate são cessados (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2019).

Em 2016, o ministro José Mendonça Filho recebe representantes de movimentos criados por líderes empresariais no Fórum da Liberdade, em 2012 – o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Movimento Revoltados Online. É importante lembrar que o MBL surgiu a partir das manifestações de 2013, financiados pelo “think tanks, ou seja, laboratórios de ideias de grupos de direita, brasileiros e estrangeiros, como o Atlas Network, sediado nos EUA e capilarizado em mais de 90 países” (MORAES, 2021, p. 492). É impossível negar a parcialidade do governo que entrega os caminhos da educação brasileira aos interesses internacionais, rompendo assim a linha entre público e privado.

Segundo Castro (2021), as crises são criadas pelas grandes mídias, partidos, seus intelectuais think tanks, geradas por ações "antiliberais" que advogam que tais crises seriam resolvidas facilmente com medidas liberais como a diminuição do Estado, privatizações e a retirada de direitos trabalhistas e sociais, uma submissão total às leis do mercado. Mas agora com uma abordagem moralista que coloca o liberalismo como “do bem” e o comunismo ou socialismo como “do mal”, corrupto, pois seria o causador da crise.

De acordo com Sepúlveda e Sepúlveda (2019), em abril de 2017, o MEC apresentou a terceira versão do documento, com 396 páginas e nele ainda constavam os termos “gênero” e “orientação sexual”. Contudo, dois dias depois os termos foram retirados e outra versão foi entregue ao CNE. O Ministério sofreu várias críticas de grupos de LGBTQIA+, exatamente pela retirada dos termos, que garantiriam o debate na escola acerca de questões emergentes como essas. Neste sentido, pode-se talvez dizer que “jogaram a criança com a água do banho”, pois foi desconsiderado todo o percurso e o que já havia sido produzido com a participação da sociedade/comunidade escolar e universitária, para atender as demandas do grupo político e seus interesses:

Esta terceira versão não é considerada a continuidade do processo de elaboração do currículo iniciado em 2013, mas uma nova versão, formulada após o golpe parlamentar e a consequente mudança completa dos integrantes do Ministério da Educação para atender aos interesses do novo grupo que assumiu o poder político no país (BINELO, 2021, p. 53).

Na elaboração da BNCC as demandas conservadoras excluíram temas considerados polêmicos. Macedo (apud Lima e Hypólito, 2019, p.12) aponta os principais pontos que o Movimento Escola Sem Partido demandou na elaboração da Base:

1. separação entre espaço público e privado, transferindo a educação para o espaço privado da família, a quem caberia toda a formação moral e ética das crianças; 2. contra o viés ideológico de esquerda que sustentaria o documento apresentado à consulta pública; 3. contra a diversidade cultural nos currículos; e 4. contra a ideologia de gênero nos currículos.

Isso elucida a posição dos grupos neoconservadores, mostrando que não querem o debate democrático sobre demandas emergentes na sociedade, mas a perpetuação das desigualdades de gênero, racial e social. Essa questão de combate a suposta ideologia de gênero, segundo Lima e Hypólito (2019), foi tão acirrada que na terceira versão da BNCC, em abril de 2017, foram excluídas todas as menções a questões de gênero, como já citado.

Mesmo com a terceira versão, grupos de evangélicos e católicos continuaram as críticas e novas alterações foram feitas para atender os seus interesses. Foi no governo de Michel Temer que o discurso conservador ganhou espaço, sugerindo-se ainda uma versão alternativa, visto a quantidade de mudanças feitas pelas bancadas religiosas.

Dessa forma, o conservadorismo político de base religiosa trabalha com a tese de que as homossexualidades vão destruir a família, disseminando o medo pela sociedade. Há de se considerar que esse discurso é muito bem elaborado, pois, em alguns casos, sua construção está revestida de ideias progressistas. Vejamos o caso do termo gênero ou da expressão teorias de gênero, transformados em ideologia de gênero. As teorias de gênero são aquelas que entendem o gênero como uma manifestação do indivíduo na sociedade, ou seja, como o indivíduo manifesta sua performance de gênero (BUTLER, 2017) (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2019, p.880-881).

Através da manipulação de conceitos, os conservadores deturpam as discussões da comunidade escolar, mudam expressões a sua vontade para deturpar discussões ascendentes na sociedade contemporânea e buscam impor sua forma de pensar, seu padrão de família, casamento, escola, sociedade.

Vaggione (2022), também traz a origem do termo “ideologia de gênero” que, de acordo com ele, surge na década de noventa, como um diagnóstico de grupos ativistas pró-vida no reconhecimento dos direitos reprodutivos em alguns eventos e obras:

Conferencias de Población y Desarrollo de las Naciones Unidas —particularmente las de El Cairo (1994) y de Beijing (1995) - Suele considerarse el libro *The Gender Agenda* (O’Leary, 1997) pionero en la caracterización de la agenda de género (bajo el rótulo de feminismo radical) como ideológica porque no representaría el interés de la mayoría de las mujeres. Este trabajo (y el de quienes escriben hoy contra la ideología de género) afirma que la diferenciación entre el género como una construcción sociopolítica y el sexo en tanto diferencia biológica es la base ideológica y distorsiva del feminismo (p. 55).

Conforme Vaggione, Machado e Biroli (2020), o termo gênero foi utilizado por intelectuais feministas para abordar as relações entre os sexos, pois compreende que as diferenças que definem o feminino e o masculino são sociais. Os autores situam no tempo o uso do termo gênero como ideologia:

Citada com frequência em documentos religiosos e por autores conservadores de diversos países que mobilizam a noção de ‘ideologia de gênero’ Judith Butler publicaria, em 1990, um livro que seria de grande impacto nesse debate, *Gender Trouble: feminism and Subversion of Identity*. Nele, questionava frontalmente o binarismo e a noção de que há um fundamento sexual natural que possa ser transposto a construção cultural dos papéis sociais “[A categoria] sexo é, ela própria, uma categoria generificada” e não uma realidade prévia da qual a cultura se increve. Quando a segunda edição do livro foi publicada pela editora estadunidense Routledge em 1999, a noção do gênero já havia sido imobilizada em conferências das Organização das Nações Unidas, incorporada documentos internacionais mencionados em textos de intelectuais católicos e documentos da Igreja (VAGGIONE; MACHADO; BIROLI, 2020, p. 17).

A ideologia de gênero ganha força nas trocas e alianças entre o ativismo pró-vida e a ordenação católica. Em 1990 o Vaticano já utiliza a expressão “cultura da morte”, relacionando-a com o aborto, os métodos contraceptivos e a eutanásia e, posteriormente, passou a utilizar “ideologia de gênero”, com destaque o Cardeal Ratzinger, o papa, que na Alemanha, na década de oitenta, emitiu uma crítica feminista, pois a considerava uma ideologia contrária aos ensinamentos católicos (VAGGIONE, 2022).

A Igreja Católica teve papel fundamental na defesa da “concepção ética da natureza”, incluindo a reprodução e a identidade sexual. Esse discurso teológico preponderou nos documentos do Vaticano:

[...] a alegação da existência de uma “cultura da morte” baseada em uma “mentalidade contraceptiva” precedeu o recurso à noção de “ideologia de gênero”. A primeira elaboração já apontava para a necessidade de uma atuação política dos católicos reconhecendo sua abrangência para além da questão do aborto a encíclica *Evangelium vitae* publicado em 1995 sobre o papado de João Paulo Segundo, faz dessa questão uma chave para posição teológica assumida pela igreja, na qual a, "cultura da morte" é definida como uma ameaça a família ao sexo matrimonial e a reprodução (VAGGIONE; MACHADO; BIROLI, 2020, p. 21).

Depois de dez anos, em 2004, houve a publicação uma Carta aos Bispos da igreja católica sobre a colaboração do homem e da mulher na igreja e no mundo, no final do papado de Karol Wojtyla (papa João Paulo II), indicava para a noção de complementaridade, em que homens e mulheres, por serem diferentes, devem trabalhar juntos, negando assim os conflitos e as análises críticas a hierarquia (VAGGIONE; MACHADO; BIROLI, 2020). Esta carta foi assinada por Joseph Ratzinger (papa Bento XVI), líder da Congregação para a Doutrina da Fé, que ainda diferenciam o homem como apto a lidar com assuntos e negócios externos e públicos, por seu temperamento, enquanto a mulher, por ter uma compreensão delicada dos problemas da vida doméstica e familiar, com segurança para resolvê-los, e não negam que algumas mostram capacidades na vida pública. Uma abordagem que supera a sexualidade e busca definir uma moral familista unitária, negando o pluralismo ético dos movimentos feministas e LGBTQIA+.

Inclusive em seus documentos e declarações o Vaticano incorporou o termo ideologia de gênero tanto como diagnóstico quanto como ameaça. “[...] en el año 2003 se produce un intento de definición al incluirla en el Lexicón de términos ambiguos y discutidos sobre familia, vida y cuestiones éticas” (VAGGIONE, 2022, p. 55). De acordo com o escrito, a ampliação do termo gênero buscava criar novos direitos que seriam convertidos em crimes e, por sua vez, em direitos, tentando construir uma verdade política e a negação da lei natural. Em 1998 se localiza o primeiro registro do termo pela Igreja Católica, que consta no informe “Ideologia de gênero seus perigos e alcances”, através da:

Comissão da Mulher da Conferência Episcopal Peruana, baseada no livro *The Gender Agenda: Redefinition Equality*, publicado em 1997 pela jornalista O’Leary. Na IV Conferência Mundial sobre a Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas em Pequim em 1995, O’Leary havia tido atuação destacada como representante de organizações de direita católica estadunidense (VAGGIONE; MACHADO; BIROLI, 2020, p.18).

Dessa forma, Vaggione (2022), destaca que o termo ideologia de gênero surge como uma ação reativa aos avanços dos movimentos feministas e LGBTQIA+, também utilizado tanto como um ponto político para a resistência ou frear seu avanço.

Precisamente, se considera que esta ideología es parte de lobbies que “quieren imponer a naciones soberanas ‘nuevos derechos’ humanos, como los ‘derechos reproductivos’” (Pontificio Consejo para la Familia, 1998). Esta ideología no solo busca crear una “revolución cultural e ideológica” sino también, como afirma la Congregación para la Educación Católica (2019), una “revolución jurídica” ante la cual hay que defender los “derechos fundamentales de la persona, en particular a aquel de la libertad de pensamiento, conciencia y religión”. Si bien el término surgió en reacción a la descriminalización del aborto y, por tanto, en defensa de la vida desde la concepción, comenzaron a incorporarse otras demandas legales como parte de la expansión de esta ideología. En general, todos los denominados derechos sexuales y reproductivos son resistidos por reflejar esta ideología, en particular el reconocimiento a las parejas del mismo sexo, la implementación de programas de educación sexual y la legitimación de la identidad de género autopercibida (VAGGIONE, 2022, p. 56).

Mesmo o termo ideologia de gênero tendo surgido em defesa da vida no caso a descriminalização do aborto -, tudo que se relaciona aos direitos sexuais e reprodutivos é associado a este termo, especialmente a identidade de gênero, educação sexual e o reconhecimento de casais homossexuais, como se essa negação pudesse resolver tais discussões e conflitos sociais. É preciso que o debate democrático seja feito com respeito, empatia e igualdade de direitos e condições, para uma sociedade mais justa na sua heterogeneidade. Essa apropriação do termo por grupos neoconservadores acabou deturpando seu real significado, conforme explicam Sepúlveda e Sepúlveda (2019):

Essa expressão foi apropriada e modificada pelo pensamento conservador para designar uma pretensa prática escolar de ensinar que as crianças e xs jovens podem desenvolver qualquer identidade de gênero, independentemente de sua identidade sexual. Ou seja, o que xs conservadorxs dizem é que a escola está ensinando xs alunxs a serem lésbicas e gays (p.880-881).

Com ampla disseminação do discurso contrário à ideologia de gênero, nas redes sociais, grupos conservadores e neoconservadores inflamam a sociedade contra os professores, materiais didáticos, conteúdos, currículos, contra a escola. Tentam tornar professores inimigos da sociedade, distorcendo, mentindo e acusando, por meio de argumentos morais, religiosos e políticos, para inflar o ódio. Conforme Penna (2018) o discurso do Movimento Escola Sem Partido caracteriza-se como antipolítico e, apesar de ser

político, nega o debate. Também é reacionário ou antidemocrático, pois caracteriza seus adversários como parte de uma conspiração internacional de esquerda que está infiltrada em diferentes instituições.

Os fundamentalistas religiosos se uniram ao Movimento Escola Sem Partido na elaboração de planos estaduais e municipais de educação. Assim, era comum ver imagens de freiras católicas lado a lado com pastores de outras congregações religiosas tomando as tribunas em audiências públicas sobre o Plano Nacional de Educação (LIMA; HYPOLITO, 2019), contando com a ajuda de disseminadores aliados a Olavo de Carvalho, que Miguel (2016), defendia que a estratégia comunista é a “dissolução da moral sexual convencional”.

Desde 2014, os movimentos conservadores propõem projetos de lei em estados e municípios com diferentes denominações, mas com objetivos comuns. Sepúlveda e Sepúlveda (2019) ainda citam, de acordo com Moura, um documento: Orientações para uma leitura conservadora da BNCC, presente na página do Movimento Escola Sem Partido que alerta sobre o perigo da BNCC, que ameaçaria a hegemonia cristã do Brasil. Percebemos assim a desconsideração total com as demais manifestações religiosas ou a ausência delas, priorizando apenas a interessada pelos grupos conservadores, e isso se mostrou com mais intensidades em estados e municípios, colocando em riscos as minorias alvos principais das violências.

Ressaltamos que, se a BNCC foi defenestrada do jeito que foi, os ataques a propostas curriculares mais progressistas existentes nos estados e municípios foram bem mais fortes e efetivos. A educação brasileira, sobretudo em sua política curricular, está vivendo um momento crítico, correndo riscos enormes de retrocesso, afetando principalmente os grupos identitários que mais sofrem violência no país hoje (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2019, p.881).

Além das questões de gênero, a elaboração da BNCC também foi influenciada pelo debate sobre a inclusão ou não do Ensino Religioso na matriz curricular que foi pautado principalmente pelos grupos religiosos nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras de Vereadores por todo o Brasil, que se organizaram para manter a disciplina no documento. O conservadorismo é impulsionado pelo tradicionalismo e, nesse caso, a Igreja Católica reforça a argumentação dos grupos conservadores. A presença dessa cultura no tecido político, social e educacional também é uma realidade histórica (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2019).

O ensino religioso foi retirado na terceira versão da BNCC, mas após decisão do STF em abril de 2017:

[...] que o ensino religioso fosse confessional, ou seja, que os professores pudessem promover as crenças nas aulas. Assim, em novembro de 2017, Eduardo Deschamps, presidente do Conselho Nacional de Educação, e Rossieli Soares da Silva, secretário de Educação Básica do MEC, declararam que houve consenso de que a versão final da BNCC terá menção ao ensino religioso, mas que ainda não havia sido definido como isso aconteceria (LIMA; HYPOLITO, 2019, p. 12).

Sepúlveda e Sepúlveda (2019), também contribuem para o debate sobre a laicidade da escola, pois entendem que é um tema polêmico e que desperta “paixões”, dificultando o debate. Os autores apresentam como argumento desfavorável à inserção da disciplina de Ensino Religioso no currículo escolar, que é vista como um elemento na formação da sociedade, pois interviria na decisão ou não de ser adepto de uma religião, dando a escola uma responsabilidade que não é sua; e como fator favorável se a disciplina for ministrada de forma ecumênica e interdisciplinar, respeitando a laicidade.

Portanto, não significa negação da religião na escola como debate ou a discussão nos conteúdos escolares, como é o caso dos Jesuítas ou dos povos de matrizes africanas, o que pode ser feito sem o ensino de dogmas religiosos. Visto também o aumento da comunidade neopentecostal, é preciso conhecê-la para conhecer os alunos.

Tendo em vista o significativo aumento de evangélicos neopentecostais no país, evidentemente também cresce o número de alunos nas escolas brasileiras pertencentes a tal grupo religioso. Isso traz à tona a diversidade cultural e, nesse caso, a diversidade religiosa, a qual engloba maneiras diferentes de lidar com alunos no âmbito educacional. É possível que haja, numa única sala de aula, alunos que pensam, sentem e agem de formas diferentes não somente por suas histórias de vida, de modo geral, mas também pelas narrativas provenientes de suas crenças (ALVES, 2020, p. 85).

Alves (2020) ainda destaca como que estes fiéis possuem características e ações que só podem existir por causa do conservadorismo, o que fica evidenciado nas vestimentas e no modo de cortar e pentear os cabelos, por exemplo. “Esse conservadorismo traduzido na aparência é dotado de significado, e é a partir desse significado que poderemos compreender o fenômeno religioso e interpretar como ele se manifesta, desta vez, especificamente, na sala de aula (ALVES, 2020, p. 85).

A BNCC absorveu grande parte dos anseios de grupos religiosos, do Projeto Escola Sem Partido, mas também de grupos empresariais, articulando propostas conservadoras e neoliberais. Esses grupos empresariais, com o objetivo de impor as demandas e a estrutura

educacional, aproveitam-se desta crise para, através da prática e do discurso, implantar os interesses do mercado. Sepúlveda e Sepúlveda (2019) contextualizam assim o cenário com interesses privados em que o Ensino Religioso e a exclusão de termos com relação ao gênero na BNCC se apresentam.

Cecchetti (2021)³² lembra que a escola não é igreja, não é privada (mesmo as privadas possuem funções públicas) e não é neutra. Desta forma os professores, como agentes públicos e a escola, enquanto instituição republicana não está a serviço das vontades privadas, religiosas ou político partidárias. Seria praticamente impossível que os professores e a escola atendessem a vontade de cada família, de acordo com os seus valores religiosos, morais ou políticos, ou seja, não está a serviço de vontades privadas. Mesmo o professor, não pode ensinar de acordo com suas vontades privadas, pois está a serviço da função pública e da natureza pública da instituição escolar. Portanto, os professores possuem uma responsabilidade social com conhecimentos historicamente construídos ou em construção, na formação integral do sujeito.

Em tempos de avaliações em larga escala, esses grupos com influências conservadoras ou neoconservadoras baseadas em competências e habilidades acabam por padronizar o trabalho pedagógico, bem como o empobrecimento das práticas pedagógicas e do currículo, visando a empregabilidade, uma educação a serviço do mercado.

Desse modo, submetidos a resultados da avaliação em larga escala, os objetivos da educação ficam subordinados a critérios econômicos neoliberais conservadores. Nesse contexto, os professores têm o trabalho empobrecido, na medida em que se tornam meros executores de orientações externas, e os alunos, por sua vez, têm sua formação escolar prejudicada, já que o ensino se reduz à preparação para responder a testes padronizados (ALVES, 2020, p. 12).

O autor ainda destaca a importância que tais definições têm para aquilo que a escola e a sociedade serão estimuladas a produzir. Essa globalização do neoconservadorismo avança e padroniza a educação pelas avaliações em larga escala, reformas curriculares como a BNCC, por exemplo, avalizando organizações neoconservadoras e neoliberais e seus interesses.

Essas articulações entre o liberalismo econômico e o conservadorismo cultural são as representações sociais de cunho político-ideológico que legitimam variadas

³² **Seminário Escola é Lugar de Ciência - encontro 3**. No dia: 24 de set. 2021. Promovida pela Escola do Legislativo Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9MYTOGvRC4E&t=2314s>

formas discriminatórias e preconceituosas em nome da liberdade de expressão via manifestações da vida social (ALVES, 2020, p. 44).

Isso demonstra o quanto o discurso conservador avança na educação, pois segundo Sepúlveda e Sepúlveda (2019), além de ir contra a laicidade do Estado, agravam a situação, pois deveriam ser os estados e municípios são responsáveis pela organização do currículo da referida disciplina, que será definida nacionalmente. “Com isso, afronta-se ainda mais o problema da liberdade de crença nas escolas públicas e a própria manutenção da laicidade, que, como dissemos, é um importante pilar da democracia” (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2019, p. 882). Segundo os autores, a introdução do Ensino Religioso na BNCC:

[...] comprometeu a laicidade do Estado e da escola pública. Vale ressaltar que isso aconteceu num período de plena ascensão conservadora no Brasil, com reflexos reais no campo educacional. Tal debate ocorreu de forma concomitante com os referentes à questão dos gêneros, impulsionados ambos pelo movimento Escola sem Partido (SEPÚLVEDA; SEPÚLVEDA, 2019, p. 883).

De acordo com Moraes (2021), vivemos nos governos de esquerda, a valorização da educação em todos os níveis e dos profissionais da educação, independente da lógica de mercado. Nesse contexto, o bolsonarismo se apresenta como representante de uma parcela da sociedade neoconservadora, pois vê a pluralidade de ideias, a liberdade de ver e pensar o mundo e a sociedade, a defesa dos direitos humanos, a formação crítica como doutrinação ideológica, incumbindo às famílias tradicionais protegerem seus filhos, através de ideias morais, na maioria das vezes incrustadas de fundamentalismo religioso, seja através da proibição de conteúdos, projetos de leis como ESP, quanto a segregação dos filhos através do homeschooling ou voucherização. Apple (2022) relata que nos EUA o uso de voucher tem levado escolas à falência, não economicamente, mas porque não sabem educar crianças de áreas periféricas onde residem os filhos de operários.

O mercado não esconde o quanto deseja influenciar na educação, em especial na escola pública, visto alguns movimentos que surgem no meio empresarial, para interferir neste setor, com interesses de privatizar e comercializar um direito até então social.

Nesse contexto, o Movimento Brasil Competitivo (MBC), em parceria com o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Cesed), e agora o Movimento Brasil Conservador assumiram o compromisso em São Paulo de fortalecer o projeto “Todos Pela Educação” até 2022, que possui eixos próprios à ótica da burguesia brasileira. Em palestra na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP),

Jorge Gerdau (2018) afirmou: “esta é a educação que precisamos para o país que queremos, educação importante para o desenvolvimento social e fundamentalmente importante para o desenvolvimento econômico” (ALVES, 2020, p. 36).

Alves (2020), que estuda as finalidades educativas escolares, ressalta que projetos como “Todos pela Educação” respondem a interesses privados e capitalistas, com influências políticas, acadêmicas e midiáticas. Também destaca a importância deste debate, principalmente para prevenir sequelas na educação, como a obrigatoriedade do Ensino Religioso. Acredita-se que Alves (2020) se refere ao ensino confessional, pois este pode utilizar-se do espaço escolar privilegiado para realizar uma doutrina conservadora correspondente a seus interesses, inculcando suas “[...] ideias, valores, concepções de mundo e normas de comportamento nos indivíduos, e os grupos políticos autoritários” (ALVES, 2020, p. 95-96).

Diante disso, podem-se perceber as diferentes forças e relações de poder na educação brasileira. Esse território foi historicamente disputado por conservadores e liberais que buscavam pautar seus princípios e narrativas, sejam elas passadas ou presentes. Mesmo com a democratização do país, as transformações políticas internacionais e nacionais acabaram por unir tais grupos, que desqualificam as escolas e os professores, lhes conferindo o status de doutrinadores ideológicos (política ou de gênero), apresentando como soluções o *homeschooling* ou as escolas Cívico-Militares. O enfrentamento e a resistência são feitos por movimentos sindicais, estudantis, mas também no campo científico, que não deve eximir-se de tal debate.

O neoconservadorismo influenciou diferentes âmbitos sociais, na educação esses movimentos desqualificam a escola pública, deturpando seu currículo, seus conteúdos, professores, e até mesmo o convívio social com a diversidade para a aprovação de seus projetos. Nas narrativas utilizadas por movimentos neoconservadores acabam gerando um contexto de desconfiança, descredibilidade e até mesmo violência entre a sociedade e a escola pública brasileira, afetando diretamente seus profissionais, que apesar das dificuldades enfrentadas nos últimos anos, resistem como se observa no capítulo seguinte.

4. RESISTÊNCIAS E SILENCIAMENTOS... “QUEM NÃO MARCHAR DIREITO VAI PRESO NO QUARTEL”?

4.1 TRAJETÓRIA DE PRODUÇÃO DOS DADOS

Os projetos neoconservadores educacionais em debate na última década vem interferindo na prática educacional ou na participação social ou política dos professores, como se pode perceber nos dados produzidos neste estudo. Inicia-se a produção dos dados contactando o coordenador estadual do Sinte, que autorizou e forneceu o contato dos coordenadores regionais e municipais da entidade. Estes, por sua vez, explicaram aos filiados as informações sobre a pesquisa e compartilharam o *link* do questionário nos grupos de mensagens de suas regionais.

Levando em consideração Câmara (2013), quanto às três fases fundamentais na análise de conteúdo de Bardin, inicia-se pela **pré-análise** do questionário, das entrevistas, da conversa com o setor jurídico do Sinte, bem como, os documentos relacionados aos processos enviados com leituras flutuantes, posteriormente chegamos a fase de **exploração do material**, em que foi feita classificação dos mesmos, a categorização e finalmente o **tratamento dos resultados**, onde se interpretam os dados com base nos autores relevantes as temáticas.

Em relação à participação no questionário, o número de professores foi 77, visto que dependíamos dos coordenadores regionais e municipais do sindicato para o compartilhamento e nem todos professores filiados à entidade participam dos grupos de mensagens da entidade, a participação pode não ter atingido um número maior de participantes. Os participantes residem em Santa Catarina e as regiões com maior representação foram a região Oeste e o Vale do Itajaí e com menor participação, a da Grande Florianópolis, conforme consta no quadro 4.

Quadro 4 - Número de participantes da pesquisa por região e município

Região	Municípios	Total
Oeste	Chapecó: 18, Xanxerê: 4, Xaxim: 2, Joaçaba: 1, Concórdia: 5, Passos Maia: 1, Ponte Serrada: 1	32
Vale do Itajaí	Benedito Novo: 1, Blumenau: 10, Gaspar: 4, Ibirama: 1, Balneário Camboriú: 1, Ituporanga: 1, Itapema: 1, Rio Do Oeste: 1, Rio Do Sul: 1, Timbó: 1, Brusque: 1	24

Norte	Jaraguá do Sul: 4, Porto União: 4, Guaramirim: 1, Canoinhas: 2, Bela Vista Do Toldo: 1	12
Sul	Criciúma: 3, Forquilha: 1	4
Serra	Curitibanos: 2, Serra Catarinense: 1, Bom Retiro: 1	3
Grande Florianópolis	Florianópolis: 2	2
	TOTAL	77

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Para a realização da segunda etapa - a entrevista - foram selecionados, dentre os participantes que responderam ao questionário, os que afirmaram terem vivenciado situações de coação, constrangimento ou perseguição³³ em razão de sua prática docente ou por seus posicionamentos ou ainda pela leitura social dos corpos. Ressaltamos que a ideia de perseguição aos professores é muito antiga, de acordo com Piccoli, Radaelli e Tedesco (2020), que nos remetem a Sócrates que foi perseguido e condenado pelos bons homens da cidade por questionar a ordem natural no modo como o mundo se apresenta, conforme os autores, assim como o julgamento de Sócrates, o MESP, apresenta-se como uma manifestação radical anti-intelectual:

Reage, por meios lícitos e não lícitos, contra todos aqueles que questionam a sua “verdade”. A exemplo de Meletos modernos, afirmam-se preocupados com a perversão da mocidade, com a influência dos “mestres” sobre os “discípulos” ou, em termos pós-modernos, dos professores sobre os alunos, com o questionamento do poder familiar, com o que denominam de “doutrinação”. Ainda, como Meletos pós-modernos, perseguem professores que põem essa verdade em questão e, embora não possam condenar à morte seus perseguidos, esforçam-se em censurá-los, constrangê-los e em matar suas reputações (PICOLI; RADAELLI; TEDESCO, 2020, p. 50).

Dentre os 77 participantes, 41 (53,2%) aceitaram o convite, registrando seu contato e 36 responderam negativamente (46,8%). Os números possibilitam, mesmo que não com muita certeza, algumas inferências. Embora a maioria dos professores tenha participado, o que revela um grande número de professores identificados com o tema da pesquisa, não se pode dizer que aqueles que não aceitaram participar só disseram não porque não viveram situações de constrangimento, ou não se sentiram coagidos. Ou seja, o número de professores que, efetivamente, viveram essas situações pode, então, ser ainda maior.

³³ A opção pelos termos constrangimentos, coações e perseguições se deu para que os professores se identificassem em diferentes formas situações inoportunas que possam ter vivido no ambiente escolar.

Seja como for, foram selecionados 6 professores dos 41 que responderam afirmativamente, de diferentes áreas do conhecimento (sociologia, educação física, matemática, biologia e pedagogia), sendo três homens e três mulheres. Três deles têm até 10 anos de magistério e três com até 20 anos de profissão. Quanto ao local de residência, quatro são de Chapecó, um de Xanxerê e um de Curitiba, o que indica que a maioria dos professores concentrou-se na região Oeste do estado, pois foram considerados alguns fatores como: os relatos selecionados; o aceite na participação da entrevista; e a rede de contatos da pesquisadora, no caso dos professores das Ciências Exatas, não obtivemos respostas positivas tanto nas situações de constrangimento, coação e perseguição ou aceite na participação da entrevista.

O contato com os participantes foi feito por aplicativo de mensagens pelo qual as entrevistas foram agendadas, também foi considerada a rede de contatos da pesquisadora pela dificuldade de contato e aceitação na participação na entrevista. Duas foram realizadas de forma presencial e quatro pelo *Google meet*, sendo que todas foram gravadas e posteriormente transcritas.

Os professores que atuam na área das ciências humanas e sociais e os das linguagens foram os que mais aderiram a realização da entrevista, enquanto os das ciências exatas e da natureza, mesmo relatando terem vivenciado situações de coação ou constrangimento, não aceitaram participar ou desistiram antes da realização da tarefa.

Dentre os entrevistados, 5 participam de movimentos sociais, políticos ou sindicais e 1 não é filiado a esses movimentos, o que não impediu que também fosse submetido a situações de constrangimento ou coação, em função de sua prática educativa.

Quanto à terceira etapa - análise documental - o advogado do SINTE nos disponibilizou os processos para leitura, nos fornecendo informações com relação a quatro dos quinze casos que se encontram em tramitação e acesso a documentação para análise, ressalvando a necessidade de sigilo quanto a identificação dos envolvidos, razão pela qual os participantes foram identificados de acordo com a formação: professora substituta; de língua portuguesa; de ensino religioso e de geografia, esses casos não se referem aos entrevistados nesta pesquisa. A análise foi realizada nos documentos fornecidos, como autos, sentenças, relatórios, processos e anexos.

4.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Os dados produzidos por meio dos questionários e entrevistas foram agrupados nas categorias que constam no quadro a seguir:

Quadro 5 - Categorias de análises de dados

Categoria:	Caracterização dos participantes da pesquisa
Objetivo:	Identificar o perfil dos participantes que relataram situações de constrangimento, coação ou perseguição.
Questões do questionário:	Município de atuação, gênero, religião, orientação sexual, cor/raça. Militância em movimento social ou político. Exercício docente: etapa de atuação, anos de trabalho, disciplina e formação profissional.
Questões da entrevista	Disciplina ministrada, tempo de exercício profissional e participação em movimento sindical, social ou político.
Categoria:	Temas sensíveis abordados em sala de aula
Objetivo:	Elencar os temas ou conteúdos que motivaram as situações de constrangimentos relatadas
Questões do questionário:	Evitar a abordagem de algum conteúdo/tema em sala de aula por receio de intervenção da Secretaria da Educação, direção da escola, famílias ou alunos(as). Situação/opinião em relação às afirmativas: a) sinto receio de ser constrangido/perseguido quando seleciono conteúdos e/ou atividades para as aulas; b) Em decorrência do receio de constrangimento tenho alterado a metodologia que utilizava para ministrar as aulas. Alterações realizadas na metodologia de ensino por receio de constrangimento, coação ou perseguição. Temas sensíveis/polêmicos: quando aumentou o receio de abordá-los, temas mais difíceis/sensíveis de abordar e por quê e instância que exerce maior influência na decisão de abordá-los ou não.
Questões da entrevista	Relato sobre as situações de coação, censura ou perseguição a que foi submetido por abordar tema ou conteúdo sensível.
Categoria:	Constrangimentos, coação e perseguições relatados pelos participantes
Objetivo:	Reconhecer as formas de coações, constrangimentos e perseguições enfrentados pelos participantes.
Questões do questionário:	Relato de constrangimento enfrentado no ambiente escolar em decorrência de opiniões ou atitudes. Situação/opinião em relação às afirmativas: a) você se sentiu constrangido?; b) pode relatar o fato ocorrido?; c) conhece alguém que passou por uma situação de coação ou censura por trabalhar algum tema ou conteúdo?; d) Quais as repercussões e consequências para o(a) profissional?
Questões da entrevista	Relato sobre medo/receio de abordar tema ou conteúdo com seus alunos e as razões.
Categoria:	Apoio recebido
Objetivo:	Identificar os agentes de apoio aos professores que enfrentaram situações de constrangimento, coação ou perseguição.

Questões do questionário:	Recebeu apoio da instância escolar, de quem e de que modo. Recorreu ao SINTE e como foi a atuação do órgão.
Questões do entrevista	Apoio recebido: Direção, famílias, alunos(as), colegas, sindicato.
Categoria:	Resistência e silenciamentos: sentimentos e reações docentes
Objetivo:	Perceber como os participantes enfrentaram as situações relatadas.
Questões do questionário	Sentimentos experimentados em decorrência do episódio. Medidas adotadas pela gestão (direção da escola ou Secretaria de Educação) em relação ao episódio. Possibilidade de abandono da profissão em função do episódio.
Questões da entrevista	Procedimentos adotados: registro em atas, advertência, demissão/exoneração, processos administrativos. Possibilidade de abandono da profissão em função do episódio. Mudanças no trabalho: seleção de temas, recursos didáticos ou metodologia de ensino. Formas de enfrentamento/reação em relação às situações após o episódio.

Fonte: elaborado pela autora (2022)

A partir das categorias do quadro anterior, identifica-se: a existência de um perfil predominante dos participantes que vivenciaram situações de constrangimento, coação ou perseguição; a existência de temas mais sensíveis a serem trabalhados em sala de aula; semelhança das formas de constrangimento, coação ou perseguição a que foram submetidos; a existência de rede de apoio aos professores que vivenciam essas situações; os sentimentos despertados: silenciando, ou de resistência que fortalecem a prática docente e a relação com o magistério.

4.2.1 Caracterização dos participantes da pesquisa

Nesta categoria identifica-se o perfil dos participantes que enfrentaram situações de coação, constrangimento ou perseguições, seja pela sua prática docente ou por posições, opiniões ou ações. Essas características foram identificadas no questionário referente a gênero, religião, orientação sexual, cor, participação em movimentos sociais e políticos, tempo de exercício profissional, nível de formação e disciplinas que ministram.

No que se refere ao gênero/sexo, no questionário a maioria dos participantes 57,1% se auto declara do sexo feminino e 42,9% masculino, demonstrando a predominância feminina no número de participantes da pesquisa. De acordo com a Sinopse Estatística da Educação

Básica (2022), o estado de Santa Catarina conta com 92.598 professores, destes 28.510 estão vinculados à rede estadual de ensino. Do total 76.056 são do sexo feminino e 16.542 masculino. Os dados da pesquisa corroboram com a característica histórica da predominância de mulheres no magistério brasileiro. Em relação à idade, em ambos os casos a maioria tem entre 30 a 49 anos (INEP, 2022), ou seja, são professores jovens que, em boa parte, vivenciaram os resultados das transformações da educação nacional em termos de políticas curriculares, desde a promulgação da LDBEN de 1996.

Quanto à religião, a questão era fechada, mas com a possibilidade de outras respostas e a maioria dos respondentes 64,9%, autodeclararam-se cristã. Contudo, foi possível identificar também grande diversidade religiosa, como agnósticos³⁴ 13%, matrizes africanas 7,8%, espíritas 3,9%, islâmicos 1,3% , budistas 1,3%, wiccans 1,3%, além de outros que não identificaram nenhuma manifestação religiosa: ateus 4,2% , ou não tem/preferem não responder 2,6%.

Os participantes também responderam sobre sua orientação sexual e a maioria 84,4%, declarou-se heterossexual; 10,4% declararam-se homossexual; 3,9% bissexual e 1,3% declarou-se feminina, este último dado foi incluída por um dos respondentes na opção “outros”.

Não foi possível estabelecer comparações entre esses dados, porque não foram localizadas estatísticas sobre a orientação sexual de professores em documentos de nenhum ente federativo (municípios, estados ou federal).

No que se refere a cor/raça, os participantes assim se auto declararam: brancos/as (73,2%), pardos/as (19,7%), negros/as (4,2%), pretos/as (1,4%) e uma pessoa preferiu não responder (1,4%). O IBGE³⁵ (2013), classifica como negros pessoas autodeclaradas pretas e pardas. É possível observar que a maioria dos participantes se declara branca, mas mais de 25% dos respondentes se autodeclararam negros.

Também foi perguntado aos participantes se estão envolvidos com movimentos sociais ou políticos, 68,8% responderam afirmativamente e 31,2% não tem participação, demonstrando que a maioria acredita nas lutas coletivas e de categoria. No que diz respeito ao

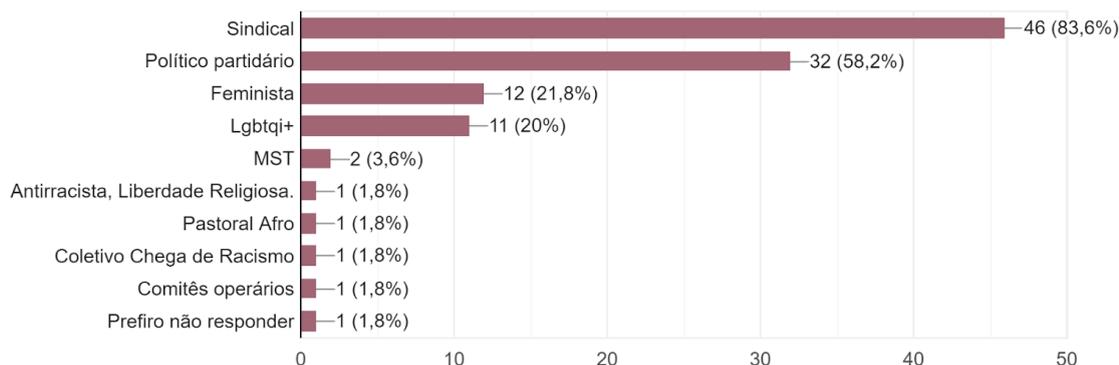
³⁴ Ateu é quem não acredita em Deus e nega sua existência. Já o agnóstico diz que é impossível afirmar com certeza se Deus existe ou não. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/qual-a-diferenca-entre-um-ateu-e-um-agnostico/>

³⁵ Estudos e análises: informação demográfica e socioeconômica. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63405.pdf>

tipo de movimento, foi identificada grande variedade, mas, destacam-se os sindicais, políticos partidários, feministas e LGBTQIA+, conforme consta no gráfico 1:

Gráfico 1 - Movimentos sociais dos participantes

6. Se você respondeu sim para a questão anterior, de qual movimento social você é militante?
55 respostas

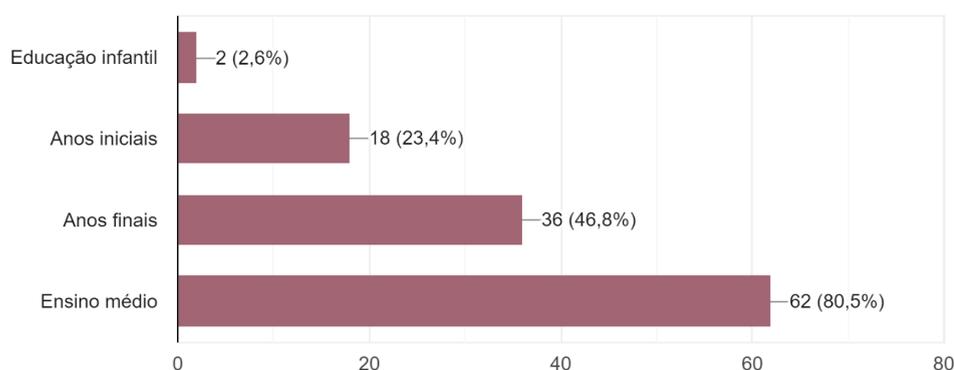


Fonte: elaborado pela autora (2022)

No que se refere à etapa da educação básica em que atuam, a maioria ministra aulas no Ensino Médio, porém há profissionais que atuam em mais de uma etapa da educação, pois há disciplinas que compõem o currículo tanto do Ensino Fundamental quanto Ensino Médio, mas há representação de todas as etapas, como demonstra o gráfico 2:

Gráfico 2 - Etapa da Educação básica de atuação dos participantes

7. Em qual etapa da educação básica você atua?
77 respostas



Fonte: elaborado pela autora (2022)

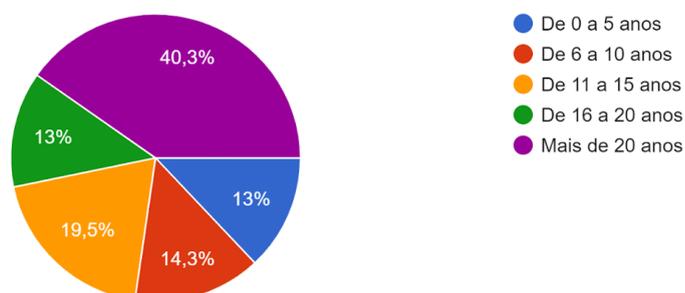
De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Básica de 2022, dos 92.598 professores de Santa Catarina, 35.045 atuam na educação infantil, 49.490 no ensino fundamental, 21.105 no ensino médio, 5.578 na educação profissional, 3.519 na educação de jovens e adultos e 63.116 na educação especial (INEP, 2022). Mesmo os professores de ensino médio serem menos da metade dos professores do ensino fundamental, a sua proporção de constrangimento é bem maior. Visto que a maioria dos participantes da pesquisa atuam no Ensino Médio é possível perceber que também são eles que possivelmente sofrem maior constrangimento por trabalharem com adolescentes, que possivelmente são os que causam os constrangimentos ou por relatarem a seus pais ou responsáveis.

Dentre os participantes, no que se refere ao tempo de exercício profissional, a maioria (40,3%) atua há mais de 20 anos, mas há representantes em diferentes estágios: iniciantes com até 5 anos de profissão (13%), entre 6 a 10 anos de carreira (14,3%), de 11 a 15 anos (19,5%) e de 16 a 20 anos (13%), como é possível observar no gráfico 3:

Gráfico 3 - Tempo de exercício do magistério

8. Há quantos anos você trabalha na educação básica?

77 respostas



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Em todas as faixas etárias os participantes vivenciaram constrangimentos, mas se destacam os professores que atuam há mais de 20 anos, talvez por não temerem a denúncia, enquanto os jovens ainda sentem certo temor. O dado foi comprovado também nas entrevistas em que os entrevistados possuem mais de 10 anos de profissão.

No tocante ao nível de formação, os participantes, em sua maioria, possuem especialização *lato sensu* (58,4%), há uma quantidade significativa de mestres (29,9%), enquanto portadores do título de doutor ainda são minoria (3,9%). Há também participantes

(7,8%) com curso de graduação.

Dos 77 participantes, a maioria, quase 30%, é habilitada em Pedagogia, seguido de História 16,9%. Nesta questão era possível assinalar mais de uma resposta, já que existem professores com mais de uma habilitação, por isso, observa-se que os números superam 77 respostas. Dessa forma, percebe-se representantes das diferentes áreas do conhecimento, conforme demonstra o quadro 6:

Quadro 6 - Habilitação dos participantes

Áreas do conhecimento	Disciplinas	Total
Ciências Humanas	Pedagogia (23), História (13), Geografia (9), Sociologia (10), Filosofia (9), Ciências Sociais (2), Educação Especial (1)	67
Linguagens	Letras (9), Artes (3), Música (2), Educação Física (4)	18
Ciências da Natureza	Biologia (8)	8
Ciência Exatas	Matemática (9), Física (4), Química (4), Informática (1)	18

Fonte: produzido pela autora (2022)

Sobre as disciplinas ministradas, os professores podiam assinalar mais de uma resposta e se observa que o total de respostas é superior a 77, já que como são habilitados em diferentes áreas também ministram várias disciplinas. A maior incidência foi ligada à área de humanas 48,8%, os dados constam no quadro 7:

Quadro 7 - Disciplinas ministradas ou etapas de atuação na EB

Áreas do conhecimento	Disciplinas	Total %
Ciências humanas	Educação infantil (1), Anos Iniciais (10), Sociologia (13), Filosofia (10), Geografia (14), História (14), Educação especial ou segunda professora (2)	48,8
Linguagens	Artes (5), Educação física (6), Língua portuguesa (9), Inglês (5), Espanhol (1), Libras (1)	20,6
Ciências da natureza	Ciências (6), Biologia (8)	10,6
Ciências exatas	Matemática (7), Física (4), Química ou bioquímica (3), Informática (1)	11,4
Outros	Ensino religioso (4), Projeto de vida (4), Técnico em mecânica (1), graduação (1), Magistério (1)	8,3

Fonte: elaborado pela autora (2022)

O quadro 7 indica que os professores que mais sofrem constrangimentos, coações ou

perseguições são os da área de humanas, o que foi ratificado nas entrevistas e na análise dos processos judiciais é possível aventar que isso decorre do fato de que são eles que mais abordam os temas sensíveis, como política e gênero, que causam polêmicas ao serem abordados em sala de aula.

Retomando o objetivo desta categoria, que era identificar o perfil dos participantes que enfrentaram situações de constrangimento, coação ou perseguição, conclui-se que o maior grupo de participantes é mulher, brancos/as, heterossexuais, cristã/os, participantes de movimentos sociais ou políticos, habilitados/as e ministram aulas na área de humanas, no ensino médio, com mais de 20 anos de exercício profissional. É preciso destacar que este perfil diverge em alguns pontos do perfil indicado pelo sindicato no caso das judicializações que geralmente são mulheres, negros ou homossexuais com mais de 20 anos de magistério e filiados a movimentos sociais.

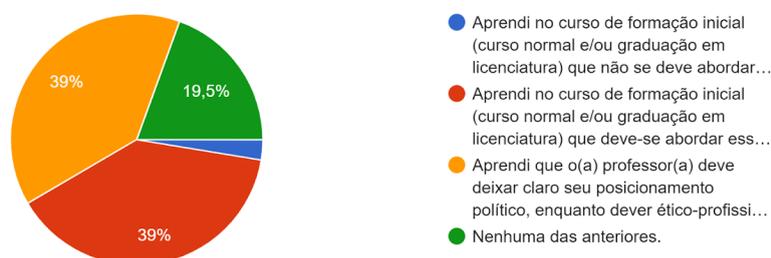
4.2.2 Temas sensíveis abordados em sala de aula

O objetivo dos dados que foram agrupados nesta categoria é elencar os temas ou conteúdos que motivaram situações de constrangimento aos participantes da pesquisa. Este dado explicita a importância da formação de professores na abordagem desses temas, pois 78% dos participantes no questionário, por meio de uma pergunta fechada, quando indagados a sua relação com os temas sensíveis, responderam: que aprenderam no curso de formação inicial que se deve abordar esses temas com cuidado (39%); ou que o professor deve deixar claro seu posicionamento político, enquanto dever ético-profissional, abrindo espaço para os alunos emitirem opiniões (39%). No entanto, mencionaram que o curso de formação inicial não abordou esses temas (2,6%) ou nenhuma das opções anteriores (19,5%), ou seja, aproximadamente 20% dos participantes afirmam não terem aprendido como trabalhar com esses temas em sala de aula, como consta no gráfico 4:

Gráfico 4 - Aprendizagem do professor sobre temas sensíveis

30. Com relação a temas sensíveis/polêmicos:

77 respostas



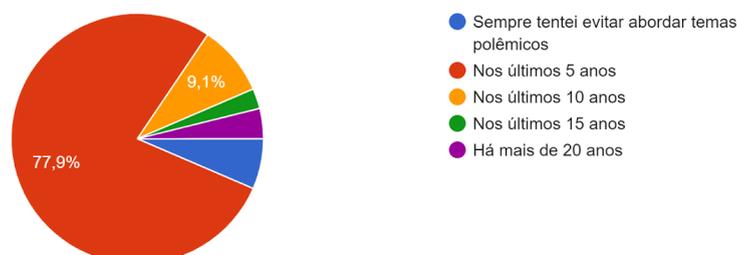
Fonte: elaborado pela autora (2022)

Perguntado aos participantes, se estes se sentiram mais receosos ao trabalhar com temas sensíveis em sala de aula e, em caso positivo, quando isso se deu. O maior grupo (77,8%), apontou aumento nos últimos 5 anos, dentre os quais; 9,1% responderam nos últimos 10 anos; 6,5% sempre evitaram trabalhar temas polêmicos; 3,9% afirmaram há mais de 20 anos e 2,6%, nos últimos 15 anos. Os dados podem ser visualizados no gráfico 5:

Gráfico 5 - Aumento do receio em trabalhar temas sensíveis

31. Desde quando você percebeu o aumento de receio ao trabalhar esses conteúdos ou temas?

77 respostas



Fonte: elaborado pela autora (2022)

O setor jurídico do SINTE informou que as ações indenizatórias na defesa de professores que sofreram constrangimentos, coação ou perseguições, contra políticos, pais de alunos e redes sociais, aumentaram significativamente a partir de 2015. Colombo (2018), ao se referir ao Movimento da Escola sem Partido, afirma que não há consenso no marco temporal da ampliação do ESP. Contudo, a partir de algumas considerações de outros trabalhos de investigação sobre esse tema, a exemplo de Motta e Gawryszewski (2017), pode-se dizer que o ESP avançou em 2008 com denúncias de “doutrinação ideológica” e de

“ideologia de gênero”. Os autores destacam a matéria na revista *Veja* de 2008, sob o título **Você sabe o que estão ensinando a ele?** como “[...] marco deste processo, pois foi a primeira vez que um veículo de comunicação da grande mídia publicou abertamente uma matéria em defesa da argumentação de que existiria um processo de doutrinação marxista nas escolas públicas em curso no Brasil” (COLOMBO, 2018, p. 136). Uma pesquisa encomendada pelo Instituto CNT/Sensus³⁶, é a única referência do MESP para justificar a doutrinação ideológica nas escolas. A pesquisa ouviu 3 mil pessoas, em 24 estados brasileiros, sendo pais, alunos e professores de escolas públicas e privadas. Os resultados indicam que 61% dos pais dizem saber e acham normal os discursos políticos dos professores e 78% dos professores teriam admitido doutrinar os alunos, pois acreditam que a sua função é formar cidadãos e prepará-los para o futuro. Outro ponto que corrobora para este marco foi a mobilização da bancada cristã na Câmara de Deputados contra o Kit Educação Sem Homofobia, assinado por Dilma Rousseff em 2011³⁷.

Outro estudo que faz essa análise temporal, segundo Colombo (2018), e Bárbara, Cunha e Bicalho (2017), que acreditam que três acontecimentos contribuíram para que a onda conservadora chegasse à educação: “[...] a greve dos professores do Paraná e as ocupações estudantis das escolas em 2015. Em seguida, o impeachment teria sido o que faltava para o avanço do ESP a partir de 2016”. Para Frigotto (2017), o estopim teria sido a crise orgânica do capitalismo e o imperialismo norte-americano, além da crise política no Brasil, a partir das manifestações de junho de 2013 e que o ESP teve sua expansão durante o golpe. Segundo o autor, “Alguns de seus sinais já estão tendo efeitos práticos na sociedade e na escola, sob o signo do medo e da violência” (FRIGOTTO, 2017, p. 33). Colombo (2018), ainda menciona estudos de Espinosa e Queiroz (2017), que consideram o avanço conservador e do ESP desde as manifestações de junho de 2013 até o impeachment.

Com apoio na literatura, observa-se a existência, nos últimos anos, de temas mais sensíveis de serem abordados em sala de aula, o que se confirma ao perguntar aos professores se consideram a existência de temas mais sensíveis de serem trabalhados em sala de aula atualmente, em uma questão fechada com quatro opções: a maioria (90,9%) responde afirmativamente, ou seja, observou esse fenômeno nas escolas onde trabalham; 5,2% não

³⁶ **Similar: Pais aprovam as escolas ruins.** Publicada em: 16 ago. 2008. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/pais-aprovam-as-escolas-ruins/>

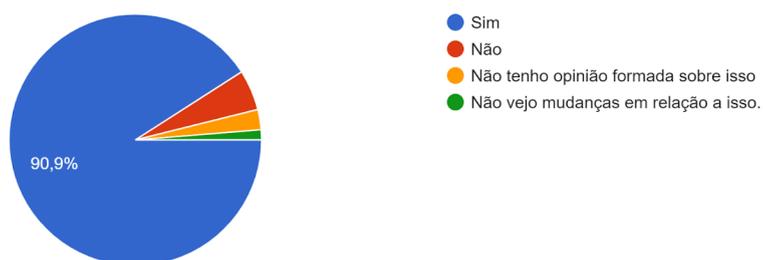
³⁷ **Pressão de bancadas faz governo cancelar kit sobre homossexualidade.** Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/215309-pressao-de-bancadas-faz-governo-%20cancelar-kit-sobre-homossexualidade>.

consideram a existência de temas sensíveis; 2,6 não possuem opinião formada sobre isso e 1,3% não perceberam mudanças, como expresso no gráfico 6:

Gráfico 6 - Temas sensíveis a serem trabalhados em sala de aula

32. Você considera que há temas mais difíceis/sensíveis de ensinar/abordar em sala de aula no atual momento histórico?

77 respostas



Fonte: produzido pela autora (2022)

Ao indagar os professores, no questionário, sobre temas considerados sensíveis ou polêmicos, observam-se respostas semelhantes aos trabalhos analisados, destacando-se os temas de acordo com o número de ocorrências nas respostas. É válido ressaltar que nesta questão se obteve 65 respostas e que os respondentes podiam citar livremente quantos temas quisessem. Os dados constam no quadro 8:

Quadro 8 - Temas sensíveis citados pelos participantes

Temas sensíveis	Número de ocorrências
Política	44
Gênero	24
Sexualidade	19
Religião ou religiosidade	11

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Os dados do quadro 8 indicam que os movimentos neoconservadores, alinhados com o Escola sem Partido, *Homeschooling* ou as Escolas cívico-militares, obtiveram êxito no cerceamento da liberdade de ensinar e aprender temas tão importantes para a sociedade brasileira, como a discussão sobre gênero e sexualidade, por exemplo. Segundo Human

Rights Watch³⁸ a abordagem desses temas:

De acordo com as normas internacionais, o direito das crianças à educação integral em sexualidade (EIS) – material de aprendizagem apropriado para a idade que pode ajudar a promover práticas seguras e informadas que previnam a violência baseada em gênero, desigualdade de gênero, infecções sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada – é um elemento essencial do direito à educação. A informação sobre gênero e sexualidade é um componente crucial da EIS. O alto nível de violência de gênero no Brasil, incluindo violência contra mulheres, meninas e pessoas LGBT, é um indicador da urgente necessidade de tal educação nas escolas. Estudos e especialistas em educação vinculam a EIS a resultados positivos, como atraso no início das relações sexuais e aumento do uso de preservativos e contracepção, maior conhecimento sobre proteção contra violência sexual e baseada em gênero, bem como atitudes positivas em relação à equidade e diversidade de gênero (HUMAN RIGHTS WATCH, s.p., 2022).

Revistando o estado do conhecimento deste estudo, percebeu-se que 19 trabalhos, dos 35, discutem sobre as questões de conteúdos ou temas que são polemizados por projetos como ESP, *Homeschooling*, ou PECIM, os autores destacam principalmente os argumentos utilizados por esses grupos como: a separação entre ensinar e educar, que a escola deve preocupar-se com o ensino e a educação é responsabilidade da família; a contrariedade, principalmente a conteúdos de gênero ou ideologia de gênero, ou conteúdos morais; a censura e o controle de conteúdos; a neutralidade e apenas transmissão dos conteúdos, os professores devem deter-se estritamente a parte técnica dos conteúdos.

Além desses temas, outros foram citados com menor ocorrência, mas que precisam ser mencionados, pois as respostas partem das vivências dos participantes ou de seus colegas. Vasconcelos, Araújo e Leal (2020, p.256), apontam que, se aprovado, o ESP, instalaria a “lei da mordaza”, tornando a docência uma atividade torturante. Pois estariam sempre “[...] sujeitos a julgamentos sobre o que seria ou não ideológico, provavelmente muitos professores deixariam de ministrar conhecimentos relevantes, o que poderia restringir os diálogos e, conseqüentemente, as construções epistêmicas coletivas”, como se observa no

³⁸ **“Tenho medo, esse era o objetivo deles” Esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil.** “Este relatório é baseado em uma análise feita pela Human Rights Watch de 217 projetos de lei apresentados e leis aprovadas, e em 56 entrevistas com professores e especialistas em educação, incluindo representantes de secretarias estaduais de educação, sindicatos e organizações da sociedade civil”; “Entrevistas com 32 professores e professoras de oito estados brasileiros revelaram hesitação ou medo por parte de alguns em abordar gênero e sexualidade em sala de aula devido aos esforços legislativos e políticos para desacreditar esse conteúdo e, às vezes, em razão do assédio por parte de representantes eleitos e membros da comunidade”; “[...] verificou que pelo menos 21 leis que proíbem direta ou indiretamente a educação sobre gênero e sexualidade continuam em vigor no Brasil (uma estadual e vinte municipais). Projetos de lei relacionados também estão pendentes nos legislativos federal, estadual e municipal, com pelo menos alguns legisladores ainda propondo tais projetos – apesar de algumas decisões judiciais cruciais”.

Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2022/05/12/381942>

quadro 9:

Quadro 9 - Outros temas sensíveis

Sociais e políticos	Ciências	Gênero e sexualidade
diversidade, desigualdade social, esporte, capitalismo, população armada, sistemas de cotas, família, legalização de maconha, direitos, democracia, ditadura cívico-militar, direitos humanos, eleições, indisciplina, formas de governo, fome, miséria, luta de classes, racismo, políticas públicas e sociais, violência, bolsonarismo, falta de informação, movimentos sociais, preconceito racial.	negacionismo vacinas aborto evolução origem da vida	educação sexual igualdade transexualidades orientação sexual

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Alguns professores explicitaram de forma mais detalhada no questionário como esses temas ou conteúdos sensíveis/polêmicos afetam sua prática educativa, incluindo as questões políticas e de gênero, sexualidade ou relacionadas ao corpo humano e reprodução, conforme detalhado no quadro 10:

Quadro 10 - Detalhamento de temas sensíveis

Questionário	33. Em caso afirmativo na questão anterior, quais temas você considera sensíveis/polêmicos? Por quê?
Política	Perseguição e ofensas aos militantes de esquerda Todos que conflitam com o perfil conservador. A política polarizou e armou todo mundo , tanto com armas quanto com ideologias infundadas, pautadas em fake news e muito ódio . Tanto que nossa profissão é taxada como doutrinação ou vagabundagem , todos os temas contrários ao fascismo e a onda conservadora são lidos como polêmicos.
Gênero e sexualidade	Questões de gênero. São temas que geram expectativas, por vezes, distorcidas da realidade, muito influenciados pelos familiares e redes sociais; ficando muito difícil você aprofundar o conteúdo. São diversos temas que hoje são difíceis, até mesmo falar de "gênero" alimentício. Professores de Ciências por exemplo, trabalhar sistema reprodutor é o mais delicado Os que abordam corpo humano, puberdade, sexualidade, métodos contraceptivos, etc. Por conta de discursos de pais, na mídia, falar sobre isso é incentivar o uso, o ato ou a mudança de comportamento, etc.
Ciências e meio ambiente	O desmatamento na Amazônia, por exemplo, aumentou muito nesse governo nefasto que logo se encerra. Mas é quase impossível argumentar com tanta ignorância em sala de aula. Precisamos de ajuda, pedimos SOCORRO!
Disciplinares e emocionais	Emocionais , todos esses temas são polêmicos devido ao fato de não terem respeito pela maneira como o outro pensa, vive. O grande problema é a forma de encarar as coisas. A resposta e solução para todos estes problemas é A FALTA DE RESPEITO.

Fonte: elaborado pela autora (2022)

É possível perceber que também no relatório da Human Rights Watch (2022), dos 32 entrevistados, 20 relataram ter sofrido assédio por abordarem em sala de aula o tema gênero e sexualidade, no período de 2016 a 2020, inclusive por políticos eleitos e pessoas das comunidades nas redes sociais ou pessoalmente.

Os dados da pesquisa da Human Rights Watch e deste estudo corroboram com a afirmação de Penna (2016, p. 297): “A principal acusação é de que os professores doutrinarium ideologicamente os seus alunos, impondo os seus valores éticos, políticos e sexuais. Sem dúvida, dois elementos estão em foco: a questão de gênero e a questão político-partidária”. Para os neoconservadores, nas discussões sobre certos temas em sala de aula, os professores estariam impondo seus princípios morais, sexuais e políticos aos alunos e disseminariam essa ideia como verdade, colocando a sociedade em confronto com os professores e a escola, desconsiderando, assim, a importância do debate.

Nas entrevistas, os professores reafirmaram alguns temas mais sensíveis ou polêmicos e que causam receio de serem trabalhados em sala de aula, como política e gênero, mas também o negacionismo da ciência, desmatamento, evolução do ser humano e história da África e a cultura afro-brasileira. Os professores explicitam que não tinham receio de tratar desses temas em outras épocas, mas passaram a ter esse sentimento em relação ao seu trabalho, conforme descrito no quadro 11:

Quadro 11 - Receio do trabalho com temas sensíveis

Entrevista	Você já sentiu medo ou receio de trabalhar algum tema ou conteúdo com seus alunos? Por que?
Não sentiu receio	<p>Entrevista 1: Assim pela faixa etária com que trabalho, não porque como a minha área de atuação em maioria sempre foi educação infantil, então nunca teve nada assim de muito polêmico (...) Então nunca tive nenhum tipo de problema de trabalhar nada (...) Porque a gente sabe que o governo municipal, ele é declaradamente extrema direita e a gente sabe os pensamentos conservadores que a extrema direita tem em relação ao corpo em relação a sexualidade, em relação a gêneros, em relação ao que era educar. (...) Minha postagem no Instagram estava obviamente ironizando uma fala da deputada (estadual catarinense) onde ela divulga amplamente a ideia de os professores de esquerda são doutrinadores em sala de aula. E não educadores. Infelizmente, essa minha colocação foi tirada de contexto para se encaixar no viés político do prefeito municipal. Com o óbvio objetivo de ajudar na angariação de votos para seu candidato à presidência.</p>

Sentiu receio	<p>Entrevista 2: Sim, em parte sim. Por medo de não ser compreendida, principalmente pelas famílias né, tem famílias que não entendem porque que a gente precisa trabalhar né política, educação sexual.</p> <p>Entrevista 3: Eu acho que dá para dizer receio mesmo, porque assim abordar questões de sexualidade, de gênero a gente fica assim receosa, ainda mais nos últimos tempos né com a gente vê colega sofrendo ameaças e até mesmo a gente ouve né, sente ameaças, assim tanto se abordar conteúdos políticos ou ligados à sexualidade né.</p> <p>Entrevista 4: Sim, pela pressão principalmente dos pais e também da gestão né que eu acho que tá sempre alinhado assim. (...) Por exemplo a história e cultura afro-brasileira, vamos supor, ah tá na legislação que cabe todas as disciplinas trabalhar, não só a área das ciências humanas né, trabalhando de uma forma interdisciplinar e é possível organizar projetos e tal, hum e trabalhar essas temáticas. Só que eu não sei, talvez seja uma impressão minha, sempre tem uma, sempre tem, sempre vem aquela sensação de que vai dar incomodação, sabe? De que pode, que eu possa tá dando motivo pra alguém vim reclamar assim. Automaticamente gera um desconforto né. Ai acho que evita, evita de trabalhar.</p> <p>Entrevista 5: Olha eu nunca tinha sentido medo. Eu sempre fui muito corajoso, mas assim de 2020, 2019 pra cá, eu tenho tido um pouco de receio assim. Eu continuo trabalhando, mas com mais, como eu posso dizer, com mais receio, com mais cuidado, com medo de represália.</p> <p>Entrevista 6: Agora recentemente senti algum desconforto em trabalhar certos conteúdos, principalmente nos últimos anos, nos últimos quatro, cinco anos assim. Alguns conteúdos que antes não eram assim vistos desta forma parece que se tornaram meio espinhosos, sabe? Quais que tu elencaria? Por exemplo, vou elencar dois. a questão da preservação ambiental, que entra na nossa disciplina né, a gente comenta e quando a gente fala sobre é, o desmatamento, tem, a gente sempre tem, agora nesses últimos anos tem pessoas que não acreditam no desmatamento, não acreditam nos dados, questionam dados científicos, com achismo. E o outro assunto é sobre evolução, o processo evolutivo biológico né. (...)</p>
---------------	---

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Quanto a E1, quando refere-se a colocação, diz respeito a sua publicação nas suas redes sociais privadas, em que o prefeito da cidade aproveitou-se usando como palanque político partidário, agradando de certa forma seu eleitorado com discursos inflamados contra a professora³⁹.

Para Mattos et al (2017), muitos professores deixam de abordar temas como injustiça social do passado e do presente, mas ressaltam a importância de abordá-los indo de acordo sobre o que se entende por educação na atualidade e citam como exemplos o Holocausto e o ensino de história e das culturas afro-brasileira e indígenas no Brasil:

³⁹ Professora é afastada em Chapecó após insinuar “doutrinação de crianças” em escola municipal. Disponível em: <https://clicrdc.com.br/educacao/polemica-professora-e-demitida-em-chapeco-apos-insinuar-doutrinao-de-criancas-em-escola-municipal/>

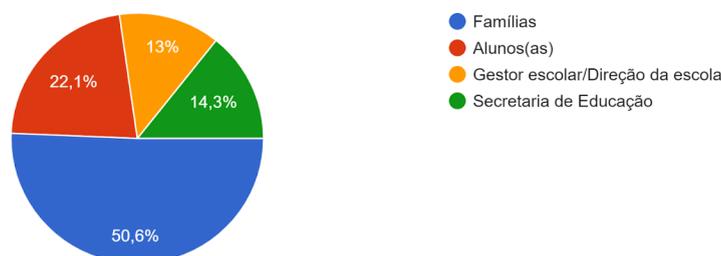
Justamente por isso vários países do mundo tornaram obrigatório o ensino de temas que criam forte ressonância com estudantes em determinados ambientes educacionais, como é o caso do ensino do Holocausto, obrigatório em diversos países do mundo (The Historical Association, 2007, p.3). No Brasil, o ensino das histórias e culturas afro-brasileiras e indígenas tornou-se obrigatório, respectivamente pelas leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 (MATTOS et al, 2017, p. 95).

No que se refere a quem exerce maior influência em relação à decisão de ensinar ou abordar os temas sensíveis ou polêmicos, se destaca a família, com cerca de 50% das respostas, seguido dos alunos, com 22%. Portanto, observa-se como o núcleo familiar é influenciado pelos movimentos neoconservadores e promove a censura na abordagem de conteúdos escolares, como vemos no gráfico 7:

Gráfico 7 - Influência nos temas sensíveis

34. Marque que instância, na sua opinião, exerce maior influência na sua decisão de ensinar/abordar ou não temas sensíveis/polêmicos?

77 respostas



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Isso também pode ser atribuído às diferentes forma de atuação do ESP, tanto em seu site⁴⁰ quanto no Facebook, incentivando as famílias a delatar professores “doutrinadores”, mas também com modelos de anteprojetos de lei, conforme abordado nos capítulos precedentes.

O responsável pelo setor jurídico do SINTE confirmou que os processos encaminhados ao sindicato, em sua maioria, referem-se a temas políticos, especialmente por professores que atuam na área de ciências humanas, como história e sociologia, que trabalham com temas como democracia e ditadura, são acusados de fazer “política partidária”. As denúncias sobre intolerância religiosa geralmente são feitas por familiares

⁴⁰ <http://escolasempartido.org/>

evangélicos contra professores de matrizes africanas, o que revela também que existe um perfil do professor denunciado.

Observa-se que alguns temas são mais sensíveis ou polêmicos de serem tratados em sala de aula. O maior destaque é para política, gênero e sexualidade, citados pelos professores tanto no questionário quanto nas entrevistas. Mesmo os professores evitando abordar alguns conteúdos, seguem com seu trabalho abordando esses temas, mesmo com receio. Explicitam que esse sentimento aumentou nos últimos 5 anos e são ocasionados por influência das famílias e alunos. Também é necessário ressaltar que podem existir outros motivos além dos temas sensíveis que podem causar constrangimentos, coações e perseguições, no entanto esse foi um recorte dado a esse estudo.

4.2.3 Constrangimentos, coações e perseguições aos docentes

Nesta categoria o objetivo foi reconhecer as formas de coações, constrangimentos e perseguições enfrentados pelos professores e identificar os agentes envolvidos. Assim, 76,6% afirmaram que já se sentiram constrangidos em decorrência de suas atitudes, demonstrando que não são fatos isolados, mas que ocorrem com frequência no ambiente escolar. 19,5% não se sentiram constrangidos, coagidos ou perseguidos e 3,9% preferiram não responder. Em relação aos agentes envolvidos, os dados constam no quadro 12:

Quadro 12 - Formas de constrangimento

Formas de constrangimentos	Respostas	Percentual
Reclamação dos pais ou responsáveis	19	30
Reclamação de estudantes	10	16,12
Ouvidorias	10	16,12
Gestão escolar	7	11,2
Colegas de trabalho	4	6,5
Internet	4	6,5
Filmagem não autorizada	4	6,5
Todas as alternativas	2	3,2
Não tive	1	1,6

Comportamento de alunos em sala de aula	1	1,6
---	---	-----

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Observa-se, a partir dos dados coletados, a predominância das denúncias feitas por pais ou responsáveis e alunos, mas também há casos em que as denúncias partem do ambiente de trabalho, seja dos gestores e dos colegas de trabalho. Nesses casos, destacam-se as ouvidorias, residindo aí a possibilidade do anonimato, expondo apenas o denunciado. A internet e as filmagens não autorizadas também se fazem presentes disseminando o ódio aos professores de maneira indiscriminada.

Houve também uma escala, no questionário em que os professores deveriam responder se já se sentiram constrangidos, cujos dados foram os seguintes; somando as opções “concordo totalmente” e “concordo parcialmente”, indicam que aproximadamente 70% dos participantes se sentiram constrangidos. Já os que discordam totalmente ou parcialmente somam 26% e 6.5% não concordam nem discordam, conforme gráfico 8 abaixo:

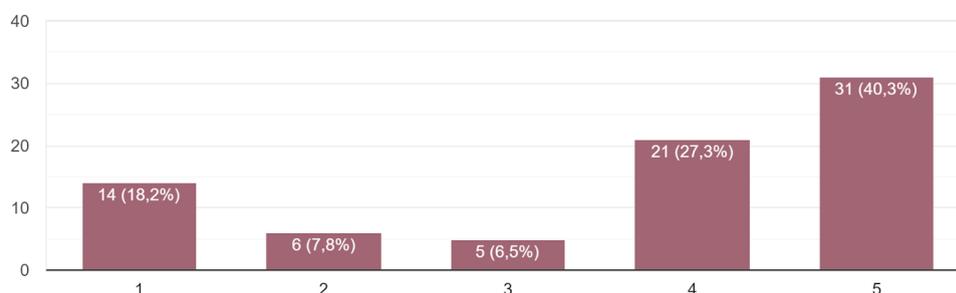
:

Gráfico 8 - Escala de constrangimento

14. Numa escala de 1 a 5, você se sentiu constrangido? Na questão abaixo, assinale a alternativa que melhor representa a sua situação ou a sua opinião sobre o tema de cada afirmação, considerando a seguinte escala:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Não concordo, nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo plenamente

77 respostas



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Foi indagado no questionário como se deram esses constrangimento e os professores

tiveram a oportunidade de relatar este fato, revelando as diferentes formas e motivos. No que se refere aos motivos, reafirmam as questões políticas, partidárias, eleitorais e da história política do Brasil, especialmente do período da ditadura militar, mas também das questões de gênero, sexualidade, religião e racismo, como se pode observar no quadro 13:

Quadro 13 - Relatos de constrangimentos: questionário

Questionário	15. Se respondeu sim na questão 12, poderia relatar o fato ocorrido?
Reclamação de pais e alunos	<p>Um familiar veio à escola reclamar por eu ter falado "mal" da ditadura militar. Reclamação de pais por causa da sua filha, por eu ter mostrado um documentário, que fala sobre desigualdade nas escolas, com objetivo de os alunos repensarem na suas atitudes de reclamar de tudo, além de refletir sobre a região sul onde vivem, sendo um lugar privilegiado. Mas nesse debate surgiu questões políticas, no entanto uma aluna evangélica, que é defensora do atual presidente da República, e diante das situações postas pelo outro colegas da turma ficou sem argumento para defender seus ideais, saiu da sala chorando e foi para casa contando para o pai que o professor de química veio para escola promover um debate político e ela foi linchada pelos colegas. Portanto, o pai ligou para a escola xingando, ameaçando processar a escola e uma série de coisas nada a ver.</p> <p>Ao trabalhar sobre os poderes e autoridades municipais, trabalhei os conceitos de política, democracia e direitos e deveres e passei uma lista com os nomes do prefeito, vice e dos vereadores que compunham a Câmara Municipal. Salientei a importância de sabermos os nomes de nossos representantes para poder cobrar e fiscalizar suas atividades enquanto nossos representantes. Pra que? Uns pais vieram na escola, fazer escândalo e reclamar que eu estava fazendo política na escola, que eu não poderia fazer isso. Pode????</p> <p>Sou brincalhona e gosto de estar próxima (perto) do educando e uma das muitas vezes que pais reclamaram, sei claramente que é racismo, pois sou negra.</p> <p>Um aluno me ofendeu. Disse que era racismo quando pedi que fosse sentar na sua carteira.</p> <p>Pais procuraram a direção fazendo queixas sobre minhas aulas; alunos procuraram o setor pedagógico da escola e se manifestaram contra minhas ideias.</p> <p>Pais acusando de doutrinação</p> <p>Reclamação de pais em explicações sobre orientação sexual feita pelos próprios alunos e ameaça de processo se a professora abordasse assuntos sobre a eleição presidencial.</p> <p>Sim. Discutindo "Família e relações familiares" em uma turma de 6º ano, falamos de respeito à diversidade. No outro dia aparecem na escola "pai, mãe e pastor" de um estudante para dizer que o filho deles somente deveria aprender de constituição familiar igual a dele (fazendo relação às famílias homoafetivas).</p> <p>Outra situação - "Baile de casais" fiquei sabendo por estudantes de forma muito constrangedora que haveria a festa. Motivo: a direção da escola estava com medo que eu fosse à festa com meu esposo.</p> <p>Outra situação - Um estudante baixou a calça em sala de aula e pediu se eu tinha gostado (sabendo de minha orientação sexual). A direção escolar nada fez.</p> <p>Negação, por parcela do alunado, em admitir a ciência e seus conhecimentos como produção ao longo da história baseados em dados e comprovações como verdadeiros.</p> <p>Em duas situações, uma em que fiz um projeto sobre gênero com os alunos do ensino médio numa escola pública, e um pai queria retirar um cartaz que tinha a bandeira do movimento LGBTQIA+ desenhado, alegando que era algo "impróprio", e movimentou a direção a escola para que eu fosse punida por aquilo. E na segunda, um grupo de alunos de uma escola privada criou uma fake news para forjar que eu</p>

	<p>estava fazendo propaganda partidária na escola a fim de me prejudicar. Nos dois casos recebi apoio integral da escola e da direção.</p> <p>Agressões verbais de pais</p> <p>Reclamavam de notas, mas não participavam efetivamente das aulas, tinham outros interesses e quando avaliados queriam igualdade com os que fizeram sozinhos e corretamente.</p> <p>Fofoca de aluno para os pais. Após averiguação da direção, o aluno entendeu errado e passou adiante. Depois de uma conversa, a aluna disse que não tinha ouvido direito.</p> <p>Outra ocasião o aluno inventou uma situação que só foi criada por ele para prejudicar o professor. Chamados os pais, a mãe relatou que ele só queria chamar a atenção pq o pai tinha ido embora e a mãe já estava com outro companheiro.</p> <p>São vários os fatos, porém fizeram um vídeo imitando um fato ocorrido em sala, sem a menor consideração com os envolvidos.</p> <p>Uma aluna mentiu em relação a uma frase falada em sala de aula, alterando totalmente meu discurso. Por sorte a turma tomou partido me defendendo.</p> <p>Formação de grupos entre alunos, não tem empatia pelos colegas, arrogantes, desrespeito com professores.</p>
<p>Ouvidorias e denúncias</p>	<p>Foram 16 ouvidorias por apologia ao ateísmo e por falar sobre a ditadura. Uma orquestrada pela escola sem partido, 16 ouvidorias praticamente no mesmo horário. Após uma atividade numa escola no dia do estudante. Jogaram imagens relacionando minha militância com o palestrante e a utilização do espaço da escola para doutrinar os alunos.</p> <p>Num projeto intitulado Festival de Cinema, trabalhei o tema Diversidades, incluindo de gênero. A câmara municipal aprovou uma moção de repúdio ao projeto (2017). Posso te relatar com mais detalhes caso te interesse.</p> <p>Já tiveram diversos momentos. Um deles e mais recente foi em relação a um trabalho cujo tema era desigualdade social, devido a uma das imagens do trabalho ser sobre a precarização de espaços da escola, recebi uma reclamação por meio da direção que pais teriam questionado o objetivo do trabalho. Teve uma proposta de intervenção sobre teatro no ambiente escolar que o diretor não achou conveniente realizar devido a outro evento que estava programado para a mesma semana. Fui impedida de fazer intervenções artísticas nas paredes da escola com os estudantes porque, segundo o diretor, a escola foi pintada recentemente e existe uma proibição de pintura ou intervenção por 5 anos da data da pintura atual. Em outro momento recebi ouvidoria por estar estudando no mestrado. Outra ouvidoria mais recente foi em relação a resolução de conflitos que acabei intervindo e uma ex-estudante da escola amparada (e com o conhecimento) da direção atual fez a ouvidoria reclamando do posicionamento que tomei sobre o cancelamento de um estudante.</p>
<p>Exposição na internet e filmagens não autorizadas</p>	<p>Fazia panfletagem de campanha na frente da escola, fora de meu horário de trabalho, e mesmo assim fui denunciado e exposto ao ridículo em uma página de Instagram de minha cidade.</p> <p>Pelo fato de ter mencionado que há diferentes concepções acerca da origem da vida e suas transformações (evolução). Fui considerado um herege por isso.</p> <p>Produzimos um documentário com os alunos na Trilha do NEM. O doc era sobre a má gestão da pandemia. Um vereador da cidade fez vídeos incitando a comunidade escolar contra a escola, turma e professores.</p> <p>Aluno me xingando pela internet e usando palavras de baixo calão.</p> <p>Os estudantes me filmaram enquanto eu escrevia no quadro. Faziam muitas suposições por conta do meu porte físico e por conta de eu estar sempre bem arrumado e me preocupar com a minha aparência.</p> <p>Pais autorizando gravar professor</p> <p>Ataques na internet por apoiar meus candidatos</p>
	<p>Fui chamado atenção por concordar em fazer paralisação.</p>

<p>Colegas e direção</p>	<p>Colegas, ofender pela sua opinião Mesmo os próprios colegas têm dificuldade em aceitar opiniões contrárias às deles e não agem com o devido respeito. Alguns professores e gestores têm que se esconder politicamente em detrimento de uma maioria perversa que se utiliza da coação para propagar discursos de ódio e segmentar o ambiente escolar. Propondo pautas como família, moral e bons costumes e tudo que desafie ou contraponha isso é posto como crime. Geralmente as direções estão muito preocupadas que o professor partidarize a aula. Quando cobramos respeito e disciplina dos estudantes, muitos se rebelam. Muitos gestores ignoram esses comportamentos dos alunos. Querem fazer a política da boa vizinhança. Constrangimento pelas atitudes autoritárias dos gestores da escola e por desvio das funções para a qual fui contratado. Fui chamado de mentiroso pelo diretor numa conversa privada de Whatsapp, ficou claro a perseguição. A direção da escola rejeita opiniões contrárias a sua forma de atuação. Contando com muitos anos de trabalho, me sinto constrangida no sentido de não ser valorizada, não poder participar e opinar em questões onde nas gestões passadas sempre pude participar. Há uma forma de assédio até, onde não sou consultada nem mesmo comunicada de decisões ou atividades que acontecem na escola. Inclusive já recorri até a tratamento com medicação e peguei licença por estar emocionalmente abalada A direção não aceitava as notas e faltas que eu preenchi no meu diário, pelo aluno ter se mudado de país. Era contra a venda de cachorro quente na escola e a direção não gostava.</p>
<p>Outras</p>	<p>Religião Falei em aula contextualizada que ser pobre é pecado Denúncias caluniosas Perseguição política Por trabalhar conteúdos sobre Ditadura cívico-militar, importância das vacinas em demografia, surgimento do planeta terra. Questão política eleitoral Falei do partido PT O fato de nas aulas de sociologia ou filosofia, trabalhar os conteúdos de política e ser considerado comunista, ou petista. A sociologia não é uma ciência neutra, partindo disto, qualquer colocação para exemplificar as teorias sociológicas são tido como posicionamento político partidário, uma vez que nunca escondo minhas posições políticas partidárias e sindicais. Fui criticado pelas opções partidárias adotadas Acredito que deve haver parceria e comprometimento entre ambas as partes. Portanto harmonia entre pais, professores e filhos é fundamental. Falta de reconhecimento pelos governantes, pais e alunos. Pouca valorização dos nossos serviços. Como sou um professor que exige disciplina sempre sou desmotivado por pais ausentes e direção conivente com as atitudes marginais...</p>

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Quanto às ouvidorias citadas no quadro 13, são reclamações feitas em um canal do governo de SC, anônimas, o que impossibilita a identificação dos autores. O professor respondente do questionário sugere que o ESP, pode ter orquestrado 16 denúncias/ouvidorias contra ele, relacionando sua atividade pedagógica a sua atuação política partidária. Após a

realização das ouvidorias, o denunciado tem 24 horas para responder ou se defender. A denúncia é repassada pelo gestor escolar, que responde de acordo com a conversa com o professor. Quanto ao caso das 16 ouvidorias mencionadas no quadro 13, não se tem maiores informações do ocorrido, pois a resposta coletada no questionário não permite maiores inferências sobre o contexto da situação.

As denúncias e ameaças continuam ainda que o projeto de lei do ESP tenha sido considerado inconstitucional. Algebaile (2017) chama a atenção para o efeito do PL do ESP, pois mesmo sem vigência jurídica é considerado instrumento estratégico jurídico-político para controlar a escola e produz os efeitos esperados pelo seus entusiastas:

[...] que não são necessariamente a efetiva responsabilização criminal e a aplicação jurídica de punição, mas a autocensura, o constrangimento e a coibição de comportamentos e práticas que possam, mesmo remotamente, ser identificados como “doutrinação” ou “desrespeito às convicções morais da família” (ALGEBAILLE, 2017, p. 70).

Além de pais e alunos, os colegas de profissão e gestores escolares também são agentes de constrangimento e, ao invés de apoiar os colegas denunciados, muitas vezes contribuem para desmoralizar e até coagir professores com pautas moralistas e autoritárias. Nas respostas dos participantes consta que esses são motivados por divergências político-partidárias, religiosas e sociais que se manifestam na escola, gerando conflitos, expondo colegas, criando, assim, um clima de tensão no ambiente escolar. Pode-se contextualizar essas situações em um plano mais amplo, no qual o neoliberalismo escolar e o gerencialismo também contribuem para estimular a competição entre os professores.

Penna (2015), chama atenção para as ameaças que, mesmo sendo verbais, como as citadas no quadro anterior, podem incluir ameaças de morte, mais perceptíveis na internet, onde resta um sentimento de impunidade, principalmente no caso de perfis falsos ou anônimos, com comentários, que disseminam o ódio aos professores:

O ódio aos professores é caracterizado por ameaças diretas aos professores de violência física e até de morte. Estas ameaças são realizadas de maneira absolutamente explícita e chocante. Eis um exemplo de um comentário em uma publicação que debatia a questão da docência: “Professor tem que ensinar português e matemática, se passar das matérias relevantes deve ser espancado ou processado”. Outro exemplo, este na forma de uma imagem: um homem com uma expressão ameaçadora aponta uma arma de cano duplo na direção do observador, com a seguinte legenda: “Ensine ideologia de gênero para minha filha

que você não vai para a cadeia, eu vou para a cadeia”. A ameaça de morte está clara. Ao entrar em contato com essa campanha de ódio voltada contra os professores, a pergunta mais pertinente, ao meu ver, é o que está gerando este ódio (PENNA, 2016, p. 295).

Essas campanhas de ódio refletem imediatamente na escola, seja na prática docente ou na convivência com colegas que passaram por essa situação. Os professores também informaram sobre situações de coação vivenciadas por colegas em relação a sua prática pedagógica. O percentual é muito semelhante ao dado anterior, em que 72,6% responderam afirmativamente, portanto, os atos de coação são do conhecimento de muitos professores, enquanto a negativa é de apenas 16,1% e 11,3% que preferiram não responder.

No questionário também houve relato desses fatos, onde se repetem os temas, mas também há as formas de coações, como reclamações de pais e alunos, conversas na gerência de educação, exposição nas redes sociais, denúncias a parlamentares, filmagens ou gravações de aulas sem autorização dos docentes, ouvidorias, registro em atas e afastamento temporário até a conclusão do processo de sindicância. Das 38 respostas do questionário, 3 professores preferiram não responder, 1 afirmou ter citado anteriormente e 1 relatou que tem um colega que pesquisa esse tema no doutorado. As respostas constam no quadro 14:

Quadro 14 - Constrangimentos, coação ou perseguições a colegas de trabalho

Questionário	22. Se respondeu “Sim” na questão anterior, pode relatar o fato, ou seja, quais foram as repercussões e consequências para o(a) profissional? - 38 respostas
Política e afins	<p>Que estaria trabalhando política. Professor de história estava discutindo sobre modelos políticos e econômicos durante a segunda guerra mundial e um estudante gravou sem autorização e isso chegou a ser questionado na câmara de vereadores. A professora de sociologia também teve que cancelar uma atividade, pois uma mãe questionou a prática de um júri simulado. Questão política e afastamento da turma. Um colega da Sociologia que trabalhou temáticas que envolviam comunidades indígenas, quilombolas, Movimento Sem Terra e Preservação Ambiental x Capitalismo. Várias professoras foram constrangidas, inclusive responderam às denúncias dos deputados (estaduais catarinenses). Tiveram seus nomes divulgados e suas práticas pedagógicas questionadas. Por abordar o tema dos direitos humanos e uma mãe de estudante não concordar com o que a professora trabalhou com os estudantes em sala de aula. Alunos que acham que opinião é ciência. Professores/direção que cada pouco passam na sala pra saber o que está sendo trabalhado. Principalmente professores de história. São acusados de esquerdistas simplesmente por ensinar a história cientificamente comprovada. Ao trabalhar a divisão dos 3 poderes, uma colega precisou se justificar para a direção porque um pai de aluno não gostou. Foi exigido pela direção que a professora não fizesse trabalhos daquele tipo na turma da</p>

	<p>filha daquela pessoa que reclamou, e passasse a trabalhar mais com "questionários". A professora de geografia estava trabalhando dentro do seu projeto de cidadania, sobre as eleições, os alunos conheceram as leis, o que podia ou não na campanha eleitoral e no dia das eleições, em grupos precisaram montar uma campanha eleitoral de vereador e prefeito, fazer plano de governo, metas, tudo como se fosse uma campanha eleitoral verdadeira, até mesmo o programa eleitoral para a tv. Duas turmas estavam fazendo esse projeto com essa professora, uma ela continuou o projeto, com a outra turma fez uma outra atividades com bastante exercícios. Os pais da turma que não pode fazer o projeto foram na escola reclamar, que antes as aulas eram bem legais, e no momento os filhos estavam perdendo o interesse pelas disciplinas, e meio que exigiram que voltasse a ser as aulas como eram. A família que era Testemunha de Jeová, não fez reclamação sobre a professora por ela trabalhar as eleições, pois ela entrou em contato com a família antes de iniciar o projeto, combinou que a apresentação da filha seria sobre porque dos testemunhas de Jeová votarem em branco, ela teve que ler e estudar para apresentar para todos.</p> <p>Em relação à política.</p> <p>Um colega da escola, professor de Sociologia, teve sua aula gravada por um aluno bolsominion. A gravação foi enviada à deputada catarinense, que a viralizou nas redes causando muito tumulto.</p> <p>A Professora falou sobre o caso Mariele Franco e sofreu perseguição.</p> <p>Declamou o Hino Nacional.</p>
<p>Gênero e sexualidade</p>	<p>Educação Sexual</p> <p>Sobre questões de gênero. Os pais não queriam que a escola discutisse o tema. Professores que foram avaliados por Vereadores por achar que estavam trabalhando ideologia de gênero.</p> <p>A direção da escola critica a atuação de alguns professores em relação a temas como posição política, ideologia de gênero... não fala com os professores, mas posta recados no grupo da escola criticando e diz que "pais ligaram reclamando".</p> <p>Um colega que trabalha "ciências da natureza" foi chamado na CRE por estar trabalhando sobre diversidade de gênero em projetos de seu componente curricular. Teve várias ouvidorias e precisou de auxílio sindical para não ser exonerado do cargo. Comentar sobre diferentes formas de família e o professor ser advertido pela direção da escola</p> <p>Segundo relatos de uma colega: ao trabalhar os temas sensíveis da educação, como por exemplo relações de gênero, houve intervenção de alguns pais e também da gestão da escola, solicitando que esse assunto não fosse trabalhado em sala de aula.</p>
<p>Coações, constrangimento e perseguições</p>	<p>Ouvidoria, conversa com diretor</p> <p>Registro em ata, registro escrito, afastamento e ouvidoria.</p> <p>Perseguição</p> <p>Explícito nas redes sociais do prefeito.</p> <p>Formas de assédio moral, constrangimento e perseguição.</p> <p>O professor sempre é exposto e nunca recebe apoio explícito nem defesa enfática.</p> <p>Um colega professor que é nordestino foi "convidado" a retornar à sua cidade de origem.</p> <p>Já fui constrangido por filmes exibidos.</p> <p>Estresse, desmotivação, e o professor sofreu uma espécie de linchamento virtual.</p> <p>Uma professora teve que mudar algumas palavras da letra de uma música para apresentar aos pais. Falava de Iemanjá e brisa....</p> <p>Conheço alguns casos, sendo que em um deles ocorreu uma sindicância contra o professor. A sindicância foi arquivada.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Novamente o tema “política” se sobressai aos demais e, os professores são coagidos

por abordar temas incluídos no currículo escolar como o “Hino Nacional”, o caso de Mariele Franco ou Movimentos Sociais, os três poderes ou eleições. A abordagem dos temas acaba sendo polemizada. Trechos das aulas são gravadas e expostas em redes sociais, bem como denúncias feitas a deputados do estado. Gênero e sexualidade também são presentes e causam situações de constrangimento, como recados nos grupos de mensagens, que “pais ligaram reclamando”, conversas com a direção, ouvidorias ou na Gerência de educação. Temas tão importantes e necessários, causam coação e incômodo a quem trabalha. É preciso que a escola enfrente esses temas com profissionalismo, ética e coragem, pois são latentes na sociedade e negá-los é negligenciar os alunos e a sociedade.

Algebaile (2017) considera que o projeto ESP, teve uma grande capacidade de generalização e acabou por criar um terreno propício para denúncias. Sobre os seus efeitos, afirma:

[...] não é plausível acreditar que seus formuladores esperem efetivamente criminalizar e punir um grande número de pessoas. O mais provável é que estejam visando os controles prévios da atividade escolar, da atividade docente e da discussão educacional, a partir da disseminação da ameaça de exposição pública e de criminalização. Daí a propriedade da alcunha atribuída ao PL por inúmeras vertentes críticas: Lei da Mordça (ALGEBAILLE, 2017, p. 71).

Essas atitudes de coação, constrangimento ou perseguição controlam a atividade docente e o debate no ambiente escolar e acabam silenciando o professor. Nas entrevistas os participantes relataram a coação a que foram submetidos. Apenas um entrevistado diz que não sofreu coação em virtude de suas práticas docentes, o E1 sua coação foi em relação a uma publicação sobre sua posição política partidária. O E6 foi ameaçado devido aos seus questionamentos sobre a gestão escolar e sua atividade política partidária, mesmo colocando negativamente em relação aos conteúdos ensinados, entende-se que foi sim coagido, visto a atitude de perseguição em que o diretor em uma rodovia o seguiu dando luz alta, podendo causar inclusive acidente de trânsito, é caracterizada como uma coação ao professor. Ambos os casos ocorreram fora do seu horário e ambiente de trabalho. Portanto cinco entrevistados também relatam coação ou constrangimento por familiares, direção e colegas, através de conversas, registro em atas, exposições nas redes sociais por políticos locais, como consta no quadro abaixo:

Quadro 15 - Coação ou censura por tema ou conteúdo abordado em sala de aula

Entrevista	Você já foi coagido ou censurado por trabalhar algum tema ou conteúdo? Relate como foi.
Afirmação	<p>Entrevista 2: Sim então (risos) eu estava trabalhando sobre os poderes municipais. E aí eu trabalhei o nome do prefeito, vereadores e vice-prefeito, de todos eles da composição da câmara, porque eu acho importante crianças saberem quem tá quem governa? Qual é o nosso... como é que diz assim? De quem que a gente tem que cobrar? Porque a gente tem o direito de cobrar as coisas.. E aí uma mãe ficou indignada, uns pais lá e uma mãe fez o movimento lá com alguns pais, ficou indignada que estava trabalhando política dentro da sala de aula, porque estava dando nome aos políticos e trabalhando política dentro da sala de aula, sendo que só passei uma lista com o nome dos de todos os vereadores da composição da câmara mesmo do prefeito e do vice. Então foi bem complicado o negócio.</p> <p>Entrevista 3: Sim, me senti. E foi neste ano quando abordei uma questão, um questionamento dos próprios alunos sobre gênero e tentei explicar do jeito mais natural possível, mas eu acho que teve pais que não compreenderam assim. Um especialmente, então assim não compreendeu essa explicação, essa abordagem né, e questionou então. Assim as crianças perguntaram se um homem poderia engravidar que eles viram um vídeo né nas redes sociais de um homem que estava grávido e aí eu expliquei que não, que a pessoa poderia tomar hormônios para ficar com uma aparência do sexo oposto e tal e o pai se sentiu incomodado né, veio para escola reclamou com a direção, por conta disso. E na verdade era só um esclarecimento. Mas ele achou que quando eu fosse abordar esse assunto o filho dele devia se retirar da sala.</p> <p>Entrevista 4: Sim. Ah... alguns conteúdos, como eu tava dizendo alguns conteúdos quando a gente vai trabalhar, tentar fazer algo interdisciplinar, por exemplo, de vir alguém da gestão e falar “Olha professor hã, tenta dar mais foco para aquilo que tá no currículo e tal”. Como se a outra temática não estivesse, sabe? Como se não fosse necessário e tal.</p> <p>Deixa eu pensar... Esse ano por exemplo, eu trabalhei gráficos com os alunos e puxei, tentei relacionar com a análise política e também com a análise, da evolução dos casos de covid. E eu senti que de certa forma hã, veio aquela indireta assim... será que você realmente tá focando no que é essencial? Mesmo que eu tava trabalhando esses conteúdos dentro da análise gráfica que está previsto né, no currículo, no caso tava sendo com o primeiro ano do ensino médio. Então não de uma forma direta assim, de alguém chegar e falar: "Olha você tem que parar de trabalhar isso!" Mas assim aqueles comentários que rolam nos bastidores e tal. A gente percebe que realmente está incomodando o conteúdo que a gente tá trabalhando.</p> <p>De colegas e de gestão assim. Os alunos eles até gostam de entender a relação, no caso ali, gráfica com a questão do cotidiano, eles deram uma devolutiva que acharam interessante, mas outras pessoas que muitas vezes não entendem, tipo, acham desnecessário e tal, essa interpretação</p> <p>E esses comentários aconteciam aonde?</p> <p>Na sala dos professores, principalmente (risos), principalmente porque a gente acaba compartilhando, aí eu fiz isso, fiz aquilo e tal. Alguém escuta, faz o comentário.</p> <p>Entrevista 5: Eu agora... recentemente produzi na trilha de aprofundamento do novo Ensino Médio, um documentário, um documentário junto com os alunos né, a escolha do tema do documentário, a escolha, todas as escolhas que norteavam o documentário foram feitas pelos alunos e a temática foi, “Como as fake news contribuíram pra covid 19, com o agravamento da pandemia” né, essa foi a temática central do documentário. E aí após o documentário, após a produção do documentário, um vereador do município de Xanxerê, o (vereador de Xanxerê), fez uma série de vídeos atacando os alunos, os pais, as pessoas que participaram, os professores, eu e outro professor e a escola de um</p>

	<p>modo geral é... falando que o trabalho era um trabalho comunista, é doutrinador toda aquela história que a gente já conhece né.</p> <p>E esses ataques foram nas mídias. É, em alguns momentos, no dia em participei, eu fui filmado pelos alunos porque no dia alguns convidados faltaram e aí dei uma entrevista pra eles, no dia da filmagem eu tava com uma camisa do Belchior. Aí o vereador falou que eu tava com uma camiseta do Che Guevara.</p> <p>E as famílias estavam do lado de vocês?</p> <p>Mais ou menos, algumas famílias sim, outras não, bem dividido assim.</p> <p>Entrevista 6: Por conteúdos não. É, fui coagido por questionar umas situações internas de funcionamento da escola onde eu trabalhava, principalmente relacionadas com a APP, com prestação de contas, então é, passei por uma situação bem desagradável de ser chamado na sala do diretor, na época eu estava em estágio probatório. É, fui ameaçado, perguntado se eu não tinha medo de reprovar no estágio, se eu realmente tava sabendo o que eu tava fazendo, porque que eu tava questionando e que as coisas tavam certas sabe? Então foi uma situação bem difícil. É, eu devia ter feito BO na época, mas acabei não fazendo, porque daí me aconselharam a não levar pra frente, também né, deixar assim, mas foi uma situação bem desagradável sabe? E, e o pior de tudo é que mesmo tendo tudo sendo denunciado nossa gerência, não virou em nada acabou né, sendo vamos dizer assim abafado.</p> <p>Por causa de algum posicionamento teu? Ou por tu cobrar alguma coisa da gestão?</p> <p>Principalmente por cobrar a prestação de contas, principalmente por isso. Não é na escola atual que eu trabalho ta. Na escola atual eu não tenho problema nenhum graças a Deus, mas é em uma das que eu passei, porque a gente ao longo do tempo muda bastante né. Então foi uma situação assim bem delicada, bem desagradável. Inclusive teve um episódio no, onde o diretor me coagiu e veio dando luz alta na BR atrás do meu carro uns quinze, vinte quilômetros. Então foi bem, bem, bem desagradável assim, uma coisa muito triste que aconteceu. Graças a Deus consegui sair de lá, pedi remoção. Estou melhor agora.</p> <p>Tu tinha me citado alguma coisa sobre panfletagem, sobre a tua posição política...</p> <p>Assim, isso foi mais recente, agora na eleição do ano passado a gente fez panfletagem na frente da escola, é fora do meu horário de trabalho né, que fique registrado, e também fora do terreno da escola, então era na rua né, um local público e no meu tempo livre e mesmo assim alguns pais, é mandaram, enviaram mensagem pra direção da escola, fizeram denúncia ao Ministério Público, que o professor *** estava estava petralhando na frente da escola, né, esse foi o termo. Que isso era um absurdo e tal, que não devia se posicionar. Porque muitos tem a visão que professor não pode se posicionar politicamente né. Pastor pode, policial pode, todo mundo pode, mas o professor não. Então tive que responder, mas isso foi tranquilo justamente por ser fora do horário de trabalho, por ser um local público. Então foi uma questão mais leve assim, mais tranquila.</p> <p>Mas tu foi chamado pela gestão?</p> <p>Eu fui avisado, fui chamado pra ser advertido assim, mas graça... foi uma coisa assim que foi ah, não foi uma, não foi coação, foi mais como um alerta mesmo.</p>
Negação	<p>Entrevista 1: Nunca... nunca me senti coagida assim a trabalhar nada assim em relação a conteúdos..Não, não, nunca foi porque eu nunca foi em função do meu trabalho.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2022)

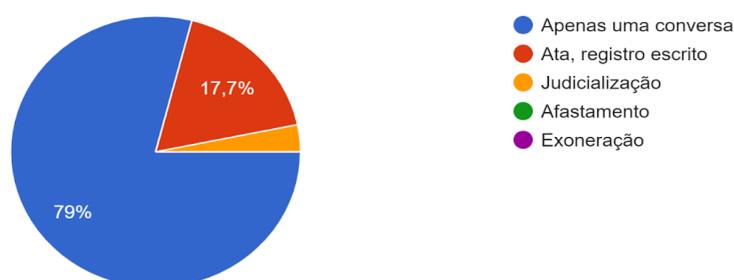
As formas de constrangimento também foram apontadas nas respostas do questionário e, assim como nas entrevistas, a maior parte das medidas adotadas foram conversas e registros em atas. Dos 62 participantes do questionário, apenas dois disseram ter judicializado as situações sofridas. Embora não se tenha subsídios mais concretos para entender esse número

de judicialização em relação ao total, é possível pressupor que a maior parte dos casos são resolvidos internamente na escola entre os sujeitos envolvidos, de acordo com os dados que constam no gráfico 9.

Gráfico 9 - Medidas adotadas

19. Quais foram as medidas adotadas pela gestão/direção da escola/Secretaria de Educação, depois desse episódio?

62 respostas



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Esses dados também são confirmados pelo setor jurídico do Sinte, que relatou que existem aproximadamente 50 ações encaminhadas ao sindicato por assédio moral ou perseguições políticas, mas apenas 15 chegaram a ser judicializadas. Isso porque, geralmente, os processos são carentes de provas ou legalidade e mesmo com sentença favorável, as indenizações são de baixo valor e, desta forma, não inibem a prática, demonstrando a fragilidade dos mecanismos administrativos. Assim como durante a Ditadura Militar os agentes repressores não foram punidos, deixando nas vítimas o sentimento de impunidade (LUZ; ALMEIDA; SILVEIRA, 2021), atualmente os “denunciadores” também permanecem impunes. Pode-se concluir assim, que os professores evitam a judicialização e, possivelmente pelo receio de exposição, acabam silenciando inclusive a possibilidade de denunciar ou seguir adiante com um processo legal.

Segundo o advogado do Sinte, constam no setor jurídico dois processos administrativos, mas sem punições aos professores e em relação às filmagens feitas por alunos, são distribuídas tanto a líderes religiosos neopentecostais quanto a representantes políticos (deputados estaduais catarinenses), demonstrando a existência de uma rede organizada para perseguição de professores. As filmagens podem servir, nesses casos, a diferentes propósitos, o que pode incluir até mesmo a inserção política de indivíduos menos

ou mais ligados a essas redes de perseguição a professores.

Nas entrevistas também se indaga sobre as medidas adotadas pela escola ou pelas Gerências de Educação, após as denúncias feitas por pais ou agentes públicos. Em quatro casos foram apenas conversas com a direção das escolas, um caso está judicializado (E1), aguardando resultado da sindicância, demonstrando, de certa forma, pouco enfrentamento e resistência. Em dois casos foram lavradas atas (E2, E3). As denúncias E5 e E6 contra os docentes foram arquivadas, tanto no Ministério Público quanto a denúncia eleitoral, em que o professor foi denunciado por panfletagem mesmo sendo fora do seu local e horário de trabalho, como observado no quadro 16:

Quadro 16 - Medidas adotadas contra os professores: entrevistas

Entrevista	Quais procedimentos foram adotados (Atas, advertência, demissão, processos administrativos) em decorrência da sua prática educativa?
Exposição nas redes sociais	<p>Entrevista 1: Em relação a minha postagem na minha rede social teve esse impacto porque até então, na minha caminhada pelo município, nunca tive nenhum problema disciplinar, nunca meu trabalho. Sempre foi muito tranquilo. Então foi justamente por conta desta postagem aí que que houve esse processo de sindicância.</p> <p>Foi uma ligação?</p> <p>Isso foi a ligação dizendo que eu não precisava me apresentar na escola no dia seguinte. Então lá na secretaria da educação, no RH né, eles entregaram pra mim a ata constando meu afastamento, a princípio de 60 dias, pra que ocorresse o processo de sindicância. Aí eu fui acompanhada de advogado né, e a gente teve uma semana pra organizar a nossa defesa, depois teve as oitivas da sindicância né. (...)</p> <p>Tu chegou a ler essa ata?</p> <p>Sim, eles colocaram o conteúdo do porque eu estava sendo afastada né. Colocaram o printzinho do meu story, e dizendo que ocorreu o afastamento. (...)</p> <p>Entrevista 5: Nenhum, não, a gente não foi punido pela escola digamos assim. Contra o vereador?</p> <p>Não, contra vocês, chegaram a fazer reunião, ata ou ficou só na conversa mesmo?</p> <p>A escola não fez nada disso. O vereador falou na Câmara né, sobre isso e daí denunciou a gente, fez uma denúncia eleitoral contra a gente, segundo ele era um crime eleitoral, mas essa denúncia eleitoral, inclusive já foi arquivada.</p>
Conversas ou	<p>Entrevista 2: Então foi lavrada uma ata né, em virtude dos pais terem ido na escola reclamar, daí foi feito uma ata né onde a diretora especificou que tinha acontecido direitinho. Daí foi assinada por uns colegas professores e pela direção e os pais estavam presentes lá no momento.</p> <p>Depois disso a mãe falou o que sobre a posição da escola?</p> <p>Ah não, daí ela ficou indignada, ela continuou indignada, aquela que fez o movimento todo, continuou indignada, que ela não aceitava isso, que ela não admitia que o filho dela tivesse isso na escola né. Mesmo o pessoal explicando, a diretora explicando, ela ainda ficou ainda tipo assim de cara com a gente né, porque ela não aceitava.</p> <p>Entrevista 3: Não, foi apenas uma conversa assim, a gente conversou quando ele veio nós e a direção e não teve registro nenhum.</p>

atas na escola	<p>Entrevista 4: Não, não, não rolou isso. Não desenvolveu pra esses patamares.</p> <p>Entrevista 6: Nesse último caso da panfletagem foi apenas uma conversa, não foi feito nenhum registro formal. Foi um alerta da gestão pra que eu ficasse atento porque estava sendo observado, mas não foi coação, foi uma coisa mais amigável digamos assim.</p> <p>É no outro caso sim?</p> <p>É no outro caso sim, no outro caso a própria gerência acabou, eu acho que organizando a prestação de contas daquele diretor, daquela época né, naquele tempo, e me chamou pra mostrar uma prestação de contas que a gerência fez na época, mas não o diretor. E aí a gente viveu um pé de guerra durante uns seis meses, até que no final do ano ele deixou o cargo e assim a gente assume as consequências dos questionamentos né. Então, até teve um pequeno deboche na época, dizendo que a escola ia ficar sem diretor no final do ano, que é uma das épocas mais difíceis e que era pros professores que questionavam tanto, organizar o calendário de final de ano. Então, veja que a gente passa por situações e situações. Tem que obedecer cegamente.</p>
----------------	--

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Nos dois casos (E1 e E5), em que a exposição ocorreu nas redes sociais por agentes políticos, houve a participação de um número inimaginável de pessoas, visto a grande facilidade de compartilhamento, comprometendo inclusive a relação do profissional com a comunidade escolar. A exposição nas redes sociais é uma das armas do projeto ESP, que atua tanto na sua página na internet como no Facebook, disponibiliza e orienta familiares a denunciarem práticas de doutrinação político-ideológica, com 42 relatos entre 2004 e 2016, expondo de maneira indiscriminadas professores em razão de sua prática pedagógica (BÁRBARA; CUNHA; BICALHO, 2017).

É preciso destacar que mesmo os casos que se resolvem internamente, com conversa ou atas (E2, E3, E4 e E6), feitas pela gestão e professores nesses casos, acabam abalando os professores no que se refere a sua segurança profissional e ética acerca do seu trabalho pedagógico ou sua atuação sindical ou política, causando o silenciamento e autocensura em relação a determinados conteúdos ou metodologias. O fato é confirmado no relatório do Human Rights Watch (2022), em que oito professores relatam que, mesmo não tendo sido punidos, responderam a procedimentos disciplinares e isso teve influências na sua saúde mental e alguns até deixaram a carreira por se sentirem assediados e ameaçados de morte.

De acordo com o setor jurídico do SINTE, os profissionais que mais sofrem perseguição e denúncias são as mulheres, os homossexuais e os negros. Os denunciados, geralmente, são profissionais com mais de 10 anos de profissão, efetivos e com vínculo

sindical. Acredita-se que os professores iniciantes ou ACTs têm medo de perder seu emprego e por isso não encaminham denúncias ao sindicato, silenciam suas vozes.

O setor jurídico do Sinte também apresentou casos, alguns com sigilo dos nomes dos professores envolvidos e outros que se tornaram públicos nas redes sociais. O primeiro envolve a disseminação de ódio pelas redes sociais, que para o setor jurídico do sindicato foi o estopim e acabou naturalizando a avaliação dos professores pelos alunos e a comunidade em geral. Esse caso ganhou notoriedade a partir de 2012, em Florianópolis, quando uma aluna criou um canal no facebook chamado “Diário de classe - a verdade”, onde relatava os problemas estruturais da escola. Foi aclamada pela mídia nacional, indo inclusive a um programa de *talk show*, de Danilo Gentili, considerada uma heroína, uma guardiã virtual que estava transformando a sua escola. Devido a repercussão do caso, as reformas foram adiantadas naquela instituição e virou notícia em jornais como “Notícias do dia” e “Diário Catarinense”, com as seguintes manchetes: “Na velocidade dos megabytes, Isadora Faber ganhou fama. O celular da mãe não pára. A rotina de entrevistas é exaustiva. A mídia nacional entra em frisson. A internacional não deixa por menos. O resultado é cansaço, aquele que carrega nos ombros o orgulho.”⁴¹, ganhando assim prestígio de celebridade.

O enfoque do canal “Diário de classe - a verdade” mudou quando a aluna compartilhou o vídeo de um professor substituto de matemática, com alunos fazendo bagunça e o profissional foi demitido. O espaço tornou-se um local de críticas aos profissionais do magistério, que diversas vezes tentou conversar com a família da estudante sobre as repercussões de suas postagens e os excessos das avaliações sem critério de avaliação prévio, mas sem êxito. A aluna faz ataques à professora substituta, com a contribuição da própria mãe, que desqualifica a profissional. O caso foi registrado na delegacia de polícia com uma audiência conciliatória. A situação novamente foi exposta nas redes sociais com amplo engajamento. O post obteve 5.557 curtidas, 1090 comentários e 300 compartilhamentos. Deve-se ressaltar que há muitos comentários de ódio contra a professora. Com 534 mil seguidores a postagem chegou a um número indeterminado de pessoas.

Penna (2016), destaca que um dos pressupostos das ameaças aos professores refere-se a sua má formação, que não seriam dignos da confiança da sociedade pois trabalham com os

⁴¹ **Menina que denunciou problemas da escola ganha fama e conquista melhorias para o colégio.** 29 ago. 2012.

Disponível em:

<https://ndmais.com.br/educacao/menina-que-denunciou-problemas-da-escola-ganha-fama-e-conquista-melhorias-para-o- colegio/>

seres mais indefesos. “Essa falta de confiança na competência profissional dos professores está no âmago desta campanha de ódio aos professores [...]” sendo isso apontado também como uma das causas da baixa qualidade da educação brasileira. Nesse ponto, pode-se ressaltar que esses pressupostos integram também a visão dos chamados reformadores da educação, das fundações e das empresas que objetivam controlar o currículo escolar e as práticas dos professores para venderem cursos de formação com pouca ou nenhuma reflexão teórica. Assim, na esteira do que nos diz Penna (2016), pode-se dizer que o pressuposto da “má formação” faz parte de uma concepção tanto neoliberal quanto neoconservadora.

Conforme o setor jurídico do SINTE, existem também situações de agressões físicas de pais e alunos e ameaças nas redes sociais. Dentre eles, destaca o caso da professora de língua portuguesa de Indaial que foi agredida por um aluno da EJA em 2017, caso amplamente divulgado pela mídia nacional⁴². A agressão⁴³, foi inclusive comemorada por seguidores do ex-presidente⁴⁴. Políticos usaram o caso, de acordo com o jurídico do Sinte, para inflamar a população a favor do projeto ESP, nas suas redes sociais, pois além de ofender de maneira grosseira a professora, usaram a violência como palanque político, justificando os atos do adolescente em virtude do posicionamento político da profissional. O atual prefeito de Chapecó, na época deputado, fez uma fala que foi compartilhada pela deputada Bia Kicis na sua página no Facebook⁴⁵:

“Fiquei extremamente chocado com a atitude daquele adolescente de ter batido de forma covarde na professora, mas depois quando eu leio as redes sociais daquela educadora, não que a agressão se justifique, pelo contrário, mas ela disse que o ato de jogar ovos num deputado pode. O que é uma violência. Se uma professora que prega isso em sala de aula é **óbvio que desperta a revolta também de um estudante**”.
 “Escola é lugar de ensinar uma criança. **Não quero que meu filho tenha a lavagem cerebral de uma ratazana dizendo o que ele deve pensar da política brasileira e de seus líderes.** Não perdorei, meu caro deputado, Jair Bolsonaro, se minha filha viesse para casa com a camisa e a foto daquele bandido chamado **Che Guevara**, que muitos professores idolatram”.

Fonte: constam no processo disponibilizados pelo setor jurídico do SINTE.

É preciso observar que em nenhum momento o relato do fato ocorrido em sala de aula tinha relação com o posicionamento político da profissional, mas fizeram uso disso para

⁴²A professora Marcia Friggi tomou um soco. E nós, o que aprendemos? Publicada em : 25 ago. 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/5371/a-professora-marcia-friggi-tomou-um-soco-e-nos-o-que-aprendemos>

⁴³ <https://veja.abril.com.br/brasil/professora-e-agredida-por-aluno-dentro-de-colegio-em-sc/>

⁴⁴ **Fãs de Bolsonaro celebram espancamento de professora em sala de aula.** Publicada em 23 ago. 2017. Disponível em: <https://desacato.info/fas-de-bolsonaro-celebram-espancamento-de-professora-em-sala-de-aula/>

⁴⁵ **João Rodrigues levou o episódio da professora agredida durante a discussão da reforma política: "não quero que meu filho tenha a lavagem cerebral de uma ratazana".** Publicado em: 24 ago. 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=847822358717661>

justificar uma violência. Os ataques acontecem de diferentes maneiras e por diferentes motivos, seja o conteúdo ou a postura político partidária extra-escolar, conforme o jurídico do sindicato e os dados desta pesquisa. Percebe-se que além de amedrontar os professores pelas suas práticas pedagógicas ou por suas posturas políticos partidárias ou sociais, acontecem em tempo real, de forma online (FRIGOTTO, 2017).

Os dois casos relatados demonstram que o linchamento virtual teve sua origem no estado de Santa Catarina questionando a qualificação de profissionais em 2012, e com o aval dos responsáveis pela estudante, com apoio das mídias e com grande disseminação nas redes sociais sem levar em consideração os efeitos aos profissionais envolvidos.

O setor jurídico do SINTE relatou também o caso em que o professor de geografia de Jaraguá do Sul, em 2022, ao trabalhar sobre o tema “política” foi gravado por alunos e o vídeo foi exposto na Assembléia de SC e nas suas redes sociais, pelo deputado (estadual catarinense), acusando-o de doutrinação ideológica ao colocar-se de forma contrária ao ex-presidente do Brasil.

deputadojesselopes

DEPUTADOJESSELOPES
Publicações

Seguir

Curtido por leendertk.vet e outras pessoas

deputadojesselopes PROFESSOR DE JARAGUÁ DO SUL É FLAGRADO DOCTRINANDO ALUNOS

- Um professor da rede pública ESTADUAL de Jaraguá do Sul foi flagrado em foto e vídeo fazendo militância na sala de aula, além de debochar e desafiar os pais dos alunos.
- Este é um dos grandes motivos pelos quais, muitas vezes, a nossa educação pública vem sendo tão sucateada: a falta de comprometimento de alguns professores, como este, por exemplo, que mais se preocupa em falar mal do Bolsonaro do que dar aula sobre o que realmente importa.
- Um professor na sala de aula é autoridade, e é, no mínimo, uma covardia induzir alunos a acreditarem naquilo que é uma opinião particular do professor.
- Os pais mandam seus filhos à escola para que sejam preparados para um futuro concurso ou vestibular. Nas provas, não será cobrado matérias sobre a opinião política do professor. Por isso, esse tipo de coisa é uma grande perda de tempo, sem contar a confusão mental do aluno em formação e os possíveis conflitos familiares que isso pode gerar, uma vez que a ideia do professor pode não ser a mesma que a dos pais dos alunos direcionam em suas casas.
- Estamos exigindo o afastamento do professor e que ele responda a um processo administrativo disciplinar. Também estamos denunciando no Ministério Público, porque esse tipo de conduta de um professor em sala de aula não pode ser tolerável.

porque inúmeras vezes já me chamaram:
"ów, não é pra falar mal do Bolsonaro".

É FLAGRADO DOCTRINANDO ALUNOS

Fonte: prints constam no processo disponibilizado pelo setor jurídico do SINTE.

Na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o deputado se pronunciou no dia 30 de março de 2022. A gravação foi transmitida nas redes sociais do deputado (Instagram e

Facebook), a gravação de um aluno de uma aula presencial no primeiro ano do ensino médio, as falas do deputado, inclusive exaltando a ditadura militar e suas ações de extermínio de opositores políticos⁴⁶:

[...]
 Esse aí é o professor fr., essa naba aí... **sindicalista**, no exato momento que ele tá dando aula de geografia.
 [...]
 [...]
 Foi **um dos grandes erros do período militar**, ter entregado de lambuja as **universidades para os comunistas**, outro erro foi **não ter matado mais guerrilheiros**.
 [...]
 [...]
 Se fosse meu filho eu ia aí conversar contigo, **seu covarde**, mas era pra **botar tua chapa da nuca. Você é um covarde, um cagão**.
 [...]
 [...]
 Isso é um crime o que ele está fazendo em sala de aula, **coagindo os alunos**. Professor desse tipo aí não passa conteúdo de qualidade.
 [...]

Fonte: constam no processo disponibilizados pelo setor jurídico do SINTE.

Um trecho da aula do professor foi divulgado numa sessão na Assembleia Legislativa e compartilhado no Instagram pelo deputado catarinense, em cujo post constam comentários que depreciam o professor e a escola pública e exaltam o *homeschooling*, inclusive, como proteção a essa suposta doutrinação ideológica e incentivam o uso de violência contra os professores de esquerda:

“É por isso que **homeschooling virou legítima defesa**.”
 “Usar o termo professor para qualquer elemento com este tipo de **atitude militante, ideológica e indisciplinada! É demissão por justa causa!** Este tipo de indivíduo aparentemente foi semeado em vários terrenos!”
 “É uma **vergonha** o que essa **esquerda está fazendo nessas faculdades e escolas**.”
 “Precisa oferecer **denúncia contra esse vagabundo**, por desvio de função!”
 “É de **político assim que precisamos, com coragem** para falar o que tem que ser falado e agir como tem que agir. Não precisamos de gente que fique em cima do muro, pensando apenas nas próximas eleições. Para cima dessa cambada, Jessé!”
 “Um absurdo esse tipo de profissional, provavelmente **de geografia nem entende muita coisa**. Que **tragédia** esses educadores”.
 “Espero que este **professor passe a ganhar o salário de um professor cubano**”.
 “**C@an@lh@... processo nesse l i x o**”.
 “Faltou o **pai de um aluno macho** para conversar com esse cara”.
 “Infelizmente esse é só mais um, o que mais tem hoje é o **professor militante** em todos os níveis de ensino. pai? coitados, nem fazem ideia do que está acontecendo”.
 “E **não tomou uma surra?**”.

⁴⁶ **PROFESSOR DE JARAGUÁ DO SUL É FLAGRADO DOUTRINANDO ALUNOS**. Publicado em: 31 mar. 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1432792510571530>

“Tem que tirar esse estrum³ da sala de aula urgente”.

“Esse “**professorzinho**” deve ser da **geração pt, formado nas “coxas” sem inteligência, militante escancarado, mal educado, foi ensinado a viver nas costas do estado, mas ainda bem que este alucinado é minoria**. O bem vencerá o mal...”.

“Tem que **expor esses militantes em salas de aula. canalh4as**”.

“**Verm* comunista**”.

“Vc só **errou quando o chamou de professor. ele está mais para bandido**”.

“Esse professor dá aulas para a escola do meu bairro. Ele é um **ativista satânico**. Merece estar bem longe do ensino público”.

“**Senta o cassette nesses vagabundos deputado**, você foi eleito para falar por nós”.

“**Os alunos têm que se juntar e enfiar a porrada nesse f. da...**”.

Fonte: constam no processo disponibilizados pelo setor jurídico do SINTE.

Outro caso mencionado pelo setor jurídico do SINTE foi o de uma professora que, durante o período pandêmico, em 2020, ministrava aula de ensino religioso de forma online, no município de Criciúma, abordando o conceito de mito - nas tradições religiosas, na criação do universo, mitos e intolerância religiosa, conceitos de masculino e feminino em diferentes tradições religiosas. Surpreendentemente o conteúdo foi veiculado de maneira distorcida nas redes sociais do mesmo deputado expondo e ridicularizando seu nome, sua imagem e suas aulas, com o título: “PROFESSORA DE RELIGIÃO FALA CONTRA O CRISTIANISMO NA EEF PROF LAPAGESSE”. No Facebook e no Instagram, no entanto, as postagens não estão mais disponíveis para acesso:

Publicação no *facebook*:

 **Deputado Jessé Lopes** 
24 de novembro de 2020 · 

PROFESSORA DE RELIGIÃO FALA CONTRA O CRISTIANISMO NA EEF PROF. LAPAGESSE (CRICIÚMA/SC)

- Mais uma denúncia recebida de uma mãe catarinense indignada com mais uma militante esquerdista disfarçada de professora, dessa vez, numa aula on-line da EEF Professor Lapagesse, de CRICIÚMA/SC. Na disciplina de RELIGIÃO, a professora  fala CONTRA o cristianismo e ensina MENTIRAS deslavadas sobre a religião da maioria do povo brasileiro.

- Como pode ser observado no vídeo que me foi enviado pelos familiares do (a) aluno (a), a militante afirma que outras religiões (de matrizes africanas e asiáticas) não são “PRECONCEITUOSAS” contra as mulheres, como é o caso do CRISTIANISMO, que é “patriarcal” e que supostamente afirmaria a SUBMISSÃO da mulher por estar escrito na BÍBLIA que ela veio da costela de Adão. Além de ignorar MILÊNIOS de tradição cristã, onde rainhas, princesas e guerreiras cristãs são HONRADAS até hoje como SANTAS e HEROÍNAS, ela ainda comete o absurdo de DISTORCER o significado da história bíblica sobre Adão e Eva, onde claramente é dito que AMBOS SÃO IGUAIS!

- Em sua ânsia militante para destruir o pensamento CRISTÃO de seus alunos, tão cuidadosamente ensinado em casa por PAIS preocupados com o desenvolvimento MORAL de seus filhos, a agente do partido TRAVESTIDA de professora busca transmitir a sua desilusão pessoal

*** - Em sua ânsia militante para destruir o pensamento CRISTÃO de seus alunos, tão cuidadosamente ensinado em casa por PAIS preocupados com o desenvolvimento MORAL de seus filhos, a agente do partido TRAVESTIDA de professora busca transmitir a sua desilusão pessoal com a igreja evangélica, dizendo que percebeu que as pessoas com mais preconceito do mundo estão DENTRO das igrejas.

- Para finalizar, a “professora” afirma que estar FORA da religião deixaria os alunos mais LIVRES, incentivando, com isso, a IRRELIGIOSIDADE dos seus alunos numa AULA DE RELIGIÃO.

- De que maneira uma professora de religião consegue falar CONTRA a religião da grande maioria de seus alunos? A resposta está, mais uma vez, na hegemonia cultural esquerdista: essa ideologia assassina é ensinada nas faculdades, onde os militantes são formados não para ensinar as crianças, mas para DOCTRINÁ-LAS com aquilo que o partido deseja. Assim, os donos do poder terão uma tropa de revolucionários que lutam contra a religião CRISTÃ em sala de aula. Formar professores de religião que odeiam o cristianismo é a maior arma da esquerda para destruir a família tradicional.

VOCÊ TEM ALGUMA DENÚNCIA SOBRE DOCTRINAÇÃO MARXISTA NA ESCOLA DE SEUS FILHOS? NOS ENVIE PELO WHATSAPP: (48) 8810.8122

VAMOS FISCALIZAR TUDO!

Fonte: prints constam no processo disponibilizado pelo setor jurídico do SINTE.

Observa-se que o parlamentar destaca palavras em caixa alta para exaltar seus conceitos morais e religiosos, associa o conteúdo ministrado a uma posição político-partidária da professora e ainda deixa seu contato para denúncias. A atitude deste parlamentar também é ensinada no site do movimento ESP, inclusive dando dicas de como identificar se o professor é um doutrinador:

No site do movimento em questão, pode ser encontrado um tópico intitulado “flagrando o doutrinador” e nele temos acesso a uma lista de características a serem buscadas para identificar o tal doutrinador. “Você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional”. Esta dissociação entre a matéria objeto da disciplina e os assuntos relacionados ao noticiário é completamente absurda e vai contra todo pensamento educacional das últimas décadas. É a real tentativa de esvaziar a escola do seu caráter educacional, que engloba a instrução, mas vai muito além dela (PENNA, 2016, p. 299).

Esse discurso se espalhou com muita rapidez pelas redes sociais, além de instigar o ódio contra os professores e a escola. No caso da professora de ensino religioso, além da divulgação nas redes sociais, ainda se destacam os comentários dos seguidores do deputado, que, de maneira irresponsável, divulgam o nome, a imagem e o local de trabalho da docente. No Facebook e Instagram foram identificados inúmeros comentários depreciativos acerca da professora e os prints constam no processo disponibilizados pelo setor jurídico do Sinte:



Fonte: prints constam no processo disponibilizado pelo setor jurídico do SINTE.

A fala do deputado estimulou um número significativo de comentários, além de desqualificar a profissional como uma “agente do partido TRAVESTIDA de professora”, mobilizando violência e intolerância. O deputado em questão reflete a forma de agir do projeto ESP, do qual faz parte. Em sua rede social do facebook⁴⁷ é possível observar vários casos de exposição de professores da rede pública, com a estratégia de denunciar docentes por doutrinação marxista, incentivando o pânico moral e ódio à diversidade, impedindo o debate de argumentos, promovendo a anulação de direitos e a vilanização dos adversários políticos.

Outro fator que precisa ser levado em consideração guarda relação com a forma como a professora foi atacada a partir de sua condição de gênero, ou seja, por ser mulher, ao chamar ela por exemplo de “vagaba” e “cadela”. Há, portanto, no caso das professoras, um diferencial que aponta para a violência de gênero. Quando se pensa em contextos de violência e repressão, elaborando algumas analogias, é difícil não lembrar do contexto da ditadura militar, no qual a tortura foi uma prática recorrente e que ganhou contornos específicos no caso das mulheres, consideradas subversivas justamente por transgredirem o que era esperado do seu papel social de gênero. Mesmo considerando as diferenças entre um e outro contexto, é interessante perceber que em cenários autoritários, também a violência de gênero é exacerbada.

De acordo com a revista Nova Escola, em uma pesquisa da OCDE⁴⁸, realizada em 2014 com 34 países, o Brasil é o líder em violência contra os professores, demonstrando infelizmente que esse não é um caso isolado. Ainda de acordo com o referido estudo, 12% dos professores já sofreram violência verbal ou intimidação por alunos, ao menos uma vez na semana.

Conforme Penna (2016), o movimento ESP, ao estimular a denúncia de alunos contra seus professores e que são postadas em sua própria página ou compartilhada nas redes sociais, os professores não têm direito de resposta. Ao contrário, são colocados como

⁴⁷A postagem não está mais disponível.

⁴⁸ **Brasil é #1 no ranking da violência contra professores: entenda os dados e o que se sabe sobre o tema.** Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contra-professores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml>

criminosos:

Eles são representados como manipuladores hábeis, que se aproveitam da inocência dos seus alunos. Os alunos, por sua vez, sempre aparecem como parte de uma audiência cativa e passiva, indefesos e inocentes, vulneráveis à dominação por parte dos docentes. O site do movimento chega a dizer que os alunos que defendem os seus professores estão sofrendo de Síndrome de Estocolmo e que os movimentos estudantis são controlados por partidos da esquerda. É uma concepção absolutamente deturpada do processo educacional como um todo e, o pior de tudo, é que estes absurdos são reafirmados em projetos de lei que tramitam em âmbito federal, estadual e municipal (PENNA, 2016, p. 299).

Recentemente considerado ilegal pelas instâncias superiores, o ESP ainda continua agindo e influenciado a sociedade e os governos. Prova disso é a Lei nº 18.637/23, do Governo do Estado de Santa Catarina, publicada no Diário oficial de SC em 8 de fevereiro de 2023, que instituiu em agosto a “Semana Escolar Estadual Contra a Violência Institucional Contra a Criança e o Adolescente”, proposta pela deputada citada pelos professores de incentivar denúncias⁴⁹, com o argumento de que referida legislação ampliaria o conhecimento dos alunos sobre o direito à liberdade de aprender conteúdos politicamente neutros, inclusive com a proposição de exposição de cartazes com os deveres dos professores.

É preciso destacar que o STF, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) nº 5.537, 2017⁵⁰ julgou inconstitucional uma lei proposta pelo Governo do estado de Alagoas, semelhante à ESP. O ministro Luís Roberto Barroso confirmou que a garantia do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, previstas na LDB, são contrárias à ideia de neutralidade política e ideológica.

As tentativas de constrangimento aos professores em razão dos conteúdos ou de suas posições político-partidárias continuam sendo frequentes, prova disso é a recomendação nº 22, de 29 de outubro de 2018⁵¹, expedida pelo Ministério Público Federal, na Procuradoria da República do Município de Chapecó, mesmo não sendo de abrangência nacional, trata de um inquérito civil sobre uma possível intimidação de professores de SC por um deputada estadual, que:

⁴⁹ Governador de SC aprova projeto de deputada bolsonarista que institui Escola Sem Partido no estado. Disponível em:

<https://www.brasil247.com/regionais/sul/governador-de-sc-aprova-projeto-de-deputada-bolsonarista-que-institui-escola-sem-partido-no-estado>

⁵⁰ MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. Disponível em: <https://luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2017/08/ADI-5537.pdf>

⁵¹ **Recomendação Nº 22, de 29 de outubro de 2018.** Disponível em: <https://www.mpf.mp.br/sc/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-22>

RESOLVE, na forma do art. 6º, XX, da Lei Complementar nº 75/93, RECOMENDAR às INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR DESTA REGIÃO e GERÊNCIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO, na pessoa dos seus respectivos representantes legais, que se abstenham de qualquer atuação ou sanção arbitrária em relação a professores, com fundamento que represente violação aos princípios constitucionais e demais normas que regem a educação nacional, em especial quanto à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber e ao pluralismo de ideias e de concepções ideológicas, adotando as medidas cabíveis e necessárias para que não haja qualquer forma de assédio moral em face desses profissionais, por parte de estudantes, familiares ou responsáveis (MPF, 2018, p. 5).

Essa recomendação tem como premissa 20 considerações a respeito do projeto ESP, posterior a ADIN do STF, entre elas, apresenta-se uma síntese das considerações do MPF - Chapecó, SC: a intimidação de professores catarinenses por uma deputada estadual; que não existe natureza humana independente da cultura; que não há culturas superiores ou inferiores, apenas diferentes; as especificidades do ser humano; a educação como exercício de cidadania; o respeito à liberdade e o apreço à tolerância; que a educação abrange diferentes espaços formativos; o debate sobre diferentes concepções; que o projeto ESP restringe o ensino de temas e conteúdos; que o ensino e aprendizagem acontecem em espaço de liberdade e diversidade; que uma deputada estadual incentiva alunos a filmarem professores com manifestações político partidárias; Ana Caroline Campagnolo manifestou-se a respeito disso no facebook; que tal atitude denota censura prévia e assédio moral; a existência de lei de proibição de celulares na sala de aulas em SC; que é direito pleno desenvolvimento para a cidadania, entre outros.

Nesta categoria, é válido ressaltar que os constrangimentos contra professores acontecem tanto pela sua prática pedagógica, usando dos conteúdos ou metodologias adotados em suas aulas, mesmo que esses sejam previstos nas legislações educacionais nacionais. Mas também pela sua atuação sindical ou política fora da escola, seu direito de se manifestar politicamente enquanto cidadãos, é cerceado e usado de forma covarde principalmente por agentes políticos que ao invés de lutarem por uma educação de qualidade, usam de seu espaço privilegiado para insuflar a comunidade escolar contra os professores e a escola pública.

Observa-se também que mesmo assim os professores mesmo coagidos, constrangidos ou nas tentativas de silenciamentos, buscam estratégias de resistir e se autoafirmar profissionalmente, seja enfrentando judicialmente, permanecendo no magistério e continuando com suas práticas educativas ou político partidárias, muitas vezes ainda com

receio, como se pode observar na categoria específica.

4.2.4 Rede de apoio aos docentes

Nesta categoria se incluem os dados referentes aos apoios recebidos pelos professores ao vivenciarem situações de constrangimentos, coação ou perseguições. No questionário, quando indagados sobre terem recebido algum tipo de apoio, 46,8% dos participantes responderam afirmativamente, 28,6% não receberam apoio, 18,2% não relataram o fato a ninguém, 1,3% registrou boletim de ocorrência na Delegacia de Polícia, 1,3% respondeu “mais ou menos”, 1,3% afirmou “às vezes dos colegas”, 1,3% enfrentou sozinho a situação e apenas comunicou a direção da escola, e uma resposta foi indecifrável. Desta forma observa-se que 46,8% dos participantes dizem ter recebido apoio e 53,20% não receberam ou receberam apoio em partes, enfrentando praticamente sozinhos a situação.

Quanto aos agentes de apoio mencionados, destacam-se, principalmente, a direção escolar e os colegas professores. Nesta questão os participantes podiam assinalar mais de uma alternativa e os dados apontam para a importância da atuação dos alunos e do Sindicato:

Gráfico 10 - Apoio aos professores



Fonte: produzido pela autora (2022)

Para as autoras Lapo e Bueno (2003), os professores dão muita importância para as relações interpessoais no trabalho:

O trabalho docente se constitui em uma atividade centrada nas relações interpessoais e nas dinâmicas relacionais estabelecidas no ambiente escolar, que são determinantes do sucesso do ensino e da qualidade de vida do professor. Nesse sentido, pode-se dizer que o relacionamento com diretores, com os demais

professores e com os alunos é um dos principais fatores de satisfação ou insatisfação no trabalho e, também, o grande responsável pelo envolvimento nas atividades profissionais (LAPO; BUENO, 2003, p. 77-78).

Essas relações de apoio podem ser decisivas, inclusive na permanência ou não deste profissional na escola ou na educação.

No questionário constava a opção "outros", a ser assinalada no caso de não constarem nas opções os agentes que o teriam apoiado. Essa opção foi respondida por 10 participantes, dos quais 9 relataram que não receberam nenhum apoio, sofreram sozinhos, sentiram a falta de apoio do sindicato ou acuados por colegas e direção e apenas 1 participante mencionou ter obtido apoio através de cartas públicas e com articulações políticas.

Numa questão que pretendia identificar a sensação de apoio recebida, na percepção dos participantes 52% se sentiram apoiados, sendo 27,3% plenamente e 24,7% parcialmente. Entretanto, 23,4% discordam totalmente e 5,2% parcialmente; enfrentando sozinhos essas situações. Já 19,5% não concordam e nem discordam.

Mattos et al (2017, p. 100), destacam a importância da escola na acolhida e participação de alunos e professores:

[...] aberta à vida e a tudo que nela está implicado – a diversidade, a diferença e o conflito que promova o diálogo advindo desse encontro. Muitas vezes o único refúgio vem dos pares que compreendem o quanto essas situações afetam o colega, a escola, os alunos e a educação.

Sobre a atuação sindical em casos de coação ou constrangimento, 75,8% dos participantes dizem não ter recebido esse apoio; 16,1% responderam afirmativamente e 8,1% em partes. É preciso lembrar que nem todos os casos são levados até o conhecimento da entidade, o que impede a sua atuação.

As formas de atuação da entidade também foram descritas pelos respondentes do questionário, com 21 respostas e, conclui-se que em 2 casos não houve atuação, 8 receberam apoio com reuniões, denúncias, orientações, cartas e movimentos públicos, em 2 o sindicato não foi acionado e 7 casos foram resolvidos na escola, 2 respostas não foram possíveis de compreensão, com mencionado no quadro 17:

Quadro 17 - Atuação do sindicato

Questionário	20. a) Qual foi essa atuação? Relate aqui.
Sem apoio	<p>Nada Simplesmente ignorou</p>
Com apoio	<p>Apoio com carta e movimentação pública do debate em apoio. Greves, não pagamento dos aumentos. Falta de reconhecimento do trabalho do professor para com os alunos. Reunião Apoio Conversei com a gestão e expus como me senti sobre o fato. Fez denúncia aos órgãos competentes Recebi algumas orientações sobre como proceder. Por meio de notas</p>
Não foi acionado	<p>O sindicato não precisou ser acionado Como não saí comentando ocorrido com alguém da escola, não tenho nada a declarar. Mas, comentei com a coordenação do sindicato.</p>
Resolvidos na escola	<p>Conversa com estudantes e justificativa aos pais Fui a cartório e registrei a conversa numa Ata Notarial que teve uma taxa de \$ 200 Um dos casos ocorridos, foi de uma professora que decidiu ofender por ter divergências políticas, me ofendeu, aproveitando para falar palavras chulas sobre a minha pessoa, tentou humilhar e principalmente por eu ser ACT e ela efetiva. Fez isso assim q acabou o recreio, na frete de 4 professores, que ficaram horrorizados com as falas da professora p mim, me levantei, e respondi p ela me defender, deixei ela falando sozinha, após terminar quase que um discurso que fiz sobre me respeitar. Em seguida fui até a direção e comuniquei o que tinha ocorrido. Eu estava de saída para ir em um velório de uma professora/amiga. A direção recebeu reclamação de professores que assistiram a cena, e que ficaram envergonhados pela fala da professora que me ofendeu. A direção chamou a professora para conversar, e que isso voltasse a acontecer com qualquer outra pessoa, eles levariam isso adiante, com ata, e processo administrativo. Nunca mais ocorreu. Dois anos depois fui trabalhar como Coordenadora Pedagógica e justamente fui coordenadora dessa professora, quando me viu, ficou assustada. Conte para a diretora da nova escola o que tinha ocorrido, pedi pra ela que sempre que precisasse conversar com ela, sobre algo do trabalho dela, que sempre fosse na presença da diretora. E mostrei para essa professora como ser uma pessoa do bem e que respeita o próximo, independentemente da sua opinião. Um dos alunos foi chamado na coordenação, e também a coordenação foi na sala ter uma conversa Conversa para entendimento entre pais e professores e alunos. Conversa para registrar no caderno o ocorrido no caderno para poder chamar o tal pai e conversar com ele depois. Em duas situações, uma em que fiz um projeto sobre gênero com os alunos do ensino médio numa escola pública, e um pai queria retirar um cartaz que tinha a bandeira do movimento LGBTQIA+ desenhado, alegando que era algo "impróprio", e movimentou a direção a escola para que eu fosse punida por aquilo. E na segunda, um grupo de alunos de uma escola privada criou uma fake news para forjar que eu estava fazendo propaganda partidária na escola afim de me prejudicar. Nos dois casos recebi apoio integral da escola e da direção.</p>
Indefinidos	<p>De taxado você fez, sem dar o direito de nem mesmo eu falar. Denúncia caluniosa</p>

Fonte: produzido pela autora (2022)

Mesmo que a maior parte dos casos tenha sido resolvida na escola, é preciso considerar que durante o governo Bolsonaro houve uma campanha de descredibilização desta entidade, o sindicato, usando de uma crise mundial, promovida pela classe dominante que não suportava observar os ganhos de entidades como estas:

A ampliação da crise econômica mundial e seus reflexos internos tornaram insuportáveis à classe dominante local pequenas, mas significativas, conquistas dos movimentos sociais, sindicatos e partidos vinculados às lutas dos trabalhadores por seus direitos. Com a crise econômica, externa e interna, o que a classe dominante não admitiu foi abrir mão do lucro e dos privilégios (FRIGOTTO, 2017, p. 22-23).

Nas entrevistas também se indaga sobre o apoio recebido e, dentre os 6 entrevistados, conclui-se que em 3 casos houve atuação do sindicato (E1, E5 e E6) e em, 3 (E2, E3, E4) os casos não foram comunicados à entidade. 3 entrevistados (E2, E3 e E5) citaram o apoio dos colegas e da gestão escolar, conforme observado no quadro 18:

Quadro 18 - Apoio aos professores

Entrevista	Você recebeu apoio de alguma instância escolar (Direção, pais, alunos, colegas, sindicato)?
Atuação do sindicato	<p>Entrevista 1: Eu recebi do sindicato. O sindicato sabendo do ocorrido fizeram tudo que estava ao alcance deles para me ajudar. Então é o sindicato, ele foi muito acolhedor né. Professores, os meus colegas professores, eu tive alguns que conseguiram entender qual era a jogada ali, mas a grande maioria dos professores infelizmente concordaram com a ação do prefeito, sabe? o que me deixa bem triste. (...)</p> <p>A direção como é que foi? Quando foi para escola?</p> <p>É que eu nem cheguei a ter contato mais com a escola, porque no dia que ele fez aquele vídeo, fez a live, ele já determinou que eu me afastasse né, então eu não recebi um ofício, nem nota oficial, nem nada, nem na Secretaria da Educação, nem da gestão. A Secretaria da Educação entrou em contato com a gestão e a gestão me ligou dizendo que eu não precisava me apresentar na escola no outro dia, que eu tinha que ir até a secretaria de educação, que ia ser encaminhada a partir de lá. Mas assim eu não sei dizer para você qual é o posicionamento da direção da escola em relação ao que aconteceu porque eu entendo que eles ficaram contra a parede e também porque eles não sabem, a coordenação, a direção é cargo comissionado, são indicados.</p> <p>Mas nenhuma palavra de apoio?</p> <p>Nada. Eu entendo que eles se sentiram coagidos.</p> <p>E dos pais também tu não recebeu mensagem?</p> <p>Não.</p> <p>Entrevista 5: Olha, a direção escolar foi bem, bem parceira sim, mas eu acredito que tenha sido parceira porque a escola também foi atacada, a escola também foi descredibilizada. Não sei se em outro contexto teria sido tão parceira sim, mas foi.</p> <p>Não chegou a ir pro sindicato?</p>

	<p>Sim, deu apoio político, jurídico, todo apoio que a gente precisou, a gente judicializou algumas ações contra o vereador. E os colegas professores, como foi na escola? Ah, alguns ficaram contra um pouco eu acho por causa de dor de cotovelo também, alguns ficaram contra, outros ficaram favoráveis</p> <p>Entrevista 6: Do sindicato principalmente, o sindicato me apoiou bastante sempre e uma parte dos colegas também, porém como a gente tava vivendo um momento de bastante polarização, então a outra acabava, não, não apoiando, o que acabou se tornando normal. Mas graças a Deus não teve maiores desdobramentos essa situação. Não foi judicializado, só respondeu? Isso, foi só uma resposta, um esclarecimento.</p>
<p>Não foi necessário</p>	<p>Entrevista 2: Colegas e da direção da escola, a direção assim me apoiou né. Como eles te apoiaram? Eles me apoiaram, porque eles foram lá na escola reclamar e a diretora e os colegas ali né, todo mundo ficou a meu favor porque... na verdade você tem que trabalhar isso né?(...)</p> <p>Entrevista 3: Sim. É que como foi algo assim que foi resolvido na escola mesmo, então eu tive o total apoio da direção que apoiou que sentiu confiança e tudo e né, já resolveu a questão ali, mas não ir para outras instâncias né.</p> <p>Entrevista 4: Não, eu nem, nem foi algo que... eu levei pra frente assim. Foram questões pontuais que me incomodaram no desenvolvimento do meu trabalho, mas que eu não fiz nenhum encaminhamento. Não fui pra outras instâncias.</p>

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Percebe-se assim a importância do sindicato e da luta coletiva no direito à educação pública, gratuita e de qualidade. Orso (2017, p. 138), declara que ao nos colocarmos contra a projetos como ESP, lutamos pela escola e universidade pública, que são de certa forma a porta de entrada para os filhos da classe trabalhadora ao mundo do conhecimento científico e cultural. A educação não pode ser neutra:

[...] penso que as lutas que travamos demonstram que somos daqueles que defendem a educação e a universidade pública como trincheira de acesso, pelos trabalhadores e marginalizados, à cultura e aos conhecimentos significativos historicamente acumulados; somos daqueles que defendem a importância da escola, que lutam pela qualidade da educação e pela valorização dos conteúdos e dos professores, entendidos como mediadores do processo ensino/aprendizagem; somos daqueles que resistem ao retrocesso, aos golpes e pacotões; somos daqueles que defendem que escola é o local que deve primar pelo conhecimento científico; somos daqueles que pensam que a educação tem, sim, uma finalidade e um compromisso social. Por fim, penso que somos daqueles que acreditam que a educação não é neutra e pode cumprir um importante papel na transformação da história e da sociedade existente em favor da humanização, da emancipação humana.

Defender a educação, também perpassa pela defesa e apoio aos professores, como visto neste estudo é uma das partes mais frágil do processo, que constantemente sofrem

ataques e enfrentam silenciosamente, mas seguem resistindo ensinando diferentes conteúdos mesmo com receios de exposição. Quanto aos casos disponibilizados pelo SINTE, destaca-se os apoios recebidos:

- a) A professora de ensino religioso citada recebeu da escola uma carta de apoio, incluindo seu plano de aula;
- b) O professor de geografia foi orientado, pela gestão da escola, a trabalhar sua disciplina, subentende-se que ele não deve expor sua opinião sobre assuntos políticos por exemplo, fique restrito a sua disciplina, um silenciamento sutil, mas ainda um silenciamento;
- c) No caso da professora substituta do "Diário De Classe", a direção da escola conversou com a família sobre os impactos negativos da exposição dos membros do magistério, mas não obteve êxito;
- d) A professora de língua portuguesa, que foi agredida fisicamente por um aluno, não relatou apoio de diferentes instâncias.

Todos esses casos tramitaram na Justiça, foram vitoriosos mas, infelizmente, as indenizações foram de baixo valor financeiro, o que não impede que se repitam.

Nesta categoria é nítido que a maior rede de apoio dos professores, concentra-se na escola, seja por parte dos colegas ou da direção. Muitas vezes os professores enfrentam essas situações de maneira solitária e o sindicato, quando procurado, os ampara de diferentes maneiras. De acordo com o setor jurídico do SINTE, o Estado não oferece nenhum suporte aos seus profissionais quando estes enfrentam essas situações. Os professores contam unicamente com o sindicato em ações de judicialização e processos administrativos.

4.2.5 Sentimentos e reações docentes: dos silenciamentos às resistências

A partir dessa categoria, procura-se identificar como os professores enfrentam as situações vivenciadas. Entende-se que esse enfrentamento se dá a partir de uma dupla chave: resistência e silenciamento. Complementares, essas duas dimensões, de silenciamento e de resistência, integram um conjunto de estratégias de enfrentamento que, dessa forma, guarda relação com os diferentes modos como essas situações acontecem. Ao se tratar dessas dimensões, pode-se associá-las às relações entre clandestinidade e educação. Segundo Silveira e Almeida (2021, p. 15), a educação clandestina guarda relação com:

[...] um conjunto de práticas sociais heterogêneas de formação, de resistência e de exclusão que por estratégia ou imposição, são práticas marcadas pelo silêncio, por regimes de clandestinidade – distintos, complementares ou sobrepostos – definidos na dialética tensão entre liberdade e opressão, sendo, portanto, práticas constituídas a partir de experiências individuais e coletivas da (in) visibilidade, da (i)legalidade, e da (des)igualdade.

Assim, ao se analisar as dimensões de silenciamento e resistência, trata-se das diferentes formas da clandestinidade na educação, cuja condição pode significar, inclusive, o exercício de práticas de liberdade em contextos de opressão e de resistência, portanto.

No que se refere ao trabalho com certos temas considerados sensíveis, observa-se que mais da metade dos professores 63,3% já evitaram, por terem receio de constrangimentos, abordá-los em sala de aula. Desse modo, os dados apontam que professores silenciam por receio de se verem envolvidos nessas situações e alteram suas práticas educativas, o que configura uma espécie de autocensura. Em outra direção, 32,5% dos participantes manifestaram-se resistentes e 3,9% preferiram não comentar a questão.

Numa questão que envolvia a escala de representação em relação ao receio de serem constrangidos aos selecionarem determinado conteúdo, a maioria (67,6%), concorda totalmente ou parcialmente com a afirmação e 23,4% não se sentem receosos, pois assinalaram as opções “discordo totalmente (15,6%) ou “discordo parcialmente” (7,8%). Situação semelhante se observa na mudança da metodologia, onde 58,4% dos participantes afirmam terem alterado sua prática por receio de diferentes segmentos escolares, 36,4% dizem não ter alterado sua metodologia e 5,2% preferiram não responder. Na questão em que se propõem uma escala, no que se refere a mudança de metodologia por receio de constrangimento, a influência dessas situações nas decisões adotadas pelos professores é a seguinte: os que discordam totalmente ou parcialmente chegam quase a 35%; já os que concordam parcialmente ou totalmente é de 50%, corroborando com o dado anterior, demonstrando que mais da metade dos respondentes do questionário alterou sua metodologia por receio de serem constrangidos, uma autocensura dos professores, demonstrando assim que o sentimento de silenciamento é preponderante, por receio de constrangimentos ou perseguições, como por exemplo a exposição em redes sociais

Perguntado aos entrevistados se ainda abordam o tema ou conteúdos que foram objeto das coações ou constrangimentos e 4 (E2, E3, E4 e E6) continuam seu trabalho, mas com receio, medo ou apreensão, enquanto 2 (E1 e E5) relatam que continuam seu trabalho

ou seu posicionamento político da mesma forma, de acordo com as respostas que constam no quadro 19:

Quadro 19 - Trabalho com conteúdo mesmo com receio

Entrevista	Você ainda trabalha esse tema ou conteúdo mesmo com medo ou receio? Por quê?
Trabalha sem receio	<p>Entrevista 1: Então eu não vou sair da sala de aula. Eu tô lutando para que eu consiga voltar. Porque eu sei a importância do meu trabalho. Eu sei o quanto ele é bem feito. Eu sei quanto amor eu sempre depositei nele. Então não vou sair e não vou deixar de me posicionar politicamente. Porque eu acredito... que a política feita de forma correta, ela ajuda a transformar muitas coisas. Então não tem porque eu ter medo do meu posicionamento, nem vergonha do que eu falei, que não foi nada errado. Eu não cometi nenhum crime, então pretendo voltar para sala de aula porque o que eu sei fazer e o que significa muito amor. (...)</p> <p>Entrevista 5: Continuo, eu não mudei nada da minha prática assim sabe? O que eu continuava fazendo antes eu continuo fazendo da mesma forma, é, e com a mesma intensidade digamos assim e pretendo não mudar.</p>
Trabalha com receio	<p>Entrevista 2: Olha ainda trabalho, tem que trabalhar né, porque tá no conteúdo do quarto ano, então eu trabalho ainda, mas no ano passado ainda tinha um certo receio assim, esse ano trabalhei o tema e com mais receio um pouquinho, porque tanta coisa que a gente tá vendo por aí né, parece que as pessoas não têm o direito de se manifestar, é um lado só pode, outro lado não pode né. Pra uns pode tudo, para outros não podem nada né. Complicado eu achei bem... trabalhar esse tema esse ano foi complicadíssimo assim, porque tu tem que explicar várias vezes para eles, que embora você não concorde que não seja sua opinião muitas vezes tem que aceitar opinião do outro né. A maioria vence uma democracia né, a gente tem que aceitar(...)</p> <p>Entrevista 3: Sim eu trabalho tema, mas assim eu preciso ter essa cautela, e a gente fica depois disso a gente fica com certo receio sim, toda vez que tu vai abordar o assunto tu repensa, quem sabe tu aprofunda até menos por conta disso, a gente fica é bem difícil assim, tu conseguir trabalhar esse tema livremente depois de tu passar por uma situação assim.</p> <p>Entrevista 4: Olha, eu trabalho na verdade, eu trabalho... mesmo depois que aconteceu a situação ali, quando fui trabalhar com a turma do nono ano trabalhei de novo análise gráfica e relacionei com assuntos, que eram, que eu sabia que poderia tipo dar algum problema e tal, pelo contexto político do momento enfim, qualquer dado que a gente pudesse utilizar ali, naquele momento poderia ferver a coisa né, mas eu trabalhei igual assim, foi bem tranquilo. Mas trabalhou com receio ou não? Eu trabalhei com receio assim por trás eu, meio que fiz o enfrentamento, porque trabalhei... eu sentia um medinho, mas assim eu fui lá e fiz igual. Eu nunca, em momento algum, tinha como objetivo de falar assim: “Ah o candidato A ou o candidato B”, mas em questões bem contextualizadas, inclusive em exercícios de vestibular que faziam análise social e tal aí eu tentava puxar, fazer eles enxergar “Olha gente nos últimos anos a gente regrediu em tal sentido”, tentava explica pra eles o contexto assim(...)</p> <p>Entrevista 6: Eu trabalho, não exatamente com medo. Eu trabalho de uma forma mais apreensiva. Fico aguardando já que possa ter algum tipo de reação da parte dos alunos, mas não deixo de falar, não deixo de comentar. Acho que a gente não pode se amedrontar com as questões que vem né, nesse momento de mais polarização, de</p>

	<p>radicalismo, e penso que se a gente se amedrontar daí também tá colaborando pra isso. Então eu continuo fazendo a minha parte, continuo falando do desmatamento, trazendo dados, explicando....)</p> <p>E a tua atuação política, tu também mantém da mesma forma?</p> <p>Mantenho, apesar de que agora um pouco mais afastado né. Já fiz parte do diretório, mas agora eu tô um pouquinho mais afastado, do diretório municipal né. Agora eu tô um pouco mais afastado por questões pessoais.</p>
--	---

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Apesar de apenas dois dos entrevistados afirmarem que trabalham sem receio, observa-se estratégias de resistências como do E5, que afirma que trabalha com a mesma intensidade e que não vai mudar; já os demais afirmam que continuarão a trabalhar esses conteúdos, mesmo com receio. Esse medo pode gerar um sentimento de auto regulação, como expresso nos depoimentos, essa atitude de evitar abordar algum conteúdo ou metodologia revela uma auto censura por parte dos profissionais da educação, situação que corrobora com o que Algebaile denunciava em 2017:

Nesse sentido, cabe destacar, primeiramente, que o Projeto de Lei (PL) compõe o programa de ação do Escola sem Partido tanto como um instrumento estratégico de mobilização e propaganda, quanto como um instrumento jurídico-político de controle da escola que, no entanto, não precisa de sua plena vigência jurídica, propriamente dita, para produzir os efeitos desejados. Como o teor do modelo de Projeto de Lei e sua forma de divulgação difundem, por si, um clima de vigilância, suspeição, denúncia e punição, não é preciso haver um projeto aprovado para que se cumpra parte dos efeitos esperados[...] (ALGEBAILLE, 2017, p. 70).

Também existiu o interesse de investigar a disposição dos participantes quanto a um possível abandono da profissão em virtude das situações vivenciadas e os dados demonstram que 53,2% dos participantes não cogita a possibilidade de desistir do seu ofício, 24,7% já considerou essa alternativa em algum momento e 20,8% afirmaram estarem inclinados a desistirem da profissão, levando em consideração que a maioria dos respondentes possui mais de 20 anos de profissão, observa-se a resistência desses profissionais com mais experiência no magistério que permanecem apesar das adversidades.

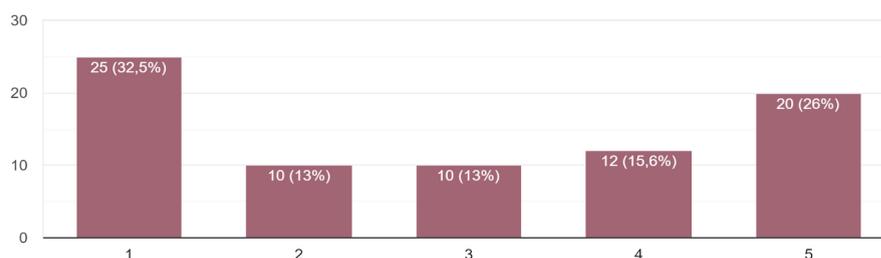
Dado comprovado numa questão em que se escalonou a predisposição dos participantes em relação ao abandono da profissão, sendo que 41,6% já pensaram em desistir, concordando plenamente ou parcialmente, e 45,5% não cogitam essa possibilidade, discordando totalmente ou parcialmente, conforme gráfico 11:

Gráfico 11 - Vontade de abandonar o magistério

28. Numa escala de 1 a 5, seu receio influenciou você na decisão de abandonar a profissão? Na questão abaixo, assinale a alternativa que melhor representa a sua situação ou a sua opinião sobre o tema de cada afirmação, considerando a seguinte escala:

- 1 – Discordo totalmente
- 2 – Discordo parcialmente
- 3 – Não concordo, nem discordo
- 4 – Concordo parcialmente
- 5 – Concordo plenamente

77 respostas



Fonte: produzido pela autora (2022)

O abandono da profissão também foi inserido na entrevista e os dados se repetiram, pois 3 dos 6 participantes relatam terem pensado em desistir do magistério e citam outros motivos além dos constrangimentos sofridos, como desvalorização salarial, decepção, desestímulo, cansaço, dúvidas, esgotamento mental. A decisão de abandonar o magistério pode ter vários motivos internos e externos, segundo Lapo e Bueno (2003), em seus estudos apontam que, predominantemente, refere-se às questões salariais, mas vem na maioria das vezes associadas a outros fatores como condições de trabalho, desencanto com a profissão ou insatisfação como sistema de ensino.

Os outros 3, no entanto, citam sua paixão e encantamento pela docência e que não serão esses percalços que os farão desistir, pois o magistério faz parte de sua identidade, como se observa nas respostas que constam no quadro 20:

Quadro 20 - Abandono do magistério

Entrevista	Pensou em abandonar o magistério?
Não cogita abandonar o	Entrevista 1: Eu não, nunca, nunca pensei em sair de sala de aula né, porque sempre que eu digo, ser professora é a vocação né, ou você gosta realmente daquilo ou você não consegue ficar, porque o desafio da sala de aula é muito grande em vários aspectos. Eu amo sala de aula, eu amo. Então estar afastada (choro) Desculpa... é como se tivesse tirado um pedacinho de quem eu sou. Porque ser professora é parte de quem eu sou, do meu caráter. Das coisas que eu valorizo, das coisas que eu sempre acreditei.

magistério	<p>Entrevista 3: Não, não, não, por isso o magistério é uma paixão né, a gente precisa se encantar com ele, então assim não é essas essas pedras no caminho que a gente vai deixar de acreditar que ainda tem jeito.</p> <p>Entrevista 5: Não, não.</p>
Já pensou em abandonar o magistério	<p>Entrevista 2: Ai algumas vezes a gente pensa né porque às vezes a gente se decepciona né. Principalmente agora. Depois desse fato, aconteceu ali naquela época da pandemia ali né, porque tava trabalhando mais online assim, mas a gente pensa assim às vezes, porque como é que vou te dizer? A gente se sente às vezes frustrado né, com algumas situações dentro da escola né. Esse foi um evento que me frustrou, não tanto porque eu recebi o apoio assim né, mas que tipo se eu não tivesse recebido apoio foi eu acho que seria uma das coisas que me faria pensar em desistir né. (...) Complicado, aí às vezes desestimula a gente tentar novas coisas. A de se pensar, se eu não tivesse nessa altura...</p> <p>Entrevista 4: Pensei... pensei (risos). Também eu acho que, assim óh eu acho que a gente vem passando por um processo de que cada ano tá mais difícil assim, só que talvez na volta depois da pandemia. Eu acho que esse foi o primeiro ano né, que a gente trabalhou assim completo com todos os alunos, então talvez foi essa sensação assim de muito cansaço e tal. Eu cheguei na metade do ano, eu tinha a sensação que eu tava no final. Coisas que nós, em anos anteriores da pandemia, não tinha acontecido assim. Aí teve horas, teve momentos que eu me perguntei: Será que eu realmente devo estar aqui? Ou teve várias situações que eu, inclusive na questão do mestrado, quando eu comecei a fazer as disciplinas do mestrado lá na Fronteira Sul. Aí chegou, deixa eu ver, foi na, era no feriado do dia 15 e tal, eu tava meio que surtando assim sabe? Porque é muito difícil conciliar tudo né, é a escola, é as disciplinas e a nossa vida que continua né, então causa muitas incógnitas assim “Meu será que assim eu vou, eu to no caminho certo e tal?” porque a questão que muitas vezes as pessoas não entendem é que a gente não tem um trabalho físico assim, sabe? Mas o esgotamento mental assim, psicológico foi muito grande durante o ano, nossa! Bem difícil. Pra todo mundo na real né.</p> <p>Entrevista 6: Já pensei. Não por esse motivo, mas por alguns outros, principalmente a questão da desvalorização profissional. Porque consegui cursar o mestrado, com toda a dificuldade, contra tudo né que era posto na época, eu consegui, e mesmo assim não é uma remuneração que condiga com todo esforço que a gente faz né. Então já pensei várias vezes. (...)</p>

Fonte: elaborado pela autora (2022)

Os dados indicam que situações de coação ou constrangimento acabam afetando as decisões didáticas dos professores, seja na escolha dos conteúdos ou metodologias, mas também em permanecer ou não na profissão e, ressaltam a importância do apoio a esses profissionais para que não desistam de suas carreiras. Lapo e Bueno (2003) advertem que o abandono da profissão docente não acontece repentinamente, passam por várias etapas são experienciadas pelo professor até a difícil decisão de deixar a carreira de lado, pois isso representaria o fim de muitas expectativas que o fizeram optar pelo magistério.

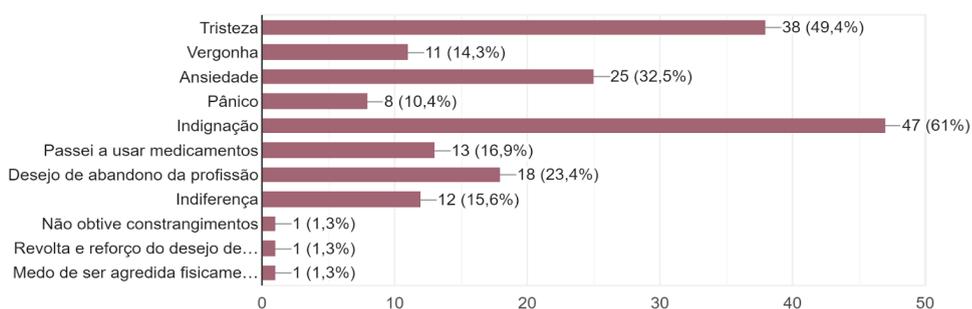
Foi perguntado aos participantes quais sentimentos tiveram ao serem submetidos a situações de constrangimento, coações ou perseguições e as respostas apontaram sentimentos

comuns, como indignação, tristeza e ansiedade; outros ainda citaram vergonha e pânico. Relatam a necessidade de uso de medicamentos, desejo de abandonar a profissão, mas também indiferença. Esta questão obteve mais respostas, porque cada participante podia assinalar mais de uma alternativa, de acordo com o gráfico 12:

Gráfico 12 - Sentimentos dos professores

29. Qual foi seu sentimento após o acontecimento?

77 respostas



Fonte: elaborado pela autora (2022)

Na entrevista os professores revelaram sentimentos semelhantes, mas também medo de sair na rua, sentimento de injustiça, constrangimento, desestímulo, cansaço, decepção, vontade de abandonar o magistério, síndrome do pânico, dúvidas e questionamento em relação ao próprio trabalho docente, como se vê no quadro 21:

Quadro 21 - Sentimentos dos professores ao serem constrangidos

Entrevista	Como você se sentiu ao passar por essa situação? Como você se sentiu ao passar por essa situação?
Coação	Entrevista 1: Eu me senti contra a parede. Porque,, nós não somos empregados no trabalho, como numa empresa privada. A gente tá ali por mérito de uma prova. O nosso conhecimento foi colocado à prova. Nós estamos trabalhando. Nós não somos pessoas desqualificadas né? Então nós temos um padrão ético para trabalhar. É.. Claro que eu entendo que quando há uma dúvida que o comportamento do funcionário público esteja extrapolando isso né, a questão ética, tem que ser investigado. Isso eu jamais vou questiona né?. Mas o que eu questiono foi a atitude que teve em torno disso né. Porque não havia necessidade de me expor dessa forma né, porque ele é, me colocou em risco né. O gestor municipal me colocou em risco, mostrou o meu rosto, ele mostrou meu nome.
Exposição nas redes sociais	Então eu sofri muito, ataque das minhas redes sociais. Então assim é, chove de gente me chamando de horrores né, sofri ameaças. Então é, a minha vida mudou depois disso. Eu não me sinto mais à vontade, por exemplo de sair na rua. Porque eu não sei se as ameaças são só ameaças, não são coisas que vão realmente se concretizar.

Ameaças	Tu lembra de algum tipo de ameaça assim que te marcou?
Injustiça	Ah que eu precisava tomar cuidado quando eu saísse na rua, porque eu poderia sair e não voltar mais... Que é... já que eu sou tão é... doutrinadora assim se fosse visitar tal cidade que os pais estavam me esperando para me ajudar a doutrinar... coisas assim... sabe com o teor de ameaça . As mais graves eu registrei boletim de ocorrência né, e sempre frisando que foi é... eles foram incentivados por esse vídeo né. E fica o sentimento de injustiça porque é... foi utilizada de malícia, sabe, com essa situação toda, porque eu sei do meu trabalho sempre foi idôneo, o meu trabalho sempre foi muito bem feito e nas escolas onde eu passei, eu não tenho reclamação do meu trabalho. Então fica esse sentimento de injustiça , mas também não vai ficar assim porque do mesmo jeito que ele teve o direito de me acusar eu tenho o meu direito de me defender. E na justiça vai ser provado né. Tem que aguardar...
Constrangimento	
Dúvidas	Entrevista 2: Ah eu me senti mal assim, constrangida sabe assim tipo eu sei eu não tava fazendo nada de errado né, mas tu sente mal assim porque você se sente ameaçada, não é ameaçada assim... como é que vou te dizer assim... insegura, questionada né. Por que será que eu tô fazendo certo? Será que eu fiz alguma coisa errada mesmo né? Mesmo tu sabendo, tu começa a se questionar né. Será que a gente fez alguma coisa errada? Será que eu não deveria ter feito isso né? Mas depois assim eu pensando isso, não, mas eu não posso né, deixar de fazer isso. Eu acho que o papel do professor né. A gente tá ali para isso né, pra ensinar isso para eles né, ou para lembrar pelo menos.
Chateação	
Tristeza	
Constrangimento	Entrevista 3: Assim... pessoal eu fiquei chateada né, fiquei assim ãh né, que saco ter que passar por isso né, por explicar algo, mas assim se, até comentei, que se acontecesse de novo e se eles fossem indagar, perguntar eu ia explicar novamente do mesmo jeito porque foi uma forma natural né, então assim, só que isso deixa a gente bem chateado, bem triste, sabe entristecido com a situação.
Tristeza	Me senti de certa forma constrangida sim, entristecida como já dito né , porque a gente precisa daí assim, ah sei lá fica né, pensando meu tem que dar explicação por algo que tu explicou de forma tão natural que tem na sociedade que eles veem e pedem explicação e a nossa função como professor é explicar, esclarecer os fatos de forma mais né, certa possível e científica. Então me senti sim entristecida, constrangida por conta de ter que esclarecer isso né, e sabendo que a nossa função como professor é levar o conhecimento, e explicar da melhor forma possível né, da maneira mais correta.
Medo	
Coação	Entrevista 4: Eu fiquei assustado, mas... no sentido de que se fosse, por exemplo houve comentários assim, mas eu tinha certeza de que se alguém fosse por exemplo, chamar pra um registro ou em ata, ou alguma reunião o que eu tava trabalhando, tava previsto no currículo, ainda mais nessa modalidade do novo ensino médio, que traz uma aproximação muito maior da matemática com questões do dia a dia assim dos alunos. E a ideia do que foi repassado no início do ano foi essa pela gestão, então me causou espanto os comentários, mas ao mesmo tempo eu sabia que eles não poderiam tomar nenhuma ação, ou uma atitude assim enfim quanto aquilo porque eu tava certo naquilo que eu estava, mas os comentários existiram sabe?
Desestímulo	Olha eu vou usar um termo, eu acho que coagido na verdade. Porque meio que desestimula a fazer certas, certos projetos e trabalha certos assuntos assim, quando

<p>Constrangimento</p>	<p>isso acontece, porque a gente vai lá planeja. A intenção era que realmente houvesse interpretação, no caso do conteúdo e tal e que não houvesse no caso, ãh esse espanto por parte de colegas né enfim. ãh acho que isso desestimula, coage o professor, desestimula pra trabalhos que possam ser desenvolvidos nos outros anos assim . “Poxa eu já trabalhei, já vi que deu um probleminha, então vou descartar essa possibilidade e nem vou mais trabalhar mais enfim, vou dar outro foco”.</p> <p>E os militares alguma vez interferiram?</p> <p>Não, eles não... Nesse sentido eles sempre foram muito, eles sempre respeitaram muito assim eles sempre souberam muito qual é a função deles assim. E eu acho que ao longo do ano assim eu também consegui entender que qual é a função né, deles estarem na escola, que é a questão de disciplinar os alunos né, eles não interferem em questões pedagógicas enfim, mas o objetivo deles é trabalhar com a disciplina do aluno e tal. Tudo dentro da caixinha, mas assim, a forma como é trabalhado, discordo totalmente né, porque, por exemplo, na verdade tem e não tem interferência deles, porque vamos supor assim: ãh se uma aluna tivesse usando brinco ou com o cabelo solto na minha aula. Eu, como professor, entendo que isso não vai interferir no processo de aprendizagem dela. Tipo ela não vai aprender mais ou menos com o cabelo amarrado ou cabelo solto. Aí aconteceu de chegar alguém da gestão, por exemplo, e a aluna ta com o cabelo solto, e daí antes de passar o recado, a primeira ordem foi: “Tira a corrente, tira o brinco e amarra o cabelo, porque você sabe que a regra é essa!” Então antes mesmo por exemplo, ãh alguém da gestão tava vindo na sala pra dizer um recado pontual assim, pros alunos, então antes de passar o recado, a primeira coisa que a pessoa viu ela foi, ela já foi determinada a querer enxergar aquilo, então queria enxergar todas as meninas com os cabelos amarrados, quando ela não enxergou, ela falou em relação a disciplina, em relação às regras. O que causa constrangimento pro professor. Eu me sentia constrangido e tal porque os alunos eles olham pra gente e meio que, eu fico imaginando o que passa na cabeça deles assim, “Ta, mais o meu professor ta aqui até agora não falou nada, por que que agora alguém de fora ta entrando, ta obrigando eu amarrar o cabelo?” Tipo era engraçado porque eles vão conhecendo os professores ao longo do ano né, e alguém da gestão saia da sala e ela soltava o cabelo de novo, porque sentiu esse conforto, sabiam que na minha aula né e na de tantos outros professores podia ficar de cabelo solto e em tal aula ia ter aquele professor que ia cobrar o cabelo amarrado, coisas assim sabe...</p>
<p>Constrangimento</p> <p>Desamparo</p> <p>Culpa</p> <p>Cansaço</p>	<p>Entrevista 5: A gente acha que nunca vai ser com a gente, quando é com os nossos colegas a gente luta e defende da forma que a gente pode assim, e quando é com a gente, a gente acha que nunca vai ser, e aí no momento que foi eu fiquei muito constrangido, sabe? Senti, apesar de ter muita gente ajudando, acaba se sentindo desamparado, se sentindo sozinho, tem que cuidar pra não se sentir culpado, acha que fez errado mesmo, acha que exagerou. Todo esse processo a gente passa. Cansa né, cansa muito a gente, é tira a vontade de fazer as coisas. É um processo muito dolorido.</p> <p>Então como eu me senti passando pela situação? Cansaço, cansaço no sentido que eu não precisava passar, sabe?</p> <p>E a exposição na cidade. Tu chegou a receber ameaças da comunidade?</p> <p>Alguma coisa sim, a gente sentiu, mas muito mais do vereador e de uma parte de pessoas que têm contato direto com ele.</p> <p>Ele não chegou a ir na escola?</p> <p>Foi, mas a gente não teve, a diretora não deixou ele conversar com a gente. Chegou a esse ponto de ir na escola.</p>

Decepção	<p>Entrevista 6: Eu, eu assim, a princípio sempre fui de questionar, de perguntar, de ir atrás, de teimar sabe? Sou bastante teimoso, questionador. Acho que posso não resolver grande coisa, mas a gente levanta a lebre, a gente sempre consegue ir além daquilo que é posto pra gente. E depois disso eu confesso pra você que fiquei um pouco decepcionado, mas a minha maior decepção, vou te relatar um pequeno episódio que aconteceu comigo: Foi quando eu saí dessa escola vim pra outra e aí eu consegui uma vaga pra fazer, pra cursar mestrado, sabe? E tentei conseguir aquele afastamento remunerado pra estudos e me foi negado. E inclusive na época, ele era um afastamento que vinha por regional. Não sei se tu lembra dos editais, ele era regionalizado, né? Então existia uma vaga pra regional de Curitiba e existia um escrito, eu. Eu perdi pra mim mesmo. Eu não consegui a vaga. E aí quando foi conversado com a pessoa que respondia pela gerência na época, me disse que eu era novo, que eu conseguia, que eu dava conta. “Não, você dá conta, você é novo, você é jovem, você vai conseguir tudo!” E depois claro, pra outras pessoas comenta-se que eu não consegui porque eu sou filiado ao PT. Então... muito triste, aí depois disso assim eu desanimei de bastante coisa, sabe Letícia? A gente cansa também né, da luta tem horas que dá uma queda.</p>
Perseguição	
Apoio do sindicato	<p>Nessa situação, eu mais uma vez eu me senti amparado pelo sindicato, foi muito atuante, entramos na justiça, tentando conseguir judicialmente o afastamento remunerado, porém não conseguimos, aí fomos adiante né, tentamos durante meio ano, mas o Estado alegou que não era do interesse do Estado, o mestrado para o qual eu havia sido aprovado, mesmo sendo na UFSC né, na Universidade Federal. Então, pro Estado não tinha valor, então isso me deixou bastante chateado, sabe? Então abria mão das minhas aulas excedentes, quase pedi exoneração pra conseguir cursar né. Mas não pedi e teimei em fazer as duas coisas, então acabou que adoeci. Então tive um processo de síndrome do pânico pelo excesso de trabalho e estudo né, porque é muita coisa ao mesmo tempo. Acabei ficando, acho que uns 50 dias afastado pra me recuperar né.</p>
Doenças	
Afastamento	
Tranquilidade	<p>E quando tu passou por esse processo ano passado da panfletagem, como tu se sentiu?</p> <p>Eu me senti tranquilo, porque eu sabia que eu tava fazendo algo que não era errado. Eu me senti muito calmo, muito tranquilo, muito sereno. Sabia exatamente como responder. Que era fora do meu horário de trabalho, que era fora âmbito escolar e que claro, a gente trabalha com ensino médio, então é normal que se comente em casa que né tem consequências, mas não me assustei, não foi uma coisa que me deixou assim assustado né. Eu tive mais receio durante essa eleição de alguns colegas dentro da própria escola do que esse tipo de denúncia que a gente teve, que a gente sofreu. Tem pessoas que até hoje não nos cumprimentam né (risos), mas isso faz parte né do jogo. Saber perder e ganhar, a gente também passou por esse processo em 2018 e é normal. Eu vejo com muita tranquilidade. Penso e espero muito que em breve as coisas se normalizem.</p>
Receio	

Fonte: elaborado pela autora (2022)

No que se refere às doenças afastamentos para tratamento médico, é importante ressaltar que estes são partes dos estágios de abandono do magistério, chamados de abandonos temporários ou especiais, onde o profissional encontra formas de ir se afastando da escola ou da sala de aula, pode ser com atestados médico, licenças, faltas, ou remoção até o

abandono definitivo (LAPO; BUENO, 2003).

As autoras chamam a atenção para as relações interpessoais que não são esperadas pelo profissional, podendo gerar sentimentos que inclusive podem levar ao afastamento do ambiente escolar:

Se essas relações não condizem com as expectativas e representações dos professores, elas podem afetar o grau de envolvimento com o trabalho e a própria realização profissional. Relações que não priorizam a sinceridade, que não propiciam a expressão de pontos de vista divergentes, que não estimulam a solidariedade e o apoio mútuo, que não valorizam o trabalho realizado, que são baseadas em estruturas hierárquicas rígidas etc., geram sentimentos de raiva e medo, de competitividade exacerbada, de baixa auto-estima, de frustração etc., resultando em um grande mal-estar. Tentando livrar-se desse mal-estar, os professores assumem posturas defensivas que podem ir desde comportamentos agressivos, queixas constantes, críticas excessivas etc., até o distanciamento do ambiente, restringindo o convívio com os alunos, colegas e diretores ao mínimo possível (LAPO; BUENO, 2003, p. 78).

Quando as relações entre professores, colegas, direção, alunos, família ou comunidade escolar são abaladas pode acontecer o silenciamento, deste profissional que já não vê sentido em seu trabalho pedagógico, desmotivando podendo chegar ao abandono definitivo da sua carreira profissional.

Mas também, encontra-se nesses depoimentos diferentes formas de resistências também apontadas pelos professores entrevistados como:

- o registro de boletim de ocorrência, a certeza do direito de se defender;
- a garantia do ensino dos conteúdos para os alunos;
- a continuidade da explicação sobre o assunto visto que essa é sua função;
- a certeza de que estava correto sobre o que estava sendo ensinado em sala de aula e, portanto, não poderiam repreendê-lo ou censurá-lo a respeito disso, a tranquilidade de não estar fazendo nada de errado;
- a superação dos comentários;
- o apoio da gestão, protegendo os profissionais de serem expostos ainda mais;
- o apoio dado pelo sindicato da categoria;

Nota-se o quanto essas situações interferem nos sentimentos dos professores e os abalam psicologicamente, causando distúrbios, afastamentos do trabalho e desejo de abandono da profissão.

Quanto aos sentimentos expressos pelos professores acompanhados pelo SINTE,

destaca-se o caso da professora de Indaial, que também relatou nas redes sociais que, apesar do ocorrido, resiste as adversidade, a violência, a falta de valorização, que não se calará diante do ódio, mesmo estando assustada com os comentários sobre seu posicionamento político e social, pois compreende que, como cidadã, tem o direito de se expressar e compreende a diferença de seu posicionamento em sala de aula⁵².

No caso da professora de Indaial que levou um soco de um aluno, escreveu em suas redes sociais acerca do fato, o post foi compartilhado 112.620 vezes, com 2384 comentários:

“Estou dilacerada por ter sido agredida fisicamente. Estou dilacerada por saber que não sou a única, talvez não seja a última. Estou dilacerada por já ter sofrido agressão verbal, por ver meus colegas sofrerem. Estou dilacerada porque me sinto em desamparo, como estão desamparados todos os professores brasileiros. Estamos, há anos, sendo colocados em condição de desamparo pelos governos. A sociedade nos desamparou”. Lembrei dos professores do Paraná que foram massacrados pela polícia, não teve como não lembrar. Estou dilacerada pelos meus bons alunos, que são muitos e não merecem nossa ausência. Estou dilacerada, mas eu me recupero e vou dedicar a minha vida para que NENHUM PROFESSOR BRASILEIRO passe por isso NUNCA MAIS⁵³.

Fonte: constam no processo disponibilizados pelo setor jurídico do SINTE.

Esse relato demonstra o sofrimento de uma profissional que se sente extremamente abandonada pelos governos, mas que acredita na luta pela mudança, uma forma de resistência para que isso não aconteça novamente com outros professores.

É necessário pontuar o quanto esses professores apesar das tentativas de silenciamento, seja por parte da família, da escola, do Estado, através de atas, reuniões, denúncias, ouvidorias, exposições nas redes e sociais, na sua maioria ainda resistem e persistem, mesmo com medo as vezes, não alteram suas práticas pedagógicas, ou deixam de ensinar os conteúdos sensíveis, não abandonam suas lutas sociais, políticas e/ou sindicais.

O setor jurídico do sindicato confirma esses efeitos aos casos que chegam à instituição, como depressão grave, afastamentos para tratamento médico e uso de medicamentos. Ainda destacam, sentimentos de vergonha da exposição, desespero, perda da autoridade frente a comunidade escolar.

As formas de silenciamento passam pela auto censura, seja pelo não ensino de

⁵² A professora Marcia Friggi tomou um soco. E nós, o que aprendemos?. Publicada em: 25 ago. 2017. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/5371/a-professora-marcia-friggi-tomou-um-soco-e-nos-o-que-aprendemos>

⁵³ “Estou dilacerada”: o depoimento de uma professora espancada na sala de aula em SC. Publicada em 12 ago. 2017. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/estou-dilacerada-o-depoimento-de-uma-professora-espancada-na-sala-de-aula-em-sc/>

conteúdos sensíveis ou por não buscar ajuda do Sindicato ou jurídica quando enfrentam situações de constrangimento, por medo de represálias ou evitar problemas futuros, o que é muito compreensível. Os silenciamentos também aparecem através de conversas sutis até mesmo nas exposições em redes sociais e denúncias contra professores em órgãos públicos como Tribunal Eleitoral ou Ministério Público, junta-se a isso as baixas indenizações dadas aos professores, o que não inibem os agressores. Outras formas de silenciamentos são os afastamentos e até mesmo o abandono do magistério.

No entanto, percebe-se que apesar das adversidades os professores enfrentam esses desafios de diferentes maneiras, sem se subjugar aos ataques destes grupos neoconservadores que querem tomar a educação para si, portanto é preciso enfrentá-los:

Sabemos que nestes tempos reacionários às vezes é difícil acreditar que a resistência seja possível. Porém, não devemos esquecer que a manutenção dos privilégios também cobra o seu alto preço. Quanto mais conquistas os grupos conservadores conseguem, maiores ficam suas demandas. O monstro de duas cabeças do Escola Sem Partido e o monstro do fundamentalismo religioso nunca se satisfazem; tomaram gosto por impedir e retirar direitos e subjugar minorias e não vão parar sem haja resistência. Lutaremos contra o avanço destas leis e mesmo que elas passem, lutaremos desobedecendo-as. Não voltaremos para a senzala, para o tanque ou para o armário. Formaremos sim crianças (des)viadas. Desviadas das normas de uma sociedade racista, misógina, homofóbica e transfóbica. Criança (desviada), cidadã plena (MORA; SALLES, 2018, p.159).

Os professores sabem que em seu trabalho não estão indo contra a legislação educacional atual (BNCC), que tem o direito de participar de movimentos políticos, sociais, sindicais e que há uma onda neoconservadora que os vigia, com ameaças veladas ou expostas de silenciamentos, na sua maioria, os professores resistem. Seja na permanência no magistério, na continuidade do ensino de temas sensíveis, no apoio aos colegas que enfrentam situações de constrangimento, na procura pelo apoio jurídico do SINTE, ou na participação do mesmo.

Às vezes, clandestinamente, silenciosamente trabalham na construção de uma escola pública, gratuita e de qualidade. Nos silenciamentos os professores resistem, perseveram, insistem na educação pública, seja ensinando os mesmo conteúdos de maneiras diferentes, ou com a mesma intensidade, com receio ou não, denunciando ou não, apoiando seus colegas ou sendo apoiados. Apesar dos sentimentos de injustiça, culpa, desamparo, ameaças, constrangimentos, dúvidas, tristezas, desestímulo, medo, cansaço, decepção, perseguições permanecem ensinando, lutando, reivindicando, resistindo e até mesmo silenciando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A onda neoconservadora tem sua origem em diversas partes do mundo, neste estudo, destaca-se a sua origem na Europa, nos Estados Unidos, na América Latina e no Brasil. Esse movimento influencia diretamente o meio político, social e também educacional.

O conservadorismo durante muito tempo se diferenciou do liberalismo, visto que são correntes teóricas diferentes, mas agora se unem com pautas como “Liberal no mercado e conservador nos costumes”. Utilizam dessa união para inserir suas narrativas na sociedade, buscando muitas vezes enaltecer o privado em detrimento ao público.

Uma grande influência do neoconservadorismo é o fator religioso, tanto o setor evangélico quanto católico, formando inclusive bancadas com diferentes atores (religiosos, armamentistas e latifundiários) nas câmaras e assembleias legislativas estaduais e federais, que se unem para aprovar ou refutar pautas conforme seu interesse, como legalização do aborto, das drogas.

Esses discursos neoconservadores também chegaram à escola pública, principalmente nos últimos dez anos, com a oposição da bancada cristã que se formou contra um material chamado de “Escola sem Homofobia”, um programa que visava trabalhar nas escolas os preconceitos contra a comunidade LGBTQIA+, que inclusive nem chegou a ser distribuído nas escolas brasileiras, pejorativamente chamado de “Kit Gay”.

Diante dessa polêmica e no contexto das manifestações de 2013 e do golpe da presidenta Dilma Rousseff, uma onda reacionária instalou uma campanha de ódio aos professores e às escolas públicas. Nessa efervescência surgem figuras que percebem o capital político disponível, como EX-PRESIDENTE Bolsonaro, com diversos discursos racistas, machistas, homofóbicos, xenófobos, com diversos apoiadores e seguidores conseguindo chegar à presidência em 2018.

Seus apoiadores ganham as redes sociais com conteúdos sensacionalistas contra a educação pública, enxergam o comunismo e ideologia de gênero em tudo. Unem-se contra conteúdos da BNCC, um documento amplamente discutido com a comunidade escolar, tem seu texto alterado, termos como gênero foram retirados em versões municipais, em favor de grupos neoconservadores. Expõe os professores, materiais nas redes sociais, os acusam de doutrinares, comunistas, entre muitas outras ofensas, ameaças.

Nessa conjuntura trazem à tona projetos de lei de pouca visibilidade como Escola Sem Partido e o *Homeschooling*, mais tarde o Programa Escolas Cívico-Militares. Projetos que desvalorizam e descredibilizam as escolas públicas brasileiras, seus professores e sua formação acadêmica, diante da sociedade. Usam dos índices das avaliações em larga escala nacionais e internacionais como uma justificativa para a provação de seus projetos.

Alguns projetos ESP conseguem ser aprovados em algumas partes do país, mesmo depois que o STF determinou sua inconstitucionalidade. Atualmente o governador bolsonarista decretou a Semana contra a violência institucional, que deverá ser realizada em agosto, uma cópia idêntica ao projeto de lei, disponibilizado no site do movimento ESP. O projeto do *Homeschooling*, também obteve avanços no governo do INELEGÍVEL e chegou a ser autorizado em Santa Catarina e Chapecó, no entanto como não há amparo federal foram revogados, atualmente está parado no Senado Nacional.

O programa com maior êxito foi o PECIM, em que policiais aposentados participam ativamente da gestão escolar de escolas públicas, que geralmente se localizam nas periferias, como é o caso de Chapecó. Um programa com diversas críticas, desde a exclusão de alunos com problemas comportamentais para outras escolas, até mesmo na remuneração dos policiais, muitas vezes maiores do que a dos próprios professores, até mesmo nas regras estabelecidas que acabam apagando a diversidade cultural, étnica e social dos alunos brasileiros.

A pesquisa deste estudo realizada com professores da rede estadual de Santa Catarina em parceria com o SINTE, demonstrou que essa onda neoconservadora e os projetos advindos dela na educação, vem afetando o trabalho e atuação partidária e sindical dos professores. Os professores, na sua maioria, perceberam a dificuldade em trabalhar temas sensíveis como política, gênero, sexualidade e religiosidade, observaram que isso ocorreu nos últimos, coincidentemente no governo do EX-PRESIDENTE Bolsonaro.

Os professores com mais de vinte anos, que foram a maioria na pesquisa, demonstraram também mais resistência, pois não cogitam abandonar o magistério mesmo diante de tantas dificuldades, além da financeira. Esses movimentos neoconservadores vem afetando diretamente o trabalho docente, visto que os professores têm alterado sua metodologia ou evitado conteúdos polêmicos e, isso também é uma forma de resistir, pois assim permanecem na docência. É emocionante os relatos de professores que foram expostos por fazerem seu trabalho, ou atuar politicamente fora do seu horário de trabalho, nas suas

redes sociais, que apesar de serem perseguidos, expostos, coagidos, constrangidos, resistem e perseveram com a certeza de que não estavam errados, que estavam exercendo seus direitos e sua função.

Destaca-se também, a importância da rede de apoio dos professores no enfrentamento a estas dificuldades, seja dos colegas da escola, ou do sindicato da categoria. Esse apoio também se mostra como uma forma de resistir aos desafios atuais da educação. Também se observa a importância da luta coletiva, através de entidades como o sindicato, única instituição que prestou apoio aos professores que passaram por situações de constrangimento.

Essa pesquisa não encerra o debate, muito pelo contrário, mesmo com a ascensão de um novo governo, percebe-se, principalmente em Santa Catarina, que é preciso estar atento e vigilante para enfrentar movimentos, projetos, programas que não tem a intenção de somar ao debate da educação, mas sim de desqualificá-la e privatizá-la.

É importante ressaltar o meu posicionamento contrário a esses projetos de lei, que desconhecem a realidade escolar, as dificuldades enfrentadas por alunos e professores no dia a dia, fazendo rifas, festas, para arrecadar dinheiro para reparos e ter o mínimo de conforto durante o processo de aprendizagem, suprimindo necessidades que deveriam ser responsabilidade do Estado.

Ressalto que meu posicionamento mantém-se firme em defesa da escola pública, gratuita e de qualidade, da valorização dos professores frente a importância de sua responsabilidade social e no enfrentamento a todas as formas de preconceito, sejam elas machistas, misóginas, racistas, homofóbicas, entre outras, por meio do engajamento nos movimentos sociais, sindicais, político-partidários, acadêmicos. Acredito no engajamento em movimentos sociais e representativos como o sindicato da categoria, que durante os últimos anos foi desacreditado pela classe dominante e precisa ser fortalecido para a garantia e conquista de direitos trabalhistas.

É preciso a proposição de políticas públicas para valorização e permanência dos profissionais no magistério, visto a importância dos professores em nossa sociedade, bem como da escola pública especialmente que desempenha uma função social inigualável socialmente.

Assim outras perguntas surgem desta pesquisa: Quais as intenções das Forças Armadas com o documento “Brasil 2035 cenários para o desenvolvimento”? Como construir a existência mútua entre o ensino regular e domiciliar, sem pautas religiosas ou políticas?

Quais alternativas bem sucedidas para enfrentar os problemas das escolas periféricas, sem a necessidade de militarização? Quais as desvantagens de abandonar conteúdos sensíveis como política e gênero? Como restabelecer o profissionalismo frente a sociedade da profissão docente? Quais os preceitos éticos e científicos que devem pautar o trabalho pedagógico dos professores? Como os professores se vêem diante da profissão: trabalhadores ou profissionais?

Desta forma, deixa-se o debate aberto, para nos manter firmes e vigilantes frente aos futuros enfrentamentos, com coragem e resistência para garantir uma educação pública, gratuita, de qualidade e democrática.

REFERÊNCIAS

ALGEBAILLE, Eveline. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

ALVES, Miriam Fábila. **Mesa temática 1: Militarização das escolas: implicações para a educação básica**. 18 out. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?app=desktop&v=g5bUZkhMJ_0&noapp=. Acesso em: out. 2022.

ALVES, Miriam Fábila; REIS, Livia Cristina Ribeiro dos. Militarização de escolas públicas: reflexões à luz da concepção freireana de gestão democrática da educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**.v. 37, n. 2, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/113221>. Acesso em: 11 dez. 2021.

ALVES, Edmar Moreira. **Concepções de finalidades educativas escolares na perspectiva de líderes religiosos evangélicos neopentecostais**. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2020. Disponível em: <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/4545>. Acesso em: 11 dez. 2021.

AMOROSO, Guilherme. Pais aprovam as escolas ruins. **Veja**. Disponível em: https://veja.abril.com.br/brasil/pais-aprovam-as-escolas-ruins/#google_vignette. Acesso em: 18 ago. 2022.

ANDRADE, Édison Prado de. Educação Domiciliar: encontrando o Direito. **Pro-Posições**, v. 28, n. 2, p. 172–192, mai. 2017.

APPLE, Michael W. **Educando à direita: mercados, padrões, Deus e desigualdade**; tradução de Dinah de Abreu Azevedo.. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2003.

APPLE, Michael. **CMD 2022 | Palestra: Democratic Education (Educação Democrática)**, 28 de out. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1DKz07sQFLs>. Acesso em: out. 2022.

ARAÚJO, Carla; MURAKAWA, Fábio. Bolsonaro: Trabalhador terá de escolher entre mais direitos ou emprego, 2018. **valor.globo.com**. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/12/04/bolsonaro-trabalhador-tera-de-escolher-entre-mais-direitos-ou-emprego.ghtml>. Acesso em: 15 de fev. 2022.

BÁRBARA, Isabel Scrivano Martins Santa; CUNHA, Fabiana Lopes da; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho de. Escola sem Partido: visibilizando racionalidades, analisando governamentalidades. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROCO, Maria Lúcia S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e serviço social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

BINELO, Andréia Stochero. **Participação e práticas docentes de professores no processo de (re)construção curricular**. Dissertação (Educação) - Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó. 2021.

BOLSONARO AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DO 31 DE MARÇO DE 1964. UMA MENSAGEM EM ALUSÃO A DATA SERÁ LIDA EM QUARTÉIS. **Agência Brasil**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-03/bolsonaro-autoriza-celebracao-do-31-de-marco-de1964>. Acesso em: 26 maio 2023.

BOLSONARO VOLTA A DIZER QUE NEGRO É PESADO EM ARROBAS E IRONIZA SUA CONDENAÇÃO. **Folha UOL**, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/bolsonaro-volta-dizer-que-negro-e-pesado-em-arrobas-e-ironiza-sua-condenacao.shtml>. Acesso em: 20 de out.2022.

BOLSONARO HOMENAGEIA TORTURADOR EM SEU VOTO PELO IMPEACHMENT. AO VOTAR PELO AFASTAMENTO DE DILMA ROUSSEFF, DEPUTADO HOMENAGEOU 'MILITARES DE 64' E O EX-CHEFE DO DOI-CODI USTRA, CONHECIDO TORTURADOR NA DITADURA. **Rede Brasil Atual**. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/2016/04/bolsonaro-homenageia-torturador-em-seu-voto-pelo-impeachment-2649>. Acesso em: 25 abr. 2023.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em 22 de mar. 2023.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, **LDB. 9394/1996**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb34_00.pdf. Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. **Parecer nº 34, de 2000**. Validação de ensino ministrado no lar. Brasília: Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, [2000]. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb34_00.pdf. Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Primeira Seção. **Mandado de Segurança n. 7.407**. Ensino Fundamental. Currículo ministrado pelos pais independente da frequência à escola. Impossibilidade. Ausência de direito líquido e certo. Ilegalidade e/ou abusividade do ato impugnado. Inocorrência. Lei 1.533/51, art. 1º, cf, arts. 205 e 208, § 3º; lei 9.394/60, art. 24, vi e lei 8.096/90, arts. 5º, 53 e 129. Relator ministro Francisco Peçanha Martins. Julgamento

em 24 abr. 2002. Acórdão publicado em 21 mar. 2005. Disponível em:
<<https://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/121865/mandado-de-seguranca-ms-7407-df-2001-0022843-7>. Acesso em: 23 fev. 2022.

BRASIL. **Projeto de Lei nº 3.518 de 2008**. Acrescenta o parágrafo único ao artigo 81 da Lei nº 9.394, de 1996 que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dispõe sobre o ensino domiciliar. Brasília: Câmara dos Deputados, [2008a]. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=398589>. Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL, Ministério Público Federal Procuradoria da República no Município de Chapecó-SC. **Medida cautelar na ação direta de inconstitucionalidade de 2018**. Disponível em: <https://luisrobertobarroso.com.br/wp-content/uploads/2017/08/ADI-5537.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Recurso extraordinário com agravo n. 778141. 2018**. Disponível em:
<<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=4774632>. Acesso em: 30 dez. 2022.

BRASIL, Ministério Público Federal Procuradoria da República no Município de Chapecó-SC. **Recomendação Nº 22, de 29 de outubro de 2018**. Disponível em:
<https://www.mpf.mp.br/sc/sala-de-imprensa/docs/recomendacao-22>. Acesso em: 28 fev. 2023.

CÂMARA, Rosana Hoffman. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Gerais, Rev. Interinst. Psicol.** [online]. 2013, vol.6, n.2, pp. 179-191. ISSN 1983-8220. Disponível em:
http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1983-82202013000200003. Acesso em: 20 jan. 2023.

CÂMARA APROVA PROJETO QUE PERMITE A EDUCAÇÃO DOS FILHOS EM CASA; PROPOSTA VAI AO SENADO. **Agência Câmara de Notícias**. Disponível em:
<https://www.camara.leg.br/noticias/877647-camara-aprova-projeto-que-permite-a-educacao-dos-filhos-em-casa-proposta-vai-ao-senado/>. Acesso em: 19 ago. 2022.

CAMARGO, Caroline Leite de; JUNQUEIRA, Gabriel Ferreira. Educação domiciliar e a (im)possibilidade de sua aplicação: uma análise diante do atual cenário no Brasil. **Interfaces Científicas**. Aracaju.v.8. n.3, p. 55 - 69. 2021. Disponível em:
<https://periodicos.set.edu.br/direito/article/view/10124/4632>. Acesso em: 11 dez. 2021.

CARVALHO, Fabiana Aparecida de; INOCÊNCIO, Adalberto Fernando. O desagendamento da educação para os corpos, gêneros e sexualidades. *Instrumento*, v. 23 n. 2, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/33867>. Acesso em: 11 dez. 2021.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Da família na escola à escola no lar: notas sobre uma polêmica em curso. **Roteiro**, v. 45, 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23216>. Acesso em: 11 dez. 2021

CASTRO, Matheus Rufino. Conservadorismo e irracionalismo: Bolsonaro enquanto reação do capital a sua crise estrutural. **Trabalho & educação**, v. 30, n. 4, p.33-49. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/32566>. Acesso em: 9 mar. 2022.

CECCHETTI, Elcio; TEDESCO, Anderson Luiz. Educação Básica em “xeque”: Homeschooling e fundamentalismo religioso em tempos de neoconservadorismo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2014816, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/894/89462860027/89462860027.pdf>. Acesso em: 11 de dez. de 2021.

CECCHETTI, Elcio. **Seminário Escola é Lugar de Ciência - encontro 3**. Youtube, 24 de set. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9MYTOGvRC4E&t=2314s>. Acesso em: 11 de mar. 2021.

CERRI, Luis Fernando; PENNA, Fernando de Araújo. Uma escola, cem partidos. **História & Ensino**, Londrina, v. 26, n.2, p. 8-28. 2020.

CIAVATTA, Maria. Resistindo aos dogmas do autoritarismo. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

COELHO, Fernanda Marina Feitosa. **“Menino já nasce menino, menina já nasce menina”:** **Fobia religiosa de gênero e suas implicações no debate sobre o Plano Nacional de Educação brasileiro no período 2012-2014**. 130f. Dissertação (Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. 2017. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1693>. Acesso em: 11 dez. 2021.

COLOMBO, Luiza Rabelo. **A frente liberalultraconservadora no Brasil – Reflexões sobre e para além do “movimento” Escola Sem Partido**. Dissertação - Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu, RJ, 2018.

COSTA, Fábio. **SBT e governo: slogan da ditadura é só mais um capítulo dessa história**. Observatório da TV, 2018. Disponível em: <https://observatoriodatv.uol.com.br/critica-de-tv/sbt-e-governo-slogan-da-ditadura-e-so-mais-um-capitulo-dessa-historia>. Acesso em: 20 ago, 2022.

CRUZ, Lucia Santa. Alarme liberal contra Bolsonaro. **Jornal La Segunda**. 19 out. 2018. Disponível em: <http://imprensa.lasegunda.com/2018/10/19/A>. Acesso em: 20 set. 2022.

DANTAS, Jéferson Silveira. A ofensiva das frações de classe bolsonaristas no desmonte da educação básica pública: escola sem partido, escolas cívico-militares, homeschooling e o ‘agro’ de olho no material escolar. **Alemur**, v. 7, n. 2, p. 31-47. 2022.

DARC, Larissa. A professora Márcia Friggi tomou um soco. E nós, o que aprendemos? **Nova escola**. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/5371/a-professora-marcia-friggi-tomou-um-soco-e-nos-o-que-aprendemos>. Acesso em: 18 fev. 2023.

DIAS, Tainah Biela. **Sobre religião, estado laico e cidadania lgbt+**: a frente parlamentar evangélica e a defesa da verdade sobre a família. [151f]. Dissertação (Ciências da Religião) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2017. Disponível em: <http://tede.metodista.br/jspui/handle/tede/1647>. Acesso em: 11 dez. 2021.

ESCOLA SEM PARTIDO. **Escola sem partido**. Disponível em: <http://escolasempartido.org/>. Acesso em: 12 jan. 2023.

ESPINOSA, Betty R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

FANTÁSTICO. Tesoureiro do PT de Foz do Iguaçu é assassinado na própria festa de aniversário; polícia investiga se o crime teve motivação política. **G1. globo.com**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2022/07/10/tesoureiro-do-pt-de-foz-do-iguacu-e-assassinado-na-propria-festa-de-aniversario-policia-investiga-se-o-crime-teve-motivacao-politica.ghtml>. Acesso em: 15 set. 2022.

FIGUEIREDO, Janaína. Todos estavam preocupadíssimos com possível vitória de Lula', diz Ernesto Araújo sobre encontro da direita em Bogotá. **oglobo.globo.com**, 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/todos-estavam-preocupadissimos-com-possivel-vitoria-de-lula-diz-ernesto-araujo-sobre-encontro-da-direita-em-bogota-25405948>. Acesso em: 23 mar. 2022.

FREITAS, Luiz Carlos de. Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anotações para uma resistência propositiva. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 18, n. 4, p. 906–926, 2018. DOI: 10.20396/rho.v18i4.8654333. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8654333>. Acesso em: 11 dez. 2021.

FREITAS, Maria Virgínia de. Jovens, escola democrática e proposta do “escola sem partido”. In: **A ideologia do movimento escola sem partido: 20 autores desmontam o discurso**. Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação (Org.). São Paulo: Ação Educativa, 2016.

FREITAS, Nivaldo Alexandre de. Escola sem partido como instrumento de falsa formação. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 14, n. 1, 30 jun. 2017. Disponível em: <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/572>. Acesso em: 11 dez. 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

GEMELLI, Débora Mendes de Souza; MAGANHINI, Thais Bernardes. Educação domiciliar (homeschooling): uma análise constitucional da matéria. **EDUCA - Revista Multidisciplinar em Educação**, [S. l.], v. 6, n. 16, p. 283–298, 2019. DOI: 10.26568/2359-2087.2019.4525. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/4525>. Acesso em: 1 jun. 2023.

GONZALEZ, Jeferson Anibal; COSTA, Michele Cristine da Cruz. Neoliberalismo, neoconservadorismo e educação: o movimento “Escola sem Partido” para além do projeto de lei. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, v. 20, n. 3, 2018. DOI: 10.22483/2177-5796.2018v20n3p551-565. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs3/index.php/quaestio/article/view/3248>. Acesso em: 11 dez. 2021.

GOVERNADOR DE SC APROVA PROJETO DE DEPUTADA BOLSONARISTA QUE INSTITUI ESCOLA SEM PARTIDO NO ESTADO. **Brasil 247**. Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/sul/governador-de-sc-aprova-projeto-de-deputada-bolsonarista-que-institui-escola-sem-partido-no-estado>. Acesso em: 12 fev. 2023.

HENRIQUES, Adrian Evelyn Lima. **Educação, conservadorismos e religião: mapeamento e análise do avanço neoconservador na educação brasileira**. Tese (doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54439/54439.PDF>. Acesso em: 11 dez. 2021.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton de Souza. Quando fundamentalismo religioso e mercado se encontram: as bases históricas, econômicas e políticas da escola sem partido. **Roteiro**, v. 45, 2020. Disponível em: <https://portalperiodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/23216>. Acesso em: 11 dez. 2021

HUMAN RIGHTS WATCH. **“Tenho medo, esse era o objetivo deles” esforços para proibir a educação sobre gênero e sexualidade no Brasil**. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/report/2022/05/12/381942>. Acesso em: 18 mar. 2023.

KICIS, Bia. João Rodrigues levou o episódio da professora agredida durante a discussão da reforma política: "não quero que meu filho tenha a lavagem cerebral de uma ratazana". **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/biakicisoficial/videos/847822358717661/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

KLOH, Fabiana Ferreira Pimentel. **Homeschooling no Brasil: a legislação, os projetos de lei e as decisões judiciais**. 2014. 235f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis. 2014.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LACERDA, Marina Basso. **Neoconservadorismo de periferia: articulação familista, punitiva e neoliberal na Câmara dos Deputados**. 2018. 209f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.bdt.d.uerj.br:8443/handle/1/12476>. Acesso em: 11 dez. 2021.

LAPO, Flavinês Rebole; BUENO, Belmira Oliveira. Professores, desencanto com a profissão e abandono do magistério. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, p. 65–88, mar. 2003.

LIMA, Paula Valim de. **O projeto educativo da nova direita brasileira : sujeitos, pautas e propostas**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/218427>. Acesso em: 11 dez. 2021.

LIMA, Iana Gomes de; HYPOLITO, Álvaro Moreira. A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. **Educação e Pesquisa**, v. 45. São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022019000100567&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 11 dez. 2021.

LIRA, Luciano Paz de. **Os atravessamentos ideológicos do movimento escola sem partido**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada. Universidade de Taubaté, Taubaté, 2018. Disponível em: <http://186.236.83.17/jspui/handle/20.500.11874/947>. Acesso em: 11 dez. 2021.

LOPES, Jessé. Professor de Jaraguá do Sul é flagrado doutrinando alunos. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1432792510571530>. Acesso em: 22 jan. 2023.

LUDWIG, Antonio Carlos Will. Educação básica e escolas cívico-militares. **Trilhas Pedagógicas**, v. 11 n. 14, 2021. Disponível em: <http://ojs.fatece.edu.br/index.php/trilhas-pedagogicas/article/view/30>. Acesso em: 11 dez. 2021.

LUZ, Pâmela Tainá Wink da; ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco; SILVEIRA, Éder da Silva. Professoras “subversivas”: narrativas autobiográficas de mulheres militantes no relatório da comissão nacional da verdade (CNV). **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica**, Salvador, v. 06, n. 19, p. 1000-1020, set./dez. 2021. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/12437>. Acesso em: 15 jun. 2023.

MACHADO, Maria das Dores dos Campos. O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores dos Campos; VAGGIONE,

Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

MACIEL, Bruna de Oliveira. **O uso de “significantes vazios” no discurso dos direitos humanos: contribuições da teoria de Ernesto Laclau para compreensão de princípios de identificação democráticos em comunidades políticas pluralistas**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/4879/1/arquivo9466_1.pdf.

MARCON, Telmo; DOURADO, Ivan Penteadado; BORDIGNON, Luciane Spanhol. A escola como espaço socializador: uma crítica aos limites do homeschooling. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 29, n. 3, p. 793-816, 15 mar. 2023.

MARTINS, Valéria. Governo de SC nomeia mais de 1,3 mil professores efetivos. **G1, globo.com - Santa Catarina**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/01/10/governo-de-sc-nomeia-novos-professores-para-ano-letivo-de-2020.ghtml>. Acesso em: 11 jan. 2022.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Direita, volver! A onda conservadora e a militarização de escolas públicas. In: DOURADO, Luiz Fernando (Org). **PNE, políticas e gestão da educação: novas formas de organização e privatização** (Meio Eletrônico). Brasília: Anpae. 2020. Disponível em: <https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/PNE-politicas-e-gestao-novas-formas-de-organizacao-e-privatizacao.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Escolas cívico-militares: cidadão ou soldadinhos de chumbo? **Retratos da escola**, v. 13, n. 27. 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1039>. Acesso em: 11 dez. 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 590-621, 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. Educação sem partido: golpes de estado e governos militarizados (1964 e 2016). **Revista Eletrônica de Educação**, v.16, 1-22, e4719001, jan./dez. 2022.

MOLL, Roberto. Imaginando o “outro” e a nação nas relações internacionais: commentary magazine, the New Republic e o intervencionismo dos Estados Unidos na Nicarágua e El Salvador (1977-1992). 2015. 275 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2015.

MORAES, Viviane Merlim. Liberdade de ensino ou escolha da família? Velho dilema, nova roupagem. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 37, n. 1, 2021.

Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpac/article/view/108973>. Acesso em: 11 dez. 2021.

MOSÉ, Viviane. **O contemporâneo e a educação**. Café Filosófico CPFL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hyVBULSDimI> . Acesso em: 28 abr.2020.

MOTTIN, Karina Veiga. **A “ideologia de gênero” através das narrativas da assembleia legislativa do Paraná: o caso do plano estadual de educação**. Dissertação (Mestrado em educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/62045/R%20-%20D%20-%20KARI%20VEIGA%20MOTTIN.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 dez. 2021.

MOURA, Fernanda Pereira de; SALLES, Diogo da Costa. O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 9, p. 136–160, 2018. DOI: 10.9771/peri.v1i9.25742. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/25742>. Acesso em: 15 dez. 2022.

NEUBAUER, Adrian; MÉNDEZ Núñez, Angel “Horizontes Educativos ante el Auge de la `Nueva Extrema Derecha´ en Europa: **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 30, n. 23. Disponível em: <https://doi.org/10.14507/epaa.30.5486>. Acesso em: 09 mar. 2021.

NOGUEIRA, Kiko. Fãs de Bolsonaro celebram espancamento de professora em sala de aula. **Desacato**. Disponível em: <https://desacato.info/fas-de-bolsonaro-celebram-espancamento-de-professora-em-sala-de-aula/>. Acesso em: 25 fev. 2023.

NÓVOA. António. Porque a história da educação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara. (Orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ, Vozes: 2005.

ORSO, Paulino José. Reestruturação curricular no caminho inverso ao do ideário do Escola sem Partido. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

PALÚ, Janete; PETRY, Oto João. Neoliberalismo, globalização e neoconservadorismo: cenários e ofensivas contra a Educação Básica pública brasileira. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015317, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/894/89462860049/89462860049.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

PAULINO, Carla Viviane. O impulso neoliberal e neoconservador na educação brasileira: a imagem do “professor doutrinador” e o projeto “escola sem partido”. **Educere et Educare**, v. 13, n. 28, 2018. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/18731>. Acesso em: 11 dez. 2021.

PENNA, Fernando Araújo. O discurso reacionário de defesa do projeto “Escola sem Partido”: analisando o caráter antipolítico e antidemocrático. **Quaestio**, Sorocaba, SP, v. 20, n. 3, p. 567-581, 2018.

PENNA, Fernando Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

PENNA, Fernando Araújo. Sobre o ódio ao professor: Entrevista com Fernando Penna. **Movimento-Revista de educação**, n. 3, p. 294-301, 29 jan. 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel; VALIM, Paula de Lima. Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, n. 36, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/82294>. Acesso em: 11 dez. 2021.

PETRUCELLI, José Luis; SABOIA, Ana Lucia. (Orgs). **Características Étnico raciais da população: Classificações e identidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

PIOVESAN, Eduardo; BRANDÃO, Francisco Brandão. Câmara aprova projeto que permite a educação dos filhos em casa; proposta vai ao Senado. **camara.leg.br**, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/877647-camara-aprova-projeto-que-permite-a-educacao-dos-filhos-em-casa-proposta-vai-ao-senado>. Acesso em: 28 maio 2022.

PICOLI, Bruno Antonio; RADAELLI, Samuel Mânica; TEDESCO, Anderson Luiz. Anti-intelectualismo, neoconservadorismo e reacionarismo no Brasil contemporâneo: o movimento escola sem partido e a perseguição aos professores. **Revista da FAEEBA - Educação e Contemporaneidade**, [S. l.], v. 29, n. 58, p. 48–66, 2020. DOI: 10.21879/faeaba2358-0194.2020.v29.n58.p48-66. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/8982>. Acesso em: 15 ago. 2023.

PINEL, Wallace Roza; RESES, Erlando da Silva. O crescimento do discurso religioso ultraconservador e sua influência nas políticas de educação no Brasil. **Interfaces da educação**, v. 12, n. 34, 2021. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4362>. Acesso em: 11 dez. 2021.

PODE SER QUE CONTRATEM MENOS MULHERES", DIZ BOLSONARO. **CNN Brasil**, 2021. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=184714263479263>. Acesso em 23 set. 2021.

PRESSÃO DE BANCADAS FAZ GOVERNO CANCELAR KIT SOBRE HOMOSSEXUALIDADE. **Câmara dos deputados**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/215309-pressao-de-bancadas-faz-governo-%20cancelar-kit-sobre-homossexualidade>. Acesso em: 25 mar. 2023.

PRODANOV, Cleber; Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo (RS), Feevale, 2013.

PROJETO DE NAÇÃO – **Cenário Prospectivos Brasil 2035** – Cenário Foco – Objetivo, Diretrizes e Óbices, 2022.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola sem Partido: a criminalização do trabalho pedagógico. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

RECURSO TENTA VOLTAR COM CONSTITUCIONALIDADE DE ENSINO DOMICILIAR EM SC; ENTENDA. **Nd mais**. Disponível em: <https://ndmais.com.br/educacao/recurso-tenta-voltar-com-constitucionalidade-de-ensino-domiciliar-em-sc-entenda/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

RICHARDSON, Roberto J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SANTIN, Myriam Aldana Vargas; CATTANI, Daian; CECCHETTI, Elcio. Gênero e religião: disputas políticas na construção do plano municipal de educação de Chapecó/SC. **Revista Pedagógica**, v. 21, 2019. Disponível em: <http://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5261>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SANTOS, Catarina Almeida Santos. **Mesa temática 1: Militarização das escolas: implicações para a educação básica**. 18 out. 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=g5bUZkhMJ_0&noapp=. Acesso em: out. 2022.

SANTOS, Rayani Mariano dos. **As disputas em torno das famílias na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2018: familismo, conservadorismo e neoliberalismo**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38470>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SENA, Hélio Cleidilson de Oliveira. **Escolas militarizadas no Maranhão: um estudo sobre a parceria entre corporações militares e redes públicas de ensino**. Dissertação (mestrado em Educação). Unisinos, São Leopoldo, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9733>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SEPÚLVEDA, José Antônio; MENDONÇA, Amanda André de. Laicidade e pandemia em tempos conservadores. **Teias**, v. 23, n. 69, abr./jun. 2022. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/58201/42237>. Acesso em: 16 mai. 2022.

SEPÚLVEDA, José Antônio; SEPÚLVEDA, Denize. Conservadorismo e seus impactos no currículo escolar. **Currículo sem Fronteiras**, v. 19, n. 3, p. 868-892, set./dez. 2019.

Disponível em:

<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol19iss3articles/sepulveda-sepulveda.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SILVA, Rafael Bianchi; GONÇALVES, José Alexandre; SANTOS, Adriana Regina de Jesus; BELEZE, Nathalia Martins. Indignação e esperança frente ao movimento neoconservador: análise a partir de Paulo Freire. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, [S. l.], v. 39, n. 1, 2023. DOI: 10.21573/vol39n12023.113912. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/113912>. Acesso em: 3 abr. 2023.

SILVA, Ivan Henrique de Mattos. “Liberal na economia e conservador nos costumes” Uma totalidade dialética. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.[online]** v. 36, n. 107, 2021.

Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/3610702/2021>>. Epub 31 Maio 2021. ISSN 1806-9053. <https://doi.org/10.1590/3610702/2021>. Acesso em: 3 ago. 2021.

SILVA, Francisco Vieira da. Posicionamentos discursivos sobre a educação domiciliar no Brasil em postagens do Twitter. **Linhas Críticas**, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, v. 27 (2021). Disponível em: file:///D:

file:///D:/usuario/downloads/112855%20(2).pdf. Acesso em: 11 dez. 2021.

SILVEIRA, Denise Tolfo; CÓRDOVA, Fernanda Peixoto. Unidade 2 – A pesquisa científica, In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org). **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SINTE. Sindicato dos Trabalhadores em Educação. **Comissão Eleitoral Estadual divulga o resultado final da Eleição para Diretoria Executiva**. Sinte, 2022. Disponível em:

<https://sinte-sc.org.br/Noticia/21799/comissao-eleitoral-estadual-divulga-o-resultado-final-da-eleicao-para-diretoria-executiva>. Acesso em: 12 jan. 2023.

SIQUEIRA, Romilson Martins. A política educacional e o discurso neoconservador: o que há de novo na velha agenda do mercado? In: DOURADO, Luiz Fernando (Org). **PNE, políticas e gestão da educação: novas formas de organização e privatização** (Meio Eletrônico) - Brasília: Anpae. 2020. Disponível em:

<https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/PNE-politicas-e-gestao-novas-formas-de-organizacao-e-privatizacao.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SOUSA, Jenifer Caroline de; SANTOS, Thiago Araújo. A contemporaneidade da Pedagogia da Autonomia de Paulo Freire frente ao “Escola Sem Partido”. **Olhar de Professor**, v. 24, p. 1-24, maio, 2021. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15788>. Acesso em: 11 dez. 2021.

SOUZA, Alice de; LEVY, Clarissa; CORREIA, Mariama; CARIBONI, Diana. Defensores do homeschooling no Brasil recomendam castigos físicos. **revistagalileu.globo.com**, 2022.

Disponível em:

<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2022/07/defensores-do-homeschooling-no-brasil-recomendam-castigos-fisicos.html>. Acesso em: 20 jul. 2022.

TEIXEIRA, Matheus. Bolsonaro volta a dizer que negro é pesado em arrobos e ironiza sua condenação. **Folha.uol.com.br**, 2022. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/05/bolsonaro-volta-dizer-que-negro-e-pesado-em-arrobos-e-ironiza-sua-condenacao.shtml>. Acesso em: 25 abr. 2022.

TENENTE, Luiza; FAJARDO, Vanessa. Brasil é #1 no ranking da violência contra professores: entenda os dados e o que se sabe sobre o tema. **g1.globo.com**, 2017. Disponível em:

<https://g1.globo.com/educacao/noticia/brasil-e-1-no-ranking-da-violencia-contra-professores-entenda-os-dados-e-o-que-se-sabe-sobre-o-tema.ghtml>. Acesso em: 22 fev. 2023.

TORRES, Aline. Menina que denunciou problemas da escola ganha fama e conquista melhorias para o colégio. **NDmais**. Disponível:

<https://ndmais.com.br/educacao/menina-que-denunciou-problemas-da-escola-ganha-fama-e-c-onquista-melhorias-para-o-colegio/>. Acesso em: 15 fev. 2023.

TRIBUNAL EXTINGUE AÇÃO POPULAR CONTRA DILMA POR PEDALADAS.

Notícias.uol.com.br, 2022. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/03/28/tribunal-extingue-acao-popular-contra-dilma-por-pedaladas.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 30 mar. 2022.

VALADÃO, Camila. **Live "ESCOLA SEM PARTIDO: Inconstitucional, ilegal e antiético"**. Youtube. 28 fev. 2023.

VAGGIONE, Juan Marco. El entramado neoconservador en América Latina. La instrumentalización de la ideología de género en las democracias contemporáneas. **Las Torres de Lucca. Revista internacional de filosofía política**, v.11, n.1, p. 51-64. 2022. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.5209/ltld.79437>. Acesso em: 23 jun. 2022.

VAGGIONE, Juan Marco; Maria das Dores dos Campos, MACHADO; Flávia, BIROLI,. Introdução: Matrizes do neoconservadorismo religioso na América Latina. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores dos Campos; VAGGIONE, Juan Marco. **Gênero, neoconservadorismo e democracia na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 2020.

VASCONCELOS, Cristiane Regina Dourado; ARAUJO, Jomária Alessandra Queiroz de Cerqueira e LEAL, Ione Oliveira Jatobá. A visão de professores sobre o projeto escola sem partido: conceitos, tensões e práticas. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade** [online]. 2020, vol. 29, n.58, p.250-269. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-70432020000200250&script=sci_abstract&tling=pt. Acesso em: 20 jun. 2023.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; BOTO, Carlota. A educação domiciliar como alternativa a ser interrogada: problema e propostas. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2014654, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/894/89462860023/89462860023.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2021.

VAIANO, Bruno. Qual a diferença entre um ateu e um agnóstico? **Super interessante**. Disponível em: https://super.abril.com.br/ciencia/qual-a-diferenca-entre-um-ateu-e-um-agnostico#google_vignette. Acesso em: 20 jun. 2023.

ZITKOSKI, Jaime José; DA ROSA, Nilson Carlos. Direito à Educação no Brasil: análise sobre a proposta da educação domiciliar. **Revista Espaço Pedagógico**, v. 29, n. 3, p. 769-792, 2023.

APÊNDICE A

1 - Questionário geral (formulário)

1 Em qual etapa da educação básica você atua?

Educação infantil Anos iniciais Anos finais Ensino médio

2 Há quantos anos você trabalha na educação básica?

de 0 a 5 anos de 6 a 10 anos De 11 a 15 anos De 16 a 20 anos Mais de 20 anos

3 Quais disciplinas você ministra?

Educação Infantil	Anos Iniciais	Ciências	Biologia	Sociologia	Filosofia
Ensino religioso portuguesa	Artes	Educação física	Matemática	Física	Língua
Inglês	Geografia	História			

4 Você já se sentiu constrangido/a no ambiente escolar em decorrência de suas opiniões ou atitudes?

Sim Não Prefiro não responder

5. Se respondeu sim, poderia relatar o fato ocorrido?

6. Em caso positivo, recebeu apoio de alguma instância escolar?

Sim Não Não reporte o fato a ninguém

7. Se respondeu sim na questão anterior, quem te apoiou:

Direção da escola

Colegas/Professores

Alunos

Pais

Conselho deliberativo/APP

Sindicato

Outras pessoas ou instâncias. Qual: _____

7 Você conhece alguém que passou por uma situação de coação ou censura por trabalhar algum tema ou conteúdo?

Sim Não Prefiro não comentar

8. Se respondeu sim na questão anterior, pode relatar o fato?

9 Você já evitou ministrar algum conteúdo/tema em sala de aula por receio de alguma intervenção por parte da direção da escola, dos pais, dos alunos ou da secretaria da educação?

Sim Não Prefiro não responder

10. Desde quando você sente receio ao trabalhar esses conteúdos ou temas:

Sempre tentei evitar abordar temas polêmicos

Nos últimos 5 anos

Nos últimos 10 anos

Nos últimos 15 anos

Há mais de 20 anos

11 Você considera que há temas mais difíceis/sensíveis de abordar em sala de aula no atual momento histórico:

Sim Não Não tenho opinião formada sobre isso Não vejo mudanças em relação a isso.

12. Em caso afirmativo na questão anterior, quais temas considera polêmicos e por que?

13. Quem, na sua opinião, exerce maior influência na sua decisão de ministrar ou não temas polêmicos:

Pais Alunos Gestor escolar Secretaria de Educação

APÊNDICE B

Entrevista semiestruturada (gravada e transcrita)

Há quantos anos você trabalha na Educação básica?

Qual disciplina você ministra?

Você já sentiu medo ou receio de trabalhar algum tema ou conteúdo com seus alunos? Por que?

Você já foi coagido ou censurado por trabalhar algum tema ou conteúdo? Relate como foi.

Você recebeu apoio de alguma instância escolar (Direção, pais, alunos, colegas, sindicato)?

Quais procedimentos foram adotados (Atas, advertência, demissão, processos administrativos) em decorrência da sua prática educativa?

Como você se sentiu ao passar por essa situação?

Você ainda trabalha esse tema ou conteúdo mesmo com medo ou receio? Por quê?

APÊNDICE C

Quadro 2 - Relação dos trabalhos selecionados sobre o tema - período de 2011 a 2021

Nº	Ano	Autor	Título	A/ /D /T	Instituição/Programa	Revista
01	2021	Jennifer Caroline de Sousa; Thiago A. Santos	A contemporaneidade da pedagogia da autonomia de Paulo Freire frente ao “escola sem partido”. Temática: b)	A	Universidade Estadual De Ponta Grossa - UEPG	Olhar De Professor, Ponta Grossa
02	2021	Francisco Vieira da Silva	Posicionamentos discursivos sobre a educação domiciliar no Brasil em postagens do Twitter Temática: a)	A	Universidade De Brasília	Linhas Críticas
03	2021	Caroline Leite De Camargo; Gabriel F. Junqueira	Educação domiciliar e a (im)possibilidade de sua aplicação: uma análise diante do atual cenário no Brasil Temática: c)	A		Interfaces Científicas
04	2021	Viviane Merlim Moraes	Liberdade de ensino ou escolha da família? velho dilema, nova roupagem Temática: c)	A	UFRGS	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação
05	2021	Hélio Cleidilson de Oliveira Sena	Escolas militarizadas no Maranhão: um estudo sobre a parceria entre corporações militares e redes públicas de ensino Temática: d)	D	Universidade do Vale do Rio dos Sinos	

06	2021	Miriam Fábria Alves; Livia Cristina R. dos Reis	Militarização de escolas públicas: reflexões à luz da concepção freireana de gestão democrática da educação Temática: d)	A	UFRGS	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação
07	2021	Antonio Carlos Will Ludwig	Educação básica e escolas cívico-militares Temática: d)	A	Faculdade de Tecnologia, Ciências e Educação (Fatece)	Trilhas Pedagógicas
08	2021	Adrian Evelyn Lima Henriques	Educação, conservadorismos e religião: mapeamento e análise do avanço neoconservador na educação brasileira a) Temática: a)	T	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	
09	2021	Vera Maria V. Peronil; Maria Raquel Caetano; Paula V. de Lima	Neoliberalismo e neoconservadorismo nas políticas educacionais para a formação da juventude brasileira Temática: a)	A	UFPR	Jornal de Políticas Educacionais
10	2021	Fabiana Aparecida de Carvalho; Adalberto Fernando Inocência	O desagendamento da educação para os corpos, gêneros e sexualidades: um projeto neoliberal, um arranjo neoconservador e as várias pedagogias fascistas Temática: e)	A	UFJF	Rev. Est. E Pesq. Em Educação
11	2021	Wallace Roza Pinel; Erlando Da Silva Reses	O crescimento do discurso religioso ultraconservador e sua influência nas políticas de educação no Brasil Temática: a)	A		Interfaces da Educação
12	2020	Edmar Moreira Alves	Concepções de finalidades educativas escolares na perspectiva de líderes religiosos evangélicos neopentecostais Temática: a)	D	Pontifícia Universidade Católica de Goiás / PPGE	
13	2020	Paula Valim de Lima	O projeto educativo da nova direita brasileira: sujeitos, pautas e propostas Temática: a)	D	Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação.	

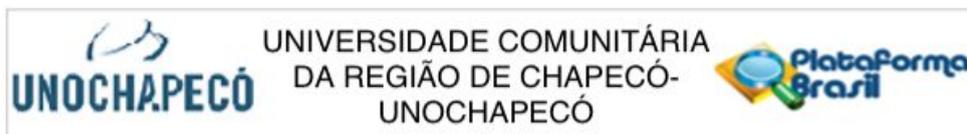
14	2020	Maria Celi Chaves Vasconcelos; Carlota Boto	A educação domiciliar como alternativa a ser interrogada: problema e propostas Temática: c)	A	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Práxis Educativa
15	2020	Elcio Cecchetti; Anderson Luiz Tedesco	Educação básica em “xeque”: homeschooling e fundamentalismo religioso em tempos de neoconservadorismo Temática: a) e c)	A	Universidade Estadual de Ponta Grossa	Práxis Educativa
16	2020	Janete Palú; Oto João Petry	Neoliberalismo, globalização e neoconservadorismo: cenários e ofensivas contra a educação básica pública brasileira Temática: a)	A	Universidade Estadual De Ponta Grossa	Práxis Educativa
17	2020	Maria Eulina Pessoa de Carvalho	Da família na escola à escola no lar: notas sobre uma polêmica em curso Temática: a) e c)	A	Unoesc	Revista Roteiro
18	2020	Romilson Martins Siqueira	A política educacional e o discurso neoconservador: o que há de novo na velha agenda do mercado? Temática: a)	A		Anpae
19	2020	Erasto Fortes Mendonça	Direita, volver! a onda conservadora e a militarização de escolas públicas Temática: a) e d)	A		Anpae
20	2019	Erasto Fortes Mendonça	Escolas cívico- militares: cidadãos ou soldadinhos de chumbo? Temática: d)	A		Revista Retratos da Escola
21	2019	Myriam Aldana V. Santin; Daian Cattani; Elcio Cecchetti	Gênero e religião: disputas políticas na construção do plano municipal de educação de Chapecó/SC Temática: e)	A	Unochapecó / Programa De Pós-Graduação em Educação	Revista Pedagógica
22	2019	Iana Gomes de Lima; Álvaro Moreira Hypolito	A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira Temática: a)	A	USP	Educação e Pesquisa
23	2019	José A. Sepulveda; Denize Sepulveda	O conservadorismo e seus impactos no currículo escolar Temática: a)	A		Currículo Sem Fronteiras

24	2019	Rayani Mariano dos Santos	As disputas em torno das famílias na Câmara dos Deputados entre 2007 e 2018: familismo, conservadorismo e neoliberalismo Temática: a)	T	UNB	
25	2019	Karina Veiga Mottin	A “ideologia de gênero” através das narrativas da assembleia legislativa do paraná: o caso do plano estadual de educa�o Temática: a)	D	Universidade Federal do Paraná	
26	2018	Luciano Paz Delira	Os atravessamentos ideológicos do movimento escola sem partido Temática: a)	D	Universidade De Taubaté	
27	2018	Carla Viviane Paulino	O impulso neoliberal e neoconservador na educa�o brasileira: a imagem do “professor doutrinador” e o projeto “escola sem partido Temática: a)	A	Unioeste	Educere Et Educare: Revista de Educa�o
28	2018	Jeferson Anibal Gonzalez; Michele Cristine da Cruz Costa	Neoliberalismo, neoconservadorismo e educa�o: o movimento “escola sem partido” para além do projeto de lei Temática: a) e b)	A	Universidade de Sorocaba	Quaestio - Revista de Estudos em Educa�o
29	2018	Marina Basso Lacerda	Neoconservadorismo de periferia: articula�o familista, punitiva e neoliberal na câmara dos deputados Temática: a)	T	Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Centro de Ciências Sociais	
30	2017	Luiz Carlos de Freitas	Escolas aprisionadas em uma democracia aprisionada: anota�es para uma resistência propositiva Temática: a)	A	Unicamp	Revista Histedbr
31	2017	Nivaldo Alexandre de Freitas	Escola sem partido como instrumento de falsa forma�o Temática: b)	A		Revista De História e Estudos Culturais
32	2017	Tainah Biela Dias	Sobre religião, estado laico e cidadania lgbt+: a frente parlamentar evangélica e a defesa da verdade sobre a família Temática: a)	D	Universidade Metodista de São Paulo - Programa de Pós Gradua�o em Ciências da Religião	

33	2017	Fernanda Marina Feitosa Coelho	“Menino já nasce menino, menina já nasce menina”: fobia religiosa de gênero e suas implicações no debate sobre o Plano Nacional de Educação brasileiro no período 2012-2014 Temática: e)	D	Universidade Metodista de São Paulo - Programa de Pós Graduação em Ciências da Religião	
34	2014	Fabiana Ferreira Pimentel Kloh	Homeschooling no Brasil: a legislação, os projetos de lei e as decisões judiciais Temática: c)	D	Universidade Católica De Petrópolis Curso de Mestrado Em Educação	

Fonte: elaborado pela autora com base nos bancos de dados da pesquisa (2021).

ANEXO A



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: PROJETOS EDUCACIONAIS NEOCONSERVADORES: CARACTERIZAÇÃO E REPERCUSSÕES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

Pesquisador: LETICIA MARIA REBELATTO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 64057822.2.0000.0116

Instituição Proponente: Universidade Comunitária da Região de Chapecó

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.715.803

Apresentação do Projeto:

Trata-se de um Projeto de pesquisa submetido à banca de qualificação de dissertação do Curso de Mestrado em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó).

Tipo de pesquisa: trata-se de pesquisa quanti-qualitativa, que busca aliar os resultados numéricos, através do uso de questionários, mas também priorizando a qualidade dos dados coletados por meio de entrevistas.

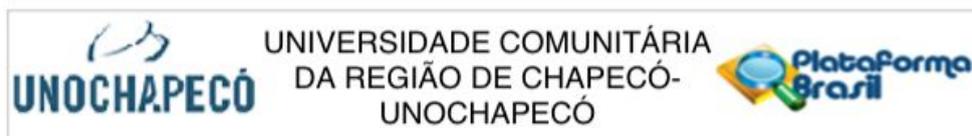
Local de realização da pesquisa: a pesquisa será realizada no âmbito do estado de Santa Catarina.

Instrumento de coleta de dados: uso de questionário online e entrevistas realizadas via Google Meet que serão gravadas e transcritas. Serão analisadas no banco de dados do setor jurídico do Sinte, as reclamações ou denúncias de perseguições políticas, ideológicas ou religiosas, para que possamos mapear as regiões catarinenses.

Participantes da pesquisa: serão 50 professores vinculados à rede estadual de ensino como respondentes do questionário e, desses, 5 professores serão entrevistados.

Critério de Inclusão: professores da rede estadual de ensino de Santa Catarina, que atuam em

Endereço: Servidão Anjo da Guarda, nº 295 - D	CEP: 89.809-900
Bairro: Elapi	
UF: SC	Município: CHAPECO
Telefone: (49)3321-8142	Fax: (49)3321-8142
	E-mail: cep@unochapeco.edu.br



Continuação do Parecer: 5.715.803

todas as áreas do conhecimento e que estejam em efetivo exercício profissional.

Critério de Exclusão: professores aposentados ou que atuem em outras redes de ensino (municipais e particulares) e fora da área de abrangência da pesquisa (Santa Catarina).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Identificar as características e as influências dos projetos educacionais neoconservadores na atuação pedagógica dos professores.

Objetivo Secundário:

- a) Contextualizar a origem das ideias neoconservadoras na educação brasileira;
- b) Identificar as características e intencionalidades comuns dos projetos educacionais neoconservadores;
- c) Compreender como as ideias neoconservadoras têm influenciado na atuação pedagógica dos professores nas instituições de Educação Básica.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

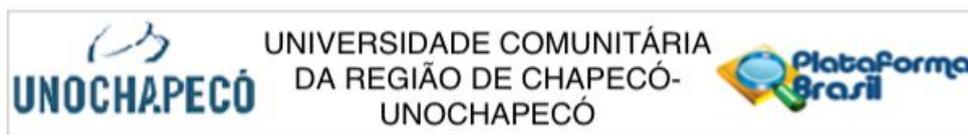
Riscos:

Relembrar as situações desconfortáveis de perseguição ou coação, alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias, cansaço físico e emocional, ou aborrecimento ao responder entrevistas, desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante gravações de áudio, receio ou medo na divulgação das informações. Entretanto, lhe será garantida assistência imediata, sem ônus de qualquer espécie a sua pessoa com todos os cuidados necessários a sua participação de acordo com seus direitos individuais e respeito ao seu bem-estar físico e psicológico.

Benefícios:

Não terá benefícios diretos pela sua participação na pesquisa, porém, espera-se que ela possa

Endereço: Servidão Anjo da Guarda, nº 295 - D
Bairro: Efapi **CEP:** 89.809-900
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)3321-8142 **Fax:** (49)3321-8142 **E-mail:** cep@unochapeco.edu.br



Continuação do Parecer: 5.715.803

contribuir para o reconhecimento da dimensão do alcance dos movimentos neoconservadores, bem como ajudar a categoria profissional dos professores no mapeamento das situações de coações e silenciamentos que tem influenciado na prática pedagógica dos professores, contribuindo assim para o debate educacional.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este projeto atende as exigências éticas de acordo com as legislações vigentes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos foram apresentados e estão de acordo com o solicitado por esta instituição.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não foram observados óbices éticos.

Considerações Finais a critério do CEP:

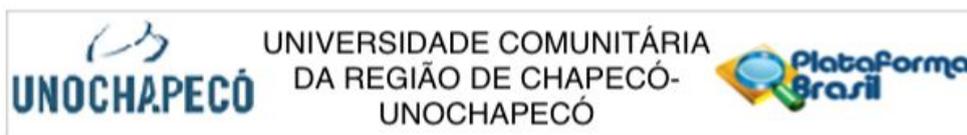
Assim, mediante conformidade com os requisitos éticos, somos de parecer favorável à realização do projeto classificando-o como Aprovado, pois atende aos requisitos fundamentais da Resolução 466/12/CNS e suas complementares do Conselho Nacional de Saúde/MS.

O CEP/UNOCHAPECÓ LEMBRA QUE QUALQUER MUDANÇA NO PROTOCOLO DEVE SER INFORMADA IMEDIATAMENTE PARA FINS DE ANÁLISE E APROVAÇÃO. É OBRIGATÓRIO O ENVIO A ESTE CEP, OS RELATÓRIOS PARCIAIS E FINAL DA PESQUISA.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2014160.pdf	07/10/2022 18:53:14		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_Compromisso_Uso_Dados_comite.pdf	06/10/2022 15:06:08	LETICIA MARIA REBELATTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_comite.pdf	05/10/2022 14:21:40	LETICIA MARIA REBELATTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de	Termoconsentimentovozeimagem.pdf	04/10/2022 16:05:50	LETICIA MARIA REBELATTO	Aceito

Endereço: Servidão Anjo da Guarda, nº 295 - D
 Bairro: Efapi CEP: 89.809-900
 UF: SC Município: CHAPECÓ
 Telefone: (49)3321-8142 Fax: (49)3321-8142 E-mail: cep@unochapeco.edu.br



Continuação do Parecer: 5.715.803

Ausência	Termoconsentimentovozeimagem.pdf	04/10/2022 16:05:50	LETICIA MARIA REBELATTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Tcleentrevistapresencial.pdf	27/09/2022 17:37:00	LETICIA MARIA REBELATTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Tcleentvistameet.pdf	27/09/2022 15:08:41	LETICIA MARIA REBELATTO	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	23/09/2022 15:44:25	LETICIA MARIA REBELATTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	termodeconfidencialidadeassinado.pdf	23/09/2022 15:28:03	LETICIA MARIA REBELATTO	Aceito
Declaração de concordância	declaracaodecocardanciaassinada.pdf	23/09/2022 15:25:59	LETICIA MARIA REBELATTO	Aceito
Cronograma	Cronogramacomite.pdf	19/09/2022 15:02:01	LETICIA MARIA REBELATTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcleonline.pdf	19/09/2022 14:52:35	LETICIA MARIA REBELATTO	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostopb.pdf	16/09/2022 14:16:12	LETICIA MARIA REBELATTO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CHAPECO, 21 de Outubro de 2022

Assinado por:
MARILANDI MARIA MASCARELLO VIEIRA
(Coordenador(a))

Endereço: Servidão Anjo da Guarda, nº 295 - D
Bairro: Efapi **CEP:** 89.809-900
UF: SC **Município:** CHAPECO
Telefone: (49)3321-8142 **Fax:** (49)3321-8142 **E-mail:** cep@unochapeco.edu.br